



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

BRUNO EDUARDO FREITAS HONORATO

ORDEM E SUBVERSÃO NAS CIDADES

Um Estudo Sobre a População em Situação de Rua de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE

2014

BRUNO EDUARDO FREITAS HONORATO

ORDEM E SUBVERSÃO NAS CIDADES

Um Estudo Sobre a População em Situação de Rua de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.

Área de concentração: Estudos organizacionais e Sociedade.

BELO HORIZONTE

2014

H774o
2014

Honorato, Bruno Eduardo Freitas.

Ordem e subversão nas cidades [manuscrito] : um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte / Bruno Eduardo Freitas Honorato. - 2014.

218 f., enc. : il.

Inclui bibliografia: (f. 206-214) e apêndices.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva.

Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

1. Belo Horizonte (MG) - Política social - Teses. 2. Pessoas desabrigadas - Belo Horizonte (MG) - Teses. 3. Espaço urbano - Teses. 4. Administração - Teses. I. Saraiva, Luiz Alex Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título

CDD: 361.6198151



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **BRUNO EDUARDO FREITAS HONORATO**, REGISTRO Nº 532/2014. No dia 26 de março de 2014, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 26 de março de 2014, para julgar o trabalho final intitulado "**Ordem e Subversão nas Cidades: Um Estudo Sobre a População em Situação de Rua de Belo Horizonte**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, área de concentração: **Administração**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 26 de março de 2014.

NOMES

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva
ORIENTADOR CEPEAD/ UFMG

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri.....
CEPEAD/ UFMG

Prof. Dr^a. Deise Luiza da Silva Ferraz.....
CEPEAD/ UFMG

Prof. Dr^a. Carla Bronzo Ladeira
MAP/FJP

ASSINATURAS

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser fonte de sabedoria constante em todos os momentos da minha trajetória nessa vida. A presença Dele é inexplicável, mas o meu corpo, a minha mente e o meu espírito celebram euforicamente cada instante em que nossa união é perceptível aos meus olhos ainda tão obscurecidos pelas distrações que encontro na vida cotidiana.

Aos mestres e guias espirituais que realizam os trabalhos invisíveis, e talvez os mais importantes, em nossas vidas. Especialmente, nos momentos em que as dificuldades parecem ganhar força sobre o compromisso evolutivo de cada um de nós. Sua atuação é sempre suave, amável, confiante e precisa, nunca esperando retorno algum que não seja o empenho em amar mais. Aos meus guias, guardiões e amigos invisíveis, especificamente, por serem bálsamo e escudo nas verdadeiras guerras que travo internamente no descobrimento de mim mesmo. Também pelo conforto e aconchego oferecido nas horas de desencanto, não sem o necessário resgate da disciplina e da meditação. Não há palavras que expressem tamanha honra e nobreza que sinto. Eu simplesmente agradeço, da maneira mais sincera que consigo, serenamente, por tudo que fizeram e fazem por mim todos os dias. Todo aprendizado e todo companheirismo. Gratidão.

A minha nobre amiga, desde há muito tempo, Ana Luisa Fernandes, a brisinha, por ter dedicado longas horas de carinho e conversa a esse mestrando virginiano barra pesada que sou eu. Gratidão por cada centímetro de paz e de alegria que o seu coração emana, ainda hoje, pra todos nós. Eu te vejo, te reconheço e agradeço. Por ter me acolhido nos momentos difíceis e me acalmado como uma grande mãe na hora da dor. Por tantas longas risadas, tanta alegria e tanta satisfação que vivemos nesse tempo tão especial. Sua presença é hoje parte inexorável do meu Caminho. Gratidão. Sem você nada disso teria sido possível.

Ao meu pai e minha mãe por serem pessoas de inestimável nobreza e honestidade. A eles devo minha educação primeira e todo o meu respeito por todos os momentos em que seu amor chegou até mim mesmo sem que eles tivessem consciência. Sua casa em Araguari será sempre o “ninho” onde meu coração encontra maior alento para as provas da vida. Gratidão.

A minha irmã, sempre muito forte e autêntica, por toda beleza e carinho que desperta em mim e naqueles que se surpreendem com a sua presença. Também ao seu filho Arthur, meu

sobrinho, por me ensinar todos os dias que educação é presença, consciência e amor, nunca imposição.

Aos amigos inesquecíveis que trouxe no coração para Belo Horizonte e àqueles que conheci no fronte de batalha, ansiosos sempre por um mundo mais suave e mais prospero para todos nós. Ao mestre e irmão de luta João Batista, chefe do prédio, pela sabedoria sempre ativa e confiante em colocar em práticas princípios tão grandiosos como os deixados por Jesus. Sua grandeza de espírito é inestimável, meu amigo, serei eternamente grato por todos os ensinamentos. Ao Walter, grande amigo, electricista do prédio, por confiar, respeitar e ensinar tanto com tanta simplicidade e caráter. A Aritana, especialmente, por ser uma irmã que eu aprendi a respeitar tamanha a pureza de coração e vontade de vencer. A Glauce, Suellen e Samuel pela companhia sempre agradável. Citar os nomes de todos não é tão relevante quando eu sei o quanto são muitos e o quanto sua presença é nobre no meu coração.

Ao verdadeiro mestre e orientador Luiz Alex Saraiva, pela orientação, sempre muito precisa, quanto aos caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa. Tamanha a minha surpresa inicial pela compreensão, capacidade intelectual e pelo profissionalismo, que não tardou para que o meu primeiro desencanto com orientadores se transformasse em admiração. Gratidão. Especialmente porque agora tenho um exemplo a seguir.

Ao professor Carrieri pela disposição em auxiliar teoricamente meu estudo e por se dispor sempre a uma boa conversa. A professora Deise pela delicadeza e pela disponibilidade em auxiliar, sorrir e ajudar sempre.

Aos sujeitos da pesquisa, grandes aventureiros e andarilhos espirituais que se espalham por todos os cantos da cidade e do mundo. As histórias enriquecedoras, a companhia irreverente e os ensinamentos do que, para outras pessoas, poderia parecer banal, cristalizam no meu coração o desejo sincero de ser mais e de me tornar tão grande quanto alguns de vocês que encontrei nas caminhadas de sexta pelas ruas de Belo Horizonte.

Aos amigos do grupo de auxílio que acompanhei, sempre receptivos e agradáveis. Muito empenhados em sua prática e compromissados com uma esperança que, em nenhuma hipótese, pode deixar de existir.

Agradeço, por fim, ao pessoal do CEPEAD – Centro de Pós-graduação e Pesquisas de Administração – pela assistência e pela compreensão. Especialmente, Verinha, Luciana e Mara. Um abraço fraternal.

*“Um homem com uma dor
É muito mais elegante
Caminha assim de lado
Com se chegando atrasado
Andasse mais adiante*

*Carrega o peso da dor
Como se portasse medalhas
Uma coroa, um milhão de dólares
Ou coisa que os valha*

*Ópios, édens, analgésicos
Não me toquem nesse dor
Ela é tudo o que me sobra
Sofrer vai ser a minha última obra”*

Do poema “Dor elegante” de Paulo Leminski

RESUMO

Meu objetivo inicial neste trabalho foi caracterizar as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte. No caso da população em situação de rua, as políticas de ação social caracterizam as fontes criadoras das organizações com as quais ela se relaciona e as práticas sociais, os modos de agir, diante dessas organizações. Considerando que as pessoas em situação de rua empreendem relações diversas com essas organizações, o intuito principal desse estudo foi observar a relação de construção de uma ordem social, dentro e fora dessas organizações, e de como as pessoas em situação de rua lidam com essa ordem, dando vistas, especialmente, as práticas subversivas que são entendidas como movimentos de oposição direta e indireta a essa ordem. A ordem enquanto conceito é entendida nesse trabalho como uma organização possível, planejada e executada segundo critérios de algum grupo social, ou de um indivíduo, dentro de um regime definido que justifique, ou tente justificar, racionalmente, sua existência. A ordem, pensada como conceito, define um espaço e limita o “consumo” (CERTEAU, 1998, p. 16) que podem ser feitos nesse espaço. Definindo regras de movimentação e as possibilidades de ganhos de cada parte que se envolve. Enquanto a subversão caracteriza as práticas de fuga dessa ordem. O termo subversão pode ser entendido como uma reação de um conjunto de vozes às operações de ordenamento e controle da estrutura dominante (CARRIERI et al. 2008) tomando-se como fundamento que a subversão opera e se sustenta no conflito. Subverter é fazer um uso ilegal, ou informal, daquilo que se espera que seja feito. Essa capacidade de agir em desconformidade com as imposições de um determinado sistema organizado se funda nas reapropriações que os indivíduos fazem das normas e leis estabelecidas por meio de diferentes usos (CERTEAU, 1998) de algo que supostamente deveria ser recebido passivamente. O que se defendeu, desde o início, como argumento central desse trabalho é a ideia de que, não pelo fato de as pessoas em situação de rua receberem abrigo e alimento de outrem, elas necessariamente se submeterão a um sistema que, de alguma forma, lhes aprisiona em uma ordem que elas não reconhecem como legítima. Por isso, o tema da subversão foi de especial relevância no estudo das relações empreendida entre população em situação de rua e organizações. A cidade, como palco dos conflitos e *locus* investigativo dessa pesquisa, também é de fundamental relevância enquanto fonte de informação para a construção de conhecimento sobre essa relação. Entender a cidade é também entender as regras que a configuram, os espaços e os limites de cada um dos seus atores, as possibilidades de uso e as extensões da sua disposição física. A cidade é planejada e configurada para fins de uso humano, compondo uma das organizações em que nós nos inserimos no cotidiano da vida. (MAC-ALLISTER, 2001; 2004; SARAIVA; CARRIERI, 2012). As consequências de um estudo da cidade de Belo Horizonte como uma organização implicam o entendimento do conjunto de fenômenos sociais e espaciais atuando juntos na construção de uma cultura que identifica os sujeitos que nela se inserem. Portanto, foram observados os comportamentos da população de rua, em relação à ordem e subversão ou estratégias e táticas (CERTEAU, 1998), e aspectos que se referem a esse tema na cidade e nos equipamentos de assistência à população em situação de rua de Belo Horizonte. As evidências encontradas fortalecem o argumento de que não é possível um controle organizacional completo sobre as práticas dessas pessoas, ainda que elas sejam submetidas a várias formas de dependência das diversas organizações em que encontram auxílio assistencial.

Palavras-chave: Ordem e Subversão; Cidades; População em situação de rua;

ABSTRACT

My initial objective of this study was to characterize the social practices of the homeless in relation to the policy of social actions in the city of Belo Horizonte. In the case of the homeless population, policies for social action featuring the creators of the organizations to which it relates sources and social practices, modes of action, before these organizations. Whereas, homeless undertake various relationships with these organizations, the main aim of this study was to observe the relationship construction of a social order within and outside these organizations, and how homeless dealing with this order, giving views, especially the subversive practices that are seen as movements of direct and indirect opposition to this order. The order as a concept is understood in this study as a possible organization, planned and executed according to criteria of some social group, or an individual within a system defined to justify or attempt to justify rationally their existence. The order, considered as a concept, defines a confined space and "consumption" (Certeau, 1998, p. 16) that can be done in this space. Defining rules of movement and possibilities of earnings for each involved part. While the subversion features circumvention practices that order. The term subversion can be understood as a reaction to a set of voices to planning and controlling operations of the dominant structure (CARRIERI et al. 2008) taking as basis the subversion operates and maintains the conflict. Subvert is to use an illegal or informal, of what is expected to be done. This ability to act in violation of the dictates of a particular organized system is based on repossessions that individuals make the rules and laws laid down by different uses (Certeau, 1998) of something that was supposed to be received passively. What is stressed from the beginning, as the central argument of this work is the idea that, not because the homeless receive shelter and food for others, they necessarily will undergo a system that, somehow, imprisons them in an order that they do not recognize as legitimate. Therefore, the theme of subversion was relevant in the study of the relationships between population undertaken in the streets and organizations. The town, as the stage of conflict and investigative *locus* of this research is also of fundamental importance as a source of information to build knowledge about this relationship. Understand the city is also to understand the rules that shape the spaces and boundaries of each of its actors, the possibilities of use and the extensions of their physical layout. The city is planned and configured for human use, composing one of the organizations in which we place ourselves in everyday life. (MAC ALLISTER, 2001; 2004; HAIL; CARRIERI 2012). The consequences of a study of the city of Belo Horizonte as an organization involve understanding the range of social and spatial phenomena acting together in building a culture that identifies the subjects that fall within it. Therefore, the behaviors of the homeless were observed in relation to order and subversion or strategies and tactics (de Certeau, 1998), and aspects that relate to this theme in the town and care facilities to the people living on the streets of Belo Horizonte. The evidence found strengthens the argument that it is not a complete organizational control over the practices of these people, even if they are subjected to various forms of dependence of the various organizations that are assistive aid.

Key-words: Order and Subversion; Cities; Homeless

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Lista de Figuras

FIGURA 1 - População em situação de rua segundo local onde costuma dormir, 2007-8 (%).....	30
FIGURA 2 -- Esquema teórico-metodológico.....	98
FIGURA 3 – Albergue Municipal de Belo Horizonte.....	100
FIGURA 4 – Refeitório do albergue.....	130
FIGURA 5 – Corredores do Albergue.....	145
FIGURA 6 – Aposentos do Albergue.....	164
FIGURA 7 – Descanso no Albergue.....	172
FIGURA 8 – Espaço de convivência do Albergue.....	175
FIGURA 9 – Aposentos do Albergue (2).....	179

2 Lista de Quadros

QUADRO 1 – Nomes fictícios dos sujeitos entrevistados.....	92
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PROBLEMÁTICA EM FOCO	24
1.1 Tema em estudo	24
<i>1.1.1 O tema, os sujeitos e a administração pública</i>	<i>26</i>
1.2 O segmento	27
<i>1.2.1 Sobre relevância, originalidade e adequação</i>	<i>28</i>
1.3 Problema da pesquisa	33
1.4 Objetivos	33
<i>1.4.1 Objetivo geral</i>	<i>33</i>
<i>1.4.2 Objetivos específicos</i>	<i>34</i>
2 SUBVERSÃO E ORDEM	35
2.1 Ordem e subversão: conflitos de liberdade em uma sociedade funcional	35
2.2 Uma abordagem a partir das táticas e estratégias de Michel de Certeau	39
3 CIDADES, GESTÃO E ORGANIZAÇÕES	48
3.1 A cidade	48
3.2 Políticas públicas e práticas sociais na cidade	50
3.3 Gestão urbana	52
3.4 Organizações de amparo à população em situação de rua	57
4 OS SUJEITOS OCULTOS DA CIDADE	60
4.1 Caracterizações das pessoas em situação de rua nos estudos acadêmicos	60
4.2 Tipificações: os modos de ver	65

5 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	69
5.1 Posição epistemológica	69
5.1.1 <i>A ciência social aplicada em questão</i>	71
5.1.1.1 A herança positivista em ciências sociais e nos estudos organizacionais	71
5.1.1.2 Por uma escolha interpretativista e construtivista	72
5.2 Natureza da pesquisa	73
5.2.1 <i>A pesquisa qualitativa</i>	74
5.3 Técnicas de pesquisa	78
5.3.1 <i>A observação participante</i>	78
5.3.2 <i>As entrevistas semiestruturadas</i>	81
5.3.3 <i>Diário de campo</i>	81
5.3.4 <i>Narrativas</i>	82
5.4 Análise dos dados	83
5.4.1 <i>A “descrição densa”</i>	83
5.4.2 <i>A análise do discurso</i>	85
5.5 Percurso desse estudo	87
6 A VIDA NAS RUAS DA CIDADE: ORDEM E SUBVERSÃO	100
6.1 Ordem	101
6.1.1 <i>A “grande” casa e o “pequeno” morador</i>	101
6.1.2 <i>A rua da insubmissão: estratégias de controle na cidade</i>	105
6.1.3 <i>Sujeira na cidade: o controle pela limpeza dos corpos</i>	106
6.1.4 <i>“Trecheiros” e migrantes: o controle das intenções</i>	112
6.1.5 <i>O esforço por uma dignidade “perdida”: o controle legal no uso da cidade</i>	113
6.1.6 <i>Tentativas de reinserção</i>	116
6.1.7 <i>A resignação como ordem imposta</i>	117
6.1.8 <i>O “sono dos justos”: os controles sobre os distúrbios e sobre o tempo</i>	118

6.1.9	<i>Repressão policial e repressão social</i>	121
6.1.10	<i>A função social dos equipamentos de amparo e a questão do sexo nas ruas</i>	122
6.1.11	<i>Os limites fugidios da população em situação de rua</i>	125
6.1.12	<i>“Necessidades na porta da minha casa?”</i>	126
6.1.13	<i>Justificativa pelo medo</i>	127
6.1.14	<i>A mudança da população em situação de rua</i>	128
6.2	Subversão	129
6.2.1	<i>Subversão entre os usuários do albergue</i>	130
6.2.2	<i>Maneiras de subverter: táticas em relação ao albergue e à república “Maria Maria”</i>	132
6.2.3	<i>Sujeira e subversão</i>	136
6.2.4	<i>Subversão pela adesão religiosa flutuante</i>	137
6.2.5	<i>Subversão pelas construções indevidas no espaço público</i>	139
6.2.6	<i>As crianças na cidade</i>	144
6.3	A escolha pela rua	144
6.3.1	<i>Infantilização da população em situação de rua</i>	145
6.3.2	<i>A rua como prática de liberdade</i>	152
6.4	Embates entre as organizações de amparo e a sociedade	155
6.5	Discordância entre grupos de amparo	157
6.5.1	<i>“Alguém se habilita?”</i>	157
6.5.2	<i>A prefeitura e os grupos de auxílio</i>	159
6.6	Internação compulsória	163
6.6.1	<i>“Ir e vir sim, permanecer jamais”</i>	164
6.7	Causas da situação de rua	171
6.7.1	<i>A rua como lugar da fraqueza moral</i>	172
6.8	Discurso das pessoas em situação de rua sobre si mesmos	174
6.8.1	<i>Entra anjo, vira bicho</i>	175
6.9	Insuficiência do equipamento de atendimento	178
6.9.1	<i>Atendimento insuficiente</i>	179
6.9.2	<i>Redução de danos: uma proposta de construção de vínculo</i>	181
6.9.3	<i>Bolsa moradia</i>	182

CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
Contribuições e limitações	200
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICES	209
Apêndice A – Roteiro semiestruturado de entrevista: Albergue	215
Apêndice B – Roteiro semiestruturado de entrevista: Políticas públicas	217

INTRODUÇÃO

Continuamos e encontramos um senhor velho, negro, mas em estado de aparente tranquilidade. Ele vendia balas e chicletes em um balcão montado de maneira improvisada sobre caixas de papelão. Junia¹, a mulher que guiava nosso grupo, disse que ele se dizia físico, graduado na Universidade Federal de Minas Gerais e que, às vezes, ele dizia coisas que nem ela conseguia entender. Ela também disse que ele era muito inteligente. Particularmente, já tinha ouvido aquela história outra vez. Segundo contaram-me, este senhor deixou a família no Rio de Janeiro e veio estudar em Belo Horizonte, chegando aqui, após ter se formado e feito pós-graduação, não conseguiu emprego e, tomado pelo orgulho, não aceitou pedir ajuda da família. Acabou na rua como tantos outros.

Meu objetivo neste trabalho foi caracterizar as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte. A motivação inicial que me levou a buscar esse objetivo foi a esperança de compreender como as pessoas que vivem nas ruas se relacionam com a cidade e com as instituições² que lhes são destinadas. Esse interesse foi, antes de qualquer coisa, um interesse de olhar essas relações sob a ótica dos estudos organizacionais.

No caso da população em situação de rua, as políticas de ação social caracterizam as fontes criadoras das organizações com as quais elas se relacionam e as práticas sociais, os modos de agir, diante dessas organizações. Não encontrei nenhum trabalho com enfoque organizacional que analisasse essa relação. Entretanto, como se trata de uma população que não tem nenhum recurso para contratar tal pesquisa, ou pelo menos que interesse ao mercado empresarial de alguma forma, não me surpreendi. A ciência social aplicada é um bem da humanidade e deveria servi-la como um todo, e não apenas àqueles que dispõem de recurso ou de alguma fama para tornar seus interesses evidenciados socialmente, mas também àqueles que nada têm: os anônimos.

¹ Todos os nomes utilizados nesse trabalho, tanto nos relatos quanto nos registros do diário de campo, são fictícios.

² Para melhor entendimento do contexto em que estou trabalhando com as *instituições* de amparo a moradores de rua, passarei a utilizar o termo *organizações* de amparo destinadas a moradores de rua no lugar de *instituições*.

Após um mês residindo em Belo Horizonte, comecei a participar de uma campanha de auxílio à *população em situação de rua*³ por meio de alimentação noturna, uma vez por semana. Saíamos todas as sextas-feiras com pães e suco para todo aquele que buscasse se alimentar. Minha experiência, que durou mais de um ano, foi a cada dia mais surpreendente, tanto no que tange a um aprendizado tácito das relações com pessoas muito diferentes daquelas que eu convivia, quanto no que se refere a um aprendizado específico, íntimo, que chamo autoconhecimento. Cada nova reunião é também um novo desafio. Em se tratando da rua, o medo é uma constante, não um acaso. No entanto, em todo o período que trabalhei com as pessoas em situação de rua não havia sequer cogitado a hipótese de realizar um trabalho acadêmico que levasse em consideração aqueles dois aprendizados que vinha construindo. Minha passagem para o estudo dessa população veio como uma oportunidade salutar, em fins da data de defesa do meu projeto de pesquisa.

O tempo tem passado desde então, e meu olhar sob as pessoas em situação de rua está cada vez mais intenso e a cada dia estou mais envolvido pela teoria de que me aproprio nas leituras para a pesquisa. Do momento em que tomei a decisão de aceitar esse trabalho até agora, foram meses em que meus olhos têm sido conduzidos a cada canto sujo da cidade, cada viaduto, cada fogueira que solta fumaça noturna no desespero do frio. Tenho seguido, desde então, atrás da fumaça e do mau cheiro daqueles que por muito tempo considerei predadores, daqueles por quem senti compaixão e, ao mesmo tempo, raiva por nunca seguirem as regras que acreditei, e daqueles que muitas vezes me surpreenderam com uma força de olhar que nunca conseguí descrever. Pois, assim como o medo ronda a noite, rondam também os guardiões que a mantém, a protegem, a defendem, e nos ensinam o porquê da existência dela.

Este trabalho que apresento não é ortodoxo. Como o leitor já deve ter percebido, trato o assunto na primeira pessoa do singular e este é um ponto relevante a esclarecer. Entendo neste trabalho e na escolha epistemológica que fiz (GONZÁLEZ REY, 2005; PAGÈS *et al.*, 1993) que a subjetividade é indissociável de qualquer forma de conhecimento que nós, homens e mulheres, venhamos a produzir. O conhecimento científico não seria diferente, e não por isso deixaria de ser interessante à humanidade como forma de dar soluções a seus próprios conflitos (KUHN, 2010; CHALMERS, 1993), não sou o primeiro a lhe fazer tal crítica. No

³ *População em situação de rua* ou *população de rua* serão os termos utilizados para designar os antes chamados mendigos, povo da rua, pedintes, moradores de rua (NEVES, 2010; MENDES, 2007). No segundo capítulo desse trabalho voltarei a esse tema na seção destinada a caracterizações e tipificações usadas para identificar essa população.

entanto, a posição em primeira pessoa não indica apenas uma crítica à *neutralidade* científica, indica também que o trabalho de que me valho nesta pesquisa é pessoal e sistemático desde então, embora já o tenha empreendido (não com um interesse estruturado como o faço agora) de outras formas menos formais na minha experiência de vida. Vivi, durante muito tempo, em busca de respostas não menos importantes do que essa que busco agora. Já conversei com vários moradores de rua, já tentei entender as ruas, e também já passei alguns dias nelas, embora não considere que de forma alguma estive nelas abandonado, tal como se sentem esses sujeitos e amigos com quem conversei em busca de respostas.

A possibilidade do “fazer científico” sugere uma nova abordagem, essencialmente metodológica, e uma teoria sobre as práticas dos sujeitos diante da vida. Contudo, considero a experiência científica como algo a acrescentar as minhas possibilidades de conviver com a dúvida, e não como uma experiência que vai saná-las de todo. De toda forma, não espero com isso ofender àquele que se dedicou durante muito tempo na busca da neutralidade e da correspondência da razão a suas experiências de vida; mas, antes de qualquer coisa, se este é um projeto coerente com as escolhas epistemológicas que fiz, é necessário empreendê-lo com convicções pessoais e irrevogavelmente minhas; por isso, a linguagem em primeira pessoa é validada aqui como uma parte do todo, embora não menos importante, que virá a acrescentar um aspecto de visualidade ao subjetivo indissociável desta pesquisa.

Ainda corroborando com os argumentos a favor da linguagem em primeira pessoa, nas conversas com o meu orientador e na revisão bibliográfica que fiz para a construção metodológica, encontrei na inspiração etnográfica a possibilidade do uso dessa forma de escrever como um adjunto indispensável ao caráter pessoal das descrições das vivências no campo. Na etnografia, a linguagem em primeira pessoa é reconhecidamente científica tanto quanto a linguagem neutra em outras possibilidades metodológicas⁴. E embora neste trabalho a estratégia de pesquisa não tenha sido propriamente etnográfica, especialmente por uma limitação de tempo, a forma de abordar o tema e o processo de construção da metodologia foi, necessariamente, baseada em estudos etnográficos de autores que já trabalharam com a população em situação de rua. Voltarei a essa discussão no capítulo referente ao percurso metodológico, especialmente em uma seção dedicada à posição epistemológica que assumo neste trabalho.

⁴ Para mais detalhes, consultar as etnografias em Gracff (2012), Garbouriau (2011), Magni (2011), Cefai (2010), Ferreira (2010), Alvarez e Rosenberg (1999) e Gomes (2006).

A proposta de estudo de uma população que se insere sub-repticiamente na cidade foi um desafio que contribuiu muito para que meu sentimento de estrangeiro (porque morei no interior quase toda a minha vida) se tornasse um sentimento a ser estudado junto a uma população está carregada dele: afinal o estrangeiro é aquele que não pertence ao lugar que ocupa. Tanto quanto os trecheiros e os migrantes (MENDES, 2007), vim para Belo Horizonte em busca de trabalho. Esclareço que não estou comparando as posições, muito menos a necessidade com a qual cada um de nós olha para o trabalho; entretanto o que me chamou a atenção e tornou meu estudo uma busca pessoal, foram, justamente, as congruências que não se calam entre nós (considerando “nós” como homens e mulheres com posses) e aqueles que nada têm.

A população em situação de rua, como entendida no campo dos estudos sociopolíticos carece, de várias maneiras, de uma defesa pública – formalizada em leis – que a torne detentora de condições dignas de vida (COSTA, 2005). Mas, independente disso, os conflitos nos quais se inserem são semelhantes aos nossos (SNOW; ANDERSON, 1998). Somos dependentes de necessidades semelhantes. Entretanto, a população em situação de rua carece da maioria dos recursos de que dispomos cotidianamente para suprir essas necessidades. Essa população, como considerada por Mendes (2007), vive em uma realidade que não proporciona acúmulos de quaisquer tipos. Portanto, um estudo sistemático das suas dimensões de ação exige do pesquisador uma aproximação diferenciada, algo que se insira nos padrões que Magnani (2002) chamou *de perto e de dentro* na busca dos fenômenos, para que a mobilidade e a dispersão não sejam empecilhos à construção de conhecimento sobre o assunto. A própria definição de quem é ou não uma pessoa em situação de rua é colocada em questão pelos autores (FERREIRA, 2006; MENDES, 2007). Contudo, importa que um estudo organizacional dessa população leve em consideração suas necessidades, e também suas congruências com a população domiciliada, para que se estabeleçam relações possíveis entre esses sujeitos e as organizações com as quais eles lidam diariamente, inclusive se uma dessas organizações for a própria cidade.

Tanto o palco escolhido, a cidade de Belo Horizonte, como os sujeitos dessa pesquisa foram selecionados por motivos que serão delineados no próximo capítulo deste projeto. Entretanto, a pesquisa se constrói em um processo (GONZÁLEZ REY, 2005) e, com ela, novas possibilidades surgem. A cidade de Belo Horizonte hoje é uma das maiores cidades do país,

contando com 2.375.151 habitantes de acordo com o censo de 2010, e constitui a capital de Minas Gerais. Motivada ideologicamente por uma perspectiva de modernidade e progresso material, Belo Horizonte nasce em 1897 e, desde então, carrega em si características de uma “urbanização recente, materializada em termos espaciais em processos de fragmentação e dispersão do tecido urbano, associados a mecanismos de crescente segregação socioespacial” (COSTA; PELXOTO, 2007, p. 318). Este fato – a crescente segregação socioespacial – salta aos olhos de quem se encontra com a cidade pela primeira vez.

Entender a cidade é também entender as regras que a configuram, os espaços e os limites de cada um dos seus atores, as possibilidades de uso e as extensões da sua disposição física. A cidade é planejada e configurada para fins de uso humano, compondo uma das organizações em que nós nos inserimos no cotidiano da vida (MAC-ALLISTER, 2001; 2004; SARAIVA; CARRIERI, 2012). Para pensar melhor a cidade entendida como organização, Mac-Allister (2001) propõe alguns traços em que ambas, organizações e cidades, se assemelham, tais como: ambiguidade, complexidade, contradição, pluralidade e singularidade.

As consequências de um estudo da cidade de Belo Horizonte como uma organização implicam o entendimento do conjunto de fenômenos sociais e espaciais atuando juntos na construção de uma cultura que identifica os sujeitos que nela se inserem. A cidade como organização social e a cidade como organização espacial se fundem, tornando a representação de uma cidade visível em todos os componentes do seu espaço. Para estudar a população em situação de Rua em Belo Horizonte, utilizo os estudos sobre cidade a fim de captar as construções que cada elemento cidadão tem sobre esses sujeitos, como eles se afetam, em termos de espaços praticados pelos agentes que criam estratégias e táticas – no sentido proposto por Certeau (1998) – com as quais a população de rua lida diariamente.

A partir daí, o estudo organizacional da cidade é, também, um estudo das práticas sociais dos agentes que nela trafegam, entendidos aqui como sujeitos de sua composição. Nem todos os habitantes participam do planejamento da cidade, mas todos a vivem diariamente. Nisso, observa-se que as políticas públicas que formam um instrumental por qual é gerido a cidade criam os espaços em que essas práticas sociais são possíveis. Embora nem todas as práticas sociais se enquadrem no que a cidade espera delas. Justamente, neste desvio, entre políticas públicas e práticas sociais se insere uma relação entre sujeito e cidade, que é também uma relação entre sujeito e organização.

Sobre essa relação entre os sujeitos e as organizações, a ideia que motivou o tema *Ordem e Subversão* nas cidades está baseada na capacidade humana de ressignificar seu espaço segundo as suas próprias convicções (JOSGRILBERG, 2008). Na ideia de subversão, estão esboçados traços de uma resistência (MENDONÇA, 2012) que espreita o momento oportuno e impõe sua existência em um meio que lhe é adverso. Resistir, ainda que de uma forma sutil, representa, para Certeau (1998), uma fração em que o fraco persiste e se impõe ao forte numa relação de poder: mesmo que seja pela subversão dos registros desenvolvidos por esse último. A ordem é entendida aqui como uma configuração que mantém certas características de estabilidade e que evita a todo custo sua destruição. Ordenar significa estabelecer leis e registros em que funcione determinado sistema. Subverter significa encontrar fissuras nesses sistemas que deem possibilidade para que os registros sejam alterados informalmente e funcionem sob tutela de outros significados (JOSGRILBERG, 2008).

Nesta dissertação, a abordagem do tema ordem e subversão parte de uma interpretação do trabalho de Michel de Certeau (1998) e de correlatos em que ordem e subversão tomam a forma de estratégias e táticas na maneira entendida por este autor. A diferenciação dos conceitos será explicada com maior detalhe no capítulo referente às aproximações teóricas deste trabalho. Dentro dos fenômenos que serão observados, a intenção que me motivou a ir às ruas e às organizações de amparo à população em situação de rua foi tentar compreender a correspondência entre as ações estratégicas tomadas pelas organizações – aqui entendidas como a cidade de Belo Horizonte, as organizações de amparo, os grupos de auxílio e mesmo as próprias pessoas em situação de rua – e as reações táticas diversas das pessoas em situação de rua a esses outros atores.

Nesse sentido, as táticas, ou subversões, que estudei foram delineadas especialmente a partir de práticas das pessoas em situação de rua. Os grupos de auxílio acompanhado e os atores da prefeitura e do albergue tiveram suas relações analisadas, mas não no âmbito de uma subversão. Isso porque os sujeitos desse estudo são as pessoas em situação de rua e foram as subversões por eles praticadas que estabeleceram o marco da discussão entre ordem discursiva, cidade gerida e práticas sociais de resistência. Desse embate entre estratégias e táticas (CERTEAU, 1998), ordem e subversão nas cidades e nas organizações nasce, também, a possibilidade de entender em que sentido a liberdade de escolha é possível em organizações que se inserem na estrutura social na qual vivemos.

Minha posição política neste trabalho é a de que as pessoas em situação de rua são iguais a qualquer um de nós (pessoas com posses). Todavia, as condições materiais, psicológicas, emocionais e sociais em que elas se inserem criam restrições de toda ordem, fazendo com que seu comportamento se torne cada vez mais incompreensível e incômodo àqueles que deles se diferem. As pessoas em situação de rua são tanto produtos de escolhas históricas da humanidade em um sistema capitalista quanto nós; entretanto, encontram-se numa camada desfavorecida da hierarquia social e precisam ser fortalecidas politicamente pela classe social que dispõe de recursos para tanto.

A partir disso, entendo que a criação de políticas públicas, organizações de amparo e de projetos para a população em situação de rua precisa levar em conta os interesses deles, da maneira mais específica e contextual possível, para que sejam reconhecidas como legítimas e alcancem um relativo sucesso. Da mesma forma, estendo esse pensamento – de fortalecer os “mais fracos” – à sociedade como um todo, que na maior parte das vezes é preconceituosa e exclui irresponsavelmente essa população, sem a menor preocupação de causa e de compromisso com a vida dessas pessoas. Isso implica, na maioria das vezes, um afastamento ainda maior e em um desrespeito, que contribuem para que a situação de rua delas se torne cada vez mais crônica e hostil.

Defendo como argumento central desta dissertação a ideia de que, não é pelo fato de as pessoas em situação de rua receberem abrigo e alimento de outrem, que elas necessariamente se submeterão a um sistema que, de alguma forma, lhes aprisiona em uma ordem que não reconhecem como legítima. Por trás dessa ideia há um pressuposto de liberdade dos seres humanos e, independente dos sistemas em que eles se organizam ou se inserem, não há controle possível que subjugu totalmente o comportamento humano. Assim, as pessoas em situação de rua não se submeterão a qualquer regra de ordem social enquanto não escolherem aceitar essa ordem como legítima.

Isso significa que a resistência permanece, ainda que oculta e dissimulada em pequenos atos, palavras, comportamentos e ideias que lhes permitem sobreviver com sua própria identidade, mesmo sabendo-se excluídos da estrutura social comum. É justamente isso – o fato de sempre encontrarem mecanismos de sobrevivência e adaptação – que lhes caracteriza como

seres humanos de potencial inestimável em sua produção pessoal, em seus recursos de criação e adaptação, e, sobretudo, em sua liberdade de escolha.

Com isso, espero ter deixado claras as duas posições centrais deste trabalho: a política e a acadêmica. Certamente que não estou só nessa posição e nem tirei esse argumento apenas de reflexões pessoais. Também não estou aqui fechando a pesquisa em uma atitude de comprovação dessas posições, mas estabelecendo marcos pelos quais uma teoria das práticas cotidianas desses atores foi abordada durante toda a pesquisa de campo. Concordo com Snow e Anderson (1998, p. 495), em sua conclusão após dois anos de estudos etnográficos (de 1984 a 1986), que:

...nossas tentativas de compreender os moradores de rua, ficamos impressionados muito mais com sua normalidade do que com sua patologia. De perto e em contexto, são notavelmente parecidos com a maioria de nós em suas necessidades básicas, sonhos e desejos, estratégias interpessoais, e sua tendência de explicar sua situação de uma maneira que tenta resgatar o eu. Há diferenças, certamente, mas elas não são tanto qualitativas quanto nuançadas e, às vezes, exageradas. Além disso, na maioria dos casos, essas diferenças não nascem das fragilidades de caráter, mas estão enraizadas na situação profundamente triste em que os moradores de rua se encontram. Confrontados com um conjunto semelhante de circunstâncias, os comportamentos, cognições e faces da maioria dos cidadãos seriam, sem dúvida, muito parecidos.

Outros exemplos que aproximam da minha posição são encontrados em Gomes (2006), que investiga os processos de subjetivação da população em situação de rua no espaço urbano da cidade contemporânea, encontrando meios para construir sua subjetividade a despeito das construções discursivas e materiais de uma discriminação presentes na sociedade; nas abordagens do encontro transformador em Alvarez, Alvarenga e Rina (2009), Alvarez, Alvarenga e Ferrara (2004), Alvarez e Rosenburg (1999) que atuam mais no campo da Psicologia e de técnicas de restabelecimento de uma identidade dentro de uma proposta mesma de compreensão dos agravantes sociais que permeiam a formação dessas pessoas; e, especificamente quanto à posição política, em Costa (2005), que analisa a caracterização da população em situação de rua e sua contextualização em paralelo às políticas públicas a ela destinadas, confrontando as necessidades relativas a esse grupo existentes e o que de fato tem sido feito para atenuar as condições hostis da vida na rua.

No que se refere à criação de estratégias de sobrevivência e à subversão das normas para criação de regras informais, Snow e Anderson (1998) também fazem um delineamento bastante completo desse comportamento visível na população de rua. Isso não quer dizer que o assunto esteja esgotado ou que esta pesquisa não traga novas possibilidades para a compreensão do comportamento da população em situação de rua em sua relação com as organizações de amparo. O foco com o qual me identifico aqui não é apenas social, mas também, organizacional, o que implica não apenas ampliar o estrato descritivo dessas estratégias de sobrevivência⁵ em relação às organizações, assim como, compreender com maior profundidade as reais necessidades dessa população.

Este texto está organizado em sete capítulos maiores além desta introdução. O primeiro capítulo se refere à problemática em foco neste trabalho, contendo uma breve delimitação do tema e da oportunidade do estudo, além de uma apresentação teórica como os primeiros esboços de uma justificativa da pesquisa. Sigo, neste mesmo capítulo, com a definição do problema da pesquisa e finalizo considerando os objetivos gerais e específicos que me guiaram durante este estudo.

Nos três capítulos seguintes, faço considerações teóricas sobre o estudo que realizei. No primeiro deles, delimito o tema desta pesquisa: *Ordem e Subversão* nas organizações, na qual identifico os conceitos de ordem e subversão utilizados, além de explicitar minha perspectiva para o estudo das práticas sociais da população de rua, que está baseada na abordagem de Michel de Certeau sobre as *práticas cotidianas*, as quais serão detalhadas nessa mesma seção. Na segunda seção teórica discuto os *espaços* em que realizei a pesquisa, contendo os conceitos mais relevantes à delimitação de cada um dos dois *locus* de pesquisa: a cidade de Belo Horizonte e as organizações de amparo a pessoas em situação de rua dessa mesma cidade. Entre a definição dos conceitos ligados a esses espaços, empreendo uma discussão sobre as políticas públicas (de ação social) que estão ligadas à população em situação de rua, buscando encontrar pontos de congruência para uma análise de maior profundidade. Por fim, na terceira seção teórica faço uma referência aos *sujeitos* que pesquisados – a população em situação de Rua de Belo Horizonte. Nesta seção, considero as caracterizações e as tipificações já realizadas sobre esses mesmos sujeitos dentro dos estudos acadêmicos.

⁵ O que neste trabalho chamarei de táticas, conforme Certeau (1998).

Logo após, esclareço questões referentes à metodologia da pesquisa. Para tanto, faço uma reflexão epistemológica considerando o paradigma interpretativo construtivo para a abordagem do tema em questão. Depois, passo para a discussão da natureza da pesquisa qualitativa e sigo com a apresentação das técnicas de pesquisa: observação participante e entrevistas semiestruturadas; e, por fim, passo à discussão dos instrumentos de coleta de dados e da análise dos dados que foram utilizados neste trabalho. No último tópico do capítulo descrevo o percurso metodológico realizado na pesquisa.

No capítulo “a vida nas ruas da cidade: ordem e subversão”, apresento os dados analisados por meio da análise do discurso e faço as considerações referentes aos aspectos teóricos encontrados. As narrativas e os registros do diário de campo também são intercalados com os discursos dos entrevistados, mostrando uma perspectiva do cotidiano observado.

Por fim, são feitas considerações finais sobre o estudo, apresentando os resultados, ainda que parciais, sobre as análises empreendidas. Também são apresentadas as contribuições deste trabalho seguidas das principais limitações do estudo.

1 PROBLEMÁTICA EM FOCO

Um dos sujeitos que encontramos no caminho, Jonas, disse que estava com muito medo das manifestações. Perguntamos “por quê?”, e ele disse que os manifestantes podiam pegá-lo e machucá-lo, uma vez que não estavam se importando com as pessoas de rua. Ele relatou que saiu do centro da cidade e foi dormir naquela área para evitar que fosse queimado ou machucado por pessoas ruins.

Neste capítulo abordo as primeiras definições sobre este estudo. Primeiro faço uma introdução da perspectiva de Certeau em relação à Ordem e Subversão como são entendidas nesse autor, depois justifico a escolha do tema e dessa perspectiva. Depois, passo a justificativas referentes às possibilidades teóricas para o campo e ao setor do estudo. Sigo com uma apresentação de pontos referentes à relevância, originalidade e adequação do estudo e, por fim, passo ao problema da pesquisa, seguido pelos objetivos geral e específicos que foram compreendidos na pesquisa.

1.1 O tema em estudo

A noção de ordem social está impregnada na gestão das organizações, nos hábitos e nas regras de convivência humanas. Dessa noção emergem normas e controles que constroem todo aquele que tenta resistir às suas imposições. Cada ser humano está imerso em condições e limites sociais com os quais lida diariamente. Pretensões, resistências, angústias e sucessos são possíveis, mas limitados e transitórios. A noção de ordem e controle social conflita com os interesses do ser e nele limita as ações mais ínfimas do seu dia-a-dia. É a partir daí, e justamente por isso, que Certeau vai à busca de uma abordagem que ponha em questão esse controle. Michel de Certeau (1925-1986), pensador francês contemporâneo e admirador de Foucault, constrói seu pensamento diante das *práticas cotidianas*: momentos do dia-a-dia que revelam aspectos da dinâmica de interação entre o sujeito e o poder disseminado na estrutura social (JOSGRILBERG, 2005).

Após uma leitura de “Vigiar e Punir” de Foucault, e de suas reflexões pessoais, Certeau entende que, no controle social – representada no panóptico de Foucault⁶ – organizado pela sociedade em que vivemos existem fissuras, as quais os sujeitos, no dia-a-dia mesmo das suas ações, têm acesso, ainda que de maneira não consciente. Essas ações que encontram as fissuras do controle Certeau (1998) chamaram de táticas: movimentos clandestinos que revelam momentos de transgressão do sujeito às imposições do controle social. As táticas são, para ele, a arte do fraco, o ato clandestino diante das estratégias organizadas para a manutenção de uma ordem. Desde já adianto que táticas e estratégias em Certeau têm definições diferentes das comumente utilizadas. São movimentos que não se separam e, na sua oposição inconstante, se produzem mutuamente. Como afirma Josgrilberg (2005, p. 124),

a distinção que Certeau faz entre táticas e estratégias tem um caráter operacional que busca compreender as relações de poder. Por exemplo, uma diferença principal é o status dessas relações e a capacidade de manter o que elas conquistam ou usam. As estratégias têm por objetivo a organização de um espaço que é estável, onde o tempo é controlado; elas apontam para a ficção de controle do objeto da história ou das práticas da vida cotidiana. As estratégias dependem de um poder para sustentar tais situações. As táticas abrem possibilidades ao usar a linguagem também. Contudo, sua relação com o tempo é radicalmente diferente. As táticas não supõem um controle do tempo e invocam um movimento contínuo.

Da mesma forma, Certeau (1998) busca, na dinâmica de opostos, metáforas que o ajudem a explicar a organização do real. Com isso ele trabalha aspectos como a escrita e a oralidade, o espaço e o lugar, a enunciação linguística e o ato de ler, o caminhar do pedestre na cidade (JOSGRILBERG, 2005).

O percurso de Certeau pelas táticas e estratégias, assim como as relações dinâmicas entre o sujeito e a realidade que se lhe impõe, está presente neste trabalho mediando o tema Ordem e Subversão, escolhido para analisar as relações da população de rua com a cidade e com as organizações de amparo destinadas a eles de Belo Horizonte. A tomada de Certeau como autor principal utilizado neste estudo, entretanto, não se deve apenas à caracterização peculiar que ele propõe das táticas e das estratégias enquanto momentos de poder, mas também pela relação da sua teoria com a capacidade dos anônimos, dos fracos, daqueles que se encontram

⁶ As discussões que Foucault elabora sobre a genealogia do poder, as microliberdades e a governamentalidade não são descartadas nesse trabalho, entretanto, por uma limitação de tempo, optei por considerar a teoria das práticas cotidianas de Certeau (1998) como elemento central na análise da subversão e da ordem.

no silêncio da estrutura, como é o caso de muitos dos sujeitos que foram estudados nesta pesquisa. Dar voz aos anônimos, àqueles que foram marginalizados na situação corrente, é um interesse de Certeau ao trabalhar com as táticas diante das estratégias e também um dos meus interesses nesta pesquisa.

1.1.1 O tema, os sujeitos e a administração pública⁷

Na conclusão de seu estudo sobre a população em situação de rua, feito em Belo Horizonte, Ferreira (2006, p. 16) atesta que,

Cada experiência possui suas próprias peculiaridades e diferentes graus de êxito ao lidar com este grupo populacional, para avaliá-los serão necessários estudos específicos, caso a caso, sob pena de generalizações e conclusões apressadas sobre a abrangência dos resultados das políticas. Porém, de uma forma geral, pelo menos duas grandes características podem ser apreendidas das políticas públicas voltadas para a pessoa em situação de rua. A primeira é a de que intervenções setoriais, que visem apenas determinados aspectos do problema, como só a saúde, ou só a geração de emprego e renda, ou só a habitação tendem ao fracasso, na medida em que o fenômeno população de rua é multidimensional por natureza. O segundo aspecto que decorre do primeiro, diz respeito ao tempo e aos custos envolvidos. Normalmente, a implementação e a manutenção de políticas para este tipo de população devem abranger grandes períodos de tempo e acompanhamento. A saída da rua é um processo lento e muitas vezes doloroso, especialmente, para aqueles que já se encontram há muito tempo em condições degradadas. Uma consequência de todas estas características é que os custos envolvidos são elevados, o que por sua vez, não incentiva a elaboração e a implementação de políticas muito abrangentes.

Em outro estudo feito em Belo Horizonte, Mendes (2007; 2010) faz considerações sobre a ocupação territorial dos moradores de rua nessa cidade. A autora reflete sobre as diferentes caracterizações que eles dão a si mesmos e pelos quais outros agentes os reconhecem. Mendes (2010) atesta que não são apenas os moradores de rua que se beneficiam dos serviços públicos destinados a eles, mas também uma grande parte de viajantes “trecheiros”, trabalhadores itinerantes, maloqueiros e caídos.

⁷ Não ignoro o papel do Estado, no que tange a discussão das políticas públicas para pessoas em situação de rua, não ser apenas de cunho assistencialista, inclusive por ter tido contato com a abordagem Redução de Danos durante a pesquisa, mas, nessa dissertação, não estou interessado em fazer uma análise dessas políticas em termos de administração pública.

Para ela, essas denominações não têm uma demarcação muito clara, mesmo entre os próprios moradores e geram confusões no momento da implementação burocrática das políticas. As organizações do Estado têm políticas que não são válidas para todos e requisitam um processo burocrático. Entretanto nem todas essas pessoas têm condições de atender tais requisitos, daí o fato de eles fazerem uso de diferentes táticas para conseguir os benefícios. Isso é um problema do ponto de vista da gestão pública para contextos de exclusão social (NEVES, 2010), uma vez que essa população não tem a quem recorrer senão aos representantes do Estado e da caridade na cidade em que permanecem.

Para, além disso, quanto à dificuldade de se encontrarem políticas públicas que tenham uma validade efetiva para os moradores, Adorno e Varanda (2004, p. 66) constatam que,

Os programas sociais desenvolvidos nesse contexto trazem a marca ideológica do descarte social de uma população que é tratada como excedente. São programas marcados pela institucionalização de práticas que visam à retirada dessas pessoas das ruas, oferecendo, entretanto poucas possibilidades de uma reestruturação de suas vidas.

Tendo em vista essa complexidade tanto para se criarem políticas públicas para a população em situação de rua, quanto nas formas de se organizar e implementar essas políticas, entendo que a necessidade de um estudo como este nas organizações compreende o que Mac-Allister (2001; 2004) chamou de instrumental para lidar com a gestão em uma cidade. Nisso, os estudos organizacionais têm algo a oferecer aos estudos sociais e na administração pública.

1.2 O segmento

Em sua pesquisa sobre a população de Rua de São Paulo, Adorno e Varanda (2004, p. 62) sustentam que, “apesar do crescimento da população que passou a frequentar os albergues e centros de referência da prefeitura em função do aumento das vagas, permanece grande a população que declarou viver permanentemente nas ruas”. Essa mesma constatação pode ser encontrada na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), em que se revela a preferência dessa população pela rua, a despeito das organizações de amparo e

dos albergues criados para que passem a noite. Por que as pessoas desabrigadas preferem se submeter à violência e aos riscos da rua ao descanso relativamente tranquilo nos albergues?

Nessa última pesquisa (BRASIL, 2008), a maioria dos entrevistados alegou que a falta de liberdade, a delimitação dos horários e a proibição do uso de alcoólicos são os maiores motivos para que seja feita a escolha pela rua. Esse fato isoladamente já diz muito sobre as atitudes dos entrevistados em relação à ordem estabelecida – muitos têm dificuldades de lidar com a privação e com o controle social. Constituem, assim, indícios que tomamos como referência para buscar o tema ordem e resistência como ponto de partida dessa pesquisa. Como citam Adorno e Varanda (2004, p. 60),

as particularidades das experiências de cada um e de como cada pessoa reage aos seus efeitos na sua trajetória para a rua e depois que aí se instala, impede generalizações, todavia não se pode restringir essa trajetória ao universo subjetivo e à individualidade dos processos de fragilização dessas pessoas.

Dessa forma, ainda que respeitando as particularidades das pessoas em situação de rua que busco neste trabalho, adotei essa perspectiva – de ir a campo com uma teoria explicitamente definida, nesse caso a ordem e resistência partindo da abordagem de Certeau (1998) – porque concordo com González Rey (2005, p. 35) que não há neutralidade teórica, uma vez que,

o pesquisador é teórico em sua própria organização subjetiva enquanto sujeito da pesquisa, ao carregar um repertório de representações e de sentidos subjetivos que, com frequência inconscientes, expressam uma memória teórica, enquanto princípio de valor heurístico para a construção da experiência.

1.2.1 Sobre relevância, originalidade e adequação

Caracterizar os moradores de rua não é uma tarefa fácil, uma vez que uma grande parte dessa população está sempre em movimento, não havendo como aplicar método de recenseamento conhecido e adequado às populações sedentárias (FERREIRA, 2006). No Decreto de nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, o governo brasileiro definiu como pessoas em situação de rua como:

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A população em situação de rua, como é chamada pelo governo federal, não é incluída nos censos demográficos brasileiros, visto que a coleta de dados dos censos é feita em base domiciliar. Entretanto, no ano de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou os resultados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.

De acordo com o MDS, esta pesquisa, realizada no período de agosto de 2007 a março de 2008, teve como o objetivo dar subsídio à elaboração e gestão de políticas públicas dirigidas para a população em situação de rua. Foram pesquisadas 71 cidades, das quais 48 são municípios com mais de 300 mil habitantes e as outras 23 capitais. Dos pesquisados, maiores de 18 anos, foram identificados 31.922 adultos em situação de rua vivendo em diversos lugares da cidade (calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em organizações como albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). Ressaltando ainda que, esse contingente corresponde apenas às pessoas encontradas nas 71 cidades pesquisadas e não ao total de pessoas em situação de rua do país (BRASIL, 2008).

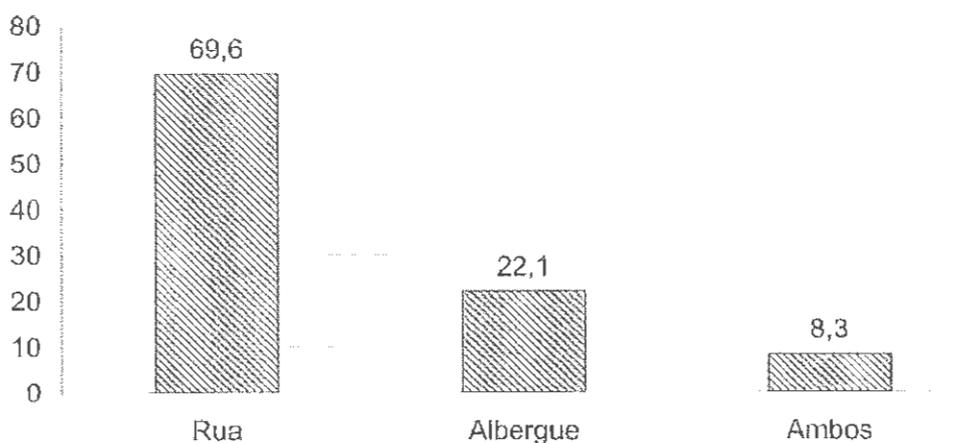
De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 82% da população em situação de rua é do gênero masculino e, a maioria (52,6%), de nível de renda muito baixo: recebendo de R\$ 20,00 a R\$ 80,00 semanais. Quanto à formação escolar, a maioria (74%) dos entrevistados também não sabe ler e escrever, sendo que apenas 8,3% conseguem assinar o próprio nome. Entre os principais motivos pelos quais os entrevistados citaram ter ido viver na rua, 71,3% referem a problemas com alcoolismo e drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com familiares próximos, como pai/mãe/irmão (29,1%). Grande parte dessas pessoas (45,8%) sempre viveu no município em que se encontram desabrigadas, não sendo provenientes de outras cidades ou de migração campo/cidade. Sendo

que, do total 45,3% alegou ter saído de casa em busca de oportunidade de emprego nas cidades onde vivem (BRASIL, 2008).

No que tange às ruas da cidade e as organizações de amparo aos moradores de rua, apenas 22,1% do total alegou que costuma dormir em albergues ou outras organizações, sendo que 69,6% costumam dormir na rua, e 8,3% alternam entre a rua e as organizações. Quanto às preferências dos entrevistados, 46,2% preferem dormir na rua, enquanto 43,8% preferem dormir em albergues. Entre esses últimos, que preferem no albergue, os grandes motivos apresentados foram: a violência (69,3%) e o desconforto da rua (45,2%). Já entre aqueles que preferem a rua ao albergue o maior motivo apresentado foi a falta de liberdade (44,3%), sendo que os outros dois motivos, a dificuldade de lidar com os horários (27,1%) e a proibição do uso de álcool (21,4%), também relacionados à coibição da liberdade desses usuários (BRASIL, 2008).

Figura 1:

População em situação de rua segundo local onde costuma dormir, 2007-8 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008).

No caso particular da capital mineira, estimou-se, no 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte, que 916 pessoas adultas viviam em situação de rua. Somando-se crianças e adolescentes encontrados sob tutela desses adultos, contabilizaram-se 1.164 pessoas (BRASIL, 2008). Esses dados confirmam a relevância do objeto diante de tão escassas pesquisas na área.

Em um estudo sobre os dois Censos (1998 e 2005) realizados com a população em situação de Rua de Belo Horizonte, Ferreira (2006) ressalta as limitações e as possibilidades desse tipo de

pesquisa nessa área. Segundo ele, são vários os problemas que podem limitar a coleta de dados nessas pesquisas, a saber: a falta de endereço fixo da população em situação de rua; pessoas que possuem um endereço fixo, mas que, por motivos diversos, passam a noite em logradouros públicos, diferente daqueles que vivem nas ruas e dos trecheiros que estão de passagem na cidade; a diversidade dos grupos e suas diferentes localizações; a não inclusão de crianças que vivem sozinhas nas ruas, mas apenas daquelas acompanhadas por adultos; o tempo variado de permanência desses moradores nas organizações de amparo; as diferentes ocupações que podem ser consolidadas ou não consolidadas que abrigam diferentes grupos de moradores; as dificuldades relacionadas à segurança de se captar dados nos horários e locais onde a população de rua pernoita; o período da pesquisa no campo que pode gerar dualidade de informações devido a elevada mobilidade de desse tipo de população; dificuldades de se obter respostas precisas nas entrevistas e questionários devido a fatores diversos tais como a alcoolização, o uso de drogas, a resistência em passar informações exatas devido a experiências frustrantes do passado; pessoas que circulam um município durante o dia e dormem em outro; e, por fim, a época do ano em que a pesquisa é realizada que influencia na quantidade de pessoas dormindo nas ruas, por exemplo, em épocas de festas e eventos de maior porte em que migrantes vem à cidade na busca de oportunidades diversas.

Apresentando os diferentes resultados entre esses dois Censos (1998 e 2005), Ferreira (2006) ainda aponta que, em Belo Horizonte, a porcentagem de homens corresponde à porcentagem da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua contando com 82,16% da população deste gênero e um crescimento, de 1998 a 2005, de 5,20%. Quanto à classificação e a análise dos dados do Censo, Ferreira (2006, p. 11) afirma que,

coube, posteriormente, no processo codificação e análise dos dados tentar classificar e obter o maior número de informações a partir das respostas. Dados estes aspectos, ao trabalharmos com determinadas classificações, existe a tendência de que a categoria “outros” acabe agregando uma grande quantidade de resultados, na medida em que não houve segurança em classificar determinadas respostas em algumas categorias pré-estabelecidas e não em outras. Este fato, por si só não inviabiliza as repostas obtidas e não classificadas, porém demanda análises mais profundas dos dados.

E conclui:

tanto em Belo Horizonte, como no Brasil, muitas pesquisas ainda são necessárias para a melhor compreensão dessas pessoas, seus determinantes, suas necessidades e quais as políticas públicas devem estar envolvidas para minorar os sofrimento destas pessoas (FERREIRA, 2006, p. 15).

Diante dos problemas colocados por Ferreira (2006) na coleta e, posteriormente, na própria análise de dados, proponho nesta pesquisa uma aproximação qualitativa dos sujeitos em estudo. O estudo qualitativo aprofunda nas particularidades do problema em questão. Nas palavras de Oliveira, Leite-Filho e Rodrigues (2007, p. 1),

A investigação qualitativa é uma forma de estudo da sociedade que se centra na forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem. Existem diferentes abordagens que são consideradas no âmbito deste tipo de investigação, mas a maioria tem o mesmo objetivo: compreender a realidade social das pessoas, grupos e culturas. Os investigadores usam as abordagens qualitativas para explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas que eles estudam.

Mais adiante descreverei o processo de construção da pesquisa em pormenores, mas nesse momento me limito a identificar, por meio tanto das pesquisas demográficas dos problemas relacionados a elas descritos por Ferreira (2006), a necessidade de levar a cabo uma pesquisa qualitativa neste segmento específico, frisando a complexidade do problema estudado.

Em um estudo feito por Mendes (2007), que trabalhou com os moradores de rua por cinco anos (entre 1997 e 2002) no Centro de Referência da População de Rua (CRPR), ela atesta que a existência das organizações de amparo à população em situação de Rua de Belo Horizonte é, na maioria das vezes, ligada a ações voluntárias de grupos que se empenham na prática de caridade a essa população. Nas palavras da autora,

É interessante notar que a maioria dos equipamentos que compõem a rede de atendimento à população de rua são fruto da ação de grupos religiosos. Mesmo os equipamentos de atendimento à população de rua da PBH foram criados, em grande parte, em parceria com entidades religiosas (MENDES, 2007, p. 32).

Dessa forma, é necessário se investigar essas organizações no sentido entender como elas se organizam para dar conta da demanda altamente instável (tanto física, quanto emocional e psicologicamente) da população em situação de rua. Ainda sim, é questionável a posição do

governo de não fornecer apoio integral, que não dependa das organizações religiosas, para que os moradores de rua da cidade de Belo Horizonte tenham condições de viver como cidadãos. Como atestam Adorno e Varanda (2004, p. 66),

a ausência, insuficiência ou inadequação de políticas públicas em relação ao processo de exclusão e vulnerabilidades cumulativas não significa somente uma posição de neutralidade ou incapacidade do estado em lidar com o problema da população de rua, mas pelo contrário reafirma a penalização do indivíduo pela situação em que ele se encontra.

As organizações de amparo à população em situação de rua são adequadas ao estudo do tema Ordem e Subversão porque é justamente nelas que o morador de rua tem seu contato mais imediato com a ordem burocrática e moral da sociedade em que vive. A estrutura enquanto controle social está representado principalmente pelas organizações nas quais as regras sociais são aceitas e acatadas como naturais. Nelas o sujeito está devidamente estruturado para ser aquilo que se espera dele e qualquer manifestação de resistência tem um valor aumentado.

1.3 Problema da pesquisa

Com base nos elementos anteriormente apresentados, o problema de pesquisa que guiou a construção desse estudo foi:

Como se caracterizam as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte?

1.4 Objetivos da pesquisa

Os objetivos geral e específicos que conduziram essa pesquisa foram os seguintes:

1.4.1 Objetivo geral

Caracterizar as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte.

1.4.2 Objetivos específicos

- i. Identificar as estratégias de organização e dominação das políticas de ação social em relação à população em situação de rua na cidade de Belo Horizonte;
- ii. Identificar as estratégias de organização e dominação das políticas de ação social em relação à população em situação de rua nas organizações públicas de amparo a essa população de Belo Horizonte;
- iii. Identificar as táticas de subversão das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte;
- iv. Identificar as táticas de subversão das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social nas organizações públicas de amparo à população em situação de Rua de Belo Horizonte;
- v. Compreender aspectos da relação entre os atores (pessoas em situação de rua, organizações públicas de amparo à população de rua e prefeitura) na cidade de Belo Horizonte que influenciem diretamente sobre a construção discursiva da ordem social e das formas de controle sobre as práticas dos sujeitos em estudo.

2 SUBVERSÃO E ORDEM

Espeiei durante algum tempo e logo eles foram chegando. Enquanto esperava conversei com Lucas – o missionário que dormira sozinho no grupo que passamos. Ele relatou que não tinha dormido direito porque muitos grupos de assistência passavam durante a noite, cantando e rezando alto, oferecendo alimentos e bebidas até 4 horas da manhã. Ele disse que isso incomodava as pessoas de rua, que tinham o sono prejudicado pelos próprios grupos de auxílio.

Nesta seção abordo o tema do estudo – *ordem e subversão*. Meu objetivo é discutir a ideia de ordem e subversão que foi adotada nesse trabalho. Portanto, farei uma introdução ao tema e às suas peculiaridades e, logo após, falarei sobre os conceitos de tática e estratégia de Certeau (1998), colocados em um primeiro momento para a sociedade, apresentando suas possibilidades de interface para os estudos organizacionais. Para isso explorarei os conceitos centrais, as ideias de ordem e subversão embutidas na abordagem de Certeau, e falarei das possibilidades de aplicação em contextos organizacionais.

2.1 Ordem e subversão: conflitos de liberdade em uma sociedade funcional

Os desafios da sociedade contemporânea implicam perceber a consistência de cada justificativa que é dada para as decisões de cada grupo. Albertsen e Diken (2001), tratando da noção de mobilidade como ponte para o entendimento da sociedade atual, explicam que existem diferentes regimes de argumentação e justificativa para determinados comportamentos e pensamentos que temos cotidianamente. Justificativas que, segundo esses autores, estão circunscritas dentro de regimes específicos. Os chamados regimes de justificativa, ou campos autônomos de argumentação, têm por objetivo explicar uma realidade em uma determinada situação. Cada regime dispõe de uma consistência interna que lhe dá garantia de sucesso em um debate. As pessoas se utilizam desses regimes para assegurar suas ideias, seus princípios, e, conseqüentemente, sua posição de poder em uma determinada situação. No caso de um governo, essas justificativas servem também para assegurar, ou fundamentar, a construção de políticas públicas.

Os autores introduzem o conceito de cidade enquanto um lugar em que as pessoas se organizam por meio dos regimes de justificativa e buscam conciliar seus interesses. Dentro da

cidade, as pessoas se utilizam de diferentes regimes de justificativa para defender seus interesses e resolver as questões urbanas. Os regimes convivem na cidade e estabelecem diferentes relações entre o espaço e o indivíduo. No texto, os autores desenvolvem os regimes propostos por Boltanski e Thévenot (1991), a saber: regimes de inspiração; opinião; domesticidade; civilidade; mercado; e indústria. Sendo que, para Albertsen e Diken (2001), as cidades foram inicialmente justificadas por um regime industrial, que elegeu a eficiência e a produtividade como grandezas essenciais à vida urbana.

Cada um desses regimes de justificativa detém uma noção de ordem, ou de como as coisas devem funcionar. Por exemplo, no regime de justificativa industrial, que ainda permeia cotidianamente as gestões do espaço público, as grandezas valorizadas são a produtividade, a garantia de funcionalidade, eficiência, *performance*, além de respostas utilitárias às necessidades humanas. Cada uma dessas grandezas fortalece o argumento de que a sociedade deveria buscar funcionalidade, eficiência e precisão. Os métodos científicos também são valorizados.

A mobilidade, termo estudado por Albertsen e Diken (2001), nesse regime, é interessante porque serve aos critérios de velocidade, conforto e eficiência da modernidade. Por meio dela são possíveis o desenvolvimento urbano, o planejamento do tráfego, o planejamento estrutural da cidade, todos baseados nos critérios de eficiência industrial (ALBERTSEN; DIKEN, 2001). Isto é, a cidade passa a ser planejada e assegurada por um critério de eficiência e funcionalidade tanto quanto uma indústria. Dessa maneira, a ordem esperada em uma sociedade justificada por um regime industrial, seria a ordem que descarta aquilo que se considera inútil, ou ineficiente. Uma ordem que se organiza pela funcionalidade e abomina o ocioso.

A categoria das “populações vulneráveis” (ADORNO; VARANDA, 2004, p. 57) que, entre outras, engloba a população em situação de rua, é considerada, nesse regime, uma população descartável e até prejudicial à ordem considerada “natural” da sociedade. Afinal, essa população não garante eficiência alguma nos padrões pensados à maneira de uma indústria em uma cidade. A partir daí, as respostas que são dadas à existência dessas populações, consideradas ociosas, têm sido “medicalizantes”⁸, no sentido de “reduzir a dimensão de um

⁸ Grifos do autor.

problema social complexo a um diagnóstico médico clínico, ou entendê-la na dimensão dos preceitos higienistas e sanitaristas, na ótica da remoção das populações em circulação pelas cidades” (ADORNO; VARANDA, 2004, p. 57), ou proibitivas (NARDI; RIGONI, 2005, p. 275), no sentido de não permitir manifestações que tenham visibilidade negativa diante desse regime, tal como no caso dos usuários de drogas (ilícitas, principalmente). Esses, de acordo com a justificativa industrial, não deveriam transitar livremente pelas ruas porque atrapalham o trânsito da eficiência. Àquele que vê, são comuns as construções que objetivam a não permanência de pessoas em situação de rua em suas circunvizinhanças, o que ficou conhecido como “arquitetura antimendigo” (ADORNO; VARANDA, 2004, p. 65) nas casas, prédios e estabelecimentos comerciais. Como explicam os autores, esse tipo de construção:

passou a ser denominada(o) desde a década de 1980, inclui artefatos que impedem a permanência de moradores de rua em certos locais, dificultando o pernoite em locais mais abrigados e isoladamente (...). São tubos de água que mantêm as calçadas molhadas, ferragens pontiagudas, grades que cercam espaços desocupados sob marquises, pisos irregulares, superfícies inclinadas e luzes, que se aliam a estratégias menos camufladas como guardas noturnos e ameaças explícitas. Aqueles que preferem dormir sozinhos ou com poucos amigos evitam a aglomeração dos lugares disponíveis na região central e optam pelo garimpo de lugares mais retirados do centro (ADORNO; VARANDA, 2004, p. 65).

A noção de uma ordem que se justifica pela eficiência e pela utilidade de cada um para o interesse do todo (que representa também o interesse dos planejadores de tal ordem), implica o desenvolvimento do que Adorno e Varanda (2004) chamaram de população de rua como descartáveis urbanos, ou o termo “descarte social”. Ora, se a população em situação de rua não se insere na ordem funcional do regime das cidades, presume-se que ela pode ser indiferentemente descartada. Segundo Adorno e Varanda (2004, p. 67) “a concepção do descarte social aproxima as pessoas do lixo urbano e tal fenômeno pode estar relacionado com o aumento do número de pessoas que passaram a sobreviver com os materiais descartados pela cidade”. O que seria “uma das dimensões mais perversas da sociedade globalizada: a relação nodal entre o descarte de produtos e materiais industrializados e o descarte de seres humanos” (ADORNO; VARANDA, 2004, p. 67). Nesse sentido, a ordem que preconiza a funcionalidade, e que também gera lixo, não deseja conviver com os produtos de sua própria existência. Como explica Neves (2010, p. 117),

Essa recriação produtiva em torno do lixo coloca sob visibilidade extrema o lado perdulário da sociedade capitalista de consumo. O descartável para uns segmentos passa a ser o imprescindível para outros. O lixo e a sobra de uns adquirem valor de uso para outros e de troca para o reaproveitamento. Contudo, essa apropriação exige um exercício de relativização cultural: valorização do lixo e desvalorização do coletor.

Esses são aspectos que permeiam a criação de uma determinada forma de organizar a cidade e que, paradoxalmente, revelam a indiferença de uma ordem funcional quanto à sua própria criação. Enquanto o lixo que é gerado precisa ser removido, a população de rua, que dele tira o seu sustento, torna-se, tanto quanto o próprio lixo que coleta, descartável diante dos domiciliados dessa mesma sociedade que lhe impôs a necessidade de ser útil.

Interessa que a ordem, enquanto conceito seja entendida nesse trabalho como uma organização possível, planejada e executada segundo critérios de algum grupo social, ou de um indivíduo, dentro de um regime definido que justifique, ou tente justificar, racionalmente, sua existência. A ordem, pensada como conceito, define um espaço e limita o “consumo” (CERTEAU, 1998, p. 16) que podem ser feitos nesse espaço, definindo regras de movimentação e as possibilidades de ganhos de cada parte que se envolve.

A partir daí, o que chamo de subversão está relacionado a práticas de fuga dessa ordem. Como explicam Carrieri *et al.* (2008, p. 3), o termo subversão pode ser entendido como uma “reação de um conjunto de vozes marginalizadas e silenciadas pela estrutura dominante” tomando-se como fundamento que a subversão “opera na clandestinidade, e se sustenta através do conflito”. Subverter é fazer um uso ilegal, ou informal, daquilo que se espera que seja feito. Essa capacidade de agir em desconformidade com as imposições de um determinado sistema organizado se funda nas reapropriações que os indivíduos fazem das normas e leis estabelecidas por meio de diferentes usos (CERTEAU, 1998) de algo que supostamente deveria ser recebido passivamente.

As diferentes “maneiras de praticar” (CERTEAU, 1998, p. 16) possibilitam ao indivíduo uma manobra pelas margens desse sistema pelo encontro de vias informais que autorizam uma subversão das normas que ele determina. A subversão torna-se, portanto, um meio de afirmar a existência da vontade de um indivíduo diante de uma oposição organizada, pensada e reafirmada cotidianamente pelos diferentes atores sociais que nela se envolvem.

2.2 Uma abordagem a partir das táticas e estratégias de Michel de Certeau

Certeau (1998, p. 17), em sua “*teoria das práticas cotidianas*”⁹, tem uma abordagem bastante específica dos conceitos de tática e de estratégias no que se refere às ações humanas em um contexto. Para iniciar a descrição desses conceitos, é preciso antes diferenciá-los das definições tradicionais de tática e estratégia, especialmente no caso da Administração, que em sua abordagem mercadológica importou essas definições do discurso militar (SERVA; DIAS; APERSTEDT, 2010).

No contexto militar, táticas e estratégias são planejamentos para ação e podem coincidir em um mesmo objetivo, por exemplo: dentro de uma estratégia de conquista de um território, há táticas de apropriação, que podem ser diversificadas e específicas, que vão desde um controle ideológico da elite que “dita as regras” do lugar, a uma ocupação parcelada do território via incêndio e eliminação da população, ou mesmo ataques surpresa. As táticas, portanto, se tornam meios pelos quais se atingem uma estratégia (SUN-TZU, 2011).

Contrário às definições militares e ao “*mainstream*”¹⁰ em estratégia” (CARRIERI *et al.*, 2008, p. 6) defendido pela Escola de Harvard a partir de Chandler (1962) nas teorias funcionalistas da Administração, Michel de Certeau (1998) postula que, embora táticas e estratégias sejam complementares, seus objetivos não coincidem. Para não se perder na definição dos conceitos de Certeau (1998), é preciso lembrar que esses conceitos modificam completamente os sentidos das próprias palavras estratégia e tática comumente conhecidas; portanto o estranhamento é natural.

Certeau (1998) não trabalha com uma definição de estratégia em uma perspectiva de planejamento como no sentido tradicional; sua perspectiva é situacional e difusa: a estratégia depende da ação do sujeito em determinados contextos. Isso quer dizer que ela pode não ter um momento apropriado para ser pensada, como se postula nas teorias estratégicas administrativo-militares: um momento em que os gerentes iriam aos seus escritórios para determinar as “estratégias” que desenvolveriam para determinado produto.

⁹ Grifos do autor.

¹⁰ Grifos dos autores.

Para Certeau (1998), a estratégia é uma prática cotidiana com finalidade específica de estabelecer uma ordem. Antes de tudo, é preciso pensar estratégias e táticas em Certeau como operações. As circunstâncias em que são criadas as estratégias, para Certeau (1998), são especiais e suas características são bastante peculiares. Cada uma dessas características vai ao encontro à criação de uma *ordem*, tema que estudarei nesta pesquisa.

A primeira característica de uma operação estratégica é que ela visa estabelecer uma organização de posições. Estratégias, para Certeau (1998) são pensadas para organizar um espaço¹¹. São atos cotidianos que estabelecem uma ordem, definindo logicamente uma hierarquia (quem manda e quem obedece), uma estrutura própria de funcionamento (como agir dentro daquela organização) e um lugar de poder (até onde é possível atuar). Esses conceitos de estratégia, hierarquia, estrutura e poder estão conectados, de maneira que um depende inteiramente da existência do outro nessa abordagem.

Uma segunda característica da estratégia pode ser pensada como a capacidade de estabelecer uma hierarquia. A estratégia visa organizar. Logo, depende de um mando, seja de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Sua característica precisa de uma noção de *poder* enquanto forma de exercer comando sobre o outro. Nas palavras de Mendonça (2012, p. 345) “a estratégia é o lugar do poder estabelecido, que estabelece as regras do jogo e delinea o desenho das interações”. Isso não indica que na criação de uma estratégia haja apenas uma pessoa ou um grupo que seja sempre dominante. As estratégias são situacionais, isto é, dependendo do momento em que se encontra, o núcleo de dominantes pode mudar.

Outra característica importante das estratégias é que elas visam sua automanutenção. Isto é, enquanto estabelece uma organização e uma hierarquia, a estratégia busca uma estabilidade de posições. O ponto forte, ou dominante, dessa organização deseja permanecer onde está. Para isso, omite fugas em seu sistema a fim manter seu lugar de poder e constrói formas de controle para que seja o tempo todo bem sucedida em suas funções. Quanto mais formalizado o controle, mais a estratégia ganha força de permanência, e mais fomenta sua adesão.

À medida que a estratégia busca o controle do seu espaço organizado, podem surgir resistências. As estruturas criadas pelas estratégias podem conter fissuras, as quais

¹¹ Os conceitos que usarei de *espaço* e *lugar* também são diferentes dos comumente usados em outras áreas do conhecimento; portanto, vou explicá-los mais adiante, ainda nessa seção.

possibilitam movimentos da parte “fraca” da hierarquia. Esses movimentos que encontram as fissuras e usam de um pequeno poder para resistir às imposições da estratégia são chamados táticos (JOSGRILBERG, 2005). As táticas são a “arte do fraco” (CERTEAU, 1998) e podem ser entendidas como a forma encontrada pelos “fracos” para subverter as regras a seu favor e criar um conjunto informal de normas que compreendem as necessidades daqueles que se encontram nessa posição.

Como definiu Duran (2007, p. 120), as táticas são operações para “metaforizar” a ordem dominante, “fazendo (os fracos) funcionar as suas leis e suas representações num outro registro, no quadro da própria tradição”. Essa subversão encontrada nas táticas é sempre sutil e, sem alarde, ela se instala na estrutura fingindo adesão, mas agindo conforme sua própria vontade e ainda que por alguns instantes exerça um poder. Ainda que esteja separando esses conceitos para seu melhor entendimento, concordo com Josgrilberg (2005) que eles devem ser pensados juntos, sempre em uma relação de reciprocidade, opondo-se um ao outro e construindo-se pela sua intervenção mútua de um no outro, em um movimento contínuo.

A principal característica da tática é que ela busca romper com o estabelecido. Sua função é operacionalizar a mudança, permear o estável e subvertê-lo. As táticas, para Certeau (1998), são movimentos que invadem sorrateiramente uma ordem estabelecida, alterando-a de maneira sutil. Táticas, portanto, são opostas às estratégias. Enquanto essas criam e organizam um lugar, aquelas se infiltram e procuram fissuras para rompê-lo em sua configuração interna (JOSGRILBERG, 2005).

Uma segunda característica das táticas é que elas, ao contrário das estratégias, não preservam o que conquistam (JOSGRILBERG, 2005). As táticas são movimentos que visam a dissolução da ordem, e não uma reordenação. Portanto, na visão de Certeau (1998), elas se inserem em qualquer organização, independente se ela se considera politicamente democrática ou autoritária. Certeau (1998) descreve essas operações táticas e estratégicas como dois polos de uma mesma unidade, coexistindo e se movimentando continuamente em uma luta por poder. Por isso, pensar em táticas não significa pensar na reordenação de uma determinada ordem, mas apenas na sua dissolução. Afinal, o papel de ordenar é necessariamente da estratégia.

Como reflexo dessa segunda característica, temos uma terceira que implica as táticas não buscarem o controle de uma organização, justamente porque não almejam sustentá-lo. As táticas figuram como processos de movimentação. Sua relação com o tempo invoca um movimento contínuo e renovador: cada organização possibilita uma tática diferente (JOSGRILBERG, 2005).

As circunstâncias em que se criam as estratégias e táticas são diversas. Antes de qualquer passo, para se realizar qualquer uma dessas duas práticas, tática ou estratégia, é preciso um lugar. A noção de lugares e espaços em Certeau (1998) também tem sentidos diferentes dos tradicionais. Espaço e lugar são dois conceitos que se opõem tanto quanto estratégias e táticas. Para Certeau (1998), o lugar é uma configuração que foi organizada por uma estratégia, uma estrutura fixa, como indicou Josgrilberg (2008, p. 101), “é uma organização que aponta para uma vitória sobre o tempo, já que os elementos que a compõem mantêm posições fixas e relativas umas às outras. Não há movimento”. Assim, para Certeau (1998), o lugar representa a estabilidade de uma posição e, tanto quanto a estratégia, deseja uma manutenção das suas posições.

Por outro lado, o espaço “é o lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202), o que significa que quando o sujeito se movimenta dentro de um lugar, ele cria uma disposição específica de posições que é altamente instável; se fizermos um recorte dessa configuração enquanto ele se movimenta, teremos o que Certeau chama de espaço. Essa formação é transitória e não articulada, dependendo inteiramente das maneiras como o sujeito habita o lugar. Portanto, o que diferencia lugar e espaço não são as posições geográficas, mas o que eles, de fato, produzem (JOSGRILBERG, 2008). O lugar é uma configuração estática que ganha vida e se torna um espaço quando habitado. Táticas ou estratégias operam pelo caráter da ação dos sujeitos nesses ambientes.

Os quatro conceitos se entrelaçam formando uma imagem que se movimenta como em uma espiral: As estratégias organizam lugares que, pela manifestação dos sujeitos que os habitam, se tornam espaços que possibilitam táticas em relação à própria configuração do lugar. As táticas minam a configuração do lugar, abrindo possibilidades para a criação de novas estratégias de organização das posições e, conseqüentemente, novos lugares, que abrirão novas possibilidades de espaço (JOSGRILBERG, 2008). Certeau (1998) caminha para uma definição relacional entre esses conceitos. Isto é, para ele, táticas e estratégias, apesar de

opostas, não podem ser separadas. Assim como o lugar e o espaço estão ligados pela prática que se faz deles, pois o lugar é a estrutura, o espaço é uma configuração (recorte do movimento dos habitantes) dentro dessa estrutura. Um só acontece em relação ao outro e assim também acontece com as estratégias e táticas. Assim, quando Leite (2010) fala do uso das táticas e estratégias enquanto procedimentos do cotidiano, ele afirma que “com esse par de conceitos, Certeau rompe com a definição de cotidiano como rotinização para dar lugar à ideia de cotidiano como *movimento*”¹² (LEITE, 2010, p. 746).

Neste trabalho estou associando os conceitos de lugar (estrutura) e de estratégia (operação que visa construir uma estrutura) ao conceito de ordem. Enquanto relaciono o espaço (movimento dentro da estrutura) e, principalmente, as táticas (movimentos silenciosos que visam à destruição da ordem) ao conceito de subversão.

Josgrilberg (2008) traça um caminho para a utilização dos conceitos de Certeau na sala de aula. O que propõe esse autor é que, no ambiente da aula, o professor passa os conteúdos a sua maneira e os alunos recebem segundo os seus próprios registros. Isto é, é possível pensar táticas pelo menos em duas relações diferentes nesse contexto: uma sendo os alunos os sujeitos que fazem uso do conhecimento ensinado pelo professor à sua maneira, dissimulando as informações e utilizando-as a seu favor em outros ambientes fora da sala; e, uma segunda tática, pensada do ponto de vista do professor em relação à instituição, afinal quando fecham as portas da sala de aula os educadores fazem dos planos de ensino uma versão própria, que nem sempre representa o interesse da instituição.

Essa segunda representação, da relação entre organizações e educadores também é abordada por Duran (2007) que relata o depoimento de uma professora em um momento de avaliação formativa nas discussões do ciclo básico de ensino no estado de São Paulo. A frase que caracteriza a tática da professora em relação às políticas discutidas no ciclo, citada por Duran (2007, p. 121), é “*venho aos encontros de formação, ouço bem tudo o que falam, mas, quando fecho a minha sala de aula, a cartilha está atrás da porta!*”¹³, que foi interpretada pela autora do texto como um desencontro entre política educacional e ação do educador, um momento em que as regras perdem o sentido expresso para representarem outros interesses.

¹² Grifo do autor.

¹³ Grifos do autor.

Marilena Chauí (1989), estudando as possíveis apropriações da cultura dominante pela cultura popular, traz vários exemplos de como essa segunda (cultura popular) resiste às regras da primeira (cultura dominante). Esses exemplos são característicos de operações subversivas que se ajustam a uma ordem para rompê-la em suas extremidades. Eles dizem respeito justamente à oposição entre ordem e subversão que desejo empreender nesse trabalho, portanto usarei dois deles para exemplificar o movimento da subversão, tido para Chauí (1989) como uma expressão de resistência.

Chauí (1989, p. 25) entende que a cultura popular é um “conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria” e que se difere da cultura de massa e da cultura dominante. A cultura popular, para ela, tem raízes nas práticas das pessoas no cotidiano. Práticas essas que reinventam as formas das camadas populares, ou do “povo”, lidar com as atribulações da vida na sociedade contemporânea. Para a autora, a cultura dominante detém representantes politicamente mais fortes, que impõem seus interesses aos representantes da cultura popular. A camada social que realiza a cultura dominante é a “elite” (CHAUI, 1989, p. 29) à qual se subentende deter a capacidade de dominar, seja pela posse dos meios de produção, seja pelos postos de autoridade ocupados no Estado, ou mesmo porque, supõe-se, que ela teria “*competência*”¹⁴ para fazê-lo, uma vez que possui um saber que é muitas vezes restrito às outras duas: cultura popular e cultura de massa.

Nas manifestações da cultura dominante, o caráter autoritário da elite brasileira se faz visível. No período do “milagre” econômico, quando o Estado resolveu modernizar a educação primária, o governo, realizando um convênio entre centros aeroespaciais brasileiros e norte-americanos, a Universidade de Stanford, o CNPq e empresas multinacionais, tentou empreender um projeto de alfabetização via satélite. Projeto esse que ficou conhecido como SACI/EXERN¹⁵ (CHAUI, 1989).

O projeto foi baseado em modernas técnicas behavioristas de aprendizagem, psicologias da “motivação” e em uma linguagem audiovisual, requisitando recursos como televisores, rádios e baterias para os aparelhos, uma vez que nas regiões onde o programa foi instalado ainda não havia energia elétrica. Partindo do pressuposto que as crianças educadas nos Estados Unidos, tanto quanto as educadas nas regiões mais abastadas do Brasil como São Paulo e Rio de

¹⁴ Grifos da autora.

¹⁵ Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares/Experimento no Rio Grande do Norte.

Janeiro, eram muito semelhantes, senão idênticas, às daquelas do Rio Grande do Norte (o Estado mais pobre da federação na época) onde o projeto SACI fora implantado, o governo enviou esses recursos ao estado nordestino, na esperança de cumprir com os objetivos do projeto.

Entretanto, o método não funcionou. As respostas dos alunos ao projeto foram muito diferentes das esperadas. As crianças não se “motivaram” com as técnicas do SACI e não acharam graça nos módulos cômicos do programa. As respostas, segundo os planejadores do projeto, não atendiam ao nível de objetividade pretendida pelos parceiros. Tudo correu fora do planejado: as crianças não deram ao governo aquilo que ele esperava delas. Mas, interessa que, o que determinou o cancelamento final do projeto SACI, foi o uso, ou o “consumo” como diria Certeau (1998), dos recursos recebidos da parceria.

Atentos às atribuições dos aparelhos que recebiam do projeto, a população começou a usufruir dos recursos de maneira completamente diferente daquela esperada pelo governo. Rádios que deveriam ser usados para receber mensagens do programa eram utilizados para transmissão de mensagens locais da população de uma região para outra. Os televisores, que deveriam ser usados para aulas e vídeos motivadores, também tiveram seus usos subvertidos, sendo usados para assistir programas de interesse da população como telenovelas, canais de esportes, programas de auditórios etc. Assim, as baterias distribuídas periodicamente pelo projeto para alimentar os aparelhos eram gastas aleatoriamente e nos momentos de transmissão do SACI rádios e televisores já não tinham a carga necessária para funcionar (CHAUI, 1989).

Com os usos subvertidos dos aparelhos pela população do Rio Grande do Norte, o governo resolveu cancelar de vez o projeto. Incapaz de controlar o consumo dos recursos oferecidos, o projeto SACI se caracteriza como um exemplo exato de como um grupo politicamente mais fraco pode subverter as regras delineadas por um grupo dominante se apropriando da cultura instituída e dos planos de uma imposição cultural para fazer valer os registros informais de uma cultura popular em que vigoram regras próprias, “imprimindo-lhes um sentido inesperado” (CHAUI, 1989, p. 44).

Um segundo exemplo quanto às práticas de resistência e consumo subversivo das normas estabelecidas pela cultura dominante é o caso das casas oferecidas pelo governo para controlar o crescimento da população urbana. As casas, planejadas para o “povo” ou para o que Chauí (1989, p. 66) chama “massa”, não só eram feitas de material de baixíssima qualidade, mas

também mal divididas em seus interiores e planejadas por um critério de homogeneidade ou uniformidade dessa população.

Para surpresa dos planejadores, os moradores individualizaram as casas pintando as fachadas com cores vivas e transformando as calçadas em jardins e hortas. Também os espaços internos foram modificados, salas e cozinhas foram misturadas para expandir o uso do espaço, salas de visitas foram transformadas em dormitórios, cozinhas viraram salas, entre muitas outras alterações. A decoração foi repensada pelos moradores, colocando quadros, fotos, enfeites diversos em cada espaço em que se achava interessante à individualização da casa pelo morador. “Assim, o que estava planejado para ser um imenso dormitório coletivo, monótono e sem fisionomia, tornou-se festivamente ‘caótico’, recebeu tom pessoal” (CHAUI, 1989, p. 67).

Nesse caso, também, o que foi planejado pelo governo sucumbiu diante do uso popular feito pelos beneficiados do programa. As “casas populares”, como chamadas pelo governo, não foram aceitas à sua maneira pela população que se rebelou e resistiu, isto é, reinventou o que lhe fora dado segundo seu próprio gosto, subvertendo a ordem.

Retornando ao quadro das táticas e estratégias, propriamente ditas por Certeau (1998), outra forma pela qual podem ser pensadas as táticas em relação às estratégias de organização está no texto de Mendonça (2012). A partir de observações feitas em quatro anos de estudo (2004-2007) em antigos hospitais-colônia para hanseníacos, o autor descreve algumas das táticas dos antigos moradores desses hospitais diante da vigilância a que estavam submetidos. As táticas vão de pequenos relacionamentos afetivos entre os internos, que eram proibidos pelos religiosos que controlavam a instituição, a relações sexuais em lugares escondidos do hospital, à construção de famílias clandestinas que eram possibilitadas pelo uso de identidades falsas dos hanseníacos.

Além disso, os hanseníacos recebiam visitas proibidas de crianças que vinham ocultas nos pertences de parentes adultos e não eram permitidas na instituição. As bebidas e o dinheiro, que também eram controlados pela vigilância do local, passavam aos olhos dos religiosos e chegavam aos internos “evidenciando os limites da rede disciplinar controladora e quebrando a lógica do isolamento integral” (MENDONÇA, 2012, p. 348). Todas essas operações que

fundam pequenas liberdades e possibilitam resistências ordinárias são caracterizadas como táticas na abordagem de Certeau.

O trabalho de Mendonça (2012) traz exemplos que geram uma interface importante para esta pesquisa. As relações entre as organizações e os sujeitos é o foco deste trabalho, no sentido de se explorarem as táticas de subversão em que esses sujeitos desenrolam suas fugas do registro formal. Ademais, o tema da ordem e subversão não é de todo desconhecido da pesquisa na área da Administração. Outros exemplos de uma abordagem desse tema, ainda que de maneira paralela a esta que envolve os conceitos de Certeau (1998), está nos escritos de Bessi e Grisci (2007), no qual elas relatam práticas de fuga, que as autoras chamam resistência, dos bancários em relação às normas de um banco em que trabalham em Portugal.

Partindo do pressuposto de que “atualmente, a resistência dos sujeitos às formas de organização do trabalho não mais se daria pelo enfrentamento”, mas “se daria obliquamente, via criação de linhas de fuga que emergem no próprio cotidiano do trabalho” (BESSI; GRISCI, 2007, p. 2), as autoras compreendem a resistência como uma prática que subverte a ordem estabelecida pelos bancos, buscando preservar a capacidade criativa dos bancários frente à pressão exercida pelos dirigentes dessa organização. Essas manobras de resistência opõem-se às metas exageradas e atrasam os procedimentos bancários, possibilitando aos funcionários mais tempo a ser empregado em outras atividades. A resistência, segundo essas autoras, está “pulverizada no cotidiano do trabalho” (BESSI; GRISCI, 2007, p. 13) e dão aos sujeitos de sua prática condições para sobreviverem no meio bancário, a despeito de todo o estresse gerado por essa atividade.

Nesta seção fiz uma breve retomada do tema ordem e subversão na forma como vou tratá-lo daqui em diante. O tema ordem e subversão será base para o estudo de campo. No próximo capítulo falarei dos aspectos relacionados aos estudos da cidade de Belo Horizonte.

3 CIDADES, GESTÃO E ORGANIZAÇÕES

Andando mais um pouco e encontramos um sujeito que dormia dentro de um carrinho de supermercado com várias latas de cerveja e refrigerantes dividindo espaço com ele. Ele esbravejou alguns ruídos que não conseguimos entender. Junia disse que aquele rapaz amarrava o carrinho que carregava nos pés para não ser roubado enquanto dormia. Disse também que vez em quando os taxistas atropelavam os pés dele por ter ele que dormir em uma calçada curta, entre as vias da avenida, perto dos canteiros.

Nesta seção abordarei os conceitos relevantes aos espaços estudados nesta pesquisa, primeiro a cidade e depois as organizações de amparo destinadas às pessoas em situação de rua. Meu primeiro objetivo é indicar um foco de estudo da cidade como organização social, passando pelo estudo da cidade, pelos estudos da gestão urbana feita atualmente nas chamadas “cidades globais” e pelas ligações entre políticas públicas e população de rua. Depois falarei sobre as possibilidades de estudo das organizações de amparo destinadas à população de rua. Após a exposição dos conceitos mostrarei pontos possíveis de interação entre os sujeitos em estudo, a população em situação de rua, e as políticas de ação social desenvolvidas na cidade, entendendo as organizações de amparo – ou os equipamentos da prefeitura – destinadas às pessoas da rua enquanto um resultado dessas políticas.

3.1 A cidade

A cidade é o palco das interações entre os diferentes. O processo de urbanização brasileiro, acelerado na segunda metade do Século XX, trouxe às cidades uma diversidade de fenômenos sem precedentes. Dentre os fenômenos ligados a esse processo, a exaltação da desigualdade social e o desenvolvimento de fronteiras internas na cidade têm sido estudados pelos antropólogos e sociólogos de várias épocas (VELHO, 2000). No Brasil, os estudos de alguns pesquisadores (VELHO, 2000; 2006; VENTURINI, 2009; SOUZA, 2009; LIMENA, 2001; MARTINS, 2011; SAWAYA, 2006) ressaltam a importância de se entender o contexto urbano como um *locus* da sociedade moderna e da sua dinâmica comportamental. Compreender a “dinâmica social das populações, sua relação com a cidade e suas relações entre elas próprias” (VELHO, 2000, p. 16) é um aspecto que passa, sem dúvida, no centro das

preocupações sociais do século XX, uma vez que a organização humana em cidades alcançou os maiores patamares já vistos até então.

Estudar a cidade e os fenômenos que a compõem é uma tarefa que exige do pesquisador uma investigação atenta das diferentes dimensões em que ela se manifesta na vida humana. A cidade é um polo do qual se derivam aspectos não apenas materiais e geográficos, mas também simbólicos (SARAIVA; CARRIERI, 2012), ideológicos (LEITE, 2007), e socioambientais (COSTA, 1997). Nesse aspecto, a cidade pode ser considerada um objeto de estudo de diversas áreas, possibilitando estudos interdisciplinares (SANTOS, 2007) e diversificados, que se insiram nessas dimensões buscando compreendê-la um pouco mais em sua complexidade (LIMENA, 2001).

Os estudos organizacionais têm uma contribuição importante para o estudo da cidade, de maneira que, observando suas características fundamentais, revelem aspectos de sua formação organizacional, pensadas e desenvolvidas para os fins de uma população, ou de um grupo específico dessa população. A cidade como um todo é um fenômeno organizado, se pensarmos o termo organizado como um conjunto de agentes e objetos interagindo voluntariamente ou não com o fim último da sobrevivência humana em sociedade dentro de um determinado espaço caracterizado por uma identidade cultural e por uma gestão específicos. Isso equivale a criar novas condições para o estudo dos fenômenos urbanos, pensando em maneiras de interpretá-los e de propor soluções a partir de um olhar organizacional. As políticas públicas passam a compor não apenas o quadro da natureza objetiva da gestão, mas também da disseminação de uma ideologia predominante que está ligada àqueles que dispõem de maiores recursos para determiná-las.

Nesse sentido, esse estudo visa compreender a cidade e nela buscar os fenômenos de interação entre os personagens do grupo estudado – população em situação de rua – e as políticas pensadas para a manutenção de uma ordem estabelecida pela gestão nela empreendida. A cidade Belo Horizonte é um *locus* interessante de investigação em sua interação com esse público, uma vez que já existe nela um histórico de *manejo humano*¹⁶ em propostas de revitalização do Centro Vivo (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009).

¹⁶ Termo usado por Carrieri *et al.* (2009) para se referir às intervenções governamentais de manejo e transporte de grupos que estariam “prejudicando” a ideia de cidade almejada pelo governo.

3.2 Políticas públicas e práticas sociais na cidade

O limite de atuação do Estado na implementação de políticas públicas e ações de intervenção social está representado pela quantidade de recursos disponíveis para tal (CAMARGO, 2004). Pelo menos idealmente, se não faltam recursos, não faltam políticas que cumpram as obrigações sociais do Estado diante de seus cidadãos. Entretanto, nem sempre a justificativa para os usos de recursos públicos está explícita em um critério de eficiência e adequação:

Em resumo, os dados apresentados nesta seção mostram que mais de 50% dos recursos destinados às transferências governamentais e dos gastos com programas sociais no Brasil são apropriados pelos 40% mais ricos da população (CAMARGO, 2004, p. 74).

Diante dessa constatação, a avaliação do caráter das escolhas do Estado para investimentos públicos é colocada em questão: porque um viés antipobre em um país caracterizado justamente pelo acirramento das desigualdades sociais? Essa questão introduz a discussão das políticas públicas frente à hierarquia de classes, “elite” e “povo” (CHAUÍ, 2011), encontradas em uma mesma cidade, lutando pela apropriação dos espaços e pela manutenção do poder sobre esses espaços por tempo indeterminado.

A cidade é um espaço de confrontos e, ao mesmo tempo, de parcerias (VELHO, 2006). As disputas pelo espaço entre a elite e o povo são contrapostas entre políticas de diversos tipos, engendradas pelas determinações das prioridades do governo e, por extensão, do mercado; e pelos usos clandestinos ou explícitos dos espaços do “outro”. Nessas disputas, os resultados podem ser cada vez menos promissores, como no caso da capital paulista que, de cada vez mais impregnada por suas demandas populacionais, recua diante do crescimento migratório (MARTINS, 2011), ou no caso do bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro que diante da busca exaltada por qualidade de vida, exasperou-se na sua autopropaganda e acabou se tornando um espaço super ocupado, construído e desgastado (VELHO, 2006). As políticas públicas e as formas de intervenção social do Estado podem resultar em erros materialmente incontornáveis, como no caso de Copacabana, ou pelo menos em produtos questionáveis, do ponto de vista político-ideológico, como no caso de Belo Horizonte com a desapropriação dos espaços dos *camelôs* do centro da cidade e sua transposição para os *shoppings* populares (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009).

No ponto que interessa especificamente a este trabalho, as disputas entre a elite e o povo, na consagração de espaços e usos da cidade, interagem diretamente com a criação de políticas públicas pelo Governo. Os pesquisadores atentos a essa relação têm usado os termos gentrificação, revitalização e limpeza social, para caracterizar um dos tipos dessas políticas que surge com interesses específicos da elite na reapropriação de espaços que foram, na maioria das vezes, por muito tempo, abandonadas ao povo. Lugares que perderam a centralidade em outras épocas e agora retornam (LEITE, 2008; BOTELHO, 2005). Por gentrificação entende-se,

um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbanística e/ou arquitetônica com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, de ordenamento e de limpeza voltadas ao uso, ou à reapropriação, por parte das classes médias e altas (LEITE, 2010, p. 751).

Entretanto a pergunta certa, feita por Botelho (2005, p. 54), é “até que ponto as intervenções são ou não excludentes?”, uma vez que o processo mesmo de revitalizar¹⁷ é uma política de consequências para ambas as partes, elite e povo. Historicamente, os processos de gentrificação remontam às reformas urbanas feitas em Paris no contexto do bonapartismo (LEITE, 2008). Do que seriam essas revitalizações, surgiram o que Marx (2011) contou como feitos de Napoleão Bonaparte e que, de uma forma ou de outra, começaram a envolver diretamente a camada do povo que interessa neste trabalho – a população em situação de rua. Como nos conta Marx (2011, p. 147),

Napoleão queria acabar de um golpe com a mendicância. Encarregou as suas autoridades de preparar planos para a eliminação da mendicância em toda a França. O projeto demorava: Napoleão perdeu a paciência, escreveu ao seu ministro do interior, Crétet, e lhe ordenou que destruísse a mendicância dentro de um mês, dizendo: "Não se deve passar sobre a terra sem deixar traços que relembrem à posteridade a nossa memória. Não me peçam mais três ou quatro meses para receber informações; vocês têm funcionários jovens, prefeitos inteligentes, engenheiros civis bem preparados, ponham ao trabalho todos eles; não fiquem modorrando no costumeiro trabalho de escritório". Em poucos meses tudo estava terminado. No dia cinco de julho de 1808 foi promulgada a lei que reprime a mendicância. Como? Por meio dos depósitos, que se transformaram em penitenciárias com tanta rapidez que

¹⁷ Termo que se tornou um sinônimo para a gentrificação (BOTELHO, 2005).

bem depressa o pobre chegava aí exclusivamente pela estrada do tribunal da polícia correcional.

Esses feitos foram marcados, na época de que nos fala Marx, por uma postura autoritária e estratégica de Napoleão sobre o domínio da cidade. Não tão diferentes, as políticas de gentrificação relatadas hoje por Leite (2008; 2010) e Botelho (2005) guardam em si um interesse de mercado que se formula pela construção de uma imagem da cidade que atraia investimentos, tanto públicos quanto privados, principalmente sob o discurso da restauração cultural do espaço. O termo *city marketing* ou *marketing urbano* usado por Duarte e Czajkowski Junior (2007) e Leite (2010), para identificar uma nova fase em que vive o capitalismo no contexto urbano, revela traços de como se dá o planejamento da cidade de acordo com interesses moldados pelo “olhar global” que é demandado pelos investidores da atualidade. O fato é que a cidade de Belo Horizonte sob a condição de ser uma das sedes de grandes eventos, e por seu histórico de políticas de intervenção, que caracterizaram o que Carrieri, Maranhão e Murta (2009) chamaram de manejo humano, se torna um espaço de análise e identificação de tais estratégias.

3.3 Gestão urbana

No sentido de um estudo sobre a cidade e as práticas ligadas ao *marketing urbano*, Sánchez (2001) é enfático ao traçar o caminho que a gestão das cidades tem feito para se adequarem aos moldes das chamadas cidades-modelo que representam uma tendência atual da dominação das formas de uso do espaço social pela nova racionalidade do capitalismo. Segundo ele, faz parte dessa tendência reorganizar os territórios potencializando a eficiência econômica dos espaços por meio de técnicas de manipulação cultural e formas modernas de dominação a fim de que o espaço, bem como as construções nele empreendidas, se tornem elementos de consumo pela população local e especialmente pela mídia mundial.

As cidades-modelo “são imagens de marca construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades” (SANCHÉZ, 2001, p. 31) em que se pregam os resultados de uma boa gestão, empreendedora e moderna, a qual é dimensionada pela elevação de índices de desenvolvimento em que se aproximam das cidades representadas como projetos de cidades “modelos” mundialmente reconhecidos.

Esses “modelos” são construídos a partir de uma retórica persuasiva que configura uma agenda para as cidades de maneira que as pautas, ações e políticas empreendidas estejam alinhadas com uma visão hegemônica do pensamento sobre a cidade, baseada numa representação específica encabeçada por uma parte seletiva da sociedade: aquela que tem potencial de investir e consumir os produtos que são localmente produzidos. Representação essa que se supõe discursivamente enquanto parte de uma “inteligência global” (SANTOS, 2000, p. 100) que avalia, mede e classifica cada projeto de modernização urbana dentro de uma perspectiva de reinserção global. A divulgação desse novo modelo de gestão urbana feita por alguns ideólogos que se identificam com os interesses de algumas agências multilaterais de cooperação em termos políticos reflete o alinhamento “pensamento global” e ideologia neoliberal.

O que dá substrato a esse projeto de cidade “modelo” é a orientação estratégica que encontra na gestão as ferramentas e instrumentos para sua concretização. Nas palavras de Sánchez (2001, p. 33)

A transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – evidencia a produção global do espaço social.

Segundo Lefebvre (1998), a mercantilização das cidades vai além de apenas torná-las mercadorias vendendo pequenas parcelas do espaço, pois procura realizar um projeto de reorganização da produção subordinada às cidades e aos centros de decisão. A ideia é estabelecer rumos para uma produção global do espaço.

Para vender a cidade, entretanto, são necessárias formas de divulgação, que na gestão urbana se consolidam na produção de imagens sobre a cidade. Imagens essas que representam uma determinada visão de mundo sintetizada na forma de *slogan*, ou de afirmação sobre determinada característica atribuída à cidade. A “cidade para todos” ou a “cidade

maravilhosa” são alguns deles. Essas visões que proclamam a imagem-síntese da cidade ou as chamadas cidades-síntese têm seus critérios de construção pautados na valorização de determinados aspectos que fortaleçam a imagem da cidade segundo uma visão hegemônica de qualidade de vida.

Entretanto, como colocam Souza e Bechler (2008), uma visão que foge à pluralidade deixa de lado a diversidade de sentidos e pontos de vista, conferindo, assim, poder à unicidade, totalizando de forma reificada o que é múltiplo. A cidade que é palco de diversas apropriações e reapropriações, passa a ser sintetizada sob o olhar interessado da ideologia neoliberal e começa a se organizar de maneira que as inadequações à sua “tendência global” sejam erradicadas. As leituras oficiais da cidade, empreendidas pela gestão, se propõem sempre objetivas e neutras, “apresentando fatos sociais como inquestionáveis” (SANCHÉZ, 2001, p. 34). Todavia, o realismo e a naturalidade propostos nessas leituras é meramente construído por uma convenção social, em que se passa por natural àquilo que é fato cultural. Da mesma forma, as políticas de revitalização pressupõem a re-significação dos espaços urbanos para atrair novos capitais e consumidores (JAYME; NEVES, 2010), inventando tradições e novas vocações para a cidade (FELDMAN-BIANCO, 2009).

Nesse sentido, o contexto é propício para uma gestão urbana que detenha os conhecimentos de mercado e consiga associá-los ao desenvolvimento da cidade-modelo. As formas de inserção da cidade na mídia e sua comunicação tanto para o público local quanto para o público mundial é forjada de maneira a se ressaltar aquilo que é positivo para a construção de uma imagem comercial. A linguagem publicitária é tomada como fonte do desenvolvimento dessa imagem. A mídia tem um papel importante na construção do imaginário esperado por essa gestão. As campanhas publicitárias, as mobilizações e as imagens que são mostradas da cidade remetem a uma cidade espetacular, onde a produção de signos relacionados são voltados para o bem-estar, estilos de vida “adequados” e “boas práticas” na manutenção dos lugares (CANCLINI, 2002). O “normal” – ou as práticas de uma camada média da sociedade – é naturalizado nas mídias. A cidade é pensada para caber dentro de uma síntese normalizadora.

Quando Canclini (2002) fala sobre a síntese imaginária da cidade, diz não apenas daquilo que é resumido para os olhos dos transeuntes em pequenas e confortáveis afirmações, mas também daquilo que não é contemplado nessa síntese: as margens da cidade, o excesso e a

complexidade exagerada dos seus desvios. A prática de comunicar a cidade torna-se uma prática pensada pela gestão do urbano de maneira minuciosa de forma a evitar qualquer discurso que explicita as contradições ocultas no cotidiano.

A legitimação da gestão, contudo, é dada pela especialização do discurso, geralmente qualificado sobre a imagem de grandes arquitetos, *experts* em paisagismo, consultores de sucesso no meio empresarial entre outros (SANCHEZ, 2001). A valorização desses aspectos pelo setor privado garante uma imagem forte que propicie olhares mais atentos dos investidores do mercado mundial nas cidades. O espaço social, agora visto como espaço de consumo, é reorganizado segundo os ditames do interesse desses investidores. Os grandes eventos são marcos que possibilitam uma visão ampliada desse contexto.

As práticas organizacionais de controlar, dirigir, organizar e planejar são transpostas para a administração pública não apenas no seu sentido formal de uma administração neutra de interesses políticos, mas passam a constituir recursos para a execução de uma proposta política-ideológica que manifesta interesses do setor privado, de investidores e da população da camada média, associada aos padrões de qualidade de vida propostos no projeto da cidade-modelo. O problema, entretanto, é que, como no caso da população em situação de rua, as populações vulneráveis, ficam à mercê desses interesses. E uma vez que a cidade é o palco de suas ações cotidianas e, mais ainda, de sua vida cotidiana, as práticas dessa gestão se tornam ameaçadoras à sua forma de vida e a sua organização social na urbe, considerando que o contexto social em que vivem as pessoas em situação de rua não interessa à vinculação imagética de uma cidade-modelo globalmente amparada pelos investidores privados.

Nesse sentido, não apenas por meio da noção de cidade para Mac-Allister (2001; 2004), em que são traçadas as comparações entre a estrutura de uma organização e a de uma cidade, ressaltando as convergências de complexidade, dinâmica e interação, mas também pelo fato de que há uma gestão urbana – não apenas no sentido de administração pública, mas de práticas inesas de uma organização privada, de cunho empresarial, se manifestando como tendência nos grandes centros atuais – é que se torna possível uma análise propriamente organizacional do contexto citadino. Análise essa que possibilita aos estudos organizacionais perceber os reflexos do meio empresarial nas práticas da gestão pública atual. A vinculação de metas, o desenvolvimento de índices de quantificação de resultados, a busca de referências

nos empreendimentos de sucesso empresarial; são algumas das semelhanças que abrem espaço para essa análise nas cidades.

Além disso, a própria figura do empreendedor toma espaço na cidade. O gestor de sucesso e o empresário assumem uma construção no imaginário da cidade-modelo, que convoca o olhar organizacional para a disseminação da visão empresarial para outros contextos além do mercado privado. Nas palavras de Sánchez (2001, p. 40),

A luta simbólica é travada também pelo reconhecimento de autoridade para falar sobre a cidade. No discurso da “cidade-empresa” e da “gestão empresarial da cidade”, há uma construção mitificada da figura do líder carismático, do administrador erudito, da liderança política enaltecida, sobretudo, pela competência técnica capaz de situá-lo acima da política, requisitos tidos como indispensáveis do “Prefeito empreendedor” ou dos agentes portadores da missão de desencadear planos e projetos estratégicos associados à reestruturação urbana.

Ainda nesse sentido – o de rever práticas empresariais dentro da cidade – a gestão urbana também se consolida em uma prática organizacional de planejamento da cidade. Ora, o planejar é prática básica nos pilares da Administração. Nessa instância, a cidade planejada é aquela em que os engenheiros, arquitetos e gestores manipulam os recursos de construção a fim de estabelecerem o fluxo e os obstáculos à circulação na cidade. Certeau (1998) chama atenção para essa forma de conceber a cidade, idealizada em seu planejamento, e realizada pelas pessoas no cotidiano.

A cidade-conceito, como chamada por Certeau (1998), representa a manifestação mais utópica da cidade, delineada nos gabinetes dos arquitetos e urbanistas, de maneira a permitir generalizações diversas sobre a composição dos seus espaços e, sobretudo, na existência de uma cidade com formas bem definidas. Essa ideia é confrontada por Mendes e Cavendon (2012), que propõe um deslocamento dessa visão para uma visão da cidade enquanto prática urbana. A noção apresentada pelos autores é de um entendimento da cidade não como um projeto estático, como querem os planejadores, mas como uma cidade fluida, na qual a definição de si mesma se dá pelo movimento das operações cotidianas. A cidade é viva e o que a define são as práticas do dia-a-dia dos diferentes grupos que nela interagem.

Essa análise da cidade enquanto uma prática não exclui a importância dos elementos estruturais de concepção da cidade mas, sobretudo, possibilita um espaço mais amplo para abordar a cidade em seu contexto microbiano, dentro dos muros e sob os tetos das casas e das construções públicas. A perspectiva de olhar a cidade enquanto uma dinâmica urbana permite a visão dessas pequenas práticas que assolam os espaços formando a dinâmica social existente na cidade. Práticas essas que, muitas vezes, fogem às análises estruturais do contexto citadino e aos ditames da racionalização das cidades. O interesse nessas práticas é especialmente válido quando o interesse de pesquisa está na movimentação constante que propicia a formação de novos espaços a cada momento. O que determina o espaço é a prática que dele se faz (CERTEAU, 1998), portanto, o olhar sobre essa dinâmica tem a expectativa de enriquecer a noção de construção social do espaço no tempo, de acordo com a interação de cada um dos grupos observados.

O morar na rua, assim, é uma forma de praticar a cidade. A própria situação de rua também o é, visto que quem pratica a cidade – e, portanto, determina o fluxo de sua existência – são os sujeitos que nela trafegam, agem e recebem sua influência cotidianamente. Mais ainda, a julgar pelos critérios de definição do fluxo citadino, o morar na rua não apenas define a cidade enquanto uma forma de praticar o urbano, mas também representa a possibilidade de operar táticas subversivas à noção de controle administrativo dos gestores da cidade. A população em situação de rua representa um dos grupos que interagem, dentre os tantos, que fazem com que a cidade seja o que ela é: uma prática. Enquanto sujeitos dessa cidade, essa população opera não sem considerar os muros (CERTEAU, 1998) que representam as limitações ao fluxo da vida social na cidade. As estratégias de controle estabelecem o momento de poder da gestão, enquanto os grupos realizam suas operações para contorná-lo. Porém, nessa análise que empreendo, a cidade é observada de dentro, de perto, e especialmente do nível micro nas relações entre a população em situação de rua e os agentes diversos que com eles conectam interesses.

3.4 Organizações de amparo à população em situação de rua

Marcos também me disse que não tinha problema em ficar nas ruas porque tinha comida e abrigo sempre que quisesse. Ele disse ainda que para uma pessoa passar fome nas ruas em BH só se ela fosse muito preguiçosa, porque tinham muito lugares que davam comidas e que a assistência até exagerava. Disse que conseguia pizzas

feitas na hora e lasanha quando quisesse. Ele mesmo não concordava com tanta assistência. Disse que isso fazia as pessoas ficarem conformadas. Ele relatou também que tinha uma rota em que todos os conhecidos dele podiam comer o dia todo. O problema, segundo ele, era apenas a segunda-feira, dia em que quase todos os grupos paravam de trabalhar ao mesmo tempo.

Até o momento, fiz uma breve digressão sobre a condição da cidade de Belo Horizonte enquanto uma organização possível de análise e também me dispus a observar algumas das políticas públicas de intervenção social nessa cidade. Entretanto, para além dessas políticas citadas e do contexto urbano enquanto *locus* dessa pesquisa, tratarei de um segundo espaço no qual pesquisei as relações dos sujeitos dessa pesquisa com um segundo tipo de organização – as organizações de amparo à população em situação de rua. Esse segundo *locus*, mais específico, também é tomado neste trabalho como resultado de políticas de ação social destinada a essa população.

As organizações de amparo destinadas às pessoas em situação de Rua no Brasil são, em sua maioria, fundadas e mantidas por órgãos religiosos e por entidades caritativas (COSTA, 2005; MENDES, 2007; 2010). Embora o governo participe de algumas dessas organizações, o caráter predominante em que elas se fundam é o religioso (MENDES, 2007). Esse fato é essencial para entendermos que, apesar da situação de rua ser uma questão pública, ela parece não estar sendo tratada pelo governo brasileiro com o devido interesse. Este é um ponto de partida para adentrarmos a questão das organizações públicas de amparo à população em situação de rua.

Costa (2005) faz ressalvas de que a política brasileira para a atenção às questões da população de Rua no Brasil é deficitária. Em geral, o trabalho com albergues e grupos de assistência dessa população é sempre desafiador (SILVA, 2010; GOMES, 2006; FERREIRA, 2010; CEFAÏ, 2010; SNOW; ANDERSON, 1998). Entretanto, a falta de incentivo político e o descaso da população constroem ainda mais a situação de quem se encontra na rua (VARANDA; ADORNO, 2004). Costa (2005), fala de uma intensa contradição historicamente vivida no Brasil pelos agentes que trabalham nos grupos de amparo e pelas pessoas que geralmente se compadecem da questão social da população de rua.

Essa contradição de que nos fala a pesquisadora reside na medida em que, por um lado, há o desinteresse e o preconceito, que se desenvolvem mais ainda na repressão social e, por outro, a compaixão, a preocupação e até o assistencialismo. Esses sentimentos estão refletidos no Estado brasileiro (COSTA, 2005), que ora se distancia da população de rua, ora se volta para ela com políticas e tentativas de amparo. Apenas recentemente o Governo brasileiro lançou programas sociais para essa população, como a Política para Inclusão da População em Situação de Rua de 2008, a Política Municipal para Moradores de Rua de Belo Horizonte, 2012 e a Cartilha Direito do Morador de Rua: um guia na luta pela dignidade e cidadania.

Ademais, Mendes (2007) faz uma listagem das organizações existentes na cidade de Belo Horizonte e a partir disso, discute características ligadas aos fundadores de cada uma delas. A caridade e a filantropia, segundo a autora, fazem parte do quadro principal de mantenedores dessas redes de auxílio. Um fator importante para Mendes (2007) é que os moradores de Rua de Belo Horizonte se comportam de maneiras singulares diante do auxílio recebido. A pesquisadora afirma que esse comportamento é calcado nas condições morais que são requisitadas para que o auxílio seja concretizado e, em determinados casos, os moradores de rua simulam essas características exigidas, a fim de conseguir o alimento que interessa.

Nesta seção, discuti os espaços destacados para serem *locus* desta pesquisa, a cidade de Belo Horizonte e as organizações de amparo à população de rua nessa mesma cidade, passando pela contextualização das políticas públicas. No próximo capítulo falarei dos sujeitos estudados na pesquisa.

4 OS SUJEITOS OCULTOS DA CIDADE

Marcos disse que tinha ficado na praça da estação um dia, mas que tinha saído, porque um sujeito esfaqueou o outro por causa de uma bebida em uma das barracas lá. Ele parecia insatisfeito com sua situação e pareceu contrariado ao pensar que era um deles.

Nesta seção discutirei as possibilidades de caracterização e tipificação da população em situação de rua para um estudo social e, por extensão, organizacional. Falarei primeiro das caracterizações feitas pelos autores para essa população, dentre as quais escolherei os aspectos que constituíram a caracterização utilizada neste trabalho, depois falarei das tipificações para essa população, tanto no exterior quanto no Brasil. Meu objetivo é discutir conceitos para cada um desses tópicos de estudo (caracterizações e tipificações) para a utilização posterior neste trabalho, facilitando a visualização dos limites e das possibilidades para cada um deles.

4.1 Caracterizações das pessoas em situação de rua nos estudos acadêmicos

Entende mais ou menos a situação, ele não é capaz de chegar e pedir. Então é complicado você tem que ficar sempre atento, eu ando sozinho também, não ando acompanhando, você anda rua você vê... Aquele bando de maloqueiro tudo junto [...] Não ando, pensa comigo, já estou em situação de calçada, é raridade eu conseguir R\$1,00, R\$2,00 ou R\$3,00 vou andar com 10 caras junto comigo? Ai não tem jeito né? Então, eu ando sozinho, quando eu quero me apoiar eu venho aqui com a (...), com (...) com o pessoal aqui (Albergue) que esta para me ajudar que eu sei que são verdadeiro comigo é diferente, isso se chama filho de Deus, o filho de Deus foi esperto, filhas também, eu estou com a voz meio ruim ainda porque a 3 dias atrás eu estava jogado pela calçada ai, sozinho, as vezes eu sinto falta da minha banheira, sinto falta do meu bidê, (...) e 7 meses então eu sinto falta da vida que eu tinha, tem hora que é complicado. (Depoimento de um usuário do albergue)

Direta ou indiretamente, não são poucos os autores que passam por caracterizações ou tipificações das pessoas em situação de rua em seus estudos (GHIRARDI *et al.*, 2005; COSTA, 2005; SILVA, 2010; FERREIRA, 2007; MENDES, 2007; 2012; SNOW; ANDERSON, 1998). Como já citado, recentemente o governo brasileiro também resolveu definir essa população sob o discurso de melhor entendê-la para criar políticas públicas mais

eficazes no que tange à sua condição. Entretanto, antes de voltar à definição do governo, é preciso entender como se deu a passagem da nomenclatura *mendigo* ou *pedinte* para *peessoas em situação de rua* no Brasil. Sobre isso, Neves (2010) nos conta que o termo *população em situação de rua* foi cunhado pelos agentes sociais que se voltam para o apoio institucional ou para a intervenção estatal, buscando superar estigmas ligados à nomenclatura do *mendigo* relacionada diretamente com a *vagabundagem* e com a preguiça. Nas palavras da autora,

aqueles agentes destacavam as dificuldades de compreensão do fenômeno, para além de conhecimentos derivados de uma imediata prática de convivência e intervenção. Alegavam a necessidade de superar uma série de lugares comuns, pautados em visões altamente preconceituosas e estigmatizantes, para consolidar programas sociais (NEVES, 2010, p. 102).

O entendimento do termo *população em situação de rua*, enquanto um termo que reflete uma condição de instabilidade, almeja dar conta da fragmentação e da multiplicidade de experiências que envolvem essa população como um todo (SILVA, 2010). Muitos se movem entre cidades, outros se movem dentro da cidade e uma parte tem casa, mas preferem a rua nos finais de semana (MENDES, 2007). Não apenas pela velocidade em que essa população se forma e se dispersa – por meio dos viajantes e das pessoas que ficam nas ruas por pouco tempo – mas também pela mobilidade de relações entre seus componentes, o termo *situação de rua* se tornou mais adequado. A população de rua é instável em toda a sua amplitude, tendo como característica principal a vida em uma condição que não possibilita acumulações de qualquer tipo (MENDES, 2007; SILVA, 2010).

Passando agora para as propostas dos pesquisadores brasileiros, Neves (2010, p. 103) se empenharam em trabalhar o conceito de mendicância sob o caráter do “trabalhador que não deu certo”, partindo de uma análise sociológica das causas estruturais da condição de rua. Para ela, “a mendicância como fenômeno social” poderia “ser estudada a partir de formas de reprodução social da massa trabalhadora”. O que ela quer dizer com isso é de que forma a sociologia poderia contribuir para a compreensão dos modos de vida dessa população e das experiências inerentes a essa condição.

Em seu artigo, Neves (2010) reflete sobre os processos de transformações sociais no sistema de posições sociais no qual se insere a então chamada *população em situação de rua*. Quanto à mendicância como forma de vida, esta autora nos conta que,

Poucos são os estudos que se voltam para a interpretação da mendicância como forma alternativa de vida. Na literatura sociológica, o *mendigo* aparece quando se trata das condições sociais de vida da classe trabalhadora, especialmente nos momentos históricos de formação do proletariado. É visto como o rebotallo da classe operária, o “lumpemproletariado”, o refugio expulso ou não absorvido pelo mercado de trabalho. Esse processo de expulsão, entretanto, não é analisado, e as análises sociológicas preferem ocupar-se dos trabalhadores efetivamente integrados ao mercado de trabalho, seja de modo formal (emprego regular) ou informal (biscates). No entanto, o estudo dessas várias formas de inserção e expulsão pode colaborar para a compreensão da diferenciação e da heterogeneidade da massa trabalhadora (NEVES, 2010, p. 103).

Além disso, Neves (2010) ainda trabalha com aspectos como o receio dos trabalhadores de *cair*.¹⁸ na condição de rua, a exclusão social, o caráter paradoxal da reciclagem e o trabalho com lixo na sociedade atual, além de fazer reflexões sociológicas sobre a ilusão do trabalhador livre. Outra definição que parte de uma perspectiva da exclusão social é a de Ferreira e Machado (2007). Para esses autores, ao se tratar da população em situação de rua, é preciso pensar em sua característica básica: a “multidimensionalidade” (FERREIRA; MACHADO, 2007, p. 5). Apesar de utilizarem uma abordagem demográfica – o que é muito comum nas pesquisas norte-americanas, como em Snow e Anderson (1998), por exemplo, apelam para as várias dimensões em que a situação de rua aponta. Ferreira e Machado (2007) partem da definição dada pelo governo brasileiro para buscar variáveis e dimensionar a proporção da população em situação de Rua no Brasil fazendo uma comparação censitária.

Outra abordagem, para além das pesquisas censitárias da condição de rua, é a de Costa (2005), que escreve justamente pensando em caracterizações e contextualizações para a população em situação de rua do Brasil à luz da assistência social. Partindo de autores como Bauman (1997) e Castel (1997), Costa (2005) descreve a situação de rua como um dos processos resultantes da intensa fragmentação em que vive a sociedade atual. Para ela, a

¹⁸ *Cair nas ruas* é um termo cunhado pelas pessoas em situação de rua e pelos autores que os estudam para indicar a passagem, não sem sofrimento, a essa condição (GHIRARDI *et al.*, 2005).

condição de rua é uma extrapolação da fragmentação social de um Estado que se tornou flexível pelas exigências do capital.

Concordando com Ferreira e Machado (2007) no que se refere à criação de políticas públicas para essa população, Costa (2005, p. 10) afirma que “o desafio está em elaborar alternativas que possam adequar-se à realidade de quem vive nas ruas, especialmente que levem em conta o estágio em que as pessoas se encontram”. Sobre essa insustentabilidade das políticas públicas para a população de rua, quase todos os autores brasileiros que trabalham esse aspecto (COSTA, 2005; GHIRARDI *et al.*, 2004; FERREIRA; MACHADO, 2007; VARANDA; ADORNO, 2004; MAGNI, 2010; FERREIRA, 2006; 2011; NEVES, 2010) concordam que as políticas sociais no Brasil ainda não conseguem estabelecer uma proposta que atenda às reais necessidades dessas pessoas. Entretanto, Costa (2005) parece ainda ter esperança de que seja esse um desafio a ser enfrentado pelas próximas gestões do país. Assim, na sua caracterização, a população em situação de rua se constitui por:

segmentos heterogênicos, com diferentes realidades, mas que comungam a condição de pobreza absoluta e o não pertencimento à sociedade formal. Indivíduos aí colocados trazem, segundo a autora, as marcas de sucessivas rupturas (frequentemente associadas ao uso de drogas), tanto por parte da família como do sujeito que está na rua (SILVA, 2010, p. 132).

Outra definição que vai ao encontro das caracterizações aqui ensaiadas é a de Mendes (2007). Entretanto, essa pesquisadora diferencia os *moradores de rua*¹⁹ das pessoas em situação de rua, colocando as primeiras como foco de seus estudos e ampliando a definição das segundas à sua característica dinâmica e mais instável. Nas palavras de Mendes (2007, p. 6)

Defino (...) os moradores de rua ou a população de rua (termos que serão usados daqui para frente como sinônimos) como aquelas pessoas que não apenas tiram da rua o seu sustento, como também fazem da rua o seu local de moradia, ainda que optem por dormir em instituições de acolhimento para moradores de rua e migrantes. Portanto, pessoas que buscam na rua seu sustento, mas não fazem dela seu local de moradia – como vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, guardadores de carro, flanelinhas etc. – não serão consideradas população de rua, mas sim trabalhadores de rua.

¹⁹ Encontrei esse termo apenas no trabalho de Mendes (2007).

Também os norte-americanos Snow e Anderson (1998) caracterizaram a população em situação de rua. Para eles essa população forma uma subcultura em meio à cultura tradicional do país. A proposta desses autores aponta para a situação de rua enquanto um estilo de vida que muitos dos moradores de rua americanos adotaram durante algum período de suas vidas, por uma escolha voluntária ou não. Snow e Anderson (1998) reforçam as características que fazem com que os moradores de Rua de Austin, no Texas, se deparam ao se encontrarem nessa condição pela primeira vez.

O processo de adesão à condição de rua é lento e doloroso para alguns, a maioria dos que *caíram nas ruas* há pouco tempo não aceita nenhuma das denominações designadas aos moradores de rua mais estáveis. Segundo os autores, há uma relutância que faz parte da definição das identidades de cada grupo que vive nas ruas. Os autores separam e tipificam cada grupo a fim de conhecê-los mais a fundo em suas características principais. Na próxima seção, voltarei a Snow e Anderson (1998) e a tais tipificações para dar continuidade a este trabalho.

Voltando à proposta do governo brasileiro quanto à definição da *população em situação de rua*, a definição é apropriada e será um ponto de partida também neste trabalho. O governo propõe que

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A população considerada neste trabalho envolve aqueles que vivem na rua e aqueles que passam por ela de maneira instável, cabendo distinguir esses segundos pelas condições de vida e a dependência direta dos modos de trabalho na informalidade e na clandestinidade. Entretanto, a definição desse grupo não será usada neste trabalho para restringir a experiência de campo de qualquer forma. Do ponto de vista sociológico, entendo a caracterização como uma forma de estabelecer conceitos de estudo do campo e não conceitos que fechem as possibilidades para o que dele virá (GONZÁLEZ REY, 2005; SNOW; ANDERSON, 1998).

4.2 Tipificações: os modos de ver

No que se refere às tipificações feitas por pesquisadores nesta área, Snow e Anderson (1998), na primeira parte do seu trabalho, procuram mostrar quem são e como são vistos aqueles moradores de Rua de Austin que estudaram. Dessa busca, nasce uma tipificação baseada tanto nas denominações dos próprios moradores sobre si mesmos, quanto nas denominações dadas a eles historicamente pela sociedade norte-americana. Recém-deslocados, vacilantes regulares ou adaptados, andarilhos tradicionais ou *hippies*, mendigos tradicionais, mendigos *redneck* e doentes mentais constituem o quadro da tipologia social identificada pelos autores. Essa classificação tem uma base identitária que se desenvolve na medida em que o desafortunado (como sugerem os autores) aceita sua condição de rua e se adapta ao discurso instituído nela.

Também são aspectos importantes na classificação de Snow e Anderson (1998) o raio de ação, ou mobilidade, desses moradores de rua, que diferenciam principalmente quem são os andarilhos tradicionais ou os *hippies*, e a dimensão temporal, que atribui ao morador seu *status* de mendigo (vivente das ruas) ou de vacilante (aqueles que moram nas ruas por períodos intermitentes). Quanto ao ato mesmo de tipificar na ciência social, Snow e Anderson (1998, p. 73) ressaltam que se trata de um processo de ordenação e classificação que dirige a atenção do pesquisador para aspectos específicos do fenômeno em estudo; além disso, as tipologias são construídas para facilitar uma compreensão dos sistemas analisados, ou mesmo de aspectos deles, de acordo com conceitos e princípios da ciência social.

No Brasil, uma definição que pode ser vista como uma tipificação da condição das pessoas em situação de rua é a de Vieira, Bezerra e Rosa (1994). Para esses autores, há três tipos constituintes que identificam quem vive na rua: as pessoas que *ficam*²⁰ na rua; as pessoas que *estão*²¹ na rua; e, por fim, as pessoas que *são*²² da rua. Existe um critério de temporalidade que distingue cada um desses tipos dados pelos autores. As pessoas que ficam nas ruas são caracterizadas por uma condição inesperada como o desemprego ou a migração em busca de novas oportunidades, tratamentos de saúde ou por desentendimentos com os moradores da casa que frequentavam. Essas pessoas geralmente passam as noites em albergues e lugares

²⁰ Grifo meu.

²¹ Grifo meu.

²² Grifo meu.

mais protegidos, como rodoviárias e locais públicos movimentados. O segundo caso, das pessoas que estão nas ruas são aquelas que já se acostumaram com as relações envolvidas nessa condição de alguma forma, e assumem algumas das características de quem vive nas ruas. Entretanto, a condição desse segundo ainda é passageira e pode ser mudada em algum momento. O terceiro e último tipo de pessoas, que é da rua, apresenta um envolvimento com a rua que tende a estabelecer relações estáveis com o meio, apesar de que isso é sempre um desafio no caso das ruas. Mas são pessoas que já foram debilitadas pela convivência com os usos de álcool e narcóticos, que estão em risco constante de violência e/ou desenvolveram doenças físicas ou mentais que tornam sua condição de rua ainda mais hostil.

Mais especificamente em Belo Horizonte, Mendes (2007) trabalhou em uma tipificação dos moradores de rua a partir de uma observação quanto à forma como eles mesmos se tratam. Algumas das nomenclaturas usadas pela autora podem ser generalizadas e comparadas em nível nacional, porque fazem parte do discurso inscrito no meio em que trafegam os moradores de rua de todo o país. Nomes como maloqueiros, caídos, migrantes, trabalhadores itinerantes e trecheiros fazem parte das formas de identificação definidas pela trajetória de vida de cada uma das pessoas que caíram nas ruas.

Os tipos classificados como maloqueiros são aqueles que vivem nas malocas²³. Geralmente, são mais gregários, vivem em famílias constituídas tanto por parentes de sangue quanto pela “família da rua” que procuram um lugar comum com maior segurança e privacidade. Entretanto, o termo maloqueiro pode ser usado também para identificar “aquele em que não se deve confiar” (MENDES, 2007, p. 61). Nesse sentido pejorativo, os maloqueiros também são conhecidos por não dividirem as tarefas e não compartilharem os pertences – comida, bebida, roupas – sendo também associados a termos como maconheiro, vagabundo, malandro e bêbado pelos próprios companheiros de rua (MENDES, 2007).

Entre migrantes, trabalhadores itinerantes e trecheiros estão aqueles que deixaram suas cidades em busca de um trabalho ou de uma vida melhor em Belo Horizonte e, depois de frustrações sucessivas, buscam seu sustento nas ruas enquanto não encontram oportunidade e dinheiro para voltar às suas cidades natais; aqueles que trabalham em uma cidade e moram em

²³ Pequena casa construída de resto de lixo ou coisas encontradas nas ruas, em lugares clandestinos, tais como debaixo de viadutos, praças e espaços abandonados da cidade. Maloca é uma palavra de origem indígena e pode significar “casa escondida” ou “esconderijo” (MENDES, 2007).

outras, por isso, passam noites nas ruas enquanto esperam as condições necessárias para a volta; e aqueles que vivem do trecho, das viagens e da mendicância nas estradas.

Na verdade, não existe um consenso entre pesquisadores “ao definir (...) migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros” (MENDES, 2007, p. 4). Entretanto, para ela, os trecheiros têm uma característica mais marcante, que é o fato de viverem de passagem pelas cidades, buscando alimentos e recursos no próprio trecho²⁴. Para o trecheiro, a vida ocorre nas passagens por diferentes cidades. Embora não seja o deslocamento em si que defina o que é ser trecheiro, como afirma Mendes (2007, p. 53),

não é o deslocamento em si que define o trecheiro, mas o fato deste ocupar territórios que se encontram na interseção entre os territórios urbanos e que lhes servem de fronteira e de passagem ou que são áreas no interior das cidades destinadas ao deslocamento e ao transporte de pessoas e coisas e não à fixação de pessoas e coisas.

O termo caídos é utilizado para identificar aqueles que têm poucas condições de sustentar a si mesmos, entre os quais estão os doentes mentais, os que se encontram degradados pelo álcool e pelas drogas mais pesadas ou por doenças crônicas com a AIDS e a tuberculose. Os caídos, em geral, vivem da mendicância e estão envolvidos há muito tempo nas condições de rua, embora nem todos tenham chegado a ela pela sua condição deficiente em relação ao papel familiar que “deveriam” assumir, segundo seus familiares (MENDES, 2007).

Mendes (2007) ainda ressalta que, um pesquisador que busque identificar os moradores de rua por meio de uma classificação como essa pode se confundir, tanto pela dificuldade em estabelecer limites entre cada um desses “tipos”, quanto pelo discurso distanciado que os moradores de rua adotam de nomenclaturas que, segundo eles próprios, soam pejorativas.

Mais apropriado para o caminho que sigo neste trabalho, a tipificação de usada por Mendes (2007) já parte de um contexto brasileiro, sendo ainda mais adequada pelo local de estudo, a cidade de Belo Horizonte. A tipificação proposta por Mendes (2007) foi um guia para o estudo de campo que realizei. Partindo do pressuposto que as tipificações podem auxiliar

²⁴ Trecho é uma rota definida entre cidades, que geralmente se repete no deslocamento do trecheiro. É uma passagem entre dois ou mais pontos em que o trecheiro se instala e vive, dentro das possíveis condições que ela oferece. Nas palavras de Mendes (2007, p. 53) “para o trecheiro, o trecho significa também o próprio movimento, o deslocamento, a errância. Estar no trecho é estar de passagem”.

minha visão no campo e facilitar a estruturação de campos de análise (SNOW; ANDERSON, 1998), usei essas nomenclaturas para propor aos sujeitos encontrados no estudo algumas reflexões sobre sua condição e sobre diferenciações que eles julgassem necessárias, a fim de compreender a complexidade dentro dessa população: suas características mais singulares e sua diversidade, excluindo, o quanto possível, a tendência de generalizações simplificadoras.

Essa compreensão dos comportamentos foi importante porque justamente nos comportamentos e nas ações desses sujeitos que se basearam os estudos do tema a que se refere essa pesquisa. Embora, levando em conta a consideração da própria autora, esses “tipos” não serão tomados no sentido estrito, porque podem soar confusos e pejorativos. Mas, nesse trabalho, os utilizei como fonte geradora de possibilidades de aproximação dos sujeitos da pesquisa.

Nesta seção, fiz uma discussão sobre os conceitos que caracterizam e tipificação os *sujeitos* que busco estudar neste trabalho – a população em situação de rua. Na próxima seção, descreverei o caminho percorrido na pesquisa para a captação dos dados. A construção metodológica esta embasada em um posicionamento epistemológico que também será exposto na próxima seção.

5 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo abordo as questões referentes aos aspectos metodológicos que se enquadram no tipo de estudo que pretendo neste trabalho. Antes de qualquer coisa, faço uma reflexão epistemológica voltando para o desenvolvimento dos estudos organizacionais como ciência social aplicada e me posicionando diante do explicitado. Depois, passo às discussões metodológicas propriamente ditas, mostrando a natureza da pesquisa, as técnicas que utilizei, os instrumentos de coleta de dados, a forma de análise dos dados e a descrição do percurso metodológico. Meu objetivo com esse capítulo é fazer uma reflexão mais aprofundada sobre a necessidade de uma pesquisa qualitativa nesse campo de estudo, a despeito de suas limitações, pela natureza do tema proposto.

5.1 Posição epistemológica

A Filosofia da Ciência, ou propriamente, a Epistemologia é a disciplina que estuda os fundamentos e a natureza do saber (LAVILLE; DIONNE, 1999). Justamente por isso, por tratar de fundamentos do saber, é que sua abordagem, em um trabalho que se pretende científico, não pode prescindir.

As mudanças causadas nas ciências a partir do final do Século XIX com as descobertas quânticas de Einstein e Heisenberg vieram a confirmar a quebra do ideal da “boa ciência” *indutivista* de Francis Bacon. A insustentabilidade lógica desse indutivismo, colocada em questão desde David Hume (1711-1776), também ficou marcada pela crise da representação da linguagem exata iniciada com Ludwig Von Wittgenstein (MATTOS, 2011). Do ponto de vista epistemológico, a partir desses dois marcos, instaura-se no meio científico o que os filósofos vêm chamando de crise paradigmática (FERREIRA; CALVOSO; GONZALES, 2002; CARVALHO, 2003; MATTOS, 2011; FREITAS, 2004; LIMA, 2011; SAGAN, 1996), isto é, a ausência de garantias filosóficas de que o raciocínio indutivo pudesse levar a uma verdade universalmente válida foi solapada pelas descobertas recentes daqueles cientistas (LIMA, 2011). A ciência de *status* universal cai em descrédito sob o olhar dos seus próprios construtores.

Essa crise que culmina na crítica da história da ciência, feita principalmente por Thomas Kuhn (1922-1996), Imre Lakatos (1922-1974) e Paul K. Feyerabend (1924-1994) nas últimas décadas do Século XX (CHALMERS, 2003) abre espaço para novas abordagens e perspectivas dentro da academia. A ciência social inaugurada pelos positivistas Comte (1978) e Durkheim (2001), que revisitaram o método das ciências físicas e biológicas baseando-se no raciocínio indutivo e nas características do observador neutro para iniciar sua proposta de pesquisa, também se transforma.

A crítica feita por Thomas Kuhn (1970) às abordagens do *falsificacionismo* e do *indutivismo* (as duas possibilidades até então mais fortes para a explicação da ciência como atividade humana) se estende à incapacidade dessas teorias em explicar o progresso da ciência como um todo. Além disso, esses novos filósofos da ciência (KUHN, 1974; 2010; LAKATOS; MUSGRAVE, 1979) criticam a ciência diante de sua dependência de uma teoria para observação dos fenômenos. A ideia central é que, durante o desenvolvimento histórico da ciência, os movimentos de progresso e regressão (pensando em teorias que se perderam) não se deram de maneira lógica e racional com queriam os idealizadores do racionalismo, muito menos partindo de novas observações, como queriam os *indutivistas* (CHALMERS, 2003).

Para Kuhn (2010), o movimento da ciência se dá pela construção e manutenção de paradigmas. O termo paradigma é entendido neste trabalho como um consenso prático, ou uma maneira de pensar e fazer ciência, que esteja respaldado por uma comunidade científica (MATTOS, 2011). Kuhn (2010), a despeito dos filósofos que lhe foram anteriores, não busca uma definição para como a ciência deveria ser ou sobre como ela poderia resgatar o racionalismo. A intenção explícita de Kuhn foi mostrar como a ciência *funciona* na prática e quem são os atores que nela se envolvem. Apesar de seus argumentos não se limitarem apenas a um aspecto descritivo da ciência, Kuhn (2010) delineia os movimentos de progresso da ciência por meio da assunção dos pesquisadores por diversos paradigmas diferentes.

O ponto mais importante – e que me ateno neste trabalho – é entender que esses modos de fazer ciência paradigmática, delineados por Kuhn (1970), não são únicos, tão quanto pensavam os idealizadores da “boa ciência”. Nem são sempre logicamente escolhidos ou delimitados, segundo a própria teoria de Kuhn, mas carregam em seu bojo aspectos de experiência do pesquisador aprendidos na própria prática científica que validam sua atividade enquanto ciência.

5.1.1 A ciência social aplicada em questão

5.1.1.1 A herança positivista nas ciências sociais e nos estudos organizacionais

No princípio a ciência social foi idealizada por Comte e Durkheim para que seu respaldo na verdade universal fosse aquele das ciências naturais da época, o raciocínio indutivo e a matemática. Entretanto, a partir da instituição da ciência como atividade humana, muitos pensadores começaram a criticar a possibilidade de se atingir a objetividade proposta pelo *indutivismo*, caracterizado na ciência social como positivismo clássico. As mais expressivas críticas na ciência social partiram de Karl Marx sob a alegação de que ciência e política eram indissociáveis, sob justificativa de que os interesses do ser humano eram inseparáveis de qualquer uma de suas atividades.

Max Weber, em paralelo a Marx, constrói uma teoria alternativa para o alcance da objetividade – propriedade de uma teoria que seria válida em qualquer contexto – nesse momento, já tendo em vista uma separação entre as ciências naturais e as ciências humanas. Para Weber (1999), ainda que os critérios de verdade da ciência social estivessem comprometidos pela sua indissociabilidade com a intenção humana (política e subjetiva), as ciências humanas deveriam se propor à missão de resgatá-los, estabelecendo relações de causa e efeito nas pesquisas sociais e dando aos homens a possibilidade de maior consciência sobre suas ações o máximo possível.

O papel do cientista na área humana, portanto, começa a mudar: sua autoridade sobre a verdade se torna relativa e precisa ser fundamentada por meio de uma clareza objetiva entre o que são os fatos e o que são as intenções do pesquisador. Weber dá início ao que foi chamado na ciência social de sociologia compreensiva, mais adiante alinhada ao chamado paradigma interpretativa (BURRELL; MORGAN, 1979). Outros autores, tais como Dilthey e Husserl, participaram dessa tentativa de separação das ciências humanas das ciências naturais, com suas críticas, respectivamente, da hermenêutica e da fenomenologia (ALBERTI, 1996; SAMPAIO, 2001). Entretanto, essas tentativas fragmentadas não romperam completamente com a lógica indutivista do positivismo na ciência social.

As ciências sociais aplicadas, derivadas das ciências sociais, herdaram características da “boa ciência” de Bacon buscando, ainda hoje, generalizações para possíveis fatos sociais

(MATTOS, 2011). Por outro lado, com a abordagem de Kuhn, as possibilidades de se fazer ciência fora da ciência normal²⁵, o que no caso dos estudos organizacionais está representada pelo paradigma funcionalista/positivista (VIEIRA; CALDAS, 2006; SILVA, 2000), foram ampliadas e, no contexto organizacional, fizeram com que Burrell e Morgan (1979) esquematizassem os paradigmas predominantes, possibilitando aos pesquisadores iniciantes da área, maior facilidade na visualização dos modos de fazer pré-definidos, já em atuação, para que o pesquisador fizesse sua escolha epistemológica. Estes autores defendem que na ciência organizacional, os pesquisadores podem escolher entre os paradigmas funcionalistas, interpretativista, estruturalista radical e humanista radical. Cada um deles com particularidades ontológicas, de natureza humana, epistemológicas e metodológicas.

5.1.1.2 Por uma escolha interpretativa e construtiva

Dentro dessa análise feita por Burrell e Morgan (1979), este trabalho se encontra com algumas das características do paradigma interpretativista. O paradigma interpretativista parte de uma perspectiva da sociedade enquanto um fenômeno a ser interpretado: sua abordagem é direcionada ao subjetivo. Considero, com Weber (1999), que o ser humano atribui sentido às suas ações e estas ações dão forma à sociedade que vivemos. A realidade, portanto, depende diretamente de uma interpretação subjetiva, porque não há ato sem intenção, e não há construção humana que não guarde um sentido. Os sentidos da ação humana nem sempre estão explícitos e, nisso justifico o ato de pesquisá-los mais profundamente, a fim de compreendê-los.

Pressuponho, também com Weber (1979), que não há mudança na realidade sem a mudança no sentido que damos às nossas ações e, justamente por isso, é preciso conhecer esses sentidos a fim de termos maiores condições de pensá-los de acordo com a realidade que desejamos para nós mesmos. O interesse científico em desvendar os sentidos e repensá-los é, também, um interesse político e de mudança social, o que está dentro de uma fundamentação interpretativista. Sendo assim, a intenção maior nesse paradigma em que me insiro é entender a base e o que sustenta essencialmente a sociedade, partindo do indivíduo que a compõe e da consciência que ele carrega (BURRELL; MORGAN, 1979).

²⁵ Termo utilizado por Kuhn (1975) para definir o paradigma científico dominante em cada área de pesquisa.

Fugindo um pouco da abordagem organizacional, mas dentro das ciências humanas ou antropossociais²⁶, também me baseio nos estudos de González Rey (2005) para a delimitação do ponto de vista epistemológico em que insiro este trabalho. Esse autor considera que o conhecimento é, sobretudo, construído socialmente, não provendo de uma apropriação linear da realidade que se apresenta ao pesquisador, mas como uma produção humana em constante construção. González Rey acrescenta esse caráter construtivo à concepção interpretativista com que me alinho. Do ponto de vista metodológico, esse caráter construtivo do conhecimento será essencial à minha postura frente à teoria de que me sirvo neste estudo. Na próxima seção deste trabalho voltarei a essa questão e a González Rey.

Antes de finalizar a discussão epistemológica deste estudo, é necessário deixar claro que o interesse nos sujeitos e no objeto de estudo desta pesquisa, assim como os interesses metodológicos, estão de acordo com a postura epistemológica construtiva interpretativa. A pesquisa das relações entre o sujeito e as organizações que lhe são destinadas, a partir da perspectiva de Certeau (1998) e das relações com a cidade, é propriamente uma pesquisa de sentido das ações que esses sujeitos empenham em suas empreitadas a favor ou contra as políticas sociais desenvolvidas para eles.

Da mesma forma, como não poderia deixar de ser, a pesquisa qualitativa será discutida na seção de metodologia de pesquisa, em alinhamento com as técnicas de pesquisa utilizadas – também próprias da abordagem interpretativa nos estudos organizacionais. Para dar cabo a essa seção, termino justificando que a escolha da primeira pessoa para a linguagem científica também condiz com o ponto de vista interpretativo da realidade, que busca expressões subjetivas para além de uma neutralidade científica acrítica de si mesmas.

Na próxima seção discutirei os aspectos metodológicos da pesquisa levando em conta o questionamento de Silverman (2000, p. 12) “Os métodos de pesquisa adotados são apropriados à natureza da questão que está sendo investigada na pesquisa?”.

5.2 Natureza da pesquisa

²⁶ Termo cunhado por González Rey (2005) para se referir às ciências sociais que envolvem estudo direto com sujeitos.

Nesta seção discutirei os aspectos metodológicos que guiaram minha pesquisa na cidade de Belo Horizonte. Primeiro farei uma pequena reflexão sobre minha escolha por uma abordagem de natureza qualitativa, depois falarei propriamente das técnicas que foram utilizadas na pesquisa, as quais se alinham com a proposta nesse tipo específico de investigação. Os métodos escolhidos foram observação participante, entrevistas semiestruturadas e narrativas. A escolha desses métodos se deve à necessidade de triangulação dos dados a fim de compreender melhor a complexidade envolvida no estudo da relação entre pessoas, organizações e políticas sociais.

5.2.1 A pesquisa qualitativa

Para realizar esta pesquisa utilizei uma abordagem qualitativa com o intuito de aprofundar as questões que se referem às práticas cotidianas dos sujeitos – pessoas em situação de rua – em relação às políticas de ação social a eles destinadas. Conforme explica André (1995), a preocupação científica com a pesquisa qualitativa tem seu início na abordagem fenomenológica e passa por autores como Max Weber (1864-1920) e Wilhelm Dilthey (1833-1911) os quais desenvolveram, respectivamente, uma ciência social compreensiva e uma abordagem hermenêutica. Embora sejam abordagens diferentes, o que elas têm em comum é o ponto de que ambos os autores questionaram as ciências humanas enquanto uma derivação das ciências naturais. Tanto Weber quanto Dilthey afirmaram existir uma separação entre as ciências da natureza e as ciências sociais, sendo que estas últimas deveriam se dedicar ao estudo das ações humanas e sua intencionalidade.

Concordando com essa separação entre ciências da natureza e ciências humanas, González Rey (2005) propõe que as pesquisas que envolvem o estudo de sujeitos, ou mais propriamente a *subjetividade* – característica inerente à qualidade de ser humano – devem ser consideradas a partir de uma perspectiva qualitativa. Para esse autor, o ser humano não pode ser separado dos sentidos que produz em suas próprias ações; portanto é um compromisso ontológico da pesquisa qualitativa à investigação profunda desses sentidos que se expressam nas diversas ações do sujeito dando forma à categoria subjetividade.

González Rey (2005, p. 18) afirma que, estudar a subjetividade é lidar com um sistema altamente complexo e “os sistemas complexos não aparecem de forma imediata perante o observador, sendo que seus processos e formas de organização devem ser construídos a partir

de inúmeras formas de expressão”. Portanto, entendo que o pesquisador, na linha que propõe este autor, deve ir a campo e conhecer, das mais variadas formas, a expressão dos sujeitos que pesquisa, porque como sugere esse autor “é impossível falar de complexidade em abstrato” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 17). Isto é, pesquisar fenômenos complexos (e o ser humano, ao mesmo tempo em que é um deles, também se envolve em muitos deles) inclui um envolvimento direto com o campo, como explica o autor,

a pesquisa qualitativa também envolve a imersão do pesquisador no campo de pesquisa, considerando este como o *cenário social em que tem lugar o fenômeno estudado em todo o conjunto de elementos que o constitui, e que, por sua vez, está constituído por ele*²⁷ (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 81).

Essa imersão de que nos conta González Rey (2005), no caso específico deste projeto, iniciou em abril de 2012. Desde essa data, estive em contato com alguns dos agentes que serão pesquisados – as pessoas em situação de Rua de Belo Horizonte. Participei, desde essa data, de um grupo de auxílio alimentação a moradores de rua que se reúnem todas as sextas-feiras às 21 horas para a distribuição dos alimentos nas ruas da cidade. Ainda sob a proposta de González Rey, também posso afirmar que, em outros momentos procurei abrigos para moradores de rua em outras cidades e entrevistei informalmente alguns dos funcionários e dos residentes, o que me valeu um primeiro contato com essas organizações, que também figuraram como objeto de análise na pesquisa. Entretanto, na consecução deste projeto utilizei também de outros métodos de pesquisa, que não apenas os informais já citados. A abordagem que pretendo, segue uma inspiração etnográfica, no sentido proposto por Angrosino (2009), contando com métodos diversificados, tais como: a observação participante e entrevista semiestruturada.

Retomando a natureza da pesquisa, como explicam Oliveira, Leite-Filho e Rodrigues (2007, p. 1),

nas abordagens qualitativas, o termo *pesquisa* ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando unicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. Essa “compreensão”, por sua vez, não está ligada estritamente ao

²⁷ Grifos do autor.

racional, mas é tida como uma capacidade própria do homem, imerso num contexto que constrói e do qual é parte ativa. O homem compreende porque interroga as coisas com as quais convive. Assim, não existirá neutralidade do pesquisador em relação à pesquisa, pois ele atribui significados, seleciona o que do mundo quer conhecer, interage com o conhecido e se dispõe a comunicá-lo. Também não haverá “conclusões”, mas uma “construção de resultados”, posto que compreensões, não sendo encarceráveis, nunca serão definitivas.

Sobre a neutralidade da pesquisa qualitativa, concordo com Oliveira, Leite-Filho e Rodrigues (2007) e com González Rey (2005) que não há neutralidade possível quando tratamos da pesquisa com sujeitos. O pesquisador é sempre imbuído de uma teoria da observação, ainda que ela não esteja explícita nem mesmo para ele, pois “o pesquisador é teórico em sua própria organização subjetiva enquanto sujeito da pesquisa” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 35). Portanto, na escolha do tema – ordem e subversão – e do objeto de estudo, a relação entre a população em situação de rua e as organizações, já identifiquei o interesse desta pesquisa e o contraponto que desejo com uma teoria específica – a teoria das táticas e estratégias do sujeito de Certeau (1998).

Para González Rey (2005), é importante ao pesquisador ir a campo com um modelo teórico bem definido de maneira que ele esteja pronto para ser confrontado pelas suas próprias observações feitas no campo. O pesquisador precisa estar aberto para que desse confronto surjam novas possibilidades de se pensar a realidade estudada. É um processo de constante modificação da teoria com a qual o pesquisador se embasa antes de ir a campo. Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta, guiada por González Rey (2005), concorda também com Pagès *et al.* (1993) quando propõem que o campo se torna um agente modificador do pesquisador tão quanto o pesquisador modifica o campo.

Pagès *et al.* (1993), em seu estudo do poder das organizações, propõem um método dialético de construção da pesquisa, sempre buscando compreender o real a partir das contradições implícitas no ato pesquisar. Pesquisar, para Pagès *et al.* (1993), envolve lidar diretamente com a contradição e com os movimentos dinâmicos do conhecimento. Eles afirmam que o campo, apesar de não agir diretamente sobre o pesquisador, age “através de um sistema de percepções e atitudes, conscientes ou inconscientes”, próprio ao sujeito. Por outro lado, Pagès *et al.* (1993, p. 198) também afirmam que “o universo mental do indivíduo, suas atitudes, seus conflitos psicológicos tem um efeito de retorno sobre sua situação objetiva” modificando-a,

isto é, ambos, pesquisador e campo, saem modificados depois da pesquisa. Dessa maneira, entendo nesse trabalho que o mundo objetivo torna-se uma base de enfrentamento para o mundo do sujeito, enquanto que os dados da pesquisa, da mesma forma, informam sobre duas realidades, uma externa ao indivíduo e outra interna, não podendo elas serem separadas completamente.

Portanto, como explicam Pagès *et al.* (1993, p. 206), nosso caminho de pesquisa “se recusa a separar o objeto de estudo em ‘objetivo’ ou ‘subjetivo’, e a optar de maneira exclusiva por uma outra direção de análise. Ele admite que o discurso informe sobre uma e outra ‘realidade’ e se questiona sobre suas relações”. Isso quer dizer, do ponto de vista epistemológico, que não vemos uma saída mais justa para o conflito da objetividade na pesquisa do que a explicitação da teoria que nos guia e a assunção do papel subjetivo do pesquisador na construção dessa mesma teoria, deixando claro que nada impede que essa teoria seja “suspensa” a qualquer momento diante de um “obstáculo” no campo que ela não consiga superar, para dar espaço a uma construção própria.

A teoria, enquanto uma proposta explícita do pesquisador, portanto, não se caracteriza como uma barreira intransponível, mas como um ponto de partida para se pensar a realidade. Nas palavras de González Rey (2005, p. 37),

dessa confrontação, depende tanto o desenvolvimento do modelo teórico, como o aumento de sua capacidade para gerar novas zonas de sentido sobre a realidade estudada. Nessa definição de teoria como processo em desenvolvimento e confrontação permanente, não há espaço para dogmas que consideram as categorias um conhecimento preexistente invariável.

É interessante notar que, para González Rey (2005) na pesquisa com sujeitos, o mais importante é a construção de um conhecimento que dê conta da realidade, mas que não se submeta ao seu caráter objetivo de existência tornando-se um dogma. A teoria é sempre questionável, como afirmam Pagès *et al.* (1993, p. 194), “a pesquisa assim compreendida nunca tem conclusões, é um processo aberto, sem fechamento, que procede através de deslocamentos permanentes, acaba com os quadros já construídos e os integra de uma nova forma”. A epistemologia qualitativa defendida por González Rey (2005) afirma que o conhecimento é de caráter construtivo interpretativo, o que implica entender o conhecimento

não como uma apropriação linear da realidade que se apresenta ao pesquisador, mas como uma produção humana em constante construção. Isso porque, segundo explica González Rey (2005, p. 5),

a realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independentes de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas (...) formamos um novo campo de realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade. (...) É impossível pensar que temos um acesso ilimitado e direto ao sistema do real, portanto, tal acesso é sempre parcial e limitado a partir de nossas próprias práticas.

A atividade científica, portanto, torna-se inseparável do que produz. O conhecimento produzido por ela é fruto de um confronto entre a realidade observada e os significados subjetivos dados a essa realidade pelo pesquisador, como já comentei. A partir dessa reflexão, adoto González Rey (2005) e a epistemologia qualitativa como guias para o conhecimento que busco produzir neste trabalho entendendo, sobretudo, a responsabilidade do pesquisador em dar conta desses confrontos – realidade/teoria – e em estar aberto para novas constatações que daí podem emergir, justamente porque, como explicam Pagès *et al.* (1993, p. 194),

pensamos, na realidade, que uma pesquisa se constrói de modo eficaz, por um lado, através da tensão permanente entre uma ou mais exigências teóricas importantes, a necessidade de integração e de sistematização teórica e, por outro, o reconhecimento da impossibilidade de chegar a sistematização perfeita e a um fechamento.

5.3 Técnicas de pesquisa

5.3.1 A observação participante

Alinhado com a pesquisa qualitativa proposta neste trabalho e com a abordagem de inspiração etnográfica, adotei as seguintes técnicas de pesquisa: observação participante, entrevistas semiestruturadas, diário de campo e narrativas, os quais foram as principais fontes de encontro com o problema que propus estudar. Conforme explica Angrosino (2009, p. 77), a observação participante é indicada quando se tem:

– Contextos específicos

- Eventos que são definidos como sequências de atividades mais longas e mais complexas do que ações isoladas; eles geralmente acontecem em um local específico, têm objetivo e significado definidos, envolvem mais de uma pessoa, têm uma história reconhecida e se repetem com certa regularidade; (...)
- Fatores demográficos (p. ex. indicadores de diferenças socioeconômicas, como tipo de materiais de casa/edifícios, presença de canalização interna, presença e número de janelas intactas, método de eliminação do lixo, fontes legais e ilegais de energia elétrica).

A observação precisará ser bastante criteriosa contando com uma *consciência explícita*²⁸ que, nas palavras de Angrosino (2009, p. 77), é “ficar consciente dos detalhes mundanos que a maioria das pessoas filtra e deixa de fora da sua observação de rotina” além, é claro, das outras habilidades que são requeridas ao pesquisador que observa: habilidades linguísticas, que facilitem a interação entre pesquisador e pesquisados; boa memória para anotações posteriores; uma *ingenuidade cultivada*²⁹ para nunca temer ou deixar de questionar o que parece óbvio; além de uma habilidade desenvolvida na escrita.

A observação participante, diferente da observação comum do cotidiano, exige do pesquisador um foco sistemático e formal de observação, fazendo uso não apenas da visão, mas de todos os sentidos possíveis para captação de informações. No geral, assim como será nesta pesquisa, a observação é direcionada a questões teóricas que buscam ser esclarecidas no campo (ANGROSINO, 2009). Mais uma vez, notamos, portanto, a não neutralidade da pesquisa qualitativa. Justamente por isso, não deixarei de esclarecer os aspectos tangentes à validade e a confiabilidade da pesquisa nos termos aqui propostos. Como explica Angrosino (2009, p. 79), a confiabilidade “é uma medida do grau até onde qualquer observação é consistente com um modelo geral e não o resultado de um fenômeno aleatório” e a validade “é uma medida do grau até onde uma observação demonstra o que parece demonstrar”. Mas, é preciso uma explicação menos vaga e mais adequada para este estudo.

Em geral, as pesquisas qualitativas nem sempre se preocupam com a “confiabilidade” nos termos propostos pelo autor, visto que os fenômenos que envolvem interpretação do sentido da ação nem sempre podem ser replicados. Sobre isso concordo com González Rey (2005, p. 11) que,

²⁸ Grifo do autor.

²⁹ Grifo do autor.

A legitimação do singular na produção do conhecimento passa pelo valor que atribuímos ao aspecto teórico na pesquisa, o qual seja talvez o ponto mais difícil de ser assumido pelos pesquisadores, devido à identificação histórica entre o empírico e o científico instaurada como consequência do positivismo e do modo como a ciência se institucionalizou. (...) A legitimação do singular como fonte do conhecimento implica, (...), considerar a pesquisa como produção teórica. (...) a informação única que o caso singular nos reporta não tem outra via de legitimidade que não seja sua pertinência e seu *aporte* ao sistema teórico que está sendo produzido na pesquisa.

Dessa forma, mesmo que o método de observação e construção do conhecimento usado naquele contexto não possa ser replicado externamente por outros pesquisadores, sua “confiabilidade” é atestada pela capacidade que tem a teoria – produzida pelo pesquisador – de explicar os fatos ali observados.

Por outro lado, a questão da “validade” também se coloca como central na observação participante, segundo explica Angrosino (2009, p. 80) “diferentemente da pesquisa baseada em entrevistas, que pode apresentar citações diretas de pessoas na comunidade, os resultados da observação participante são raramente ‘confirmáveis’”. Apesar disso, Angrosino (2009, p. 81) mostra algumas formas de se aproximar da validade das observações: o trabalho em equipes de vários pesquisadores em um mesmo objeto de pesquisa; a busca de um método de indução analítica que possa alcançar certa universalidade das proposições da pesquisa; e, por fim, a utilização de uma descrição densa que proporcione certa verossimilhança, que, nas palavras do autor “é alcançada quando a descrição parece plausível, internamente coerente e reconhecível pelos leitores a partir de suas próprias experiências ou de outras coisas lidas ou ouvidas”.

A validade das observações é questionada diante da condição subjetiva em que elas estão inscritas. Entretanto, ainda que haja no pesquisador a impossibilidade de não ser subjetivo em sua observação, como afirma González Rey (2005), a credibilidade da observação participante pode ser indicada por outros aspectos como os descritos por Angrosino (2009, p. 81): a objetividade/confiabilidade, ou “o grau até onde as conclusões fluem da informação que foi coletada, e não de um viés do pesquisador”; confiabilidade ou “o grau em que o processo de pesquisa foi consistente e manteve-se consistente e estável ao longo do tempo, bem como por meio de vários pesquisadores e métodos”; validade/credibilidade que é “grau em que as

conclusões do estudo fazem sentido, se elas são críveis tanto para as pessoas estudadas como para os leitores do relatório, e se o produto final é um registro autêntico do que foi observado”; a validade/transferibilidade/ajustabilidade que “o grau que se espera que o estudo tenha relevância para assuntos que extrapolam o próprio estudo”; e, por fim, a utilização/aplicação que é “o grau até onde os programas ou ações decorrem dos resultados de um estudo e/ou o grau até onde as questões éticas são tratadas com honestidade”.

5.3.2 *As entrevistas semi-estruturadas*

Em seu estudo sobre as entrevistas como método de coleta de dados, Mazini (2004) afirma que as entrevistas são indicadas quando se buscam informações “sobre a opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador”. Pelas entrevistas, de acordo com esse autor, não se estudam propriamente os fatos, mas os relatos das pessoas sobre os fatos, sendo que à observação é que cabe o estudo dos fatos. Manzini (2004) faz uma análise de roteiros de entrevistas semi-estruturadas e conclui que o uso desse tipo de entrevista tem um contexto apropriado não sendo adequadas quando o objetivo da pesquisa em questão é amplo demais. As entrevistas semi-estruturadas, segundo ele, possibilitam o uso de um roteiro com perguntas básicas e, além disso, “fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo a possibilidade de indagar sobre questões momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado” (MANZINI, 2004, p. 5).

Esse tipo de entrevista oferece maior flexibilidade ao pesquisador, que precisa estar atento a todas as informações durante a pesquisa para saber o momento de fazer indagações fora do roteiro. Excluindo-se neste trabalho a possibilidade de se fazerem entrevistas por telefone, *internet* ou questionários, concordo com Manzini (2004, p. 9) que “num processo de coleta de dados face a face, a análise poderia nos levar a tentar estudar questões que estarão presentes no momento da coleta de dados, pois o resultado da interpretação irá depender da forma como os dados foram coletados”. Portanto, os recursos verbais e não verbais do momento da comunicação foram de base para a introdução de questões fora do roteiro.

5.3.3 *Diário de campo*

Conforme afirmam Roese *et al.* (2002), trata-se de um instrumento de coleta de dados que se baseia em registros do pesquisador do cotidiano da pesquisa. Esses registros são feitos a partir das observações do pesquisador e podem ser tanto descritivos quanto reflexivos, dependendo do caráter da pesquisa e do conteúdo sobre o qual o pesquisador desejará se basear na construção do seu relato de pesquisa posterior.

O diário de campo, como método de pesquisa, “surge com o trabalho clássico de Bronislaw Malinowski e é amplamente utilizado em pesquisas etnográficas, qualitativas, mas também em pesquisas quantitativas, experimentais” (ROESE *et al.*, 2006, p. 2) No caso deste trabalho, utilizamos o diário de campo para registrar observações quanto ao comportamento das pessoas em situação de rua no que se refere especialmente à sua relação com as organizações públicas de amparo a moradores de rua e à cidade de Belo Horizonte. Minhas observações foram descritivas, passando à reflexão em um momento após a pesquisa de campo, de maneira que haja elementos suficientes para a reconstrução de uma “descrição densa” (GEERTZ, 2008, p. 5).

5.3.4 Narrativas

O método de pesquisa narrativa vai além de uma técnica de pesquisa, configurando muitas vezes uma estratégia mesma de produção do conhecimento por si só. Entretanto, neste trabalho as narrativas foram capturadas em algumas das incursões no campo quando do momento de participação no grupo de auxílio às pessoas em situação de rua. A utilização desse método foi particularizada para investigação do fenômeno em estudo de maneira que houvesse uma combinação entre as três técnicas, observação participante, entrevistas e narrativas. Segundo Lieblich *et al.* (1998, p. 2) a pesquisa narrativa se refere a “qualquer estudo que use ou analise material narrativo”, embora o aspecto principal dessa técnica seja a compreensão da dimensão temporal da história pessoal narrada.

A narrativa se baseia na realidade vivida e interpretada pelo sujeito. Uma realidade não necessariamente objetiva e neutra do ponto de vista ontológico, mas sim uma realidade presenciada e significada subjetivamente (SARAIVA, 2007). A narrativa se baseia em construções da memória resgatada pelo sujeito no momento da pesquisa. Nisto, o domínio do tempo passado, presente e futuro são dados ao discurso que busca aspectos para contar uma

versão pessoal da experiência vivida. As narrativas partem de uma história oral para explicar motivações, atitudes e valores que moldam o comportamento cotidiano e o fluxo das ações humanas (STANFIELD, 1987).

Nesse estudo, utilizei as narrativas para resgatar aspectos da construção subjetiva dos sujeitos pesquisados, a fim de traçar, por meio desses relatos, um paralelo com os discursos apresentados pelos gestores e técnicos entrevistados e com a minha observação, subjetiva, da relação dessas pessoas com os outros atores. A narrativa foi uma técnica de extrema relevância para dar substrato aos discursos das pessoas em situação de rua. Elas aproximam o método de pesquisa dos sujeitos e trazem suas experiências para melhor compreensão do contexto a partir de um ponto de vista pessoal deles. Nesse sentido, elas foram usadas como reforço para a construção do conhecimento, especialmente pelo fato permitirem maior espaço de expressão aos próprios sujeitos da pesquisa.

5.4 Análise dos dados

5.4.1 A “descrição densa”

Por se tratar de uma observação participante de inspiração etnográfica, a “descrição densa” foi escolhida como meio de análise dos dados. Entretanto, para entender essa forma de descrição, é necessário saber de onde ela provém: da estratégia etnográfica.

A etnografia enquanto estratégia de pesquisa é uma proposta visa construir conhecimento sobre determinada cultura, ou sobre um conjunto de comportamentos de determinado grupo que se distingue por esses próprios comportamentos³⁰. Com a intenção de aproximar o que seria um conceito de cultura para a antropologia-interpretativa, enquanto algo possível de ser pesquisado na etnografia, Geertz (2008, p. 4), seguindo Max Weber, sugere que cultura seja uma “teia de significados” em que os homens interagem cotidianamente e da qual retiram o sentido da sua ação social. Geertz (2008), metaforicamente, enxerga a cultura “como um texto, ou conjunto de textos” (JAIME JÚNIOR, 2002, p. 78) e, a partir disso, propõe que a função do etnógrafo seja a de interpretação desse texto, por meio de um relato estratificado de

³⁰ No sentido entendido neste trabalho, a população em situação de rua se insere nessa definição, entendida primeiramente enquanto uma subcultura (SNOW; ANDERSON, 1998) com um conjunto de comportamentos específicos.

suas estruturas. Seria o mesmo que relatar detalhadamente cada parte de um texto já escrito e a partir disso, interpretar a relação entre as palavras desse texto, buscando sentidos nessas relações. Nesse sentido, “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 2008, p. 4).

A partir daí, pensar em uma transcrição da cultura como texto, é também pensar em uma atividade que requer paciência e precisão. O etnógrafo precisa processar a cada dia as informações coletadas pelo diário de campo e repensá-las diante da “teia de significados” em que elas se inserem. Nas palavras de Geertz (2008, p. 7),

o que o etnógrafo enfrenta, de fato, (...) é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas irregulares e inexplicitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Partindo daí, Geertz (2008, p. 5) propõe a “descrição densa” como forma de análise dos dados para a pesquisa etnográfica. Na explicação do que seria uma “descrição densa” contrapondo-se a uma “descrição superficial”, Geertz (2008) nos ensina que a capacidade de estratificar as estruturas significantes de determinadas ações caracteriza uma “descrição densa” e o que a distingue de uma “descrição superficial” é o fato de não se ater às primeiras impressões sobre o objeto observado.

A “descrição densa”, como o próprio termo sugere, propõe o uso de relatos detalhados de cada ação e reação de um sujeito em seu grupo, o que Geertz (2008) exemplifica por meio da descrição das piscadelas de dois meninos: enquanto o primeiro tem um tique nervoso e pisca o olho “mecanicamente”, o segundo o faz para conspirar outros interesses; o que interessa é que um relato superficial dessas práticas pode incorrer no erro de julgar que os dois meninos apenas piscam, enquanto o segundo o faz com interesses bem diversos do primeiro e é justamente isso que caracteriza sua ação e lhe dá fundamentos necessários para existir. Descrever a ação do segundo garoto, portanto, é também atentar para os aspectos relevantes para a sua produção.

A descrição densa precisa estar atenta à “hierarquia estratificada das estruturas significantes” (GEERTZ, 2008, p. 5) em que as ações são “produzidas, percebidas e interpretadas”, e sem as

quais a ação na existiria. Partindo do pressuposto que a etnografia aqui empreendida se insere uma estratégia construtiva interpretativa, a descrição dos sentidos que carregam a ação dos sujeitos estudados precisa ser minuciosa, ou como quer Geertz (2008, p. 15), “microscópica”. Buscando os tipos de estruturas superpostas em que se inserem as ações sociais dos sujeitos estudados. Segue-se então que a função de uma abordagem como a que proponho é

Anotar o significado que as ações sociais particulares tem para os atores cujas ações elas são e afirmar, tão explicitamente quanto nos for possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra sobre a sociedade na qual é encontrado e, além disso, sobre a vida social como tal (GEERTZ, 2008, p. 19).

Portanto, para descrever tais estruturas de significação das ações da população em situação de rua e determinar sua base social e sua importância, utilizei a “descrição densa” como forma de análise dos dados observados. Seguindo com Geertz (2008, p. 19) que o objetivo dessa proposta “é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura da construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas”.

5.4.2 A análise do discurso

Para as entrevistas, a técnica de análise dos dados utilizada foi a análise de discurso francesa. Essa abordagem considera o discurso em sua constituição social, expressa na estrutura gramatical, na semântica e na manifestação ideológica dos pressupostos que compõe o texto. Basicamente, a análise do discurso se utiliza de elementos lexicais e de atribuições de sentido nas falas ou escritas para interpretar o caminho empreendido pelo enunciator para construir um significado para sua enunciação. Entretanto, a AD (Análise do Discurso) não se fixa apenas em interpretar as falas, mas em compreender em qual discurso socialmente construído essas interpretações se fundamentam.

Trata-se de uma técnica que não se limita a análise linguística de um texto, implicando uma decifração de aspectos implícitos e explícitos na construção de um discurso. Isto é a relação que se investiga na AD é justamente a relação entre o que é dito e as condições sociais de produção dessa fala. O que coloca a exterioridade como marca fundamental de exploração

nessa técnica (BRANDÃO, 2002). Esse estudo, das condições de produção de um enunciado, se baseia na linguística e tem como principais conceitos inter-relacionados os conceitos de ideologia, que partem das noções de Althusser, e de discurso, que provém das ideias de Foucault. A discussão sobre ideologia demanda um investimento teórico muito alto, o qual preferimos evitar nessa dissertação tendo em vista a complexidade dos outros constructos abordados. Interessa saber, entretanto, que essa noção de ideologia para Althusser provém de uma relação imaginária dos indivíduos com as suas reais condições de existência, o que significa, basicamente, que o homem produz materialmente seus atos a partir de representações mentais e sociais da realidade.

De outra forma, a ideologia é reconhecida pelos atos dos sujeitos e não propriamente nas suas ideias, ou seja, a prática explícita, ainda que de maneira sutil, a ideologia, uma vez que “a prática só existe em uma ideologia e por meio de uma ideologia” (BRANDÃO, 2002, p. 23). E, por fim, ainda nessa perspectiva, a ideologia existe no sujeito e somente por meio dele é expressa, uma vez que é justamente por meio dela – da ideologia – que o indivíduo se torna sujeito, capaz de atuar e transformar o campo do real (BRANDÃO, 2002). A ideologia é estudada sobre várias perspectivas e se manifesta de maneiras implícitas, especialmente quando sua função está relacionada à perpetuação da ordem social, ou das condições atuais de existência. A tendência de conservação e manutenção dessa ordem é alguma instância hegemônica, quando a atual constituição dessas representações privilegia ao discurso social instituído, necessariamente, por uma camada específica da sociedade, àquela que dispõe de recursos para tal.

Os discursos, por outro lado, são concebidos por Foucault como uma dispersão, uma vez que não estão ligados a nenhum princípio de unidade. Descrever as regras que constituem essa dispersão é o que para Foucault se constitui na “formação discursiva” (BRANDÃO, 2002). O discurso em si é materializado nos textos, mas a sua constituição transcende a matéria. O analista do discurso, portanto, precisa compreender os efeitos de sentido causados pela forma e pelo conteúdo do discurso enunciado. O discurso revela articulações sobre um lugar social de onde se pronuncia o enunciador (MAINGUINEAU, 1998). Estudar essa manifestação, portanto, é investigar as formas de produção e manutenção da ideologia pela prática da linguagem. A maneira como, muita vez, ela é dissimulada e deformadora. Especialmente, quando uma proposição se alinha a convicções sociais hegemônicas sem uma pretensão explícita para tal. Como forma de produção social da realidade, os discursos foram analisados

dentro dessa perspectiva, considerando ainda as outras duas técnicas intercaladas: as observações registradas em diários de campo e as narrativas dos sujeitos da pesquisa.

5.5 Percurso desse estudo

Nesta pesquisa adotei primeiramente a proposta de uma estratégia etnográfica, em que viveria com as pessoas em situação de rua por quatro meses divididos em: a) dois meses em uma instituição pública de amparo a esta população e b) dois meses na rua, propriamente, em uma área central da cidade. A técnica de pesquisa pensada, ainda também como proposta, foi a observação participante concordando com Angrosino (2009).

Essa ideia inicial, amparada pelas experiências de Snow e Anderson (1998), Graeff (2011), Silva (2010), Alvarez e Rosenburg (1999), Gomes (2006), Ferreira (2010), Cefaï (2010), Magni (2010) e Garbورياu (2011) foi contestada pela banca na qualificação do projeto, com a justificativa de que o tempo disponível para a pesquisa não seria suficiente para que houvesse possibilidade de aceitação, por parte das pessoas em situação de rua, de um pesquisador entre eles nos dois ambientes. A experiência etnográfica exige tempo, disposição e um grau de aceitação dos pesquisados para que o pesquisador consiga captar a essência das relações culturais, ou o que Malinowski (1978, p. 29) chamou de “*imponderáveis da vida real*”. Sendo assim, com a sugestão da banca e sob supervisão do orientador, busquei uma estratégia de pesquisa que se adequasse a posição epistemológica construtiva-interpretativa (GONZÁLEZ REY, 2005; BURREL; MORGAN, 1979) referida na proposta.

A decisão tomada, então, foi ir a campo por meio de um grupo de auxílio e por meio dele conseguir um contato com as narrativas das pessoas em situação de rua. Adotei a técnica da observação participante para observá-los de perto, enquanto um membro do grupo. A ideia inicial era que eu alcançasse os discursos das pessoas em situação de rua em relação à cidade e aos equipamentos de gestão da prefeitura, além de colher dados sobre as suas práticas do cotidiano. Foram dez registros que ocorreram do final do mês de abril até o final do mês de junho de 2013.

A observação participante (ANGROSINO, 2009) foi feita em um grupo de auxílio às pessoas em situação de Rua de Belo Horizonte. Particularmente, já frequentava esse grupo desde março de 2012, o que me deu uma relativa abertura, que eu chamei de inspiração etnográfica,

para perguntas e proposições durante minhas participações. Eu já era aceito pelo grupo quando propus minha atuação como pesquisador. Houve um primeiro momento de desconforto e dúvida por parte da liderança do grupo, mas que desapareceu na medida em que eu não criei nenhum empecilho para os trabalhos normais dos membros. Minhas perguntas eram rápidas, mas nos momentos de pausa ou de relativa tranquilidade entre os trabalhos. Também pelo fato de já ser conhecido por todos os participantes, não tive problemas para conseguir me inteirar das discussões a que se prestavam os participantes mais antigos. Isso foi de grande valia para a composição dos dados.

A partir do momento em que assumi a posição de pesquisador, foram feitos os registros dos encontros realizados nas sextas-feiras no centro da cidade. Esses registros foram feitos em rotas diferentes de maneira que não houve um critério definido para a escolha de cada uma dessas rotas. Fui designado pelo líder do grupo para cada uma delas, não considerando, portanto, nenhum privilégio por área específica da cidade. Dessa observação e desses registros, capturei também relatos, técnica sugerida pela banca, com narrativas das pessoas de rua e dos participantes do grupo sobre situações pertinentes para a pesquisa.

As narrativas contam casos, histórias e desabafos que ajudam a entender o nível em que se configuram as práticas das pessoas de rua em relação à cidade e aos equipamentos que ela dispõe. Da mesma forma, os participantes do grupo contribuíram de maneira efetiva com uma visão organizacional, de grupo, que participa de maneira contínua da construção da realidade dos sujeitos pesquisados. No momento em que parei os registros do grupo percebi que não havia mais novidades acontecendo. Os problemas se repetiam, os discursos eram os mesmos, e os acontecimentos foram deixando de ter um aspecto surpreendente.

Ainda sobre a técnica da observação participante, houve dois (2) registros de fóruns da população de rua, que em Belo Horizonte se organizam em um Movimento de Rua e se reúnem na Pastoral de Rua localizada no bairro Lagoinha. Também nesses fóruns registrei em diário de campo (ROESE *et al.*, 2002) os eventos e as discussões que ocorreram e que davam substância factual à discussão que proponho neste trabalho.

Por fim, houve um momento muito oportuno da pesquisa em que fui convidado para dormir na rua com um grupo de jovens, participantes de uma ONG, a Aliança de Misericórdia. Dessa experiência, retirei, talvez, um dos mais importantes relatos que compuseram meus dados. Fiz

o registro em diário de campo do processo completo, desde o momento em que saí de casa, até o momento em que retornei no outro dia, depois de participar de uma reunião com os homens de rua na sede dessa mesma instituição. Esse foi um momento-chave em que pude avaliar com maior proximidade a situação da qual me esforço por entender nesta pesquisa. Dormir na rua me rendeu maior intimidade com o tema e uma percepção tácita, ainda que curta, de como é a vida desse grupo marginalizado de seres humanos. Todo o medo, a dúvida e até mesmo as situações reais de ameaça da minha vida, foram registrados no diário de campo.

Com as primeiras idas ao campo e ainda refletindo sobre possibilidades de construção do conhecimento, percebi que algumas das limitações de ser um observador inserido em um grupo de auxílio. A primeira delas foi que algumas das pessoas em situação de rua tinham um comportamento, incluindo o discurso, modificado, mais recatado, se assim posso dizer, quando os grupos de auxílio se aproximam. Uma ideia de respeito aos membros dos grupos permeia as ações dessas pessoas, dificultando, por isso, uma aproximação que se possa chamar “efetiva” das práticas sociais. Há como que um maquiamento dos desejos e das ações que cumpre um papel de socialização das pessoas de rua com os grupos que chegam até eles.

O fato de as minhas observações terem sido feitas enquanto participante do grupo de auxílio também deixaram margens para que as pessoas em situação de rua, necessitadas dos pães distribuídos pelo grupo, falassem algo que inconscientemente eu indicava que queria ouvir. Depois que percebi essa situação adotei um processo de escuta mais apurado, e um método de perguntar mais sobre os assuntos a fim de perceber se não havia contradições entre o que foi dito no início, supostamente para agradar, e aquilo que foi dito no desenrolar da narrativa. Vê-se nos registros:

Chegamos mais perto e eles nos convidaram para nos sentar. O chão era sujo em volta, mas coloquei o papelão e sentamos todos. Dissemos que estávamos em um programa missionário e eles gostaram. Perguntaram-nos quem éramos e o que fazíamos. A mulher pediu para que esperássemos ela fumar sua última pedra de crack antes de conversarmos. A missionária não aceitou. Disse que se ela fosse fumar, nós iríamos embora. A moradora da cabana insistiu, mas sob pedido do seu companheiro – que alegou ser falta de respeito – aceitou conversarmos antes de fumar sua pedra. (registro do diário de campo)

Deixei meu rosto coberto até a narina e fiquei durante muito tempo de olhos abertos. Não consegui dormir bem. Estava preocupado. Muitas pessoas passavam. Um homem do nosso lado começou a brigar com outro porque, segundo ele, o outro morador estava olhando demais para ele enquanto fumava sua pedra. Pensei que a situação podia piorar, mas logo eles se separaram por ajuda de outras pessoas daquela marquise. Uma menina grávida passou e gritando disse que ali havia muitos homens (se referindo a nós) e que ela queria se jogar lá no meio. (registro do diário de campo)

Dessa vez eu me dispus a seguir com a equipe que visitaria a área hospitalar de Belo Horizonte. Minha escolha foi movida pela curiosidade de captar as diferentes percepções dos participantes do grupo sobre o trabalho que realizavam. O grupo da área hospitalar difere da maioria dos grupos, porque adota um método de abordagem diferente aos demais. No contato com a população de rua, o grupo da área hospitalar preza muito pela conversa, principalmente, no que tange a ouvir os moradores de rua sobre seus conflitos cotidianos. Particularmente, já tinha ouvido vários comentários de outros membros do grupo sobre a equipe da área hospitalar, uma queixa frequente era o tempo de trabalho que, nesta área, é mais longo e costuma atrasar o *feedback* final do grupo, quando esse se reúne na rua Rio de Janeiro. (registro do diário de campo)

Situações em que observei à curta distância, como pessoas conversando e agindo despreocupadas com a presença do grupo, também contribuíram para que eu questionasse a capacidade dessa primeira técnica de pesquisa de conseguir alcançar a realidade das práticas desses sujeitos. A ideia de uma subversão contida no modo de se portar diante dos grupos de auxílio seja para conseguir comida, ou para preservar-se diante dos observadores – quase sempre religiosos – configura também, o que poderíamos chamar de táticas em relação ao observador. Essas táticas (CERTEAU, 1998) já eram, de certa forma, previstas por mim, embora o campo tenha sido definitivo para reafirmar essas expectativas.

Outra consideração importante sobre as limitações da observação é que, quando com o grupo, colhi relatos das pessoas em situação de rua sobre sua condição de rua, os aspectos que tangenciavam as práticas em relação à cidade, a lida com os equipamentos municipais de assistência e com os grupos religiosos. Desses relatos, considero limitações relativas a duas características já estudadas por Mendes (2007) e Snow e Anderson (1998): a primeira delas é o uso da mentira como mecanismo de defesa.

Mendes (2007) relata que as pessoas de rua com as quais ela lidou durante sua pesquisa se utilizam muitas vezes de mentiras e histórias imaginárias para justificar suas atitudes. Segundo ela isso é justificável, uma vez que a vida na rua exige táticas diversas para sobreviver às dificuldades impostas. A mentira é uma dessas táticas. Uma forma de se preservar ou de contar para si mesmo o que fez e o que gostaria de ter feito. Tanto Mendes (2007), quanto Snow e Anderson (1998) atentam para a possibilidade da mentira nos discursos das pessoas de rua. Portanto, não posso deixar de registrar esse limite.

Um outro sujeito – esse parecia mais astuto e cheio de trejeitos – se aproximou de mim e de uma missionária. Pediu nossos casacos e eu imediatamente recusei. A missionária ficou um pouco confusa e ele, percebendo isso, insistiu e disse que Deus daria em dobro para ela. Ele falava em Deus, mas eu percebia astúcia nele. Ele era rápido e disse varias coisas que ela receberia de Deus se entregasse o casaco. A garota se sentiu acuada e na sua inocência e acabou por entregar o próprio casaco para o rapaz. Ele saiu se gabando e dizendo que eu e os outros que não tinham entregado o casaco iríamos para um lugar ruim, enquanto ela (que deu o casaco) iria ficar muito bem na vida. Mais tarde vi esse mesmo rapaz duas outras vezes, com outros casacos, muito diferentes do dela. (registro do diário de campo)

A segunda característica que é fator limitante dos relatos é relativo ao consumo habitual da bebida alcoólica nessa população e que torna o diálogo muitas vezes desconectado de um compromisso com a prática. A bebida ou o uso de drogas é quase regra no convívio dessa população (SNOW; ANDERSON, 1998). Logo, tanto de início as entrevistas com pessoas em situação de rua foram descartadas, quanto os relatos devem ser olhados a partir dessa limitação. É importante deixar claro que essa limitação não torna os depoimentos menos dignos de uma análise substancial, principalmente porque o relato, seja aquele que conta de uma realidade ou aquele que beira o imaginário, é sempre subjetivo e intocado em sua construção íntima. Mesmo nas entrevistas semiestruturadas com os gestores não é impossível que se tenham desvios generalizados entre ação e discurso. A mentira, portanto é um risco aceito nessa metodologia.

Ainda no que se refere às limitações metodológicas, no projeto inicial era minha intenção trabalhar com análise documental explorando a legislação municipal e documentos relacionados aos equipamentos de amparo à população em situação de rua. Entretanto, com a pesquisa identifiquei que os documentos, especialmente nos equipamentos da prefeitura, ou

não existiam ou estavam em construção, razão pela qual decidi excluí-los da versão final deste trabalho. Reconheço, contudo, que a incompletude desse material já diz algo sobre a maneira pela qual se lida com a população em situação de rua. Mas, optei, em função do tempo escasso, em não abordar estes aspectos.

Também as fotografias foram pensadas no projeto inicial como fonte de análise para a construção dos dados, mas em função do tempo tiveram que ser inseridas apenas com caráter ilustrativo nessa dissertação.

Enquanto fazia a observação participante, realizei, em paralelo, entrevistas semiestruturadas (MANZINI, 2004) com vários personagens que compõem o quadro de atores sociais envolvidos com a população de rua. Justamente, em uma dessas entrevistas, na ONG, que consegui o acesso para o grupo com o qual dormi na rua. Interessante registrar que, na primeira entrevista que realizei, me senti como que ansioso por respostas específicas que tendiam para o que eu havia definido no projeto sobre o tema Ordem e Subversão. Nessa primeira entrevista, que foi realizada com o gestor do albergue municipal, percebi que as considerações teóricas que tinha feito até então poderiam comprometer minha escuta e minhas perguntas de maneira que, ao refletir sobre isso, optei pelo que Pagès *et al.* (1993) chamaram de suspensão teórica. A partir desse momento da pesquisa, parei as leituras sobre o tema e fiz um grande esforço para não carregar de intencionalidade minhas perguntas. Minha postura a partir de então foi a do “não saber” ao questionar e ouvir a resposta do entrevistado. Basicamente, o que eu fiz foi contrapor minhas próprias ideias e permitir que o entrevistado colocasse a opinião dele de maneira mais livre possível. Abaixo o quadro com a descrição dos nomes fictícios usados para identificar os entrevistados:

Quadro 1 – Codificação dos sujeitos entrevistados

Local das entrevistas	Sujeitos entrevistados	Código
Albergue municipal	Gestor geral	E1
	Coordenadora de Assistência Social	E2
	Pessoa em Situação de Rua 1	PSR1
	Pessoa em Situação de Rua 2	PSR2
Secretaria de Políticas Sociais de Belo Horizonte	Assessora de Gabinete (Presidente do Comitê de População de Rua de Belo Horizonte)	E3

ONG Aliança de Misericórdia	Responsável pelo projeto em Belo Horizonte	E4
Abordagem de rua	Técnico	E5
Centro de Referência em População de Rua	Coordenador	E6
República Maria Maria	Gestora geral	E7

Fonte – Elaborado pelo autor.

Passadas algumas entrevistas, o roteiro também perdeu o sentido, visto que a maioria das pessoas que eu entrevistava repetia as questões básicas e acrescentava aquilo que lhe era peculiar à atividade. Algumas pessoas também não permitiram perguntas, formando um discurso-monólogo em que não era possível me intrometer se a posição agora adotada era a da permissão para o entrevistado dizer aquilo que queria dizer. As entrevistas aconteceram em um tempo curto em relação ao esperado. Foram nove (9) entrevistas realizadas em menos de duas semanas. O cronograma da pesquisa foi alterado por conta dessa antecipação, reduzindo o prazo em algumas semanas. Um dado metodológico importante a registrar foi como as idas aos fóruns de população de rua realizados na Pastoral de Rua possibilitaram contatos importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Essa estratégia foi sugerida pela banca e funcionou bem. O representante da Abordagem de Rua de Belo Horizonte, que é um campo bastante específico de atuação do município em relação às pessoas em situação de rua, foi contactado nesse fórum. Interessante notar que ele é o mais antigo técnico da Abordagem de Rua de Belo Horizonte e possivelmente o mais experiente no campo, uma vez que, como afirma em seu depoimento, foi o primeiro técnico da prefeitura a aceitar este trabalho.

Outro dado interessante no que tange à metodologia é que os entrevistados foram indicando os próximos a serem entrevistados. Em especial no albergue, consegui entrevistas com dois homens em situação de rua sóbrios e, pelo menos até onde consegui perceber, conscientes de seu discurso. Eles foram indicados pela assistente social do albergue e deram depoimentos relevantes para a construção dos resultados finais.

Dos métodos e técnicas de pesquisa utilizada, houve uma congruência que tornou possível a compreensão do fenômeno população em situação de rua em níveis pessoal, organizacional e municipal. A intenção da pesquisa foi captar os diferentes discursos dos atores sociais envolvidos na situação de rua e contrapô-los diante tanto da perspectiva subjetiva do observador, quanto de uma técnica de análise do discurso. Portanto, as observações realizadas em conjunto com as entrevistas e a análise dos dados foram suficientes para que as

considerações finais desta pesquisa fossem elaboradas. Apesar das limitações de cada método, por meio da triangulação, suas contribuições foram mais bem compreendidas e possibilitaram as conclusões a que cheguei no período destinado ao trabalho.

O roteiro empreendido na análise do discurso das entrevistas foi de identificação e análise:

- da análise lexical³¹;
- dos temas³² e figuras³³ (explícitos ou implícitos) dos discursos, inclusive os personagens;
- dos percursos semânticos³⁴ estruturados a partir dos temas e figuras;
- dos aspectos interdiscursivos³⁵;
- dos aspectos da sintaxe discursiva³⁶;
- dos aspectos refletidos e refratados³⁷ nos discursos;
- das condições sociais de produção dos discursos³⁸;

³¹ Análise do vocabulário usado em um enunciado discursivo.

³² Elementos mais abstratos de um discurso.

³³ Elementos mais concretos de um discurso.

³⁴ “[...] Corresponde à recorrência, ao longo do discurso, de elementos semânticos subjacentes” (FARIA, 1998, p. 142). Ele complementa dizendo que “[...] a noção de percurso semântico engloba os conceitos greimasianos de percurso temático e percurso figurativo, correspondentes à recorrência de elementos semânticos mais abstratos ou mais concretos, respectivamente” (FARIA, 1998, p. 150).

³⁵ De acordo com Mainguenu (1998, p. 86), “[...] pode-se chamar interdiscurso um conjunto de discursos. [...] Se consideramos um discurso particular, podemos também chamar interdiscurso o conjunto das unidades discursivas com as quais ele entra em relação”. Fiorin (1999, p. 231) complementa que “[...] a identidade de um discurso depende de sua relação com outros, isto é, que ele não se constitui independentemente a outros discursos, para, em seguida, pôr-se em relação com eles, mas se constrói, de maneira regrada, no interior dessa oposição, definem-se nos limites dessa relação polêmica”.

³⁶ A sintaxe discursiva se refere à estrutura pela qual um discurso é construído, à forma pela qual um enunciado discursivo é estruturado. Inclui figuras de linguagem, como metáforas, metonímias, prosopopéias, e hipérboles.

³⁷ Refração linguística é uma estratégia discursiva analisada por Bakhtin (2006), que parte da resignificação dos temas nos discursos. Todo aspecto é, ao mesmo tempo, refletido linguisticamente, preservando seu sentido socialmente estabelecido, e refratado, isto é, reinterpretado conforme os referenciais os enunciadores. Um discurso, assim, reproduz (ou reflete) as condições sociais em que é produzido, e modifica (ou refrata) determinados aspectos, de acordo com as resignificações de seus enunciadores.

³⁸ Além do contexto da enunciação discursiva, referem-se às condições reais de que o enunciador dispunha para que enunciasse o discurso daquela forma e não de outra qualquer. Em outras palavras, identifica-se aqui a partir de quais elementos sociais o discurso é produzido.

- dos discursos³⁹ presentes no texto;
- dos aspectos ideológicos⁴⁰ defendidos nesses discursos;
- dos aspectos ideológicos combatidos nesses discursos;
- da posição do texto em relação ao discurso hegemônico⁴¹ na sociedade em que se situa.

Esse roteiro foi sistematizado por Saraiva (2009), a partir de procedimentos propostos pelo professor Antonio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, para a análise do discurso na vertente francesa.

A pergunta inicial que propus para essa pesquisa foi “*Como se caracterizam as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte?*”. A intenção de ir às práticas cotidianas das pessoas em situação de rua para contrapor à organização política da cidade de Belo Horizonte nasceu de uma leitura dos textos de Certeau (1998) sobre as táticas de reapropriação dos espaços e dos questionamentos feitos à ideia de cidade enquanto uma organização justificada pelos princípios da efetividade e da funcionalidade (ALBERTSEN; DIKEN, 2001).

É interessante notar que esses questionamentos são relevantes não apenas para o estudo do cotidiano social de um grupo marginalizado de pessoas, mas também porque o estudo das organizações enquanto espaços de prática social – organizações essas em que se inclui a cidade como é pensada neste trabalho – são escassos na área da Administração e merecem maior atenção na medida em que trazem reflexões sobre “como as coisas realmente acontecem” dentro desses espaços. Como se relacionam os sujeitos nas organizações e como isso é chamado de gestão ou mesmo de organização de um modo reificado, quando o cotidiano é revelador ao mostrar as fragmentações do pensamento funcional e seus desvios enquanto racionalidade (SIMON, 1965; FOSS, 2003).

³⁹ São entendidos como produção social de textos.

⁴⁰ Em termos discursivos, ideologia se refere à intenção do texto socialmente produzido, isto é, a posição imanente a um dado enunciado discursivo. Como não há discurso neutro, ele necessariamente apresenta uma posição que é defendida. Da mesma forma, já se posiciona sobre o que combate em termos ideológicos.

⁴¹ Neste item, se coteja a posição defendida no discurso com a hegemonia discursiva na sociedade, podendo ser identificado, se o discurso se alinha ao que é dominante em termos sociais, ou se constitui algo marginal.

A contribuição pensada a partir desses questionamentos se refere ao nível da abertura dos estudos organizacionais para os estudos do cotidiano da cidade e das organizações. Práticas diárias, rotinas, subversão e estudos sobre uma gestão ordinária (CARRIERI, 2012) são referências para estudos posteriores sobre o cotidiano das organizações e contribuem no sentido de entrever no *mainstream* da Administração hipóteses descartadas de relações sociais de poder e de afetividade que são silenciadas pelas propostas da hegemonia funcionalista (VIEIRA; CALDAS, 2006).

O objetivo inicialmente empreendido nesta pesquisa foi caracterizar as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte. Tendo como objetivos específicos: a) Identificar as estratégias de organização e dominação das políticas de ação social em relação à população em situação de rua na cidade de Belo Horizonte; b) Identificar as estratégias de organização e dominação das políticas de ação social em relação à população em situação de rua nas organizações públicas de amparo a essa população de Belo Horizonte; c) Identificar as táticas de subversão das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte; d) Identificar as táticas de subversão das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social nas organizações públicas de amparo à população em situação de Rua de Belo Horizonte; e) Compreender aspectos da relação entre os atores (pessoas em situação de rua, organizações públicas de amparo à população de rua e prefeitura) na cidade de Belo Horizonte que influenciassem diretamente sobre a construção discursiva da ordem social e das formas de controle sobre as práticas dos sujeitos em estudo.

A estratégia metodológica escolhida foi bastante flexível desde o momento em que a etnografia foi contestada e substituída. O método da pesquisa, nesse sentido, foi se construindo de acordo com a necessidade de captação dos dados. Houve muitos imprevistos, tais como a noite dormida na rua e os contatos feitos no fórum da PSR, que tornaram a pesquisa um processo mais fluido – e rico – do que o imaginado no planejamento.

A coleta de dados foi feita por meio do diário de campo do pesquisador e das gravações das entrevistas. Especificamente sobre o diário de campo, conforme afirmam Roese *et al.* (2002), trata-se de um instrumento de coleta de dados que se baseia em registros do pesquisador do cotidiano da pesquisa. Esses registros são feitos a partir das observações do pesquisador e podem ser tanto descritivos quanto reflexivos, dependendo do caráter da pesquisa e do

conteúdo sobre o qual o pesquisador desejará se basear na construção do seu relato de pesquisa posterior. Os dados foram transcritos das gravações por um profissional contratado. Houve um problema com o tempo de entrega desses dados, o que atrasou as análises por mais de dois meses.

As entrevistas realizadas foram analisadas segundo a técnica de análise do discurso, na vertente francesa. A linguagem, nessa vertente, é entendida não apenas como um instrumento de comunicação e troca de informação, mas também, como um elemento de construção da realidade social e organizacional (SARAIVA *et al.* 2009). O discurso, por sua vez, deixa de se referir apenas ao uso da língua, os discursos públicos e às maneiras de falar, e ultrapassa o limite da linguagem abrangendo em si aspectos do social (VAN DIJK, 1997a; 1997b) e é encarado neste trabalho como “práticas socialmente embasadas, que apresentam, explícita ou implicitamente, as marcas da ideologia que os constitui, não sendo, portanto, neutros” (SARAIVA *et al.*, 2009, p. 12). Nesse sentido a análise do discurso intenciona não apenas apreender o conteúdo da mensagem, mas também, explorar seus significados e sentidos explícitos e implícitos (PUTNAM; FAIRHURST, 2001).

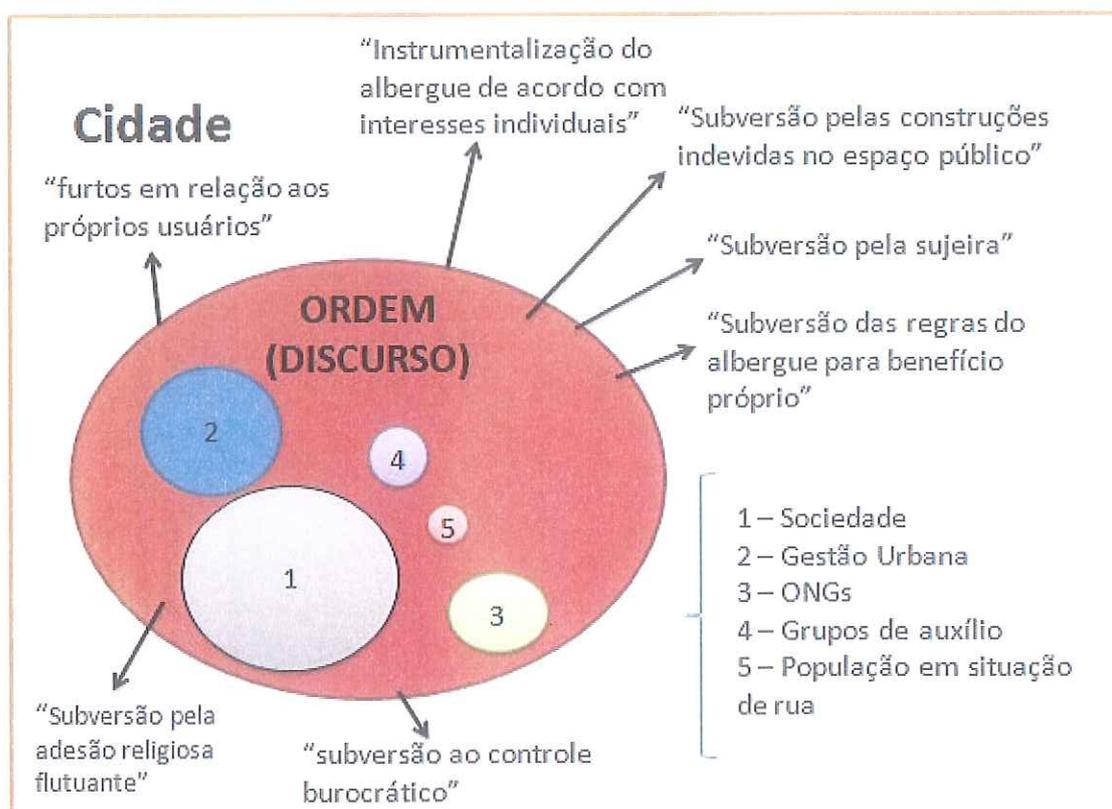
O perfil dos entrevistados foi inicialmente definido como pessoas ligadas à gestão dos equipamentos e assessores ou secretários do município que cuidassem das questões ligadas às pessoas em situação de rua. Entretanto, esse perfil variou muito, principalmente, quando no albergue a assistente social sugeriu que eu entrevistasse os usuários do albergue ali mesmo, naquele momento. Logo surgiram também o técnico mais antigo da prefeitura no assunto, a responsável pelo projeto Aliança de Misericórdia em Belo Horizonte e o coordenador do Centro de Referência em Pessoas de Rua de Belo Horizonte, que fugiram parcialmente do perfil inicial do planejamento. Nesse caso, a relevância dos depoimentos de cada um desses desviantes foi incontestável na descoberta de dados que acrescentaram em muito o subtrato das análises.

A maior limitação da pesquisa foi o curto prazo em que ela foi planejada e executada. Um olhar minucioso dos dados surgidos na observação participante revela que uma estratégia etnográfica com uma duração maior poderia ter aberto mais brechas para a captação das práticas sociais dos sujeitos estudados. Entretanto, isso não impossibilitou a pesquisa de trazer contribuições tanto teóricas quanto metodológicas para a área em que está situada.

A pesquisa foi realizada em diversos ambientes que se podem chamar organizacionais. O albergue municipal, a república Maria Maria, o Centro de Referência em População de Rua de Belo Horizonte, a cidade Belo Horizonte e, por fim, o grupo de auxílio que se configura também como uma organização social com fins e *modus operandis* bem definidos. O interesse nessas organizações foi relacionar com as práticas sociais dos sujeitos *população em situação de rua*, portanto a adequação de cada uma delas à pesquisa se deu na medida em que essas relações puderam ser aproximadas e vistas a partir de uma teoria específica.

O esquema teórico-metodológico construído a partir do confronto entre teoria e campo pode ser ilustrado da seguinte maneira:

Figura 2: Esquema teórico-metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesse esquema, a ordem discursiva é representada dentro da cidade, pelo fato de se encontrar inscrita no campo de estudos desse trabalho. Os atores representados pelos elementos da sociedade, alguns deles por assumirem os princípios da gestão urbana, as ONGs responsáveis pelo auxílio direto a essa população, os grupos religiosos de auxílio e a própria população em situação de rua se encontra na criação e disseminação dessa ordem. As subversões, entretanto,

surgem de diversas formas, fugindo ao domínio da ordem e dando a cidade uma característica que ultrapassa o esperado. As táticas (CERTEAU, 1998) fazem o movimento que mina a ordem a partir da própria construção de lugares onde esses atores se relacionam. A partir daí novas configurações de ordem são possíveis, embora não possam ser delineadas de antemão, pois a subversão é sempre imprevisível.

6 A VIDA NAS RUAS DA CIDADE: ORDEM E SUBVERSÃO

Figura 3 – Albergue Municipal de Belo Horizonte



Fonte: Dados da pesquisa, 2013⁴². Fotografia de Aritana Souza Dutra de Melo.

Nesta seção analisei os fragmentos discursivos que destacam aspectos de ordem na fala dos entrevistados e os aspectos que tratam das formas de subversão encontradas pelas pessoas em situação de rua para resistir a essa ordem. A análise de discurso foi trabalhada nas nove entrevistas com o intuito não apenas de perceber a mensagem explícita, mas também as características que revelam aspectos implícitos na fala dos entrevistados: a forma como se fala, o que é falado, os aspectos valorizados e os silenciados pelo enunciador (PUTNAM; FAIRHURST, 2001) foram levados em conta, uma que são considerados como parte fundamental da construção dos significados no discurso. Os registros do diário de campo e as narrativas coletadas durante o período de pesquisa estão dispostos de maneira a corroborar ou

⁴² As fotografias apresentadas neste trabalho são de caráter ilustrativo, foram cedidas pela pesquisadora Aritana Souza Dutra de Melo e editadas por mim, a fim de acrescentar a versão final dessa dissertação.

discordar com as estratégias de persuasão ideológicas dos entrevistados, de maneira que representem uma construção diferente da realidade enunciada, pela observação no campo.

6.1 Ordem

A ordem, representada nesta pesquisa pela construção e manutenção de uma estabilidade de posições, compondo estratégias e lugares nas definições de Certeau (1998), é uma das categorias centrais da análise dos dados e foi construída nessa pesquisa por meio de quatorze subcategorias discursivas: a) a “grande” casa e o “pequeno” morador; b) A rua da insubmissão: estratégias de controle na cidade; c) Sujeira na cidade: o controle pela limpeza dos corpos; d) “Trecheiros” e migrantes: o controle das intenções; e) O esforço por uma dignidade “perdida”: o controle legal no uso da cidade; f) tentativas de reinserção; g) A resignação com a ordem imposta; h) O “sono dos justos”: os controles sobre os distúrbios e sobre o tempo; i) Repressão policial e repressão social; j) A função social dos equipamentos de amparo e a questão do sexo nas ruas; k) Os limites fugidios da população em situação de rua; l) “necessidades na porta da minha casa?”; m) Justificativa pelo medo; e n) A mudança da população em situação de rua.

6.1.1 A “grande” casa e o “pequeno” morador

No fragmento discursivo (001) o enunciador justifica a existência de uma ordem social no albergue por meio de normas de convivência. O principal percurso semântico para análise da construção dessa ordem é o do “controle burocrático”.

(001) Vamos usar a lógica como se fosse uma grande casa, neh. Eles podem fazer uso da instituição. Tem direito ao atendimento. Mas, existem normas de convivência: passar pelo serviço social, questão das filas pra entrada, pra bagagem, pro jantar, os... os dormitórios são aleatórios, são alternados, pra não parecer que é morador. Já que é sistema de rotatividade. (...) e a pernoite e o café da manhã, também a fila. Tem o sistema de abordagem na portaria. De entrevista com o técnico de serviço social pra credenciamento inicial, pra revalidação de cartão. Interocorrência em alguma situação complicada, porque há proibições neh: usar droga, beber são proibidos. Se houver algum flagrante nesse sentido implica em suspensão. Proibido a questão de ato de vandalismo, de agressão, essas questões. Mas, o ambiente é... é bom e o pessoal já conhece a reputação da instituição, então quem vem tá disposto a esse tipo de atendimento. Por isso que é tranquilo. (...) quem

vem já tem ideia de como é o ambiente até pelos que frequentam que já avisam também. (E1)

O enunciador do fragmento (001) sugere que a organização de amparo às pessoas em situação de rua pode ser comparada metaforicamente a uma “grande casa”. Nesse sentido o uso da figura “casa” é precedido pelo adjetivo “grande”, sugerindo implicitamente que a instituição é organizada pelos preceitos de um lar, comum e familiar, apesar de sua amplitude. Como num lar, os moradores, ou usuários, “podem fazer uso” da instituição, com a condição de que “existem normas de convivência”. Os moradores que não seguem tais regras, como “passar pelo serviço social, questão das filas pra entrada, pra bagagem, pro jantar” não podem frequentar o espaço.

Há um interdiscurso subentendido possível entre “grande casa” e “pequenos moradores”, uma vez que estes tem permissão condicionada à utilização da instituição pelo cumprimento das normas de convivência. A ideia de uma “grande casa” que toma conta da população de rua – por ter poder legítimo para isso – sugere, antes de qualquer coisa, que existe uma necessidade social de abrigar essas pessoas em um lugar que se assemelhe a um grande lar. A ideia de ter um lar, portanto, é evidenciada como necessidade natural⁴³ do ser humano. Nesse sentido, o discurso do enunciador refrata a possibilidade de viver nas ruas como algo “normal”. A interdiscursividade também se faz presente entre os discursos da “grande casa” e o do “grande Estado” como propositor de uma obra para abrigar a todos os sem lar. O Estado, nesse sentido, é tido como provedor da “grande casa” e, por conseguinte, o responsável pelos *produtos* de sua proposta. Proposta essa que inclui uma perspectiva de socialização, ou ressocialização, dessas pessoas por intermédio de um lar, no qual se pressupõe afeto e acolhimento e – em uma troca silenciada – um morador domesticado.

Há, nesse mesmo fragmento, o discurso do “direito ao atendimento” que é refletido do discurso municipal de uma cidade para todos. Nesse discurso o albergue seria um benefício para todos aqueles que necessitam do atendimento social. Embora hajam condições que ficam evidenciadas no fragmento para que se tenha acesso a esses direito, torna-se evidente que o

⁴³ Entendo aqui que a cidade não se trata de algo natural, mas construído intencionalmente pelo homem. Portanto, tanto a rua quanto o município não são lugares naturais, mas sim construídos. Todavia, o uso do termo natural em alguns momentos desse trabalho se deu por falta de um termo que o substituísse sem causar alteração no sentido das orações.

“todos” refletido no discurso é uma expressão grandiloquente que engloba uma possibilidade que o albergue não tem de atender à demanda por vagas – como relatado nos registros do diário de campo e nas narrativas das pessoas de rua.

Um percurso semântico possível se refere ao “controle burocrático” pelo uso dos léxicos “sistema de abordagem na portaria”, “credenciamento inicial” e “revalidação do cartão”. O controle como expressão organizacional, ou como define Chiapello (1996) uma influência criadora de ordem, é visto aqui como uma tentativa de redução das incertezas (SILVA, 2003). O controle burocrático “é exercido através de regras, procedimentos, divisão formal do trabalho, hierarquia e estrutura formal da organização” conforme Silva (2003, p. 804). Esse controle dentro do albergue é imposto como forma de ordenar as atividades e o sistema de atendimento, ele age diretamente sobre os comportamentos, tanto de usuários quanto de funcionários, na busca de uma coesão entre atitudes e resultados. É, portanto, uma manifestação da ordem que limita o “consumo” que pode ser feito dentro do albergue.

Num recorte de tempo-espaço esse controle se configura como uma estratégia – no sentido proposto por Certeau (1998) – que possibilita táticas diversas que permeiem sua estrutura, rompendo com a normalização burocrática. Embora a visualização dessas táticas não esteja impressa no fragmento, elas serão tratadas na seção que se refere às subversões possíveis dentro do albergue. Interessante notar que essa forma de controle estabelece e mantém um poder que determina o uso do espaço. Logo, ainda de acordo com Certeau (1998), esses controles estabelecem um “lugar” onde essas táticas são possíveis a partir do momento em que há um movimento, ou uma habitação, desse lugar por pessoas de rua. A configuração desses controles é estável e busca manutenção da ordem social dentro do albergue, portanto sua intenção é explícita no sentido de manter o poder, que nesse caso é da gestão do albergue e da prefeitura. A pessoa de rua é o sujeito que habita (ou seja, os controles são direcionados a ela) e, portanto, quem consente ou resiste às imposições que esse lugar manifesta. Os espaços são criados a partir do uso do lugar, que é diretamente regido pelo controle burocrático.

Em outro sentido, há o percurso semântico dos “vícios proibidos” na organização, condição necessária para uso da mesma, evidenciado pela seleção lexical “usar droga, beber são proibidos”, “implica em suspensão”. Como afirmam Nardi e Rigoni (2005, p. 275) o uso de drogas na nossa sociedade não possui uma visibilidade positiva. Segundo esses autores “as regras de enunciação a respeito das drogas se aproximam daquelas que definem a

marginalidade e o tráfico, compondo o código moral que localiza o “mal” nos indivíduos”. Implicar em suspensão, pelo uso de drogas e alcoólicos, resgata uma prática que fomenta o discurso da marginalização. A fragmentação do serviço social que divide em serviços para pessoas de rua e serviços para dependentes químicos impõe uma solução que nem sempre compreende as pessoas de rua que fazem uso contínuo de drogas lícitas e ilícitas. Nesse caso, o discurso de que o albergue se insere nos equipamentos de serviço social da prefeitura que são “para todos”, já tem uma primeira contra-argumentação. O albergue é para “todos”, menos para os usuários de drogas.

A seleção lexical “Mas, o ambiente é... é bom” é uma refração do discurso em que se reconhece que as normas são excessivas. Para o enunciador, *apesar* de todas as normas, o ambiente “é bom”. Pelo léxico “quem vem tá disposto” também se reconhece, implicitamente, que a submissão às normas deve ser característica dos “pequenos moradores” que procuram a “grande casa” para se abrigar à noite. O principal aspecto ideológico defendido pelo discurso no fragmento é o de que atendimento institucional ao morador de rua deve ser necessariamente condicionado à obediência a normas.

O discurso empregado se alinha ao discurso hegemônico na sociedade de que não há convivência sem normas e que para conseguir algum benefício, ainda que seja público, é necessário merecer. No caso da população em situação de rua, esse discurso meritório deve ser problematizado em vários sentidos. O primeiro deles se refere justamente às características que envolvem essa população enquanto grupo e enquanto indivíduos, que no geral tomam rumos diferentes da população “média” domiciliada nas suas decisões. As histórias de vida e os relatos dessas pessoas deixam claro que há sentidos diferentes empregados para situações a que a sociedade considera como “normais” ou “naturais”. Um exemplo dessa naturalização que é problematizada no caso das pessoas de rua é justamente a questão da necessidade de um domicílio. Para vários dos moradores de rua questionados sobre a necessidade de um domicílio a resposta nem sempre foi sim. Isso se vê pelo fragmento dos registros do diário de campo do dia 03 de maio de 2013:

Continuamos e encontramos um senhor velho, negro, mas em estado de aparente tranquilidade. Ele vendia balas e chicletes em um balcão montado de maneira improvisada sobre caixas de papelão. Junia, a mulher que guiava nosso grupo, disse que ele se dizia físico, graduado na Universidade Federal de Minas Gerais e que às

vezes ele dizia coisas que ela não conseguia entender. Ela também disse que ele era muito inteligente. Já tinha ouvido aquela história outra vez. Segundo contaram-me, este senhor deixou a família no Rio de Janeiro e veio estudar em Belo Horizonte, chegando aqui, após ter se formado e feito pós-graduação, não conseguiu emprego e, tomado pelo orgulho, não aceitou pedir ajuda da família. Acabou na rua como tantos outros. (Narrativa 01, E2)

Na narrativa 01, vê-se um pós-graduado em física que mora nas ruas e vive independente de um discurso social da especialização do mercado de trabalho. Esse registro evidencia que muito do que se considera natural na visão hegemônica da sociedade civil perde sentido se observarmos as experiências individuais dessas pessoas. A questão dos controles e da naturalização é discutida ao longo das análises, especialmente para observar em que sentido essas práticas sociais se convertem em estratégias de controle sobre a população de rua em vários momentos e nas diversas relações que eles estabelecem.

6.1.2 A rua da insubmissão: estratégias de controle na cidade

No fragmento discursivo (002) o enunciador propõe que os usuários do albergue devem ser necessariamente submissos às regras de convivência.

(002) Os que participam ainda aqui eles tem o que a gente chama de um vínculo institucional, ou os que aceitam vir pra cá ainda podem ser persuadidos institucionalmente, né. São pessoas que ainda tem uma aceitação hierárquica, uma subordinação a situações de fila, de critérios de convivência. Dos que não aceitam vir, dos que tem resistência, dos que rompem é porque acontecem dificuldades de adaptação. Acham a instituição muito pacificada. É... alguns porque não aceitam qualquer tipo de controle, de autoridade, de subordinação. Questão motivo às vezes porque foi pra rua. E... existe um grupo que é um grupo paralelo que é um grupo que já se habitua em uma situação marginal em um tipo de sociedade... de condição social diferente. Eles vivem nas ruas e não estão interessados em aderir ao programa... ser vinculados a uma instituição. No espaço, por ali mesmo eles ficam, se arrumam, lidam com as opções deles. Esse grupo é mais alternativo, então quando você pega o grupo que frequenta o albergue há quem fale assim: “mas esse pessoal tem que ver se vocês tão atendendo população de rua porque eles não tão parecendo”. A gente comenta, “população de rua que toma banho e que se alimenta”. Então ela tem que ser um pouco diferente. É diferente daquela situação mais degradada. (E1)

No fragmento (002) o tema da “obediência” aparece na seleção do léxico “ainda tem uma aceitação hierárquica, uma subordinação à situação de filas”. Espera-se daquele que se vincula à instituição que aceite algum tipo de controle, “eles tem o que agente chama de um vínculo institucional”. Há uma interdiscursividade entre as pessoas que tem o “vínculo institucional” e aqueles que “não aceitam qualquer tipo de controle”, que são considerados de “condição social diferente” e “situação mais degradada”. Há um implícito subentendido em que se nota, mais uma vez, os limites da própria atuação do albergue, que não funciona para todos, apenas para os menos degradados.

Nesse sentido a insubmissão aparece como principal motivo para o sujeito ir morar na rua, vê-se no léxico “questão motivo às vezes porque foi pra rua”. Da mesma forma, o interdiscurso também se faz na relação entre a rua e a degradação, afinal aquele que foi para a rua é porque vive tranquilamente na degradação. Há também um implícito subentendido de que as pessoas em situação de rua não tomam banho e não se alimentam que pode ser visto no léxico “população de rua que toma banho e que se alimenta”, referindo-se aos usuários do albergue.

É interessante notar o silêncio que existe em relação às condições de atendimento do albergue. Nas entrevistas com outros atores, pertencentes inclusive a órgãos da prefeitura, há um questionamento geral sobre o número de vagas existentes no albergue e sobre a capacidade de atendimento. Ora, se as vagas são limitadas, necessariamente não haverá atendimento a todas as pessoas, e muitos ficarão nas ruas. Isso não é mesmo que dizer que na rua só existem pessoas que escolheram pela “degradação” ou pela “sujeira” de quem não toma banho e não se alimenta. A estratégia discursiva de persuasão ideológica adotada pelo enunciador reflete a existência de moradores em situação de rua que não tomam banho ou se alimentam e refrata que permanecer na rua constitui uma opção, e não uma incapacidade de atendimento o albergue. Assim, o poder público “lavaria as mãos” quanto àqueles que deixam de atender, já que não é sua competência que está em jogo, mas o livre arbítrio daqueles que não “querem” se submeter à oferta existente – e suficiente. As condições do albergue nem sempre são colocadas como sendo regradas e amistosas. Sobre isso o registro do diário de campo do dia 26 de abril pode ajudar no entendimento:

Continuamos o passeio e resolvi perguntar a João, líder do grupo e trabalhador da causa a mais de 22 anos, como eram as impressões que os moradores tinham do

Albergue. Segundo João, o albergue é um lugar que, apesar de ter uma função importante nos momentos de frio, acaba sendo um lugar de conflitos maiores do que realmente um lugar de auxílio. João contou que nos albergues, quando a lotação excede o limite, não existem muitos mecanismos de controle, a não ser os cinco funcionários para as 600 pessoas que frequentam o lugar. João contou que a relação dos moradores de rua com o albergue também é complicada porque os próprios moradores não confiam na gestão do albergue e não guardam suas coisas nos guarda-volumes, ficando expostos aos roubos dentro da própria instituição. (Narrativa 02, E1)

O relato de João conta um pouco sobre esse silêncio no discurso do fragmento (002), além de colocar uma questão a mais sobre a relação entre os moradores de rua com o albergue. Também a relação entre os grupos de auxílio e o albergue nem sempre é amistosa, como se poderia supor. Vê-se pelo relato da narrativa (02). Há uma contraposição entre as vozes dos gestores do albergue e a voz do grupo de auxílio que sugere uma revisão mais apurada dos argumentos de ambos. O albergue não é visto da maneira como o enunciador do fragmento (002) desejaria que fosse.

6.1.3 Sujeira na cidade: o controle pela limpeza dos corpos

Nos fragmentos (003), (004) e (005) se referem aos aspectos da discriminação em relação à vida na rua. As narrativas (03), (04) e (05) são relatos de pessoas em situação de rua que se contrapõe ao argumento de que o albergue é bom para todos.

(003) Pra população tem esse lado, em geral né?, e tem o lado também de... é... de um pessoal que ficaria na rua, não fica na rua porque fica num ambiente institucional isso é bom pra todos né? Porque a pessoa ta mais dignamente sendo atendida e a rua fica menos em situação de degradação, de preocupação de risco, das pessoas se sentirem intimidadas, chocadas. (E1)

(004) Eu moro no barro preto, eu deparo com situações daqueles passeiões que eles fizeram, que são ideias arquitetônicas pra encontro e que são usados como se fossem albergues descobertos né? E a dificuldade é enorme das lojas abrirem com um padrão de higiene e ao mesmo tempo isso não atrai fregueses, clientes, ai eles não dão conta do aluguel comercial que em Belo Horizonte esta muito caro. Isso gera uma tensão, uma indignação, as partes né? É um conflito muito difícil, os dois lados

tem suas razões e ao mesmo tempo o conflito urbano é inegável. Já disseram que no Canadá, em Paris, nesses lugares todos também é assim né? (E5)

No fragmento (003) pela seleção lexical “a rua fica menos em situação de degradação, de preocupação de risco, das pessoas se sentirem intimidadas, chocadas” tem-se o implícito subentendido de que as pessoas em situação de rua degradam o ambiente da rua, oferecem riscos aos transeuntes, intimidam os passantes e os deixam chocados, tendo o albergue municipal como solução parcial para esse “problema” social “porque fica num ambiente institucional”.

A situação de rua que enquadra essa população na categoria das “populações vulneráveis” (ADORNO, VARANDA, 2004, p. 57) é entendida como um “problema” social a partir da noção que se tem da cidade. Ora, se o regime de justificativa trata a cidade como uma indústria, geradora de eficiência e utilidade em todos os seus aspectos, a situação de rua torna-se empecilho à noção de um espaço público funcional. Àquilo que não tem função se torna inútil – os “descartáveis sociais” (ADORNO, VARANDA, 2004, p. 67) – e, como tal, necessariamente não deve compor o cenário da eficiência. Ficar no albergue em detrimento de ficar nas ruas é, antes de qualquer coisa, um argumento que reforça a manutenção da ordem em uma cidade eficiente. Quanto mais ordenável e controlável o espaço público, mais eficiente ele será e, portanto, mais *produtos* poderá oferecer aos que trafegam pela cidade.

A seleção lexical “isso é bom para todos” reflete o discurso de que as pessoas em situação de rua que estão nas ruas são incômodas para a sociedade como um todo. O interdiscurso se faz entre “isso é bom para todos” e o discurso da “cidade para todos” lema de uma gestão urbana que se intitula defensora de uma cidade mais digna, mais “limpa” e mais “confortável” para os olhos dos transeuntes. A limpeza e a ordem social são as escoras de uma cidade pronta para o consumo. Para Sánchez (2001, p. 38), “a discussão acerca dos processos de reestruturação urbana e da ‘necessidade de inserção competitiva das cidades’ vem acompanhada por uma significativa mudança na linguagem relativa ao planejamento e à gestão”. Há, assim, uma incorporação do discurso da efetividade e da objetividade da gestão no contexto das cidades.

Da mesma forma, as políticas de revitalização pressupõem a ressignificação dos espaços urbanos para atrair novos capitais e consumidores (JAYME; NEVES, 2010), inventando tradições e novas vocações para a cidade (FELDMAN-BIANCO, 2009). A cidade “limpa”

que é boa para “todos” reflete a visão do *city marketing*, de uma cidade feita para ser consumida em todos os aspectos. Mobilidade (ALBERTSEN; DIKEN, 2001) e informação (CANCLINI, 2002) são dois dos aspectos mais importantes considerados pela gestão urbana nas cidades que visam as políticas do *city marketing*. Enquanto as políticas de mobilidade visariam a eficiência dos espaços públicos, as criações de imagens da cidade poderiam ser narradas de diferentes perspectivas.

Canclini (2002), entretanto, afirma que os meios de comunicação – tais como a TV, o rádio e a imprensa – passam a cumprir o papel de invenção e reinvenção da cidade e de seus cidadãos, sendo esses os principais construtores do sentido urbano, o qual é selecionado e combinado a marcos importantes. O mesmo autor nos dirá que os discursos promovidos por esses agentes são propostos como “síntese imaginária do sentido da cidade” (CANCLINI, 2002). No caso da síntese da “cidade para todos” ficam excluídos as “populações vulneráveis” marginalizadas, o excesso tido como lixo urbano e a complexidade das relações. A multiplicidade dos discursos que compõem a cidade é reduzida para caber dentro da normalidade. A cidade síntese é a cidade em que se naturaliza o “normal” e se exclui o diferente.

Note ainda, no fragmento (004), que para validar a ideia de que uma cidade limpa é uma cidade com “progresso”, o enunciador remete ao Canadá e a Paris, o primeiro mundo “limpo”, “desenvolvido”, ao qual se procura seguir com a higienização da cidade. A hegemonia aqui excede o caso local, baseando-se no que é feito em outros contextos como justificativa para essas ações. A legitimação das práticas de uma gestão urbana voltada para a comercialização da cidade envolve especialmente uma perspectiva de acompanhamento dos “modelos” de cidade global, ou mesmo das “cidades-modelo” como afirma Sánchez (2001). A forma como se vê o “progresso” e o desenvolvimento das cidades é associada à ideia de “boas práticas” de gestão, independente da conotação política e ideológica que essas práticas possam refletir. Assim, a limpeza social e a higienização das ruas da cidade é mera prática de uma “boa” gestão, que promove, a despeito de qualquer empecilho, uma cidade que reflete os padrões de desenvolvimento mundiais do dito primeiro mundo.

Há uma refração linguística que fortalece esse argumento baseado na dignidade humana, em que se vê pelo léxico “a pessoa ta mais dignamente sendo atendida”. A posição ideológica defendida pelo discurso é a de que as pessoas em situação de rua devem ir para o albergue e

deixar as ruas livres para os cidadãos “normais”. Ora, mas o que diferencia o cidadão “normal” de uma pessoa em situação de rua em uma “cidade para todos”? Outra pergunta que se coloca é se o albergue é realmente “bom para todos” ou bom para aqueles que aceitam as regras? Afinal as condições de permanência no albergue deixam claro que a submissão é característica necessária.

O relato do registro do dia 26 de abril no diário de campo oferece um olhar contraditório ao discurso do fragmento (003) de que o albergue é “bom para todos”.

Ângelo relatou ser um pedreiro conhecido de seu bairro que recentemente abandonou sua casa por ter sido traído pela mulher. Segundo ele a mulher morava, agora, com outro homem. Ângelo também disse ter uma filha de doze anos. Ângelo relatou que tentou dormir no albergue algumas vezes, mas que foi roubado. Segundo ele, lá os outros moradores de rua roubam suas vestes e seus cobertores, tendo ele que ficar atento. Por causa disso, Ângelo relatou não dormir bem durante dias. Ele relatou também que as pessoas que frequentam o albergue brigam lá dentro e que a vigilância não funciona bem. Segundo Ângelo, ele é cadastrado como morador de rua no Centro de Referência, mas não conseguiu jantar no restaurante popular naquele dia. No restaurante, alegaram que ele teria condições de arrumar o dinheiro para pagar a refeição. Ângelo agradeceu o lanche que havíamos lhe dado e o fato de termos o escutado. (Narrativa 03, PSR1)

Outras narrativas também registram opiniões bem diversas do discurso dos membros do albergue em relação à convivência no local.

Perguntei a ele porque ele não dormia no albergue e ele me disse que tinha chegado há pouco mais de um mês na cidade e que tinha passado a primeira semana no albergue. Ele elogiou os agentes e a comida de lá, mas disse que lá era um lugar esquisito e que os moradores de eram de difícil convivência. Disse que no albergue as pessoas urinavam nos quartos à noite e que defecavam nos lugares de tomar banho, deixando o ambiente anti-higiênico. Ele disse que isso não era pra ele. Disse ainda que lá, no albergue, havia muitos roubos durante a noite e que ele mesmo tinha sido roubado no primeiro dia. Marcos relatou que tinha vindo para Belo Horizonte porque não queria mais viver com seu irmão e sua avó em casa. Não aguentava mais a relação. Disse que estava procurando emprego, mas como tinha sido roubado, não tinha documentos suficientes, então teria que aguardar a assistência social para tirar os novos documentos. (Narrativa 04, PSR2)

Um dos homens estava tremendo muito. A noite estava fria. Ele aceitou o lanche. Tremeu, e tremeu mais. Pensei que talvez ele estivesse simulando, mas na verdade eu também estava com frio nessa noite. Francisco retirou uma blusa da sua própria bolsa e deu ao homem que tremia. Ele agradeceu muito. Disse que era uma grande bênção e que estava muito satisfeito. Perguntei a ele porque ele não dormia no albergue e ele relatou que lá havia muita violência. Segundo ele, o albergue era um lugar de marginais. Ele já havia dormido lá uma vez, mas não gostara. Mas não me disse por quê. Como já estávamos atrasados não tive muito tempo para conversar. (Narrativa 05, PSR1)

Quando na narrativa (05) o homem recusa dormir no albergue, afirmando que lá é um lugar de marginais, podemos observar o potencial de resistência das pessoas em situação e rua, que mesmo por não terem um domicílio, não tem que se resignar ao que quer que lhes seja oferecido como “teto”, isto é, ainda preservam o senso de qualificar o lugar negativamente, e de recusar-se a ir para lá. Além disso, esse aspecto da “degradação” e da sujeira do morador de rua é especialmente relevante para o comportamento da sociedade em relação a esse grupo social. Ora, o preconceito e a discriminação insurgem em vários momentos, justificados por discursos como esse.

(005) Dessa situação de rua... não nasci na rua, ninguém te respeita, você sai andando na rua ai as pessoas fogem de você, escondem as bolsas, as mulheres escondem as bolsas, você é visto com maus olhos, muitas das vezes [é] visto que nem um monstro, entendeu? (PSR2)

No fragmento (005) vê-se a importância desse discurso para uma pessoa que “sofre” as suas consequências. O enunciador do fragmento, pessoa em situação de rua, relata o desrespeito, o medo e a hostilidade com que é tratado pela sociedade que pensa e age segundo uma ideia preconcebida de que o morador de rua é um “monstro”, como explicita a figura. A ideia de ter um albergue onde se possa “estocar” todas essas pessoas e de que “isso é bom para todos” é uma ideia concebida sobre os mesmos pressupostos que justificam o medo das pessoas de rua, a hostilidade em relação a elas, e, especialmente, as ações de “manejo humano” (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009) e de recriminação sobre essa população. Situar as pessoas em situação de rua como marginais é de alguma forma situá-la na exceção, no que foge ao normal, e que, por isso mesmo, constitui um desvio da ordem social naturalizada.

A forma como se constitui o discurso da marginalidade e da exceção em nossa sociedade se apropria das manifestações socialmente codificadas como imorais, ilegais e anormais para designar aqueles que não conseguem, ou rejeitam, se adaptar aos preceitos dessa ordem. Logo, o “mal” é localizado na exceção. O discurso discriminatório tanto da sociedade em relação ao grupo das pessoas em situação de rua, quanto das próprias pessoas em situação de rua sobre si mesmas são materializadas em falas como essas: “você é visto que nem um monstro, entendeu?”. Mas, para além das falas, o preconceito e a discriminação vão além, tornando práticas de assassinato, estupros e agressões a essas pessoas algo comum e aceitável dentro dessa ordem. Ainda que venham de outras classes sociais, ditas de elite, as justificativas são sempre atribuídas a um merecimento da violência, da morte e do desprezo pela condição marginal, e, portanto, anormal, em que se encontram.

6.1.4 “Trecheiros” e migrantes: o controle das intenções

No fragmento (006) aparecem as figuras dos “trecheiros” e dos migrantes, as quais o enunciador implica as normas para frequentar o albergue.

(006) Tem alguns benefícios tem bagageiro ele pode deixar a bagagem até o outro dia e tem um almoço que é liberado então o migrante no município ele tem essa acolhida diferenciada, mas aí... ele tem que estar documentado ele tem que vim realmente a procura de trabalho e aparece muito trecheiro, pessoa que ta passeando em Belo Horizonte ta aqui à procura de um tratamento de saúde, e no caso para tratamento de saúde a gente abre, tem que procurar o próprio município e...as vezes fica demandando vaga na população de rua, na ala dos migrantes e a gente não tem aí o pessoal sai procurando em todos os equipamentos da defensoria publica, tudo aí, para poder ver se consegue vaga. (E2)

No fragmento (006) dois novos personagens são explicitamente mencionados, o “migrante” e o “trecheiro”. Conforme explica Mendes (2007) cada um deles tem traços específicos de movimentação na cidade. Entre migrantes, trabalhadores itinerantes e trecheiros estão aqueles que deixaram suas cidades em busca de um trabalho ou de uma vida melhor em Belo Horizonte e, depois de frustrações sucessivas, buscam seu sustento nas ruas enquanto não encontram oportunidade e dinheiro para voltar a suas cidades natais; aqueles que trabalham em uma cidade e moram em outras, por isso, passam noites nas ruas enquanto esperam as

condições necessárias para a volta. E aqueles que vivem do trecho, das viagens e da mendicância nas estradas.

Um percurso semântico de “controle das intenções” surge na seleção lexical “tem que vim realmente à procura de trabalho” que são aspectos condicionantes para o uso do albergue. Num recorte de tempo e espaço, o fato de “ter” que vir a procura de trabalho, assume a condição de uma estratégia (CERTEAU, 1998) de organização das posições dentro do albergue. Aqueles que não têm intenção de trabalhar são barrados. Não podem usufruir do lugar. Ora, subentende-se que não merecem, ou não são dignos o suficiente para o albergue, visto que suas “intenções” são alheias à vontade do Estado. Nesse sentido, a postura do albergue é de organizar, estabelecer um poder, ditar as regras, e filtrar quem deve ou não deve habitar o espaço organizacional.

Há um interdiscurso entre “trabalho” e “merecimento”, que se refere ao uso do albergue, o qual privilegia àquele que busca trabalhar, em detrimento daquele que está apenas “de passagem” pela cidade. Esse discurso se alinha ao que é valorizado socialmente na relação entre trabalho e dignidade. Importante notar que essa posição meritocrática, especialmente incorporada pela classe média brasileira (CHAUÍ, 1989), defende o trabalho como forma exclusiva de merecimento da cidadania, mas desconsideram as histórias pessoais e particulares de cada indivíduo, as peculiaridades que o levaram a optar por caminhos alternativos de existência. Especialmente pelo fato de ser não apenas uma pessoa, mas um grupo relativamente grande de trecheiros e de migrantes que caminham pelo país, seja em busca de trabalho ou não, suas peculiaridades deveriam ser consideradas na construção de políticas públicas, ainda que, enquanto particularidades de grupo, a despeito do que acontece e do que se tenta justificar (e de fato se legitima socialmente) pelo discurso da meritocracia.

6.1.5 O esforço por uma dignidade “perdida”: o controle legal no uso da cidade

No fragmento (007) o enunciador situa a política de intervenção da prefeitura em relação às práticas da população em situação de rua. Há uma menção ao código de posturas de município e também ao argumento da dignidade humana frente às condições de rua.

(007) Isso que dizer que: se um sujeito seja ele em situação de rua ou não, resolver montar uma barraca com tapume na rua no espaço publico, colocar ali um colchão,

que muitas vezes ele ganha da própria sociedade civil, que depois liga para o município fala: “aqui tem um sujeito com um colchão aqui na minha rua” quem deu o colchão para ele? Colocar ali um fogareiro, começar a cozinhar, lavar suas roupas, montar ali um varalzinho para secar, o município tem que intervir, isso tá previsto inclusive no código de postura do município, faz parte do parecer classificado da procuradoria geral e nesse sentido a área de fiscalização do município junto com a área social vai abordar esse sujeito dizer: “você não pode fazer isso que você está fazendo aqui” e vai recolher, é uma questão... é um limite tênue é... tem demandado da gente um esforço muito grande no sentido de conversar com a pessoa que estar na em situação de rua, também com a sociedade pra não ofertar esse tipo de instrumental para ele se estabelecer na rua, porque nos não podemos reconhecer o direito de viver na rua, viver na rua não é digno para ninguém... (E3)

O enunciador do fragmento (007) se opõe a qualquer suporte social para que viver nas ruas possa ser, de alguma forma, “confortável”, o que fica explícito pelas seleções lexicais “colocar ali o colchão, que muitas vezes ele ganha da própria sociedade civil” e “a sociedade pra não ofertar esse tipo de instrumental para ele se estabelecer na rua”. Surge pela primeira vez o tema da “legalidade” das ações das pessoas em situação de rua com a disposição do “código de postura de município” como implícito pressuposto de predição das ações legais que podem ser executadas pelas pessoas em situação de rua. No sentido de uma estratégia que se articula para o controle do “lugar” (CERTEAU, 1998) rua, o código de postura de município retrata uma tentativa de definir limites de atuação dos indivíduos no uso dos bens públicos.

A rua como espaço habitado permite usos de todas as maneiras, inclusive pela criação de um espaço privilegiado de repouso, ou uma maloca, como fazem as pessoas em situação de rua. Embora, as malocas sejam proibidas pela prefeitura, elas insurgem em vários momentos caracterizando táticas que se opõem as estratégias legitimadas pelo código de posturas de município. A forma de organizar e o controle legal das ações das pessoas de rua, são formas de manter o poder estabelecido no lugar, manter a configuração estável dos elementos que trafegam ou fazem uso das ruas da cidade.

Há uma interdiscursividade entre as ações legais, prescritas e postuladas pelo município, representadas no léxico “o município tem que intervir” e o discurso da dignidade humana, somente possível para quem não está na rua, que implicitamente, é proporcionado pelo Estado para o povo, representada na seleção lexical “não podemos reconhecer o direito de viver na

rua, viver na rua não é digno para ninguém”. Note-se que o enunciador atribui um papel suficiente às ações do estado, com amplo silenciamento sobre todo o resto, como já mencionado em outro momento.

O enunciador ainda se coloca como personagem “não podemos”, sujeito oculto “nós”, de representação da política municipal e da hegemonia social institucionalizada pela posição que ocupa na secretaria. Sobre as condições sociais de produção do discurso, um aspecto relevante é o de que o enunciador fala de uma posição específica de dentro de um órgão da prefeitura, no caso da secretaria de políticas sociais de Belo Horizonte, o que confere a ele legitimidade sobre o argumento hegemônico, e uma autoridade legal da qual ele se utiliza para conferir sentido de “bem comum” à sua fala. O enunciador do fragmento (007) se posiciona pelo discurso social institucionalizado nas políticas municipais.

Na seleção lexical “a área de fiscalização do governo junto com a área social” há um implícito subentendido de que o município e a sociedade convergem em seus interesses e, que, portanto, o município age em nome da sociedade, fazendo valer a sua vontade pelo bem geral dos cidadãos. Entretanto o cidadão de que falam as políticas públicas é um cidadão médio⁴⁴, para o qual o Estado propõe ações de interesse coletivo, cabe o questionamento: mas e os interesses específicos dessa população? Seriam interesses compatíveis com os do cidadão “médio”? As ações das pessoas em situação de rua são vigiadas e coibidas pela abordagem municipal, o que fica explícito na frase “você não pode fazer isso que ta fazendo aqui”. A coerção se dá também explicitamente pela seleção lexical “vai recolher”, com o tema da “intervenção municipal”, indicando uma ação por parte da prefeitura de recolhimento dos pertences das pessoas ali estabelecidas.

A refração linguística que fortalece o argumento de intervenção da prefeitura está na seleção lexical “viver na rua não é digno para ninguém”. O principal aspecto ideológico defendido pelo discurso é o de que o Estado deve garantir a dignidade dos seus cidadãos, inclusive por meio da coerção de uns para benefício de outros. O argumento se fortalece pelo uso de uma perspectiva de “bem comum a todos”, isto é, se o Estado intervém é porque ele quer o bem geral da sociedade e não de uma parte – diga-se de passagem, privilegiada – dela.

⁴⁴ Os termos cidadão médio ou camada média da sociedade foram usados com referência em Sánchez (2001) para indicar uma parcela da população que, generalizada, compreende as expectativas da maioria dos cidadãos brasileiros, Representando a parcela da população para quem as políticas públicas, no geral, são planejadas.

6.1.6 Tentativas de reinserção

No fragmento (008) discute-se a qualificação profissional como forma de reinserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho. O enunciador expõe as dificuldades que essa política se depara tanto em relação ao preconceito e a discriminação dessas pessoas quanto às próprias dificuldades – ou rejeição – dessa população em relação aos processos de qualificação.

(008) A pessoa... Você faz a mobilização, você consegue mobilizar, vamos supor, vamos pegar um numero menor 100 pessoas para qualificação, elas começam o processo de qualificação muitas vezes não terminam, por que tem uma rotina, tem é...um ano por exemplo ou seis meses ou então três meses são vários cursos, né, que você tem um horário específico, a gente dá vale transporte, você dá o lanche, você tem todo o acompanhamento da área social, mas o sujeito tem dificuldade de estabelecer essa rotina. Então, dos 100 que você consegue mobilizar, vamos supor que 50% concluem o processo de formação. Desses que concluíram o processo de formação, de capacitação, se você tiver 10% inserido no mercado de trabalho é muito porque você vai esbarrar em inúmeras questões, uma delas ao meu ver é o preconceito né, dificilmente alguém dá trabalho para quem está numa situação de rua “você dorme no albergue? Ah não sei” “cê tá na republica? Ah não sei” é o primeiro impacto que a pessoa sofre, além do que, no trabalho you tem hora para você chegar, hora para você sair, você tem regras, você tem diretrizes, e muitas vezes as pessoas que passaram por situação de rua, elas romperam com todos os vínculos sociais e familiares e restabelecer essa rotina não é fácil né, então é o nosso maior desafio, a gente engatinha nessa política e não consegue avançar por essas questões, não vou me deter porque depois eu mando para você. (E3)

No fragmento (008) surgem os temas da “inclusão” e da “inadequação” da população de rua, respectivamente representadas pelos léxicos “dificilmente alguém dá trabalho para quem está numa situação de rua” e “você tem hora para chegar, hora para sair, você tem regras, você tem diretrizes e muitas vezes as pessoas que passaram por situação de rua, elas romperam com todos os vínculos sociais e familiares e restabelecer essa rotina não é fácil”. As pessoas em situação de rua representadas pelo personagem “elas” no fragmento (008) “começam o processo de qualificação e muitas vezes não terminam porque tem uma rotina” o que se refere, implicitamente, à existência de uma inadequação – ou rejeição – das pessoas em situação de rua às rotinas, e, portanto, uma incapacidade de se qualificar.

Há um interdiscurso que se refere à “qualificação”, evidenciando que ela é suficiente e necessária para a reinserção social desse sujeito no mercado de trabalho. Nesse ponto, “qualificação” e o discurso da “meritocracia” se encontram sob implícito pressuposto de que a população de rua não tem mérito suficiente para estar no mercado de trabalho porque não tem “qualificação” necessária, uma vez que não se submetem às rotinas definidas pelos cursos. Há um silêncio importante que diz respeito às condições de produção das políticas municipais, que se referem ao cidadão “médio”, e subentendem que “qualificação” é garantia de inserção no mercado de trabalho. Isto é, tudo vira uma questão de mérito profissional, isolando-se as questões sociais, políticas e simbólicas associadas às condições da população em situação de rua, um raciocínio típico econômico, que despreza a complexidade do social em jogo.

O principal aspecto ideológico defendido no discurso é o de que as pessoas em situação de rua não se adaptam às necessidades do mercado e por isso sua reinserção é problemática para o município. Mais uma vez: a condição humana é reduzida a uma variável econômica de mercado. O discurso expresso no fragmento (008) reflete o discurso hegemônico capitalista/neoliberalista da especialização e da liberdade de escolha, no qual o sujeito que não trabalha o faz porque não quer se especializar, neste caso se adequar, uma vez que emprego existe, o que falta é esforço.

6.1.7 A resignação com a ordem imposta

No fragmento (009) o enunciador, pessoa em situação de rua usuária do albergue, faz colocações sobre a aceitação irrestrita que se deve ter às normas da organização.

(009) Quem reclama de abrigo, quem reclama de abrigo é porque ainda não sofreu direito na vida, não sofreu na vida ainda, não tomou golpe, não passou fome, não ficou sem banho, então vem aqui e reclama. (PSR1)

No fragmento (009), surgem os temas do “sofrimento” e da “conformação” que estão destacados na seleção “quem reclama de abrigo é porque ainda não sofreu direito na vida”. O implícito subentendido é que sofrer “direito na vida” leva à conformação às condições atuais do abrigo. O implícito pressuposto é que ninguém tem direito de “reclamar” do abrigo. Um percurso semântico possível para análise do fragmento é o de a pessoa precisar sofrer até se

conformar com a situação do abrigo, ou seja, o percurso da “conformação pelo sofrimento”, em que se deve resignar com qualquer coisa que lhe for apresentada, a qual deve, humildemente, agradecer. Um aspecto interessante sobre as condições materiais de produção do discurso é que o usuário do albergue, enunciador do fragmento, relata em seu depoimento uma história de vida de muitos problemas financeiros e familiares, os quais ele ainda enfrenta psicologicamente em seus momentos de crise. Então, aparentemente, esse perfil, o de alguém que já sofreu “demais”, é o público-alvo dessas ações, que pressupõe aceitação irrestrita das condições apresentadas.

(010) Estava tudo certinho, mas minha cabeça perturbada fez eu perder tudo de novo voltei aqui e fui bem acolhido porque eu respeito aqui se eu não respeitasse não seria bem acolhido, porque eu respeito o ambiente que eu to, pelo menos eu sei respeitar regras (PSR1)

No fragmento (010) o enunciador evidencia que a condição para que seja bem acolhido no albergue é que respeite às regras da organização. Pela seleção lexical “se eu não respeitasse não seria bem acolhido” o enunciador propõe que o acolhimento é condicionado e reflete o discurso do controle necessário, afirma “pelo menos eu sei respeitar regras” como garantia de sua adequação ao perfil esperado pela organização. Ora, os argumentos de controle são incorporados pelo usuário de maneira que sua resignação inclui uma defesa das normas. O discurso defendido no fragmento (010) é o da ordem necessária. Novamente, evidenciam-se as condições em que se deve usufruir do albergue, deixando claras as limitações.

6.1.8 O “sono dos justos”: os controles sobre os distúrbios e sobre o tempo

Nos fragmentos (011) e (012) expressão os argumentos de um usuário do albergue em relação às normas sociais e organizacionais do lugar em relação às condições de descanso noturno e ao tempo de permanência.

(011) Entendeu? Desrespeitando... ou falando bobagem... tá achando que é uma festa. Eu quando tenho meus problemas, eu fico do portão para fora não venho incomodar ninguém aqui. Agora quando eu to bem eu venho, venho para descansar e ficar tranquilo, aqui dentro eu tomo meu banho, faço minha oração, deito na minha cama e só levanto amanhã cedo, que é o horário que você tem de levantar, porque por mim eu ficava dormindo até dez horas, mas só que é obrigado a levantar... Cinco

horas acende a luz e já é bom, porque tem abrigo que não tem respeito de jeito nenhum, tem abrigo que te trata pior que animal, aqui trata bem... (PSR1)

(012) Tem! Tem aqui mesmo no 1º de maio, abrigo São Paulo, eles ganham uma fortuna em doação e tudo mais, deu cinco da manhã você é obrigado a sair para fora, até os cachorros estão dormindo ainda, tá chovendo, se tem que sair na chuva, eles tratam... o abrigo não é bem estruturado, você entende? Na verdade eles que usam o abrigo não os usuários... (PSR1)

Nos fragmentos (011) aparece o tema dos “limites” retratado pela expressão “do portão para fora”. Na seleção lexical “Eu quando tenho meus problemas, eu fico do portão pra fora não venho incomodar ninguém aqui” há o implícito subentendido de que os problemas não são bem vindos do “portão para dentro” do albergue. Um percurso semântico de leitura do fragmento é o de que o albergue não é lugar para pessoas com problemas, ou pelo menos não com problemas perturbadores da ordem ali vigente, que é o percurso da “não perturbação”.

Há uma interdiscursividade entre pessoas problemáticas ou fora da ordem e o “sono dos justos” ou dos “ordeiros”, o que se refere a condições mínimas de ordem dentro da organização para que as pessoas “não problemáticas” possam descansar durante a noite. Nesse sentido a tentativa de organizar e estabelecer uma ordem – entenda-se estratégia (CERTEAU, 1998) – é de um usuário do albergue em relação aos outros. A configuração desse espaço não permitiria, dessa maneira, que o ruído de “festas” ou das falas intentasse contra o sono daqueles que, por conseguirem deixar seus problemas fora do albergue, merecem descansar em paz.

Outro percurso semântico presente é o do “controle sobre o tempo”, desagradável, mas necessário. Pela seleção lexical “levanto amanhã cedo que é o horário que você tem de levantar, porque por mim eu ficava dormindo até dez horas, mas só que é obrigado a levantar...” vê-se que os léxicos “têm de levantar” e “é obrigado a levantar” sugerem uma obrigação, algo não é desejada, o que é confirmado pela seleção lexical “por mim eu ficava dormindo até dez horas” e pelo léxico “mas”. Outra vez a tentativa de ordem se refere às normas do albergue, enquanto organização, sobre os usos que se pode fazer do lugar. A estratégia é de controle sobre o tempo de uso, não podendo ultrapassar o horário estabelecido pela direção para dormir e usufruir do espaço. Interessante notar que essa estratégia também define o “lugar”, no sentido referido por Certeau (1998), em que o poder é conservado. O

albergue é definido como um lugar pelo estabelecimento das regras, controle sobre o tempo, assim como no controle burocrático, possibilitando aos usuários “consumirem” o espaço apenas dentro dos limites temporais estipulados.

A norma que se refere ao horário de acordar a população de rua é refletida pelo enunciador, e refratada na seleção “e já é bom, porque tem abrigo que não tem respeito de jeito nenhum”. Há um implícito subentendido de que o albergue de Belo Horizonte é solidário em respeitar o direito dessas pessoas de acordar às cinco horas da manhã. Uma interdiscursividade sugere que o município, ao “ceder” um albergue solidário à população de rua, está cumprindo com seu papel de provedor “bondoso”. Isso se confirma pela afirmação de que “tem abrigo (em outras cidades) que te trata pior que animal, aqui trata bem...” onde a figura do “animal” é comparada com as pessoas de rua para refratar a solidariedade da política municipal. Um percurso semântico possível para o fragmento é o de que as pessoas em situação de rua, por dependerem dos albergues, podem ser desrespeitadas, o percurso da “dependência organizacional”.

A figura do “animal” volta no fragmento (012) sob a forma de “cachorros” que é utilizada para exemplificar a dura condição do horário de acordar no albergue, uma vez que se é obrigado a acordar muito cedo, “até os cachorros estão dormindo”. Uma personagem surge para retratar a posição dos funcionários do albergue (quando o enunciador se refere ao albergue que não é o de Belo Horizonte) em relação à população de rua. O léxico “eles” no fragmento (012) representa esses funcionários que segundo o enunciador, tratam o albergue como se este fosse criado para “eles” e não para as os usuários. A queixa do enunciador em relação à gestão do albergue se refere ao fato de que os trabalhadores do lugar usufruem mais do lugar do que as pessoas para quem o serviço deveria ser prestado.

Tanto o percurso semântico do “controle sobre o tempo” quanto o da “não perturbação” refletem um discurso social de ordem. O principal aspecto ideológico apresentado nos fragmentos (011) e (012) é o de que essa ordem é “necessária”, apesar de desumana, e deve submeter todos os demais. Há uma naturalidade em se esperar que as pessoas em situação de rua ajam da maneira conveniente aos interesses da organização, de maneira ordeira e disciplinada. O “controle sobre o tempo” pode ser considerado uma estratégia disciplinar de manutenção dessa ordem dentro do albergue. A “não perturbação” é mais um desejo, tanto dos “ordeiros” quanto da “organização”, que legitima uma necessidade de monitoramento

constante, uma vez que a gestão do albergue visaria sempre o “bem comum”. Mais uma vez, o albergue se intitula “para todos” está limitado: apenas os ordeiros é que podem nele permanecer.

6.1.9 Repressão policial e repressão social

No fragmento (013) o enunciador traz aspectos da vida na cidade que se referem às repressões enfrentadas pela população em situação de rua. Repressão essa que deriva tanto da população domiciliada, comerciante, quanto da polícia, que representa a força coercitiva do estado.

(013) A noite até que não, né? a noite, se você andar, você vai ver que tem muita gente que dorme, mas durante o dia é...tem uma certa intolerância em ficar nas marquises, que marquises são o que? Às vezes é porta de loja, aí o comerciante já pede para sair, né, são pontos comercias às vezes a própria polícia vem e pede para sair, né... A guarda municipal às vezes, por exemplo, praça da rodoviária é uma concentração muito grande de morador de rua, ele pode ficar lá, mas certamente se ele deitar lá certamente alguém vai pedir para ele não fazer isso... O parque municipal tem muitos moradores que durante o dia vai para o parque para pode dormir lá, se você for lá vai que eles deitam na grama, mas nem sempre é tolerado. Aqui então a gente não vê problema. (E6)

No fragmento (013) é possível identificar as ações de controle e monitoramento da cidade tanto pela ação do município pela coerção policial, “própria polícia vem e pede pra sair”, quanto pela própria sociedade, “tem uma certa intolerância em ficar nas marquises” e “o comerciante já pede pra sair né”. O parque municipal, um espaço público da cidade, é local de descanso da população em situação de rua. Entretanto, há oposição por parte da sociedade como sugere a seleção “mas nem sempre é tolerado”. Um percurso semântico possível é o do “controle do espaço público” tanto pelas autoridades municipais legitimadas, como a polícia e a guarda municipal, quanto pela própria sociedade, no caso pelos comerciantes. Sociedade e governo municipal convergem seus interesses quando questionados sobre a permanência das pessoas de rua nas praças e nos parques da cidade. Ambos não desejam que eles se estabeleçam nesses locais. Vários são os casos de retirada do espaço público. Com o diário de campo, podemos ilustrar alguns deles:

Quando chegaram, muitos estavam muito cansados e já encostaram em suas cadeiras, dormindo ali mesmo. Sentei-me entre eles e esperei. Logo chegou um

rapaz mulato, de porte médio, que aparentava entre 25 e 30 anos. Ele tinha um corte de cabelo que parecia um desenho. Suas roupas eram bem melhor aparentadas do que a da maioria. Ele se sentou a minha frente e me perguntou quem eu era. Iniciamos uma conversa e logo ele relatou que na noite anterior havia sido expulso da frente da rodoviária por guardas do lugar. Disse que os guardas o chutaram enquanto dormia como se fosse um animal. Ele disse que isso era recente e que há pouco tempo eles começaram a tirar as pessoas de lá para não “queimar o filme da rodoviária”. (Narrativa 06, PSR2)

Outro exemplo foi presenciado por mim na noite em que passei na rua.

Chegando lá, nos sentamos no chão da saída do metrô. Logo vieram dois guardas que nos questionaram se iríamos pegar o metro. A atitude deles era de desconfiança. Eles fizeram algumas perguntas e perceberam que nós não éramos pessoas em situação de rua. Mesmo porque um dos missionários explicou a eles o motivo de estarmos ali esperando. Eles retornaram a seus postos. (Registro do diário de campo)

A situação descrita no registro do diário de campo não constitui uma expulsão do espaço público, mas revela seu contínuo monitoramento, característica de uma estratégia de controle do espaço público.

Outra característica que pode ser mencionada como forma de controle do espaço público são as citadas “arquiteturas antimendigo” citadas por Adorno e Varanda (2004, p. 65), e que compõem obstáculos diversos para que as pessoas em situação de rua não durmam sob as “marquises” ou em espaços públicos de uso monitorado pela prefeitura.

6.1.10 A função social dos equipamentos de amparo e a questão do sexo nas ruas

Nos fragmentos (015), (016) e (017) são tratados aspectos que se referem à postura dos equipamentos da prefeitura em relação à população em situação de rua e a questão do sexo nas ruas.

(015) A cidade tem muito intolerância com a população de rua e, assim... eu acho que o nosso trabalho é importante, por isso a gente cumpre uma função que é social, que tem gente que está na rua que não tem muita perspectiva, então a gente oferece essa possibilidade da pessoa ser mais cuidada, de acessar a política, de tá tirando um documento, de tá andando mais limpa para quem está na rua é muito importante, e

para cidade também é, porque? População de rua sempre fez parte das cidades né, seja no interior, seja no primeiro mundo, sempre vai ter população de rua e é uma parcela da população que precisa ter esses acessos. (E6)

(016) Ao mesmo tempo eu entendo também que é... não é muito tranquilo essa relação, às vezes, a gente se colocar no lugar, por exemplo, do comerciante, não é realmente tranquilo para o comerciante ter alguém na porta da rua... na... na... porta ... do comercio dele . É... às vezes tem gente que liga: “ô o morador de rua está aqui na porta da minha casa, ele está montando uma barraca e ta sujando e ta fazendo sexo à noite” é... a visão que a gente tenta ter é a seguinte que essa pessoa precisa então de ter acesso a outros espaço, é tranquilo para o morador? Não é também. Isso aí a gente tem que se colocar também no lugar dessa pessoa, então o nosso trabalho ele cumpre também esse papel para a cidade de ter um lugar de referência para quem está na rua, né, para que haja um convivência harmônica né entre todos cidadãos, né, não que o morador de rua não seja um cidadão ele é também e é isso que a gente tentar incluir dentro da cabeça deles e nas pessoas que a gente tem acesso (E6)

(017) É uma realidade dos grandes centros capitalistas, agora a globalização é capitalista, por desigualdades, por exclusão, por não inclusão, por degradação, por vício, por costume, porque a família se desfez, não conseguiu renda, esquecimentos, por vários motivos essa é uma realidade nos grandes centros capitalistas do mundo. Primeiro isso. Segundo, um extremismo às vezes de uma parte e outra, uns que acham que eles... fala assim “ah ele fizeram necessidades lá”, mas se não tem sanitário público... o nome já diz é necessidade. É um lado. Não querer que eles tenham fome, necessidade de banheiro, querer que estejam limpos às vezes sem ter um espaço legal pra higienização. (E1)

No fragmento (015) o enunciador se posiciona como personagem “a gente” e fala pela organização da qual faz parte, que é o Centro de Referência em População de Rua de Belo Horizonte. Isso indica que o enunciador assume um discurso coletivo. Pelas seleções lexicais “a gente cumpre uma função que é social” e “nosso trabalho ele cumpre também esse papel para a cidade”, do fragmento (016), é possível identificar um percurso semântico da “necessidade da gestão urbana” uma vez que o “social” é funcionalizado para que se hajam formas de lidar com suas reverberações na cidade.

Levando em consideração as condições materiais de produção desse discurso, no caso representado por um membro de um órgão da prefeitura, nessa mesma seleção também é possível identificar um tema que propõe que o Estado, no caso na figura da prefeitura de Belo

Horizonte, é responsável pela população em situação de rua. Nesse caso, entende-se que o Estado sabe o que é melhor para o sujeito e, portanto, “oferece essa possibilidade da pessoa ser mais cuidada, de acessar a política, de tá tirando um documento, de tá andando mais limpa” tal qual um provedor compreensivo com os “problemas” sociais causados por essa população. A figura da “cidade” no fragmento (015) é tratada como prosopopeia, atribuição de características humanas a não humanos. Essa figura insurge no discurso como uma forma de amenizar a responsabilidade que seria das pessoas da cidade, transferindo as práticas sociais da sociedade para algo mais intangível, como a figura da cidade. A reificação da “cidade” é também uma forma de dar um poder maior ao objeto do que aquele que se tem.

Há uma visão, implicitamente subentendida, de que a sujeira e a indigência são coisas de quem não se “cuida” como pessoa e cidadão, o que origina o percurso semântico da “limpeza dos corpos” que tem uma interface direta com a política “assistencialista” assumida pelo discurso do enunciador. Combate-se nesses fragmentos a possibilidade de estar “sujo” e estar “bem”, enquanto se reforça o discurso da mão solidária do Estado. Uma estratégia (CERTEAU, 1998) de coerção pelo controle dos corpos é destacada como forma de organizar a população de rua de maneira que seu cheiro e sua aparência não se contraponham ao “normal” naturalizado na ordem social daqueles que tem moradia, roupas e banheiro privado. A própria aparência das pessoas de rua se torna subversiva quando contrapõe o discurso da limpeza, independente se por necessidade ou por escolha. Embora do ponto de vista de uma estratégia disciplinar, as práticas de limpeza social vão além da tentativa de limpeza dos corpos, essa última é resultante de uma tentativa de criação de um lugar (CERTEAU, 1998), em que os dominantes são domiciliados, e suas práticas precisam ser hegemônicas para obstruir qualquer manifestação que lhes seja desagradável.

O percurso semântico do “controle pela moralidade” também se reflete na seleção lexical “ta fazendo sexo à noite”, donde se subentende que não deveria, mas está fazendo. O controle pela moralidade é também uma manifestação estratégica (CERTEAU, 1998), se recortada em tempo e espaço, durante a proibição do sexo. Existe uma tentativa de organizar mesmo as relações sexuais da população em situação de rua, impedindo que o sexo seja praticado nas áreas de visibilidade da cidade, onde os domiciliados transitam. A forma de controle pela moralidade reflete uma tentativa explícita de manutenção da ordem social na qual o sexo seria algo a ser praticado exclusivamente em casa.

O tema da “convivência harmônica” surge para fortalecer o argumento de que é necessário lidar com essa população e criar soluções possíveis e “não desagradáveis” para nenhum dos atores. Deixando claro que se for de alguma forma desagradável, o ônus é da população em situação de rua, os que precisam ser mudados em função da boa convivência com os demais, que tem moradia. Importante notar que a visão hegemônica de que as pessoas de rua não merecem apoio nenhum porque são “folgados” ou “inadequados” é combatida pela visão assistencialista, que oferece não uma resistência radical, mas uma opção política intermediária para lidar com a questão no âmbito de uma “gestão urbana”.

6.1.11 Os limites fugidios da população em situação de rua

Nos fragmentos (018) e (019) o enunciador fala sobre as possibilidades em que a força coercitiva da guarda municipal precisa ser ativada e argumenta que as pessoas de rua perdem os “limites”, muitas vezes, infringindo as regras sociais de convivência na cidade.

(018) Então por que a guarda teve que vim para cá, porque tem hora que só a palavra não basta, tem que ter uma ação mais efetiva então a guarda tanto é... é... preventiva como determinado momento a gente precisa dela por exemplo não quer sair então a guarda tira do espaço... (E6)

(019) Também isso acontece quando eu te digo que a rua tira um pouco a noção de limite é nesse ponto de que às vezes a pessoa que está de baixo de uma marquise ela não pensa nessa coisa eu to aqui, mas eu não posso sujar aqui, eu to na rua, mas eu não posso defecar em qualquer lugar isso é uma coisa que a rua tira, então a gente aqui favorece para que essa pessoa encontre esses limites também, eu to na rua mas não posso fazer o que eu quero, não é porque eu to na rua que eu vou fazer um ato que vai infringir a regra da sociedade como um todo... (E6)

Nos fragmentos (018) e (019), o tema dos “limites” ressurge implicando a necessidade de intervenção da guarda municipal. O enunciador afirma que “a rua tira um pouco a noção de limite” e que isso faz com que seja necessário um monitoramento e uma intervenção policial. O percurso semântico da “coerção policial” possibilita uma leitura de “tem hora que a palavra não basta, tem que ter uma ação mais efetiva”.

Um interdiscurso presente nessa seleção lexical é o de que a guarda municipal, como uma força do Estado, sabe como agir efetivamente, garantindo eficácia na resolução do problema. A estratégia (CERTEAU, 1998), portanto, é a utilização da força coercitiva da guarda para estabelecer a ordem. Ora, a guarda municipal, tanto quanto a polícia militar, estão investidas de poder para impor a vontade do Estado, ou do município, independente da vontade alheia. Por isso, sua atuação dentro do centro de referencia é considerada “eficaz”. A vontade estratégica se desenrola na imposição hierárquica que se tem sobre a população em situação de rua, que neste caso, compõe a parte que deve obedecer aos mandos da gestão. A questão da força para o cumprimento de normas é suavizada pelo emprego do verbo “favorecer”. Só que isso cai quando o enunciador fala de “infringir a regra da sociedade como um todo”, um tom normativo.

No discurso do “limite”, de que a “palavra” não ultrapassa em que a “coerção policial” é necessária, silencia-se sobre a formação da guarda municipal para lidar diretamente com essa população.

6.1.12 “Necessidades na porta da minha casa?”

No fragmento (020) é questionada a posição da sociedade em relação a formas das pessoas em situação de rua de fazerem suas necessidades. Também se trata da passagem do albergue da Pedreira Prado Lopes para o bairro Floresta.

(020) às vezes o pessoal da associação do bairro faz uma reunião e reclama, “ah porque o pessoal na hora que sai...” imagina na hora que eles estão chegando, chega aos poucos, mas na hora que sai, sai todo mundo junto então às vezes acontece “ ah esta tento assalto aqui em cima, ta tendo é...eles estão fazendo é... às necessidades na porta da minha casa” mas isso ai não é uma questão do bairro, do abrigo, a gente funcionava na Pedreira Prado Lopes o pessoal falava isso “aqui esta desse jeito por conta do abrigo”, quando o Abrigo saiu ficou pior né o entorno do IAPI, que o pessoal reclamava que os moradores de rua ficavam aqui, o Abrigo saiu ficou pior agora não morador de rua e usuário de drogas que tomou conta lá aqui não quer dizer que...não to defendendo os usuários não, que eles aprontam mesmo...(E2)

No fragmento (020) surge o personagem da “associação do bairro” que se reúne com os membros do albergue para discutir os problemas sobre como controlar as ações dos usuários

do albergue no entorno da organização. Surge o percurso do “controle do corpo” que se reflete na seleção lexical “necessidades na porta da minha casa”. Algo que é indesejado, mas não pensado do ponto de vista das políticas públicas. Não há banheiros nas ruas, tampouco nas praças e nos parques. Logo, as pessoas que não têm casa com banheiro farão suas necessidades onde encontrarem relativa segurança para isso. O discurso do enunciador combate a posição da sociedade civil de tentar impor esse “controle do corpo”. O discurso da “limpeza dos corpos” imprime um tom de moralidade às expectativas da sociedade em relação ao comportamento das pessoas em situação de rua. A estratégia, mais uma vez, manifesta-se pela tentativa de organização dos corpos, de limpeza da cidade e do afastamento do que é desagradável.

Há um interdiscurso possível entre o passado em que o albergue funcionava na Pedreira Prado Lopes e do presente, no qual o albergue se situa, no bairro Floresta. O enunciador defende que as mesmas práticas das pessoas em situação de rua em um bairro são também executadas no outro, isto é, não há diferença no comportamento. O que implica a sociedade precisar se conformar às ações dessa população no entorno do albergue. A resposta da sociedade, entretanto, parece ser a mesma nos dois lugares: o constrangimento manifesto que implica no questionamento da existência do albergue, quiçá da população em situação de rua.

6.1.13 Justificativa pelo medo

No fragmento (021) o enunciador expõe aspectos que revelam a forma como as pessoas em situação de rua são vistas pela sociedade e pelos seus próprios pares.

(021) É bom respeitar regras se com regras já é essa bagunça que eu te falei imagina sem regras... Ai eles arrancavam a janela aqui, pegavam esse armário, esse ventilador e arrebentavam tudo ainda bem que tem regras e segurança senão eu tava perdido, eles levam os lençóis que a gente usa aqui levam embora estavam limpando o bumbum com a toalha, entendeu? (PSR1)

No fragmento (021) as seleções lexicais “ai eles arrancavam a janela”, “pegavam esse armário”, “esse ventilador”, “arrebentavam tudo” e “ainda bem que tem regras” evidenciam a justificativa para a criação das regras e do controle organizacional: o medo. Um percurso semântico possível, portanto, é o da “justificativa pelo medo”, o qual pressupõe que os

moradores de rua são pessoas violentas e incapazes de estabelecer uma convivência harmoniosa por si só. A ronda noturna e o monitoramento constante expressam as formas em que essa pressuposição manifesta ações de controle.

No discurso do fragmento (021) a forma de justificar o controle dentro da organização albergue é essencialmente pautada na naturalização da figura da pessoa de rua como desordeiro, rebelde, incapaz e perigoso. Essa forma de representação caracteriza a discriminação. O preconceito a respeito dos próprios usuários do albergue fica explícito na fala do enunciador, também em situação de rua. Essa justificativa pelo medo, também impõe uma estratégia que visa manter o poder da organização, albergue, sobre os usuários. Essa estratégia, entretanto, é discursiva, e fundamenta a criação do “lugar” (CERTEAU, 1998), justificando a hierarquia, a permanência do poder e todas as formas de controle, especialmente as coercitivas.

O discurso defendido no fragmento (021) se alinha ao discurso hegemônico da sociedade que vê e trata as pessoas de rua como “lixo urbano” (ADORNO; VARANDA, 2004, p. 67) ou descartáveis sociais, que pelas suas características, enquanto grupo, seriam inúteis à sociedade da “eficiência” (ALBERTSEN; DIKEN, 2001) e perigosos. A ordem, nesse sentido, é requerida por esse discurso não sem justificativa, intencionando, sobretudo, determinar quem pode mais.

6.1.14 A mudança da população em situação de rua

No fragmento (022) são discutidas as questões de mudança do perfil das pessoas em situação de rua, como se deu essa mudança e qual é o perfil dessa população hoje.

(022) Eu acho que é multifatorial, mas a questão social ela é gritante sim, vou te dar um exemplo, antigamente aqui o nosso publico a maioria era de pessoas que vinha do interior, então ainda tinha muito aquela questão assim: “eu vou para Belo Horizonte para tentar trabalhar” chegando aqui a pessoa não encontrava emprego ia para rua entende? Esse público hoje mudou. Nosso publico hoje é um publico mais jovem, maioria é da região metropolitana vem muito de... de... Ibirité, Ribeirão das Neves, Contagem e só aglomerados, então são jovens que tiveram ali uma questão com a droga, ou com o trafico de drogas, entende? E vem para rua, ai você pergunta o que ta na origem disso é só a droga, eu acho que não é a desigualdade social

mesmo, as vezes, é uma pessoa que não teve acesso a uma escola adequada entende? Um ambiente familiar adequado, se tivesse tido isso talvez ele não tivesse vindo para rua né... é... outra coisa tem um numero muito grande de egressos do sistema prisional... (E7).

No fragmento (022), o enunciador invoca o termo “antigamente” para ressaltar, interdiscursivamente, aspectos que diferenciam o passado do presente. Segundo ele, no passado, a população em situação de rua que frequentava a organização de amparo era diferente da de hoje. As pessoas, antes, vinham para Belo Horizonte em busca de trabalho e dormiam nas ruas, como evidencia a seleção lexical “eu vou para Belo Horizonte para tentar trabalhar”. Há um implícito subentendido de que o desemprego ou a falta de condições de trabalho era a grande causa da situação de rua. Entretanto, hoje, como afirma o enunciador, a grande maioria, vai para as ruas por causa das drogas, isto é, o impacto do uso de drogas na vida social é expressivo, de tal maneira que leva as pessoas a irem para a rua.

Um percurso semântico possível é o da “mudança do perfil das pessoas em situação de rua” apesar de sua manutenção – da situação de rua ao longo da historia – enquanto fato social. O principal aspecto defendido pelo discurso é o de que a população de rua não é a mesma daquela que vinha para as ruas no passado. É importante notar as conotações ideológicas que esse discurso pode assumir como forma de recriminação dessa população quando fundida à questão das drogas, tom moralista. O uso desse discurso para justificar uma internação compulsória vem sendo questionado pelas práticas de várias cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (SILVEIRA, 2013). Esse enquadramento da população de rua como “crackeados” pode ser considerado uma estratégia das prefeituras para coerção e imposição de uma ordem social, e de um controle pela limpeza social. Portanto, cabe uma análise criteriosa, inclusive sob um percurso semântico do “controle pela estigmatização” dessa população pelos vários “crimes” a que são sujeitos em generalizações desse tipo. Não é possível generalizar e naturalizar que todos os moradores de rua usam drogas. Ainda que elas façam parte do cotidiano de muitas dessas pessoas.

6.2 Subversão

Figura 4 – Refeitório do Albergue



Fonte: Dados da pesquisa, 2013. Fotografia de Aritana Souza Dutra de Melo.

A subversão é uma das categorias centrais da análise dos dados, ela está representada nessa pesquisa pelos momentos de fuga da ordem estabelecida. Os movimentos que constituem a subversão são as operações que Certeau (1998) definiu como táticas, as quais acontecem exclusivamente quando o lugar é habitado, ou seja, dentro do que Certeau (1998) chamou de espaços. Essa categoria foi construída nessa pesquisa por meio de seis subcategorias discursivas: a) Subversão entre os usuários do albergue; b) Maneiras de subverter: táticas em relação ao albergue e a república “Maria Maria”; c) Sujeira e subversão; d) Subversão pela adesão religiosa flutuante; e) Subversão pelas construções indevidas no espaço público; f) As crianças na cidade.

6.2.1 Subversão entre os usuários do albergue

No fragmento (023) discute-se a necessidade da existência de regras para organizar todo e qualquer espaço de convivência humano. Também surge um primeiro movimento em que se

pode detectar a prática subversiva, nesse caso, especificamente de usuários do albergue para com as suas próprias regras de convivência.

(023) se não é o abrigo aqui, eu não sei o que seria não, sinceramente eu não sei o que seria, muitos que vem aqui desrespeitam porque não gostam de normas e regras, todo lugar tem que ter uma regra você não concorda? Tem muitos aqui que não ajudam, eles fazem de tudo para tentar passar a perna na gente, muitos que estão aqui dentro se você der uma piscada de olho a mais roubam a suas coisas, mas não é funcionário do Abrigo não, são os usuários. (PSR1)

No fragmento (023), o enunciador usuário do albergue, reflete um discurso da sociedade que impõe que “todo lugar tem que ter uma regra”, caracterizado pela necessidade “tem que ter”. Esse discurso reflete a organização das posições que define os limites da ordem estabelecida. Em contraposição, surge o tema das “táticas”, da maneira definida por Certeau (1998), aqui representadas na relação entre usuários do albergue pela seleção “muitos que estão aqui dentro se você der uma piscada de olho a mais roubam as suas coisas”.

Um percurso semântico possível é o da “subversão entre usuários do albergue”, partindo não de oposição a regras formais, mas de uma oposição às normas sociais de convivência dentro da organização estudada. A tática acontece sempre em uma relação com a estratégia. Se recortarmos o momento em que ela ocorre no discurso do fragmento (023), teremos que, a organização das normas de convivência objetiva uma estabilidade entre os usuários: um limite entre o que pertence a um ou a outro. Isso determina também um poder: quem pode o que. A quebra dessa regra e, conseqüentemente, dessa noção de poder, configura o surgimento da tática.

Essa forma de subverter chama a atenção porque se trata de uma relação entre “pares”, isto é, pessoas na mesma condição social. Isso é relevante a partir do momento em que se entende “táticas” como um conjunto de práticas que se orientam em relação a “estratégias” que podem ser tanto da organização, no caso o albergue ou a cidade, quanto de um grupo, como os usuários do albergue (CERTEAU, 1998). O interesse na realização da tática é diverso, mas explicita a inadequação de uma norma utilizada para configurar as posições sociais. O movimento da subversão é fluido (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009). No caso do fragmento (023), fica claro que esse movimento não tem uma referência de poder única e estável, podendo ser realizado em qualquer situação onde os atores estejam delimitando

espaços de atuação. A tática força uma mudança, um não lugar, que obriga os sujeitos a repensarem suas normas, nesse caso, as normas de convivência.

Os personagens “usuários” e “eles” são usados para separar o enunciador dos “outros” usuários. O enunciador se diferencia dos “outros” usuários porque ele defende o abrigo, ou seja, o argumento defendido ideologicamente no fragmento é o de que o abrigo é bom, mas que os usuários não o são.

6.2.2 Maneiras de subverter: táticas em relação ao albergue e a república “Maria Maria”

Nos fragmentos (024), (025), (026), (027), (028) e (029) são apresentadas várias formas que os usuários, tanto do albergue quanto da república Maria Maria, encontram para subverter as regras das organizações. Essas maneiras de praticar atos subversivos são delineadas separadamente, de acordo com natureza de cada uma.

(024) Os que não aceitam regras, os que não aceitam regras ficam nas ruas né, há pouco tempo atrás têm uns indivíduos ai que têm casa e são aposentados recebem R\$ 700,00 e pouco só para coçar o saco então eles torravam o dinheiro em Boate, torravam o dinheiro com cerveja com outras coisas a mais depois vinham para cá, só que foi descoberto isso, graças a deus, então 150 caras não podem entrar mais aqui... (PSR1)

(025) Tem muito pequeno conflito. Tem. Um que quer a cama, um que troca, um que pega cobertor, um que esconde debaixo do colchão, coisas que somem, fronha que some pra levar bagagem, é... cobertor é jogado pela janela pra outro que já espera no passeio pra levar pra maloca, pra algum lugar... dorme ali só à noite pra poder abastecer a maloca e some, vários cobertores desaparecem. Tirar peça de material inoxidável pra trocar na feira do rodo. Tirar peça de bebedouro pra usar no caximbo de droga, reparo de mictório, porque é inox pra poder vender. Tudo isso acontece... (E1)

(026) Ah, às vezes não lavam o banheiro direito, a questão de tomar banho né a gente tem que ficar em cima para tomar banho, de alimentação, agora mesmo a gente mesmo teve uma conversar com uma moradora, que ela tá levando comida para dentro do quarto e ela é obesa, precisa fazer uma cirurgia, precisa fazer uma dieta, os exames dela está dano tudo alterado, então as vezes a gente tem que ficar

atento a essas questões, porque todo mundo tenta burlar as normas mas a gente acompanha e quando tem algum problema nos chamamos para conversar. (E7)

(027) Tivemos recentemente talvez assim em função de droga mesmo do crack, aqui não é permitido usar drogas aqui dentro do espaço e nem ficar sobre efeito de qualquer tipo de droga aqui, os porteiros elas já são acostumados, conhecem todas as mulheres se elas chegam alteradas sob o efeito, eles já conhecem, não deixa entrar...porque vai entrar e vai dar problema , vai ficar agressivo, foi o caso que aconteceu... (E7)

No fragmento (024) evidencia-se mais uma tática (CERTEAU, 1998). Nesse caso a subversão refere-se ao uso do albergue por pessoas que teriam as condições para sobreviver sem necessidade de fazer uso da organização, destaca-se a seleção “há pouco tempo atrás têm uns indivíduos aí que têm casa e são aposentados recebem R\$ 700,00 e pouco só para coçar o saco então eles torravam o dinheiro em Boate, torravam o dinheiro com cerveja com outras coisas a mais depois vinham para cá”.

O percurso semântico que permite uma leitura desse tipo de atitude é o da “subversão das regras do albergue para benefício próprio”, pressupondo o uso de pequenas artimanhas para burlar o conjunto de regras que controlam a organização. Ora, entende-se que o público-alvo do albergue são as pessoas em situação de rua, que não têm condições para pagar uma moradia. No caso desses indivíduos, as vagas, que normalmente são escassas, estariam sendo utilizadas sem necessidade iminente. Vagas que estariam disponíveis para outros financeiramente mais necessitados. A subversão nesse caso se refere ao uso das vagas do albergue. As regras da organização existem para garantir acesso a um grupo específico de usuários, sendo punidos com exclusão ou suspensão aos demais. Quando alguém mente sobre a ficha para “jantar duas vezes” ou assume falsa identidade para lá “dormir”, isso significa usar a regra vigente contra a própria organização, à revelia da “ordem”, e de acordo com os interesses pessoais.

Outro percurso semântico com que pode ser lido o fragmento (025) é o dos que “instrumentalizam o albergue de acordo com interesses individuais”. São enumeradas algumas das táticas possíveis dentro desse percurso: “pega cobertor”, “esconde debaixo do colchão”, “coisas que somem”, “fronha que some pra levar bagagem”, “cobertor é jogado pela janela pra outro que já espera no passeio pra levar pra maloca”, “dorme ali só à noite pra

poder abastecer a maloca e some”, “vários cobertores desaparecem”, “tirar peça de material inoxidável pra trocar na feira do rodo”, “tirar peça de bebedouro pra usar no caximbo de droga”.

Frequentar o albergue, nesse caso, implica algumas formas de “uso”, ou consumo, além do que foi previsto pela organização. Retirar cobertores, peças de aço, e todo possível de instrumentos utilizáveis fora do albergue é uma forma de subverter a organização do albergue no sentido material, da disposição de elementos materiais para o usufruto dos usuários. A permanência dos materiais de uso dos usuários dentro do albergue é condição para a existência deste. Ora, sem camas e cobertores não há albergue, logo a retirada desses instrumentos é uma forma de subverter a existência material do albergue, impondo-se a ela e contrariando a sua expectativa de adesão sem resistência.

Nos fragmentos (026) e (027), as subversões se estendem também a república feminina “Maria Maria”, em que as usuárias da casa também agem de maneira contrária as normas da república. Um percurso semântico em que é possível se ler os fragmentos é os da “subversão em relação à república”. Nas seleções lexicais “a gente tem que ficar em cima para tomar banho”, “levando comida para dentro do quarto” e “em função de droga mesmo” vê-se três maneiras com que essa subversão é detectada. As usuárias não aceitam as normas de higiene impostas pela república, não comem onde se supõe que deveriam comer e tentam usar drogas dentro da organização. Esse tipo de subversão revela que mesmo em uma república, em que se pressupõe que as relações devem ser mais autônomas, as mulheres são controladas pela gestão e criam seus mecanismos de subverter a ordem organizacional. O fato de fugir aos banhos periódicos, comer escondido e entrar com drogas no ambiente da organização são referências importantes para uma análise da não submissão das usuárias em relação à ordem social estabelecida no recinto.

Ao se observar as operações que se constituem em táticas (CERTEAU, 1998), é interessante notar que, ainda que hajam responsabilidades maiores em uma república do que na forma de gestão de um albergue, as fissuras são encontradas pelas usuárias em diversos momentos na organização estratégica do lugar. As táticas criam um jogo de ações informais dentro da organização. Levar a comida, entrar com as drogas, romper com as regras da higiene corporal representam uma resistência silenciosa que se manifesta pelas ações das usuárias em relação à autoridade da gestão dentro da organização.

(028) Outro detalhe de casos de conflito, usuário que pega ficha de outro, porque tá cheio de ambientes assim de burlar tem muito viu? Pega ficha adiantado de outro, um... ah minha ficha sumiu, ai pega duas vezes, é... ai o primeiro fica lesado, não sabe se tá mentido, se ele vai ganhar, mas alguém vai jantar duas vezes. Um tá suspenso, pega a carteira do outro que não vai dormir aqui e entra com falsidade... falsa identidade pra poder entrar. É a tentativa de se passar por migrante. (E1)

No fragmento (028) evidencia-se um conjunto de táticas que podem ser lidas a partir de um percurso semântico da “subversão ao controle burocrático”. As seleções lexicais que se referem a esse percurso são: “o usuário que pega ficha de outro”, “Pega ficha adiantado de outro”, “minha ficha sumiu, ai pega duas vezes”, “vai jantar duas vezes”, “um ta suspenso pega a carteira do outro que não vai dormir aqui e entra com falsidade... falsa identidade”, e “é a tentativa de se passar por migrante”. Essas seleções lexicais evidenciam algumas das subversões possíveis dentro do albergue em relação à organização burocrática que impõem as filas e fichas para os jantares e as táticas para entrar no albergue sem permissão. Interessante notar as condições materiais de produção do discurso no fragmento (028), porque o enunciador é membro da gestão do albergue e, portanto, um produtor das estratégias de controle combatidas pelos usuários nas subversões. Ao enunciar explicitamente tais expressões lexicais, ele sugere não apenas conhecer os subterfúgios adotados por alguns dos usuários, mas também que há mecanismos para tentar lidar com esses aspectos.

(029) há conflito sim, um discute com outro, um vende uma coisa, furta, furtou meu chinelo, furtou isso, furtou aquilo, a grande maioria consegue resolver dentro do serviço o segurança ta aqui eles rondam a noite toda, conseguem resolver. (E2)

No fragmento (029) a subversão ocorre especialmente na figura do “furto”. As seleções lexicais “um vende uma coisa” e “furtou meu chinelo” são relevantes para representar as ações dos usuários do albergue que se constituem como “problemas” ou “conflitos” que acontece a despeito da vontade da administração. Um percurso semântico revelado pelo léxico “ronda a noite” é o do “monitoramento disciplinar” em que se pode ler o esforço da gestão do albergue para controlar as pequenas subversões em período integral da estada das pessoas de rua. A ronda compõe uma tentativa estratégica de evitar os furtos, manter a ordem e estabelecer os limites dentro da organização. Nos momentos em que o furto acontece, configuram-se operações táticas que sinalizam a incapacidade da ronda de manter a organização desejada. Logo, a subversão, aqui, se refere às práticas de controle do albergue.

6.2.3 Sujeira e subversão

No fragmento (030) são tratadas formas de subverter o espaço que dizem respeito às práticas de controle da higiene dentro do albergue.

(030) A bagunça que eles fazem, uns ao invés de cagar na bacia, cagam fora da bacia de propósito, urina pelo chão. Não amam o ambiente que tem, não amam o ambiente que Deus deu, então vem aqui pra isso cama, banho e janta, amanheceu o dia oh... vou para meu tratamento lá tudo respeitado, tudo limpinho, aií deu as 16:30 eu já vou para cá, as 16:30 da tarde eu já venho cá entro na fila, as 17:00 pego minha fichinha porque senão eles furam fila também, então eles dão a fichinha graças a Deus, então eu pego a fichinha deu 18:00 entro pra dentro, tomo banho, janto, tomo meu remédio para dormir e durmo. (PSR1)

No fragmento (030), dois aspectos são de grande relevância para o estudo da subversão. O primeiro é o percurso semântico da “não identificação” que o usuário do albergue, enunciador do discurso, propõe com o léxico “eles”, do qual se diferencia e se distancia para atribuir os comportamentos subversivos em relação ao albergue. Isso se confirma pela seleção lexical “tudo respeitado, tudo limpinho” que é a forma com a qual ele discursivamente se opõe aos atos de desrespeito e de sujeira causados pelos outros usuários. Esse percurso semântico possibilita a compreensão de uma diferenciação percebida entre os próprios moradores de rua em relação aos seus pares. Essa diferença, no caso do fragmento (030) é fruto de uma internalização do discurso hegemônico da limpeza e da ordem social necessária à convivência. Os aspectos combatidos por esse discurso são igualmente combatidos pela sociedade civil domiciliada.

O segundo aspecto a ser discutido é o da subversão pela sujeira. Segundo Cefaï (2010), as mulheres moradoras de rua se utilizam, muitas vezes, do mau cheiro e da sujeira em que se encontram para fazer frente à violência sexual nas ruas, no sentido de se proteger. Como afirma Cefaï (2010, p. 82) o odor “transforma um objeto de desejo em objeto de repulsa e, mais do que isso, em objeto proibido. É bastante racional e sensato para muitas mulheres, sozinhas na rua, tornarem-se intocáveis”. O fato de estarem sujas, portanto, não se caracteriza apenas, como quer a sociedade, como desleixo e ausência de higiene pessoal, mas como mecanismo funcional de defesa para a vida das ruas. No caso do fragmento (030) esse

mecanismo não é o mesmo, mas pode-se entender pela seleção lexical “ao invés de cagar na bacia, cagam fora da bacia de propósito, urinam pelo chão” que a prática subversiva de sujar o ambiente é muitas vezes proposital e garante uma oposição às demandas do controle organizacional. Com isso, evidencia-se o percurso semântico da “subversão em relação à limpeza do albergue” na qual se entrevem as formas de ataque proposital aos ambientes de auxílio, ou de controle.

6.2.4 Subversão pela adesão religiosa flutuante

No fragmento (031) aspectos referentes à religiosidade das pessoas de rua são colocados em questão, sinalizando uma forma específica de subversão em relação aos grupos de auxílio.

(031) Já tem, e o que é interessante é isso que a religiosidade da população de rua é múltipla, ele vai no centro espírita, ele vai na igreja católica, ele vai na religião evangélica entende? (E6)

O fragmento (031) ilustra um dos pontos discutidos por Mendes (2007) sobre a religiosidade da população de rua. Segundo Mendes (2007), a população em situação de rua se utiliza do discurso religioso para conseguir alimentos e assistência por meio de casas, colchões, cobertas e roupas, dependendo da necessidade. A autora ressalta que se grupo que oferece comida é um grupo espírita, então os moradores de rua se dizem espíritas para conseguir alimentos. Assim é também com todas as outras necessidades. Na maior parte das vezes a religião se torna um alibi importante para o sustento na rua, bem como para não ser incomodado com discursos de conversão. No fragmento (031) a seleção lexical “a religiosidade da população de rua é múltipla” o percurso semântico da “subversão pela adesão religiosa flutuante” pode ser entrevisto bem como no trabalho de Mendes (2007).

As táticas se configuram dinamicamente a partir do discurso com o qual os moradores de rua entram em contato no momento em que o grupo religioso de assistência se disponibiliza para o auxílio. Não é possível registrar todas as táticas, mas é possível captar sua essência diante da configuração que se estabelece no momento do auxílio: o membro do grupo se aproxima e oferece a comida; a primeira pergunta que a pessoa de rua faz é a que religião ele pertence; dada a resposta, o morador de rua também assume aquela religião como sendo sua, para

facilitar o diálogo e “não contrariar” a fim de receber mais benefícios pela sua posição religiosa.

Outras formas de “subversão pela adesão religiosa flutuante” também foram registradas no diário de campo:

Ao lado da av. Contorno, continuamos a entregar os lanches. Me chamou a atenção a quantidade de pessoas que se amontoava na calçada da rua. Dentre eles, poucos acordavam. Uma mulher grávida nos pediu o pão. Um senhor que se sentava ao lado de um jovem recebeu o lanche e quando perguntamos a ele se aceitava a mensagem, respondeu com um certo tom, que me pareceu meio irônico, “ahh sim a palavra de Deus, é o mais importante, me dá aqui”. (Registro do diário de campo)

Dois moradores chegaram devagar do lado de onde nos deitávamos e conversaram dizendo que ali estavam pessoas ricas e um “povo cheio da grana”. Eles nos desqualificavam e até cogitaram a ideia ver o que tínhamos. Não deu em nada. Logo eles dispersaram. (Registro do diário de campo)

Entende-se que há uma instrumentalização da filantropia religiosa. Se por um lado as ONGs miram em um público-alvo potencial, em princípio “disponível” e “vulnerável” às investidas dos discursos religiosos que se propõem a converter fiéis, as pessoas em situação de rua resistem, pouco se importando com a religião, mas com o que tem a ganhar das ONGs.

Outra forma em que se compreendem esses discursos é pelo percurso semântico da “subversão em relação aos grupos de auxílio”, que também pode ser vista no uso dos alimentos por pessoas que não são, efetivamente, pessoas de rua, mas que se passam por necessitados para pegar o lanche.

Entregamos alguns lanches e atravessamos a rua. Duas senhoras nos esperavam. Entreguei o suco a elas e questionei porquê elas não dormiam no albergue se estava tão frio. Elas recuaram na hora e me disseram que não dormiam na rua. Fiquei sem entender e perguntei o que elas faziam ali. Elas disseram que estavam ali aproveitando das comidas que passavam. Uma delas me disse que morava em um bairro distante e que tinha uma casa. A segunda me disse que já tinha pego duas sopas e estava tranquila. Elas sorriam e brincavam como se divertissem com a situação. O homem de rua que estava próximo a elas parecia tentar conquistá-las

com provocações e cantadas. Elas não demonstravam interesse, mas continuaram ali quando partimos. (Narrativa 08, PSR)

Francisco comentou que muitas pessoas agiam daquela maneira e que não era difícil encontrar senhoras que tinham casa aproveitando os benefícios dados a quem é da rua. (Narrativa 09, E4)

O argumento das duas senhoras que pegaram o lanche durante o trabalho do grupo de auxílio foi bastante desinteressado com o propósito do grupo, de maneira que causou desconforto entre aqueles que entregavam o alimento e viram a cena. Entretanto, ninguém se opôs naquele momento. A ocupação da rua tem muitas nuances, portanto. Como ser “exclusivo”, com um “público-alvo” exclusivo, se há muitas formas de ocupar a cidade?

6.2.5 Subversão pelas construções indevidas no espaço público

No fragmento (032) são exploradas as construções improvisadas feitas pela população em situação de rua na cidade.

(032) isso é uma coisa interessante, as malocas são construções que passam por um campo afetivo, tem uns momentos que são “tretas” é um pegou a droga do outro, mas é interessante que às vezes tem núcleos, que às vezes a gente vai dormir na rua, sempre aquele grupinho e eles se constitui um núcleo afetivo mesmo ao ponto de construir amizades, tem uma maloca lá em São Paulo que é perto da Restaura-me e os caras é assim: “eu não tenho a grana hoje, eu fiz um corre mas não consegui, ele dá a droga, e aí em um outro momento ele dá a droga, e em outro momento eu consigo me reerguer vou trabalhar, eu vou lá e banco a cachaça para todo mundo”, e é um tipo de relação que se estabelece de um ponto de vista afetivo... É como se isso atrai e é melhor que eu buscar voltar para a minha família, mesmo quando tendo a minha casa, mesmo tendo a minha cama, é melhor eu ta naquele tipo de realidade e naquele tipo de relacionamento que eu construir do que lá porque me exigir menos, na rua quem que exige o que de quem? Nada, eu faço o que eu quero, eu durmo a onde eu quero, faço o que eu quero. (E4)

No fragmento (032), o enunciador usa a figura da “maloca” para representar as construções improvisadas de “casa” das pessoas em situação de rua. Essas “casas” improvisadas surgem como uma forma de associação, ou pequena organização, de grupos que se identificam e se dispõem a sustentarem suas necessidades em conjunto. As seleções lexicais “sempre aquele

grupinho” e “núcleo afetivo” são utilizadas para reforçar a ideia de construção afetiva e familiar no grupo.

É interessante notar que as “malocas”, como estudado por Mendes (2007), se constituem ilegalmente nas ruas, nas marquises e, principalmente, embaixo de viadutos. Configura, portanto, uma forma de subversão. Um percurso semântico possível é o da “subversão em relação às leis municipais”, que é uma forma de subverter os usos da cidade. Para a população de rua são várias as formas de fazer uso da cidade que não correspondem às expectativas da prefeitura.

Se resgataremos as contribuições de Sánchez (2001), percebermos que a maneira com que se empreende a cidade, em uma gestão, para que corresponda aos critérios de beleza e limpeza de uma “cidade modelo” não são compatíveis com construções improvisadas sob viadutos, ou com pessoas morando em áreas de visibilidade. A cidade feita para ser consumida é uma cidade limpa. Livre de “malocas” que impeçam o trânsito dos pedestres, ou turistas, e livres das casas improvisadas que “sujam” a visão nos parques e nas praças da cidade. Ainda sim, a cidade repleta de “malocas” não é a cidade que a imprensa, a televisão e as rádios querem comunicar (CANCLINI, 2002). Essa cidade, que é suja, deve estar longe da cidade publicada nas redes de comunicação locais e mundiais. Isso se reflete nas formas como se produzem os discursos sobre a cidade fora dela, de maneira que essas “idiossincrasias” sejam deixadas complementemente de fora da cidade divulgada.

Nas práticas que se compõe a “maloca” vê-se operações táticas em relação às tentativas estratégicas legais de composição da ordem social. A cidade é permeada pelas construções improvisadas, como é permeada por pessoas diversas, com interesses diversos. Essa cidade que é vivida e praticada, muito mais que pensariam os arquitetos e planejadores que a conceberam em seus escritórios (CERTEAU, 1998), é uma cidade que foge a idealização da gestão urbana feita pela prefeitura. As táticas refletem imediatamente os “furos” dessa gestão em controlar a população em situação de rua. As fissuras ficam expostas, não apenas nos cantos e nos bairros mais afastados, mas também no centro da cidade, onde são indesejadas pela gestão. Vários são os casos de remoção dessas estruturas, mas ainda sim continuam surgindo mais e mais malocas como pode ser observado nos registros de diário de campo relatados abaixo:

Do outro lado da rua, havia uma marquise onde mais de vinte pessoas se agrupavam para o descanso. Enquanto passávamos, muitos deles nos olhavam com raiva ou com desprezo. Alguns aceitaram o lanche. Mas, o uso da droga era contínuo. Casas de papelão e camas de pano tornavam-se o ambiente possível para uma noite de sono. (Registro do diário de campo)

Dobrando a esquina, um sujeito que dorme com sua mulher construiu um quadrado de caixas de papelão estruturado para bloquear as correntes de vento. Dentro da “casa” ele fumava um cigarro enquanto a mulher, deitada, falava com ele. Oferecemos o lanche e eles aceitaram. (Registro do diário de campo)

Seguindo pelo caminho, avistamos uma pessoa deitada entre um carrinho de supermercado e com a cabeça dentro de uma caixa de papelão. Era um senhor que aparentava 60 anos de idade ou mais. Ele acordou e pegou o pão com bom humor, saudou-nos e agradeceu. (Registro do diário de campo)

Mais à frente, encontramos um pessoal que sempre dorme entre dois carrinhos lotados de papelão e que armaram também uma barraca de acampamento. (Registro do diário de campo)

As pessoas faziam casas e fogueiras em baixo da escada que subia para a passarela. O odor era de fezes e urina humanas, talvez. Muito lixo e fogo eram o destaque do cenário inicial da nossa noite missionária. (Registro do diário de campo)

Quando chegamos até Cláudia, que não aceitava os pães, encontramos-nos, também, com um grupo de seis moradores de rua que ainda não tínhamos visto por ali. Eles estavam todos deitados em um cobertor grande. Um deles improvisava uma cozinha ao ar livre. Com alguns tijolos fazendo a base de um fogareiro, ele cozinhava algumas coisas, que não pude identificar bem o que eram, dentro de uma lata de tinta. O fogo estava forte e a água borbulhava dentro da lata fervendo. (Registro do diário de campo)

As casas de papelão e as camas são de uso frequente dessa população. Embaixo dos viadutos e nas rotas do hipercentro de Belo Horizonte essas construções temporárias são visíveis a qualquer momento da noite. Da mesma forma, as fogueiras e os cobertores estão espalhados pela cidade, a despeito do que desejaria boa parte da sociedade domiciliada.

Passando por um beco no qual a rua estava em construção, notei o odor fétido de urina e várias poças escorriam das paredes. O local era sujo e bastante escondido, parecia ser usado como “banheiro” pelos que não tinham outro lugar para suas necessidades. (Registro do diário de campo)

Saí da Aliança e fui em direção aos viadutos, agora sozinho. Passando por lá, um homem chegou a vinte metros da minha frente, em lado de um viaduto e baixou as calças, defecando ali mesmo, sem se importar com a minha presença. (Registro do diário de campo)

Outra forma possível de entrever a subversão à cidade diz respeito também ao aspecto da subversão pela sujeira. O caso do uso da cidade como depósito das necessidades dessas pessoas é fato comum para os estudos da área. A requisição de postos de banho e de banheiros públicos é antiga, e não há nenhuma expectativa de que seja atendida. As táticas então se desenrolam pelo “consumo” indevido dos espaços públicos da cidade que se tornam banheiros ao ar livre, caracterizando uma forma de subversão às estratégias de manter a cidade limpa e “boa para todos”, como quer o discurso síntese da prefeitura.

Outro fato que foi registrado no diário de campo se refere ao uso de uma televisão por um grupo de pessoas de rua que estavam vivendo em uma das praças da cidade.

Chegando a uma igreja, localizada no centro de uma praça, encontramos um grupo de mais ou menos dez pessoas deitados formando quase uma pequena comunidade de moradores de rua. Eles eram mais jovens, entre vinte e trinta anos e tinham cobertores e roupas espalhados pelo chão. Também haviam algumas mulheres. Um deles me pediu meu colar e eu recusei, dizendo que tinha ganhado e por isso não poderia dá-lo. Me chamou atenção o fato de que eles tinham uma televisão instalada e funcionando, ainda que de maneira bastante fraca, no meio da praça. Eles se gabavam de estar assistindo televisão ali e sorriam brincando ironicamente que estavam “chiques”. (Registro do diário de campo)

Muitas são as situações em que as normas da cidade perdem sentido diante das manifestações da população em situação de rua no que diz respeito às suas necessidades. No meio de uma praça, assistir televisão em uma comunidade de pessoas de rua é algo pouco convencional e muito menos esperado pela sociedade. A forma e o “consumo” que se faz da cidade é subversivo a partir do momento em que as estratégias de manutenção da ordem social limitam esses usos sem considerar a cidade “praticada” (CERTEAU, 1998) que acontece a despeito

das intenções da prefeitura e dos planejadores. Ora, a subversão acontece: nas táticas que penetram as operações estratégicas de organização. Isso é fato. Indica que existe uma cidade que não é contemplada pelos planejadores nessas operações.

Há diversas vidas na cidade, diversos discursos e interesses que fazem da cidade um complexo conjunto de vozes, não organizadas, imprevisíveis e provindas de diversas fontes que constituem uma dinâmica cotidiana própria e múltipla. Essas “vozes marginalizadas e silenciadas pela estrutura dominante” (CARRIERI *et al.*, 2008, p. 3) é que constituem essas subversões, porque o seu espaço de atuação não é reconhecido como legítimo pela ordem social. Suas ações, portanto, são clandestinas, ordinárias e ilegais, mas estão presentes e se fazem ouvir nas práticas dos diferentes grupos marginalizados e excluídos da cidade síntese.

A população em situação de rua é uma das que compõe a pluralidade desses discursos. Ela assume a sua voz e se imbrica nos espaços em que consegue se impor. Não apenas pessoas em situação de rua, mas toda a forma de grupos que fazem uso da cidade no cotidiano de suas práticas, tais como trabalhadores de rua, camelôs, catadores de material reciclável, flanelinhas, guardadores de carros etc.; que têm uma maneira de se apropriar da cidade e a expressam nas ruas e nos espaços em que o controle não consegue coibir. A cidade é viva nesse sentido. É plural e se manifesta por esses diversos grupos. É dinâmica, porque não permite definições estáveis como desejaria a gestão urbana.

As estratégias de manutenção da ordem social são atravessadas pelas táticas discutidas nos fragmentos e nos registros do diário de campo. Essa é a base da discussão que questiona a justificativa de ordem social baseada apenas na eficiência dos espaços públicos e na visibilidade de uma cidade limpa. Como desconsiderar a vida que já existe nas cidades? Como “gerir” uma cidade desprezando essas diversas vozes? Esses questionamentos fundamentam uma construção teórica que leve em consideração às práticas clandestinas dessas pessoas. Afinal, elas já existem. Elas são a vida que existe na cidade reificada dos discursos econômicos, sociais e organizacionais. Portanto, a sua expressão, ainda que vista como subversiva, é essencial para confrontarmos a ideia de que é possível uma cidade idealizada e vendida como “modelo” global. Trata-se de questionar uma construção social que é “frágil” diante da realidade expressa no dia-a-dia. Para isso as formas de subverter a cidade e as organizações foram especialmente importantes nesse trabalho.

6.2.6 *As crianças na cidade*

Os registros no diário de campo também trazem aspectos de uma subversão em relação às leis cidadinas que se diferencia por ser praticada por crianças e menores de 18 anos que vivem nas ruas.

Atravessamos a rua e me deparei com um menino de mais ou menos 12 a 14 anos. Ele estava sem camisa e todo sujo. Me surpreendi porque não costumo ver crianças de rua durante os trabalhos. Ofereci de longe o lanche para que ele viesse até nós, mas ele resistiu e logo dispersou. Outro jovem, um pouco mais velho, entre 18 e 20 anos, chegou até nós para pegar o lanche. (Registro do diário de campo)

Uma forma de subversão em relação à cidade é também observada pela existência de crianças e adolescentes vivendo em situação de rua na cidade de Belo Horizonte. Configura-se uma tática em relação às regras cidadinas porque não é permitido, segundo a legislação municipal que crianças e adolescentes durmam nas ruas. Entretanto, nos dias em que a pesquisa foi realizada, essa situação foi observada em vários momentos.

6.3 **A escolha pela rua**

Figura 5 – Corredores do Albergue

Fonte: Dados da pesquisa, 2013. Fotografia de Aritana Souza Dutra de Melo.

A categoria de análise dos dados escolhida pela rua representa nessa pesquisa um aspecto derivado das formas de empreender a ordem social para construção de um discurso que não permite a rua como sendo um espaço próprio para a vida. A habitação da rua é tida como algo indigno e, na melhor das hipóteses, passageiro. A discussão relaciona, portanto, como os fatores que compõem o discurso da escolha pela rua se comportam como justificativa para manutenção de uma ordem social. Essa categoria foi construída nessa pesquisa por meio de duas subcategorias discursivas: a) Infantilização da população em situação de rua; b) A rua como prática de liberdade.

6.3.1 Infantilização da população em situação de rua

Nos fragmentos (033), (034), (035), (036) e (037) são discutidos os obstáculos que se interpõem entre o viver nas ruas e o desejo de sair delas. A questão das drogas insurge como um dos

agravantes da situação de rua e como uma justificativa social para a marginalização dessa população.

(033) Para o senso comum quem é o morador de rua? É um vagabundo, é alguém que não quer nada, e não é isso se a gente for parar para pensar cada pessoa tem uma história, cada pessoa tem um sofrimento ali, a minha opinião é assim não há quem não queira sair da rua, às vezes, naquele momento ela não dá conta nem de querer entende? O crack alucina e aliena tanto a pessoa que ela perde até essa noção do que que ela quer da vida mas eu não acho que ela quer ficar na rua se ela tiver o cuidado, um trato, e ela também decidir por essa mudança acho que ela quer sair da rua sabe? é minha opinião ainda eu acho... (E6)

(034) Sim eu acho, não tem quem queira ficar na rua a vida na rua é muito sofrida, se você parar para conversar com alguém, você vai ver que é...violência, o próprio preconceito é...a maioria vai ter marca de briga, de atropelamento, é...uma vida muito sofrida não é fácil não... (E6)

(035) Mais agressiva que as outras drogas, a pessoa não consegue ficar... não consegue respeitar norma, não consegue é...respeitar quem esta aqui dentro sabe? Então assim quando a gente percebe que está sobre o efeito a gente não deixa entrar e por isso que as vezes a gente...quando acontece esses casos assim que chega ao extremo nos temos que acionar a guarda municipal e as até a policia militar porque a agressividade é muito grande (E7)

(036) Eu tenho aquela pessoa que ficou em situação de rua por um momento, por algum motivo ficou em situação de rua, passa por essa experiência e já se organiza e sai logo da rua, tem aquela pessoa que fica em situação de rua e se organiza aí tem um prazo de seis, sete meses 1 ano, 1 ano e meio depois volta a ficar na rua de novo, a questão das drogas é muito presente mesmo vamos supor 85% é a questão do uso de drogas, álcool né aí eles conseguem se organizar um tempo depois caem na rua tem uma recaída, aí consegue se organizar de novo...aí tem gente que fica assim se organiza e cai, organiza e cai e tem gente que passa por aqui nunca mais volta foi um momento único na vida dele e não volta aqui mais, muitos recorrentes é muito complicado falar assim e ao mesmo tempo é simples a gente simplesmente entende a pessoa chegou “ ah eu consegui emprego, consegui pagar aluguel três meses aí fiquei desempregado não consegui mais” vai ser acolhido aqui normalmente. (E2)

(037) A questão maior do povo de rua que trabalha é justamente que ele não segura renda, pois dependendo do grau de dependência não fica um centavo do que ele

trabalhou, para você ter uma ideia a gente acolheu uma rapaz aqui que pediu ajuda, a gente começou um trabalho de triagem externo, que a gente fala, traz ele mais para perto e vai ficando com ele todos os dias até conseguirmos uma vaga numa casa... E aí esse rapaz é... de terça a sábado, aí no sábado a tarde, ele foi embora e conseguiu um trabalho, trabalhou sábado, domingo e segunda recebeu R\$150,00 ele ficou uma semana sem aparecer. Porque ele pegou todo aquele dinheiro e bebeu tudo, não ficou um centavo, enquanto ele não terminou o último centavo, ele não conseguiu retomar entendeu? Depois entra toda uma realidade psicológica, que o cara vai para lá embaixo entendeu? (E4)

No fragmento (033) surge o tema da “história” pessoal de cada morador de rua. O enunciador se refere à possibilidade de compreender essa história pessoal no âmbito de um serviço público, mas não assume que haja possibilidade de uma pessoa escolher conscientemente pela rua, “não há quem não queira sair da rua”. Cabe a dúvida: se isso seria projeção a partir de uma situação de conforto do enunciador, a qual todos desejaríamos, ou uma rejeição ao modo de vida das pessoas em situação de rua?

A “história” é diretamente relacionada ao tema do “sofrimento” da vida nas ruas. Surge então um percurso semântico da “inconsciência da pessoa em situação de rua”. Na visão do enunciador a pessoa de rua, muitas vezes, “não dá conta nem de querer”, ou seja, sua vontade é alheia a ela mesma. O implícito pressuposto é o de que alguém, lúcido, precisa assumir a responsabilidade por essa pessoa até que ela torne à lucidez. Questiona-se se esse implícito surge como uma infantilização das pessoas em situação de rua, ou como uma justificativa para a ação dos que lidam com eles? Como o enunciador é membro de um órgão da prefeitura, subentende-se que o município é quem deve cuidar do assunto e quem tem autoridade suficiente para tal.

Para fortalecer o argumento, o enunciador, no fragmento (034) refere-se ao tema do “sofrimento”, utilizando das figuras da “violência”, do “preconceito”, das “marcas de briga” e dos “atropelamentos”, para defender o discurso de que não é “lúcido” aquele que vive nas ruas. Um contraponto importante ao discurso da lucidez é aquele em que se questiona o grau em que essa justificativa permite ao Estado agir de maneira arbitrária, e muitas vezes agressiva, para a retirada das pessoas em situação de rua das ruas recolhendo pertences, cobertores na época do frio, espantando essa população das praças por meio de intervenção policial. A “não lucidez” ou a “inconsciência” da pessoa de rua também sugere que a

consciência que se busca é aquela da adequação social aos preceitos hegemônicos de um sistema econômico excludente e competitivo por natureza. Logo, estar “consciente” pode ser considerado, muitas vezes, como se submeter às regras que compõe esse sistema.

Um segundo percurso semântico possível é o da “alienação por meio das drogas”. A figura do “crack” surge como um fator grave de acometimento da liberdade de escolha das pessoas em situação de rua. O discurso do enunciador defende que as drogas são uma patologia social, bem como um elemento de alienação das consciências. No fragmento (035) o tema da “agressividade” reafirma o argumento de que as drogas são intoleráveis dentro das organizações de amparo. A dificuldade toda se resume a uma incapacidade dos usuários de drogas de controlarem seus atos e respeitarem as normas do ambiente: a pessoa “não consegue”.

No fragmento (036) as drogas também insurgem como fator de agravamento da situação de rua, uma vez que ela, assim como o álcool, faz parte do uso comum dessa população, o que fica claro na seleção lexical “85% é a questão do uso de drogas, álcool, né”. A questão das drogas é de extrema relevância para o estudo das práticas sociais das pessoas em situação de rua. Em quase todas as entrevistas faz-se menção às drogas como fator causador ou agravante da situação de rua, o que é um aspecto de certa forma negligenciado nas políticas que são criadas para essas pessoas. Como um abrigo para pessoas de rua não lida com as drogas, quando “85%” da população que passa pelo albergue faz algum tipo de uso ou tem contato com as drogas?

Há um contrassenso que deve ser analisado do ponto de vista das características específicas dessa população. Ora, é uma divisão difícil de delinear: em que ponto a questão deve ser tratada pela política direcionada aos moradores de rua e em que ponto essa política passa a ser direcionada aos usuários de drogas? As drogas são criminalizadas, mas a situação de rua não. Apesar de que, o tratamento que se dá aos grupos marginalizados converge em um preconceito por parte da sociedade. Logo, a partir do momento em que se pensa em uma política de direitos humanos para a população em situação de rua, o respeito às práticas que são comuns, senão gerais, desse grupo social deve ser observado com mais acuidade, evitando negligências dessa natureza.

Os relatos sobre problemas com drogas são diversos e tem uma relação direta com o discurso da “inconsciência” da população em situação de rua; portanto, sua análise precisa ser ponderada.

Elizabeth então a perguntou o que ela estava fazendo ali. A mulher respondeu que estava longe da família. Ela relatou que saíra de casa e deixara a mãe em Governador Valadares. Disse que estava na rua com o rapaz que a acompanhava. Quando perguntamos a ela porque ela não voltava para a casa da família, ela resistiu, e disse que não adiantaria nada. Disse que o seu problema era a dependência química, a droga, e que só uma internação longe de tudo e de todos faria com que os dois retomassem suas vidas normais. Ela recusou quando dissemos que ela precisava ir à família e disse que de nada adiantaria tal situação. (Narrativa 10, PSR)

Passamos o viaduto e fomos para o lado de trás da rodoviária, com a av. Andradas. Chegando lá, havia muitas pessoas sob uma marquise. Talvez trinta ou mais. Alguns fumavam cachimbos de crack e o clima era de muita tensão. Olhavam-nos desconfiados. E o odor era ruim, mas não tão forte quanto nos outros pontos que passamos. (Registro do diário de campo)

A mulher tinha apenas três dentes e sua boca estava toda queimada com os lábios repuxados. Os cabelos eram grossos e curtos, aparentando muito sujos. Na mão ela segurava um cachimbo de fumar crack. O rapaz era careca e vestia-se normalmente, embora tivesse um aspecto de tranquilidade, seus olhos estavam muito vermelhos. (Registro do diário de campo)

A mulher pediu para que esperássemos ela fumar sua última pedra de crack antes de conversarmos. A missionária não aceitou. Disse que se ela fosse fumar, nós iríamos embora. A moradora da cabana insistiu, mas sob pedido do seu companheiro - que alegou ser falta de respeito, aceitou conversarmos antes dela fumar sua pedra. (Registro do diário de campo)

O caso se complexifica quando a história dessas pessoas envolve gravidez,

Chegamos até ela e Adelaide a chamou pelo nome. Reconhecendo a voz, Júlia acordou devagar e sentou-se com dificuldade. A barriga estava enorme. Adelaide então perguntou a ela como iam as coisas. Júlia respondeu que não iam bem, que estava triste e que não queria falar. Adelaide passou a mão carinhosamente no rosto de Júlia, como no de uma filha, e disse que estava tudo bem se ela não quisesse

falar. Então, sentou-se do lado da menina e deu-lhe o pão e o leite nas mãos. Havia um contato muito íntimo entre elas. Adelaide disse algumas palavras de encorajamento e, novamente, passou as mãos cuidadosamente nos cabelos de Júlia. Elas se abraçaram. Júlia continuava amuada, mas nós precisávamos continuar o trabalho e seguir adiante. Deixamos Júlia e Adelaide nos contou que a garota, com apenas vinte e dois anos, estava tendo o quinto bebê. Segundo Adelaide, Júlia tinha outros quatro filhos que ficavam com a mãe do primeiro pai. A garota deixava as crianças em casa e saía para viver nas ruas. Adelaide também disse que esses momentos de depressão eram frequentes em Júlia, porque nos momentos em que ela deixava de usar as drogas, ela era acometida de uma tristeza profunda, vinda da abstinência. Júlia dizia para as filhas que ia trabalhar, e ficava fora por mais de uma semana, quando voltava sem dinheiro e em más condições físicas. A sogra, segundo Adelaide, ajudava a garota a mentir para não prejudicar as crianças. (Narrativa 11, E6)

Situações conflituosas envolvendo a população de rua, as casas de recuperação e o problema da dependência química,

Sáimos de lá e voltamos pela rua dos Tupis quando encontramos Dara. Uma mulher de mais ou menos quarenta anos, vestida de roupas bastante rotas. Dara nos abordou e perguntou se sabíamos de uma clínica de recuperação para drogados. Dissemos que não tínhamos vínculo com nenhuma, mas que poderíamos tentar encontrar contatos para ela e levar na próxima semana. Ela então disse que estava precisando muito, porque não conseguia parar com as drogas. Segundo ela disse, o corpo dela pedia as drogas. Dara relatou que tinha aceitado uma proposta de um grupo de evangélicos que a levaram para uma clínica, mas chegando lá ela disse que o porteiro queria mesmo era fazer sexo com ela e que o ambiente não era para recuperação de drogas, e sim para outras coisas. Ela não explicou bem, mas disse que não queria de forma alguma voltar pra lá e ter que fazer sexo com o porteiro. Ela disse também que já tinha ido a outra clínica, mas que nesta segunda não havia muita segurança, então ela não aguentou e fugiu. Ela queria algo que a segurasse como uma prisão. Ela disse que tentou a clínica de uma determinada igreja, mas que tinha que dar trezentos reais de entrada, então não conseguiu pagar, porque não tinha como arrumar esse dinheiro. Dara conversou conosco por mais algum tempo e implorou que arrumássemos uma clínica o mais rápido possível para ela. João, líder do grupo, não prometeu que conseguiria ajuda para próxima semana, mas se dispôs a procurar os contatos para ela. (Narrativa 12, PSR)

Entretanto, a questão das drogas não é uma exclusividade dessa população em situação de rua; é sabido que todas as classes sociais têm envolvimento com o tipo de alienação causado pela dependência química. A escolha pela rua muitas vezes não passa pela condição das drogas, mas acaba enfrentando os mesmos obstáculos que um usuário em recuperação de drogas enfrentaria. A forma de organização da ordem social na cidade e a naturalização do preconceito fazem apenas com que esses obstáculos sejam maiores e mais difíceis de serem transpostos. No fórum da população de rua, algumas das questões referentes à situação de dependência química foram discutidas e a postura da prefeitura foi fortemente questionada, apesar do seu discurso guiado por uma proposta de redução de danos⁴⁵. Os conflitos, apesar de revelarem posturas contraditórias entre os próprios ex-moradores de rua, representam uma inquietude consensual entre eles. Vê-se pelas narrativas registradas:

O primeiro ex morador de rua a se manifestar questionou a postura de Graça. Segundo ele apesar das políticas, mesmo as de Redução de Danos, estarem vigentes, ele não conseguia nem os medicamentos nos postos de saúde. Ele também questionou se essas pessoas deixadas “soltas” não voltariam para as ruas para se drogarem. Pelo que percebi, as informações da representante foram recebidas por ele com desconfiança. O que ele questionava era o funcionamento da atual gestão, que apesar de discursar bem sobre a redução de danos, não supria as necessidades dele. (Narrativa 13, ex-PSR)

O discurso dos ex-moradores de rua questionava a inadequação entre o que se dizia, em termos de política social, e aquilo que realmente se via nos equipamentos da prefeitura, especialmente os que se referiam à saúde da população de rua, tema de discussão do fórum naquele dia.

A segunda ex-moradora de rua a se manifestar também fez questionamentos à representante da PBH. Segundo ela, não basta o Estado prover recursos para auxiliar as pessoas usuárias de drogas, é preciso também que se dê atenção às famílias que se sentem despreparadas para lidar com a situação. Joana ressaltou que morou na rua durante 30 anos e que passou pela recuperação das drogas, assim como teve filhos que também tiveram que superar esse desafio. Ela parecia ter muita experiência no assunto e uma compreensão prática da vivência com as drogas. Ela levantou outros pontos que dizem respeito à prefeitura: a burocracia para a internação de pessoas

⁴⁵ A proposta de redução de danos está baseada na criação de vínculo entre agentes sociais e populações vulneráveis, a partir de um método de atuação não proibitivo, a fim de reduzir os agravantes de risco de saúde nas práticas cotidianas dessas populações (NARDI; RIGONI. 2005).

usuárias; a possibilidade de ter-se políticas de inclusão social pós-recuperação das drogas, como trabalho garantido e cursos de profissionalização. Joana ressaltou que “todo mundo quer sair” do mundo das drogas, porque é um grande “inferno” para quem vive essa situação, ser escravo das drogas. (Narrativa 14, ex-PSR)

Júnior, um ex-morador de rua e usuário de crack, se manifestou também para afirmar que os veículos da prefeitura não atendem às necessidades dos usuários que buscam a recuperação. Ele relatou que quando usava crack e tentava se tratar, saía das instituições de tratamento e não conseguia veículos da prefeitura para levá-lo para casa, então tinha que ir embora a pé. No caminho para casa ele sempre encontrava os companheiros de uso que o convenciam a ficar nas ruas e a usar a droga. Ele criticou a atuação da PBH, porque deixa os usuários à mercê da rua quando eles têm que sair do CAPS-AD⁴⁶ para ir para casa. Júnior ainda citou que uma grande ajuda vem mesmo das ONG's que dão passagens e realizam trabalhos médicos a favor dessa população. (Narrativa 15, ex-PSR)

É visível que a questão das drogas influencie diretamente na situação de rua, especialmente quando ela é mais um dos fatores que agravam as diferenças entre essa população e a população domiciliada. A quebra dos vínculos familiares, a falta de trabalho, o preconceito em relação aos modos de vida, a dificuldade em estabelecer laços de confiança, o medo da violência, a impossibilidade de se manter nas mesmas condições de higiene e de saúde dos domiciliados, são apenas alguns dos fatores que tornam a população de rua um grupo “diferenciado” na sociedade em que vivemos.

6.3.2 A rua como prática de liberdade

Nos fragmentos (038) e (039) a questão da responsabilização da população de rua é abordada. A possibilidade de viver nas ruas, enquanto uma escolha, também é discutida considerando as implicações que daí advém.

(038) Porque aonde ele tem um grupo de morador de rua tudo que acontece ali é atribuído a eles, sendo eles ou não os causadores. Então apesar de ser um público, ele é cidadão como qualquer outro cidadão, ele deve ser tratado da mesma forma como se trata qualquer outro cidadão, mas ele tem uma peculiaridade também ele criando como um rebelde da sociedade é um rebelde que não está se adaptando a esse sistema, o sistema é o que, as coisas estão tudo prontinho, tudo certinho a gente

⁴⁶ Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

trabalha o dia inteiro a tarde vai para a casa, às vezes ele tem a casa e não que ir mesmo que tenha ou tendo a possibilidade de ter essa casa, ele quer gastar o dinheiro de outra forma, “ eu quero beber” né! isso é estar em desconformidade com o sistema? É, né. (E5)

(039) Mesmo quando ele vem para rua, ele tem a casa, ou a partir do momento que lhe é ofertado uma casa, ele ainda assim insistir em permanecer na rua com maior ou menor grau de lucidez, ele tá escolhendo, não sei com que grau de lucidez, mas ele está escolhendo e mesmo porque não é às vezes uma pessoa com grau de sofrimento mental explicito, né, pode até ser embutido as vezes, latente, até, escolher viver nas ruas então feito essa escolha a gente não tem o que fazer a não ser assistir essa pessoa e não desistir, o ser humano...(E5)

No fragmento (038) o tema da “responsabilização” surge pela seleção lexical “tudo o que acontece ali é atribuído a eles sendo eles ou não os causadores”, uma vez que a personagem “eles” refere-se às pessoas em situação de rua. O enunciador do fragmento defende que as pessoas de rua são cidadãos como quaisquer outros e que por isso tem direito de gastar seu dinheiro como bem entendem. Isso se confirma pela seleção lexical “às vezes ele tem a casa e não que ir mesmo que tenha ou tendo a possibilidade de ter essa casa, ele quer gastar o dinheiro de outra forma”.

O percurso semântico da “escolha pela rua” surge pela primeira vez, identificando um caminho alternativo ao discurso da “insubmissão” como causa primordial da condição de rua. A figura do “sistema” surge, também, como uma representação do discurso hegemônico ao qual a pessoa de rua não se adapta. O discurso do fragmento (038) é radicalmente contrário ao discurso hegemônico que pressupõe uma adaptação obrigatória como condição de garantia dos direitos de cidadão. Nesse sentido, não está de acordo com o que é valorizado hegemonicamente pela sociedade.

Um aspecto importante sobre as condições materiais de produção do discurso do fragmento (038) é que o enunciador trabalha com um serviço de abordagem de rua há mais de dez anos. Isso significa que o contato entre o enunciador e as pessoas em situação de rua é constante e direto, de forma que o que qualifica sua argumentação é justamente a possibilidade de ouvir e compreender os motivos pessoais (no que diz respeito à opção de estar nas ruas) dessas pessoas, na medida em que isso é parte essencial do trabalho dele. Nesse sentido, é

interessante notar que se trata de um discurso que não vitimiza ou moraliza a abordagem, apenas constatando que há um direito em jogo, e que o papel da prefeitura é o de não desistir do cidadão em situação de rua. A opção pelas ruas ou o percurso da “escolha” é para o enunciador uma possibilidade. Uma passagem interessante sobre esta possibilidade foi registrada no diário de campo do dia 10 de maio de 2013:

Passando por eles, encontramos Reinaldo, um amigo de João (líder do grupo), que relatou que estava tudo bem, porque tinha encontrado sua mãe no dia anterior. Segundo ele, tudo estava certo com ela e ele estava feliz por tê-la visto. Ele disse que iria encontrá-la no dia das mães e passaria o dia com ela para felicitá-la. Disse ainda que tinha comprado um presente pra ela. Reinaldo ainda disse que tinha uma casa e que, apesar disso, não queria ir pra lá. Disse ele: “a gente vicia na rua, não é? Não sei o que acontece”. Reinaldo relatou que poderia morar em outro lugar se quisesse mas que tinha “viciado” na rua... Pelo que eu entendi, Reinaldo não tinha problemas que o impusessem a vida na rua, mas estava ali por uma mistura de escolha com necessidade. Nosso diálogo não demorou. João depois me explicou que Reinaldo estava na rua há muito tempo, e que não tinha uma relação fixa com a moradia. Disse que ele ia para casa, mas que não aguentava ficar mais que uma semana e voltava sempre para a rua. João disse que, no começo, ele acompanhava outros dois moradores de rua que morreram depois de algum tempo, os dois de cirrose. (Narrativa 16, PSR).

O discurso da “escolha pela rua” não é esvaziado da concepção política que acarreta essa decisão, entretanto a análise que se faz precisa ser mediada pelo “lugar” político em que se encontra a população em situação de rua na atualidade, que é um “lugar” desprivilegiado pela sociedade e pela divisão social e econômica em geral.

(040) Se ele não maneirasse ele ia ficar, “você tem que manear aqui” ele deu uma abaixada, ele endente que ele sendo uma pessoa em situação de rua ele tem dificuldade de lidar com esses limites, mas o policial não vai entender né? Outros segmentos da sociedade não vai entender e se ele quebrar tudo ele tem que ser preso mesmo porque qualquer cidadão vai, se eu quebrar alguma coisa, eu também vou preso, tem que responder pelo seus atos, né? A gente não é paternalista também não, eu não vou mandar a polícia prender nenhum morador de rua, mas assim se ele ta roubando e ele for preso porque roubou, a gente nem entra muito nesses meandros ai (E5)

No fragmento (040) há um percurso semântico dos “deveres da pessoa em situação de rua”, vê-se pela seleção lexical “se ele quebrar tudo ele tem que ser preso mesmo porque qualquer cidadão vai”. Nesse sentido, o enunciador iguala a população em situação de rua à população domiciliada. O principal aspecto defendido no discurso é o de que a pessoa de rua tem direito e deveres tanto quanto qualquer outra. A responsabilidade pelos atos é uma condição política de assunção da cidadania, embora se saiba que no momento atual essa população está em desvantagem do ponto de vista da força política que detém enquanto grupo social. Esse discurso se opõe ao discurso do assistencialismo, ou como explicitado pelo enunciador, do “paternalismo”, e também se opõe à visão da sociedade de que moradores de rua não devem existir ou ser gente; portanto direitos e deveres não seriam necessários. Uma criação de leis que faça jus às condições de rua, necessariamente, precisa levar em consideração “deveres” e isso é defendido pelo discurso do fragmento (040).

6.4 Embates entre as organizações de amparo e a sociedade

A categoria de análise dos dados embates entre as organizações de amparo e a sociedade relaciona alguns dos problemas que permeiam a gestão das organizações que lidam com as pessoas em situação de rua e os grupos que compõe o complexo quadro do auxílio a essa população. A discussão representa um conjunto de vozes que se contrapõe na composição da situação política em que a população em situação de rua está envolvida.

(041) O Albergue ele tem uma autonomia e ele tem uma inserção na cidade. Essa inserção ela é tensa. Tem um grupo que precisa dele e também o grupo governamental que reconhece a identidade dele. Mas, tem um grupo de tensão que é o entorno né. A vizinhança, o pessoal que recrimina, às vezes, o pessoal em situação de rua e as instituições que trabalham com ele. Invés de considerar que é um trabalho de especializado de atendimento, considera que é um grupo de incentivo e de geração de população de rua quando ele tá tentando fazer uma especialização e uma prevenção. Mas, a resposta também não é simples porque é um público também cheio de complexidades então. Então assim a parceria em termo de governamentais e tal já melhorou bastante. O desafio pra cidade hoje, que a cidade às vezes não se compenetra muito, não é o público que vem para o albergue, é o que não vem. É porque quando agente conversa com alguém esclarece os nossos fundamentos, explica que se o pessoal não estivesse aqui estaria na rua e haveria mais 400 pessoas na rua. Ai isso impacta e o pessoal percebe melhor. Só que esse diálogo também muitas vezes não acontece, cada um fica com as suas ideias e o ideário normalmente

ele é muito condenatório, ele é muito preconceituoso com esse público e com esse trabalho. Porque em termos governamentais o albergue busca algumas iniciativas e o albergue é uma delas. (E1)

No fragmento (041), o enunciador destaca o tema da “tensão” entre o albergue e a sociedade civil, em especial a “vizinhança”, que se opõe, muitas vezes, à existência do albergue na região. O “entorno” como afirma o enunciador “condena” e “recrimina” a existência do albergue, porque acredita que o albergue é um gerador de população de rua. O percurso semântico da “oposição da sociedade às organizações de amparo” possibilita uma leitura de como a sociedade civil, na figura da “vizinhança” reage à população de rua quando em proximidade a ela.

O principal aspecto defendido pelo discurso é o de que a população em situação de rua não é um problema para a sociedade, desde que esteja dentro, ou pelo menos, frequentando o albergue. Isso se confirma pela seleção lexical “o desafio pra cidade hoje, que a cidade às vezes não se compenetra muito, não é o público que vem para o albergue, é o que não vem”. A ideia de que as pessoas de rua deveriam estar em casa subentende que existe uma maneira “normal” ou “natural” em que a vida humana organizada ocorre. Ou seja, em uma cidade, “civilizada”, as pessoas deveriam viver em casa e fazerem suas necessidades em lugares privados. Ora, o albergue atende, em alguma dimensão, essa expectativa da ordem social, mas não consegue restringir todos os comportamentos das pessoas em situação de rua aos que se espera que sejam. Especialmente nos momentos de transição, antes de entrar no albergue e logo após a saída, as pessoas de rua estão livres no “entorno” para agirem da maneira que bem entenderem, que seja, da maneira como são. Isso incomoda a população vizinha, porque incomoda a noção de ordem e de privacidade incutida na sociedade domiciliada.

A forma como se compõe o discurso da “geração de população de rua” é bastante interessante porque reflete diretamente o preconceito da sociedade em relação à possibilidade de existência dessas pessoas. A “vizinhança” supõe que pessoas de rua são criadas por causa do albergue. Isto é, a uma ideia de incentivo à vida de rua. Isso reflete o preconceito que implica na materialidade das ações da vizinhança quando expõe esse tipo de pensamento e quando propõe reuniões e debates para confrontar os interesses da prefeitura.

A situação fica interessante quando simulamos uma lógica dos discursos hegemônicos em que se tem o seguinte quadro: a) as pessoas em situação de rua não devem ficar nas ruas, porque lá elas atrapalham o fluxo, impõe medo e sujam a cidade; b) o albergue, portanto, precisa existir, mas de forma alguma deve se localizar perto da “minha” casa. Logo, no limite, a solução que surgiria de um simulacro como esse seria: c) o albergue deve existir para “estocar” as pessoas de rua, bem longe da cidade e das pessoas “normais”. Essa situação não é muito diferente da que expõe Marx (2011, p. 147) quando conta as decisões de Napoleão Bonaparte para acabar com a mendicância durante a sua gestão. A ideia, tal como se supõe na simulação, foi a de criar depósitos “que se transformavam em penitenciárias com tanta rapidez que bem depressa o pobre chegava aí exclusivamente pela estrada do tribunal da polícia correcional”, de preferência isolados da população domiciliada.

Da mesma forma, quando se considera no fragmento (041) que o “desafio” para a “cidade” hoje não é o público que frequenta o albergue, mas aquele que não frequenta, a ideia continua sendo a de que os frequentadores do albergue são menos “problemáticos” – porque não impõe o grande desafio – do que os não frequentadores. Combate-se no discurso do fragmento (041) a ideia de viver na rua. Isto é, apesar de criticar a posição da sociedade sobre o preconceito que ainda existe sobre a população em situação de rua, subentende-se que o enunciador deixa claro que “bom seria se eles estivessem em casa”. Nesse sentido o discurso do fragmento (041) se alinha ao que se valoriza socialmente, que é uma vida em casa, de preferência que não incomode o vizinho.

6.5 Discordância entre grupos de amparo

Na categoria de análise dos dados discordância entre grupos de amparo são discutidos aspectos referentes à oposição dos discursos entre os atores que atuam no auxílio à população em situação de rua. Essa categoria representa o conjunto de vozes que se estrutura na cidade como forma de intervenção social às práticas da população em situação de rua. A composição desses grupos e dessas vozes é que retrata a dinâmica dos interesses políticos que se têm sobre essa população e as formas como ele se materializa nas práticas de cada ator. Essa categoria foi composta por duas subcategorias discursivas: a) “alguém se habilita?”; e b) a prefeitura e os grupos de auxílio.

6.5.1 “Alguém se habilita?”

No fragmento (042) são discutidos aspectos sobre a falta de uma equipe que se habilite a assumir o albergue ou um novo albergue para distribuir as responsabilidades sobre essa via de ação da prefeitura. São questionadas as ações dos grupos de defesa que interferem diretamente na gestão da organização por meio da atuação política.

(042) Porque o albergue nesses vinte e um anos nunca teve uma chapa dois, uma chapa B... e muito grupo de defesa esta sendo formado em Belo Horizonte mesmo. Você tem muito grupo de defesa. Cheio de discordância do perfil, do atendimento, da não inclusão... porque que tratou tal usuário desse jeito, mas são pessoas que muitas vezes formam grupo de defesa da população em situação de rua mas não assumem trabalhos de base. Se você anunciar que é pra um novo albergue eles não vão pegar. Então é o único albergue, e muita gente que não trabalhou com albergue fala como professor. (E1)

No fragmento (042) surge o personagem “grupo de defesa” que representa, para o enunciador, os grupos que lutam pelos direitos da população em situação de rua em movimento políticos, fóruns, e outros meios que não sejam pela atuação direta no trabalho do albergue. O enunciador ressalta metafóricamente que o albergue “nunca teve chapa dois”, ou seja, nunca teve alguém que quisesse gerir a organização e cuidar dessa população pela via institucional. Há o implícito subentendido que o albergue é um trabalho de base e que, por isso se diferencia da discussão política, voltando se para a prática.

Há um interdiscurso entre o trabalho prático e o trabalho teórico, que fica visível pelo uso do léxico “professor” para argumentar que muitos dos que reclamam do atendimento nos movimentos políticos não conhecem o dia-a-dia de uma gestão de albergues. O discurso do enunciador desqualifica os grupos de defesa da população em situação de rua. Toda a discussão sobre a população em situação de rua e a luta política é esvaziada pelo desconhecimento da prática. O principal aspecto defendido nesse discurso é o de que para falar sobre a gestão do albergue é preciso que se conheça “de dentro” o trabalho. Esse discurso se enraíza essencialmente na ideia de que o albergue é o principal equipamento de resolução do “problema” social da população em situação de rua.

Quando o enunciador se refere aos “grupos de defesa” ele supõe que a “defesa” existe de uma maneira não organizada, que sobrevêm de várias fontes que estão interessadas mais na

atividade política “de gabinete” do que no trabalho prático de lida com a população em situação de rua. Isso evidencia, pelo discurso do enunciador, que a defesa desconhece as reais condições em que se encontram os usuários do albergue, ou mesmo “quem, de fato, são eles”.

O implícito subentendido é o de que, “se elas conhecessem essas pessoas de perto, não as defenderiam dessa maneira”. Subentende-se também que as formas de defendê-los mais desagradam àqueles que prestam o serviço público – e que assume, não sem um tom de presunção, uma maior legitimidade – do que ajudam no trabalho do albergue. Ora, como alguém que desconhece a prática poderia atuar como “professor”? É a pergunta que se faz o enunciador do fragmento. Logo, o implícito pressuposto é que os “grupos de defesa” não deveriam opinar no trabalho do albergue, ou mesmo ter uma atuação limitada nesse campo, uma vez que seu conhecimento seria “meramente” teórico sobre o assunto.

6.5.2 A prefeitura e os grupos de auxílio

Nos fragmentos (043), (044) e (045) são discutidas as formas de atuação dos grupos de auxílio, de caráter assistencial, em relação às formas de intervenção esperadas pela abordagem da prefeitura. Veem-se, nos diferentes discursos, opiniões divergentes sobre o assunto, mas que convergem quando o propósito final é retirar as pessoas da rua.

(043) ai a gente discutia também todo o trabalho, que a gente reconhece que é muito importante, feito por entidades que muitas vezes ofertam alimentação na rua e os problemas advindos disso, primeiro nos não acreditamos que comer na rua seja digno pra ninguém, a pessoa sentada na calçada com uma caixinha de leite, que muitas vezes e a foram que muitas entidades conseguem ofertar, com a sopa tomando aquilo ali na rua, nos não acreditamos que isso seja dignidade, primeiro ponto. Segundo ponto, muitas vezes o sujeito recebe aquela sopa ele não toma na hora, ai ele guarda e vai tomar no outro dia de manhã, o processo de contaminação já se deu, ele toma, ele passa mal ai a gente tem que acionar o SAMU, o sujeito tem uma intoxicação alimentar segundo ponto. Terceiro ponto: a sujeira nas ruas de Belo Horizonte, porque essas pessoas comem, até porque já romperam com todos os vínculos que você puder imaginar, elas largam resto onde está e isso causa um problema de saúde pública na cidade e o quarto ponto, que eu considero fundamental, esse sujeito que já rompeu com todos os vínculos familiares, sociais que tá caído nas ruas, para você ter alguma intervenção com ele, para ele se levantar dali dessa condição que ele está, não é um trabalho fácil, é um trabalho árduo, exige

do técnico que trabalha uma capacidade de resiliência muito grande que você vai abordar o sujeito uma dezena de vezes por fim ele não vai querer conversar com você, você vai abordar ele cem vezes ele não vai querer conversar com você, mas a gente não desiste dele, a gente vai todo dia tentar conversar com ele. Na medida em que esse sujeito recebe ali, aonde ele está caído, comida, recebe cobertor, o colchão, uma cachacinha para ele segurar o frio, qual é a motivação que ele tem para se levantar dessa condição que ele está? (E3)

(044) esse público é um público que só a abordagem vai ter em Belo Horizonte ou então ONGs levando comida só, mas que não tem nenhum compromisso de conseguir fazer o processo de tirar da rua, essas pessoas, essas ONGs a gente respeita, vão levar sopa à noite, nas ruas, elas simplesmente fortalecem a permanência nas ruas, né porque leva sopa mas não escuta, não constroem o processo de saída a rua, então isso leva a pessoa a se acomodar muitas vezes não tirar nem documento para poder acessar o restaurante popular que é uma forma mais cidadã de ter acesso a refeição. (E5)

(045) Por quê? Porque à noite... Aqui mesmo se você ficar a noite param vários grupos para dar sopa, trazem um roupa, e...na minha pesquisa eu até coloco assim tem um roteiro da rua, que é uma vida de sobrevivência é mas é a base da caridade por exemplo segunda feira ele tem um grupo se ele for ele vai ganhar alguma coisa, na terça ele tem outro, quarta ele tem outro... (E6)

No fragmento (043) surge o tema dos “grupos de alimentação” ou de auxílio assistencial, tais como pastoral de rua, missionários de igrejas e grupos independentes de auxílio fraterno à população de rua. As condições materiais de produção do discurso são importantes para destacar que o enunciador é agente de políticas públicas da prefeitura de Belo Horizonte. Portanto se coloca em um lugar diferente – e possivelmente, acima – ao lugar das ONGs, que não pensariam e agiriam de forma certa, tão ampla quanto a da prefeitura de Belo Horizonte. Os citados “problemas advindos disso”, isto é, dos grupos que alimentam a população de rua, são fortemente combatidos pelos argumentos do enunciador.

O implícito pressuposto de que parte o discurso é o da dignidade humana, o que confirma pela seleção lexical “não acreditamos que comer na rua seja digno pra ninguém”. Disso decorre um implícito subentendido, que supõe que as pessoas em situação de rua devem se alimentar em outros lugares, não na rua, mas no albergue da prefeitura, nos restaurantes populares, e equipamentos da prefeitura, por exemplo. Mais uma vez, o silenciado aqui é a amplitude de

atuação do serviço público, que supõe “dar conta” de toda a demanda de abrigo, alimentação, saúde, educação e demais requisitos básicos de vida dos cidadãos. A ocasião, entretanto, reflete o oposto. A criação dos grupos de auxílio, em sua maioria, por grupos religiosos está ligada – de acordo com os depoimentos do gestor do albergue e dos membros do grupo de auxílio acompanhado – à falta de uma gestão pública que levasse em consideração as necessidades dessa população, que nos períodos de maior crescimento, acabou por depender das ONGs e das igrejas para seu sustento imediato.

A figura da “contaminação” dos alimentos fornecidos é resgatada para ressaltar a ideia de que comer na rua é problemático e, quiçá, inumano. Além disso, implica “trabalho árduo” para a prefeitura da cidade que “tem que acionar o SAMU” nos casos de contaminação para salvar aqueles que estão “caídos nas ruas”. Um implícito pressuposto é que a questão não é enxergada como um todo pelas vias assistenciais, a alimentação nas ruas de hoje constitui um problema de saúde, amanhã. Isso, de alguma forma, não é visto ou considerado pelos grupos assistenciais, que mais uma vez, não teriam o saber técnico necessário para lidar com essa população. Interessante notar que essa via “técnica” de crítica aos grupos de auxílio é uma tentativa de desqualificar os serviços desses grupos por meio de um discurso que se autodetermina mais eficaz, mais abrangente e, sobretudo, mais legítimo. Um percurso semântico possível para análise do fragmento é o da “sujeira nas ruas da cidade” causada pelos moradores de rua, em especial, com a contribuição dos grupos de auxílio.

No fragmento (044), o enunciador se queixa do trabalho das ONGs, pelo fato de que elas levam a comida, “mas que não tem nenhum compromisso de conseguir fazer o processo de tirar da rua” por isso gera uma condição de acomodação nas pessoas em situação de rua, o que dificulta o trabalho de retirada dessas pessoas da rua. De certa forma, há uma crítica da não visão estratégica das ONGs, que se preocupam apenas com o que é mais imediato – a fome das pessoas em situação de rua, mas não com o seu processo de emancipação. Pela seleção lexical “essas ONGs agente respeita” subentende-se há uma contrariedade em relação à posição tomada pelas ONGs a respeito das pessoas em situação de rua. Isso se dá pelo fato de que, há comida, mas não há “escuta” que na posição do enunciador é essencial para o processo de saída da rua. Isto é, alimentar as pessoas em situação de rua é insuficiente, se não acompanhado de outras ações.

O discurso do enunciador rejeita a hipótese de que a vida nas ruas deve ser assistida pelos grupos de auxílio. A defesa que se impõe ideologicamente é a de que os grupos de auxílio, se

quisessem fazer um trabalho eficaz com a população em situação de rua, deveriam se pautar pelos trabalhos da prefeitura e realizar os procedimentos de “escuta” que realizam os técnicos da cidade. Subentende-se que existe uma maneira “certa” de se fazer a intervenção à população em situação de rua e que essa maneira é sabida, quase que exclusivamente, pela abordagem da prefeitura.

No fragmento (043) há um apelo para o discurso da persistência da prefeitura em resolver o problema, mas os aspectos negativos, tanto dos moradores de rua quanto dos grupos que atrapalham as ações municipais, não permitem que a prefeitura realize seu trabalho. A enumeração das figuras “comida”, “cobertor”, “colchão” e “cachacinha” é feita para responsabilizar os grupos de auxílio pela manutenção da vida nas ruas por parte de algumas pessoas.

Surge então o percurso semântico da “responsabilização dos grupos assistenciais”. O qual se interpõe ao questionamento do enunciador “qual é a motivação que ele (pessoa de rua) tem para se levantar dessa condição que ele está?”, quando ali ele recebe o que precisa para sobreviver. O implícito pressuposto aqui é o de a prefeitura conseguiria resolver todos os “problemas” da população em situação de rua, se não fosse “atrapalhada” pelos grupos de auxílio e pelos outros atores – não detentores do conhecimento técnico e legítimo que a prefeitura detém. O fato de doar cobertores, colchões e comida para essa população recai diretamente sobre o discurso da tentativa de manutenção dessa população na cidade. Ora, assim como os vizinhos do albergue reclamam que o albergue “gera população de rua”, a prefeitura critica os grupos assistenciais por criar mecanismos de manutenção dessa população. Evidente que há uma oposição explícita da prefeitura às ações assistenciais. Entretanto, desconsidera-se que o próprio albergue é gerido por um grupo religioso desde a sua fundação, que só foi consolidada quando do intermédio dos grupos assistenciais da época – em especial, o grupo “O Consolador” que ainda hoje realiza a gestão da organização.

Silencia-se no discurso da secretária a importância que esses grupos tiveram e tem para a criação de um serviço público destinado a essas pessoas. Também se silencia sobre a atividade política que sobrevêm do contato direto que tem a população em situação de rua com os grupos de auxílio, tais como a Pastoral de Rua e o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, que é fundamental para o desenvolvimento de uma prática política dessa população e para o desenvolvimento das políticas locais e nacionais direcionadas a ela.

Nesse sentido o principal aspecto defendido pelo discurso é o da não assistência às pessoas em situação de rua, ou o da não assistência parcial, sem outras ações. O discurso institucionalizado pela sociedade dentro da prefeitura supõe que a população de rua existe porque existe o fomento e os recursos disponíveis para que ela exista. Ou seja, o discurso ainda é o de que essa população não deveria existir, se existe é uma anormalidade, por isso não deveria ser alimentada. Esse discurso é hegemônico e corrobora inclusive com o discurso da sociedade em relação ao albergue, quando no entorno de suas casas.

Interessante notar como os atores da prefeitura se contradizem em seus discursos e desfavorecem uma ação coesa das políticas sociais. A população de rua existe desde tempos históricos, isso é registrado por Marx (2011) e Snow e Anderson (1998). Esse fato é desconsiderado quando o enunciador invoca os grupos assistenciais para justificar a existência da vida na rua. Há um implícito pressuposto de que essa justificativa tenta esconder a inexistência de uma política social realmente compromissada com a população de rua. Isto é, que o assistencialismo baseado em distribuição de comida é uma forma de compensar pela ausência de políticas mais estruturadas pelas ONGs. As pessoas não param de comer e não seria por causa da inexistência de um grupo que as alimenta que elas deixariam de existir. Nesse ponto é interessante notar que esses grupos, assim como o terceiro setor que auxilia a população em situação de rua, surgem para cumprir funções as quais o Estado se exime ou simplesmente não “dá conta” por falta de uma política eficaz que realmente compreenda os interesses desse grupo.

6.6 Internação compulsória

Figura 6 – Aposentos do Albergue

Fonte: Dados da pesquisa, 2013. Fotografia de Aritana Souza Dutra de Melo.

A categoria de análise dos dados internação compulsória representa uma das formas de como a ordem social pode, por meio da gestão urbana, tentar estabelecer seus interesses a despeito de toda uma atividade política que representa a luta da população em situação de rua pelo direito à cidade. Os discursos dos vários atores, inclusive os que foram produzidos por pessoas de dentro da prefeitura, são contraditórios e, muitas vezes, incoerentes com o que se revela nos registros do diário de campo. Essa categoria discute uma das formas de manifestação da ordem social na vida da população em situação de rua. Ela foi composta por uma subcategoria discursiva: a) “ir e vir sim, permanecer jamais”.

6.6.1 “Ir e vir sim, permanecer jamais”

Nos fragmentos (046), (047), (048), (049) e (050) são discutidos os argumentos que tenta justificar uma posição de retirada compulsória das pessoas em situação de rua de suas casas improvisadas na cidade. As narrativas relatadas pelos integrantes do grupo de auxílio

acompanhado e pelas próprias pessoas em situação de rua auxiliam a entender o quadro em que o discurso da internação compulsória se compõe na cidade.

(046) Nos não fazemos retirada compulsória, nós não fazemos internação compulsória, agora é bom que se deixe claro... o município, ele entende, e garante e reconhece o direito das pessoas de estarem na ruas é o direito de ir e vir previsto na nossa Constituição Federal. Contudo, o município não reconhece o direito das pessoas se estabelecerem nas ruas... (E3)

(047) Mas nós não vamos fazer nenhuma política de recolhimento dessas pessoas, não é essa a lógica com qual nos trabalhamos, a população de rua ta aí, nos não vamos tampar o sol com a peneira nem fazer de conta que ela não existe, o turista que vier vai se deparar com essa questão naturalmente, né, e o que nos vamos fazer, é o que eu te disse, tem um centro que passa a funcionar imediatamente para que essas pessoas tenham um lugar para ir também durante o dia né, a ideia é que a gente planeja é atividades da copa das confederações e da copa do mundo também nesses lugares, mas não vamos fazer internação compulsória e nem recolhimento compulsório. Havia um boato aí entre os moradores de rua que a gente ai passar um caminhão, ônibus, para recolher todo mundo, para levar para onde? Não tem lugar para levar... Então não vamos fazer isso. (E3)

O fragmento (046) surge o tema da “internação compulsória”. O enunciador, membro da secretaria de políticas sociais da prefeitura, afirma que “eles”, entenda-se a prefeitura, não fazem internação compulsória. A seleção lexical que confirma essa afirmação é “nós não fazemos retirada compulsória”. O principal aspecto defendido pelo discurso é o da abordagem legal da prefeitura, que invoca a figura da “constituição federal” para dar força ao argumento de que a prefeitura segue as regras impostas pela legislação federal.

O principal aspecto combatido pelo discurso é o de que as pessoas têm direito de viver nas ruas, uma vez que a constituição garante o direito de ir e vir das pessoas, mas não o de se estabelecer nas ruas. Um percurso semântico possível é o da “legalidade da vida nas ruas” que é combatida pelo discurso enunciado. Embora o enunciador garanta que a prefeitura não faz retirada compulsória, as narrativas das pessoas em situação de rua se opõem diretamente a essa afirmação. Segundo Carrieri, Maranhão e Murta (2009) o “manejo humano” é uma prática histórica na cidade de Belo Horizonte, seja pela retirada dos ambulantes das ruas do centro, com a criação dos *shoppings* populares, ou pela retirada das *vans* que levavam

passageiros ilegalmente. Esse “manejo humano”, como vem sendo discutida por Carrieri, Maranhão e Murta (2009), ocorre em vários momentos na cidade de Belo Horizonte como se vê pelos relatos dos membros do grupo de auxílio acompanhado durante o tempo de pesquisa:

A rota era longa e íamos com pressa. Perguntei para Estevão sobre os acontecimentos relativos à população em situação de rua na copa das confederações. Estevão relatou que a prefeitura tiraria a população de rua das ruas no momento da copa e que isso aconteceria nos lugares de maior movimentação de turistas. Enquanto passávamos pela praça, ele também relatou que as crianças, que somavam cerca de trinta meninos de rua que ficavam por ali, também foram retiradas. Mas, segundo ele, o fato das crianças serem retiradas da praça aconteceu porque elas estavam atrapalhando muito os comércios do entorno, fazendo pequenos furtos nos estabelecimentos e roubando pessoas que passavam por ali. Então, a prefeitura e a polícia julgaram melhor tirar eles dali. Perguntei para onde eles tinham sido levados, mas nem Estevão, nem qualquer outro dos participantes do grupo, soube responder minha pergunta. Disseram apenas que não sabiam e que não dava pra saber (Narrativa 17, E8).

O tema ainda é controverso para os próprios moradores de rua que dependem de informações e boatos que vêm de todos os lados.

(048) Minha assistente social me avisou uma coisa e é fato, todos que estão aqui o que eles falam para mim é irrelevante, eu converso com quem mexe com os donos do boi então tem a verdadeira informação, por enquanto a (...) não conversou nada comigo sobre isso não, é uns dizem que vai ter um galpão lá para não sei a onde e que vão colocar todos lá dentro, não vai conseguir são 5.000 moradores de calçada o que você vai fazer com 5.000 moradores de calçada é complicado eu só escutei falar isso só. (PSR1)

No fragmento (048) há um implícito subentendido de que o que os usuários do albergue dizem sobre a “internação compulsória” é menos confiável do que o que diz a “assistente social”. Há uma clara hierarquização social, em que as pessoas em situação de rua são colocadas como inferiores àquelas que ocupam, nesse caso, algum cargo dentro do albergue. A figura de um galpão é usada para representar a preocupação do enunciador com uma possível estratégia da prefeitura para internar as pessoas de rua. O principal aspecto defendido pelo discurso é o de que as pessoas em situação de rua não têm condições para dar uma

informação de confiança, uma vez que a própria lógica – representada na fala “não vai conseguir são 5.000 moradores” – não permite que as inquietações deles se verifiquem.

Interessante notar que as condições materiais de produção do discurso se referem a um usuário do albergue que dispõe de certa intimidade com a assistente social com a qual ele se referencia como “minha” e atribui uma confiança “me avisou”, representando o que ele chama de “os donos do boi”, ou seja, as pessoas de valor, ou com posse de recursos, o que não é o caso das pessoas em situação de rua. O discurso no fragmento reforça a posição hegemônica de que os moradores de rua não são confiáveis, nem mesmo para uma informação.

Mendes (2007) relata sobre alguns dos problemas envolvidos com a mentira entre as pessoas de rua, segundo ela essas pessoas desenvolvem, pela sua própria condição de vida, estratégias para lidar com o discurso de uma maneira a mentira se torna um recurso de persuasão para conseguir aquilo que se almeja nas ruas. Esse aspecto, em algum nível, tende a criar um estigma sobre essa população, identificando-os com a mentira. Snow e Anderson (1998) também observaram em sua etnografia alguns depoimentos de pessoas em situação de rua que se revelaram contraditórios durante o período de observação.

Esse estigma torna-se de tal forma identificado com as pessoas em situação de rua que sugere generalizações do tipo: “morador de rua não fala a verdade”, ou como se tem no discurso do fragmento (048) uma hierarquização de grupos sociais, justificada pela suposta incapacidade das pessoas em situação de rua de falar/saber a verdade. Nesse sentido, a autoridade de quem fala é identificada com sua posição social, ou com suas posses, fortalecendo a hipótese de que em uma sociedade que se compõe e justifica nos critérios de eficiência, as pessoas que não têm posses, ou que não têm uma posição reconhecida socialmente, poderiam ser categorizadas como “descartáveis sociais” (ADORNO; VARANDA, 2004, p. 67).

(049) [O] proprietário, às vezes, é até solidário com essa pessoa oferece um café, um lanche, mas quer vê-lo longe dele e aí liga para a gente solicitando a abordagem pedindo para a gente tirar essa pessoa dali, via de regra é isso, higienização, nas regionais mais distantes, tem também, mas não é tanto as mais distantes do centro e a gente inverte essa lógica, as vezes a gente tem que ser educador para eles também, a gente não vai fazer a retirada, a gente não trabalha com retirada, a gente vai aí mas a ida nossa não significa a saída deles imediata né...” ah mas eu pago imposto!” você

paga imposto ele também paga ele bebe água, só de beber água você tá pagando imposto... (E5)

No fragmento (049) vê-se que a posição sobre a “higienização” se reflete no discurso da sociedade que é assistencialista, “mas” quer a limpeza da rua, a boa estética e a não perturbação. Essa sociedade que alimenta e “doa” parte dos recursos necessários para a sobrevivência da população de rua também não quer se deparar com ela. A seleção lexical “e aí liga para a gente solicitando a abordagem pedindo para a gente tirar essa pessoa dali” confirma essa atitude. Um percurso semântico possível para leitura desse fragmento é o da “caridade contraditória”, que em certa medida já foi observada por Costa (2005) a qual revela que na sociedade brasileira, por um lado há o desinteresse e o preconceito, que por vezes se tornam atos de repressão social e higienização e, por outro lado, há compaixão, a preocupação e até o assistencialismo herdados de uma cultura religiosa, especialmente católica. Esses sentimentos estão refletidos no Estado brasileiro (COSTA, 2005), que ora se distancia da população de rua, ora se volta para ela com políticas e tentativas de amparo.

Uma implicação importante do discurso caritativo e assistencialista da sociedade em relação à população em situação de rua é que há um esvaziamento da perspectiva política, na qual as pessoas se encontram. Como se supõe que essa população é carente de recursos e que precisa ser conduzidas e auxiliadas – via atitudes caridosas daqueles que têm condições para isso – se justifica também que possa ser punida por uma força exterior a ela. Tanto suas responsabilidades, quanto seu direito são outorgados a outrem sob a justificativa de uma “inconsciência” que inebria aquele que opta por morar nas ruas.

No caso brasileiro, o Estado, historicamente, assume essa posição de pai repressor em muitos momentos, característica essa que não foge aos preceitos da sociedade como um todo. Assim, não importando o “direito” e o “dever” desse cidadão, os quais são desconsiderados, mas a condição dele de suposta “inconsciência” diante da economia capitalista sugere-se que ele precisa ser, de certa maneira, compensado por uma atitude “paternalista”. Ora, o Estado age segundo uma visão hegemônica de que as pessoas em situação de rua são incapazes de tomar atitudes “racionais”; logo, sendo “incapazes”, também não poderiam exigir seus direitos constitucionais. Assim, a sociedade, bem como o Estado, sente-se à vontade para justificar exigências de retirada e realocação das vidas dessas pessoas, especialmente quando elas

deixam de ser “agradáveis” à paisagem citadina, nos períodos de maior movimentação turística.

Sobre esse aspecto, o registro do diário de campo do dia 07 de junho de 2013 traz um exemplo:

Quando passamos por uma praça em que se localizava uma igreja, perguntei se não íamos até lá. Adelaide disse que não, e relatou que alguns dias antes o grupo teve um desentendimento com a polícia naquele lugar. Como eu já tinha ouvido falar antes, no fórum, um grupo de meninos de rua ficava ali naquela área cheirando tiner e executando pequenos furtos na região. Os moradores estavam irritados com a situação e chamaram a polícia. Segundo Adelaide, a polícia interveio no trabalho do grupo, no determinado dia, e disse diretamente a ela que se ela continuasse fazendo aquele trabalho, ela estaria contribuindo com o crime daqueles meninos. Ela ainda relatou que, no momento da conversa, o gerente de uma drogaria próxima e uma mulher dona de um pequeno hotel da região também aproveitaram para se aproximar e externar sua indignação quanto ao trabalho do grupo. Eles diziam que os meninos roubavam e que não deveriam ser alimentados daquela maneira, “de graça”. Os guardas foram incisivos. Adelaide então disse que, a partir daquele dia, ela tinha parado de ir até a praça, ainda que indignada com discurso do policial (Narrativa 18, E8).

E ainda que haja posições contrárias à retirada compulsória dessas pessoas, como no discurso do fragmento (049) produzido por um técnico da abordagem de rua da prefeitura, vê-se que os discursos empreendidos pelos atores da prefeitura não são coesos e representam opiniões diversas, algumas das quais de franca repreensão aos que trabalham de alguma forma auxiliando as pessoas em situação de rua.

(050) Pois é eu acredito que não vai ser feito essa higienização, eu to acreditando que a prefeitura vai investir mais em serviços, vai ter mais centros de referências eu to acreditando nisso eu credito que sim, pode ter ações higienistas pode porque a política ela é feita de varias faces, eu sei que dentro da política tem gente que quer essas ações higienistas, já foi até defendida inclusive, mas eu tenho acreditado que a prefeitura vai investir em outros projetos, então vamos tirar proveito disso também é...eu sei que está muito aquém a prefeitura de Belo Horizonte está muito aquém do que deveria ser para a população de rua, igual o que eu te falei tem coisas boas mas precisa fazer mais (E6)

No fragmento (050), o enunciador deixa claro sua posição insegura sobre os acontecimentos referentes à possibilidade de limpeza social no período da copa de 2014. Na seleção lexical “eu acredito”, há um implícito subentendido de que a possibilidade de higienização é factível. A ideia que se tem da copa do mundo de 2014 pode ser bastante semelhante ao que vivemos na cidade em 2013 na copa das confederações, entretanto os dados coletados nas entrevistas não foram suficientes para fazer mais do que suposições. A política que a prefeitura, especialmente a secretaria de políticas sociais, intenta defender que é a de não retirada da população em situação de rua das ruas e dos locais de grandes movimentações. Entretanto, os discursos dos atores de dentro da prefeitura não parecem convergir.

No fragmento (050) o coordenador do centro de referência da população em situação de rua parece não saber sobre o que será feito na época do evento, sinalizando uma completa falta de sintonia com o planejamento político que é expresso pela secretaria de políticas sociais nos fragmentos (046) e (047). Também o gestor do albergue quando questionado sobre o planejamento das ações da prefeitura para o evento não soube falar, demonstrando falta de conhecimento sobre o assunto. Dai entende-se que os discursos dos atores e gestores que trabalham na prefeitura não estão coesos, sugerindo certa vulnerabilidade aos argumentos apresentados nos fragmentos (046) e (047).

Em um dos registros no diário de campo do dia 31 de maio de 2013, há outro relato que faz referência às políticas de higienização da prefeitura de Belo Horizonte:

Elizabeth, a líder do subgrupo em que participei, comentava sobre a semana anterior nessa mesma rota. Disse que, na sexta-feira anterior, muitas pessoas não estavam em seus locais de costume. Alguns dos moradores remanescentes justificaram que a prefeitura os tinha tirado de lá. Elizabeth também comentou que a prefeitura às vezes passava recolhendo casas de papelão, cobertores e colchões durante o período do frio, para que os moradores de rua procurassem outros lugares, ou mesmo cidades, para passarem a noite (Narrativa 19, E7).

As práticas de limpeza social não se baseiam exclusivamente na remoção das pessoas de rua de seus lugares de dormir, mas também em estratégias de coerção pela imposição de alguns constrangimentos, tais como: o recolhimento das casas de papelão, dos cobertores e dos colchões durante o período de frio. Se a prefeitura insiste no discurso da não retirada compulsória das pessoas em situação de rua, as narrativas registradas no diário de campo se

opõem ao argumento de que não há intervenção por parte da prefeitura nos grupos de pessoas em situação de rua. No caso das crianças de rua, na narrativa de E7 fica claro que a retirada aconteceu a despeito mesmo da constituição federal, dos direitos de ir e vir estabelecidos, uma vez que as crianças simplesmente desapareceram.

A forma como a gestão urbana de Belo Horizonte lida com esses casos sugere uma aproximação com as práticas higienistas destacadas nos processos de gentrificação explorados por Leite (2008) e Botelho (2005). Embora não se possa dizer de uma prática de revitalização da cidade de Belo Horizonte, a base da política de “manejo humano” (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009) continua sendo a mesma, ou seja, aquela em que se pressupõe que o “inconveniente” deve dar espaço àquilo que é valorizado pela gestão da cidade. Quer isso represente a retirada de camelôs do centro da cidade ou de pessoas em situação de rua dos espaços urbanos, essa prática ainda é baseada em uma hierarquia de posições sociais em que a autoridade reside essencialmente na capacidade de se fazer ouvir politicamente, seja pela posição política que detém o ator, ou mesmo pela condição financeira que ele detém para consumir a cidade-modelo.

6.7 Causas da situação de rua

Figura 7 – Descanso no Albergue



Fonte: Dados da pesquisa, 2013. Fotografia de Aritana Souza Dutra de Melo.

Na categoria de análise dos dados causas da situação de rua são discutidos aspectos que se referem à forma como as pessoas em situação de rua compreendem a sua situação. Essa categoria foi composta por uma subcategoria discursiva: a) a rua como lugar da fraqueza moral.

6.7.1 A rua como lugar da fraqueza moral

Nos fragmentos (051) e (052) é mencionada a posição de uma pessoa em situação de rua sobre as causas que determinaram, ou determinam, a sua situação.

(051) na verdade eu tenho uma fraqueza, sou perdoado pelo abrigo aqui eu fiquei... Quatro meses sóbrio, porque quando a gente não tem coragem de se suicidar, porque teme a Deus, se jogar de um prédio,(...) é então você usa o alcoolismo, o alcoolismo ele mata aos poucos, então eu acabo bebendo entende o que eu to dizendo? Mas eu

não incomodo ninguém, ninguém me leva também não vou sozinho, eu pego com a minha mão e bebo com a minha boca, ninguém me força a nada não, eu me revolto com o que meu pai fez comigo e acabo bebendo entendeu? Ai eu desisto de tudo, paro o tratamento, mas toda vez que eu volto sou bem acolhido, toda vez que eu tento me levantar, na boa porque até três dias atrás eu estava barbudo, estava fraco, agora que eu estou me levantando de novo. (PSR1)

(052) eu consegui emprego fichado aqui, consegui emprego fichado, aluguei casa e tudo, mas por causa da minha revolta acabei perdendo tudo de novo, você entende? Não dei valor perdi tudo, aí voltei para o abrigo de novo, aqui eles te dão vida nova para você, para você esquecer do seu passado, mas como eu não esqueço do meu passado, eu fico no mesmo lugar.. (PSR1)

No fragmento (051) um percurso semântico da “dinâmica de saída e retorno à situação de rua” é possível para leitura do discurso do usuário do albergue. O tema da “fraqueza” é invocado para caracterizar a situação de rua do enunciatador. Na seleção lexical “a gente não tem coragem de se suicidar” há o implícito subentendido de que se o personagem tivesse coragem para se suicidar ele já o teria feito. Mas, como é o personagem é “fraco” então ele “escolhe” pelo alcoolismo, que segundo o enunciatador “mata aos poucos”.

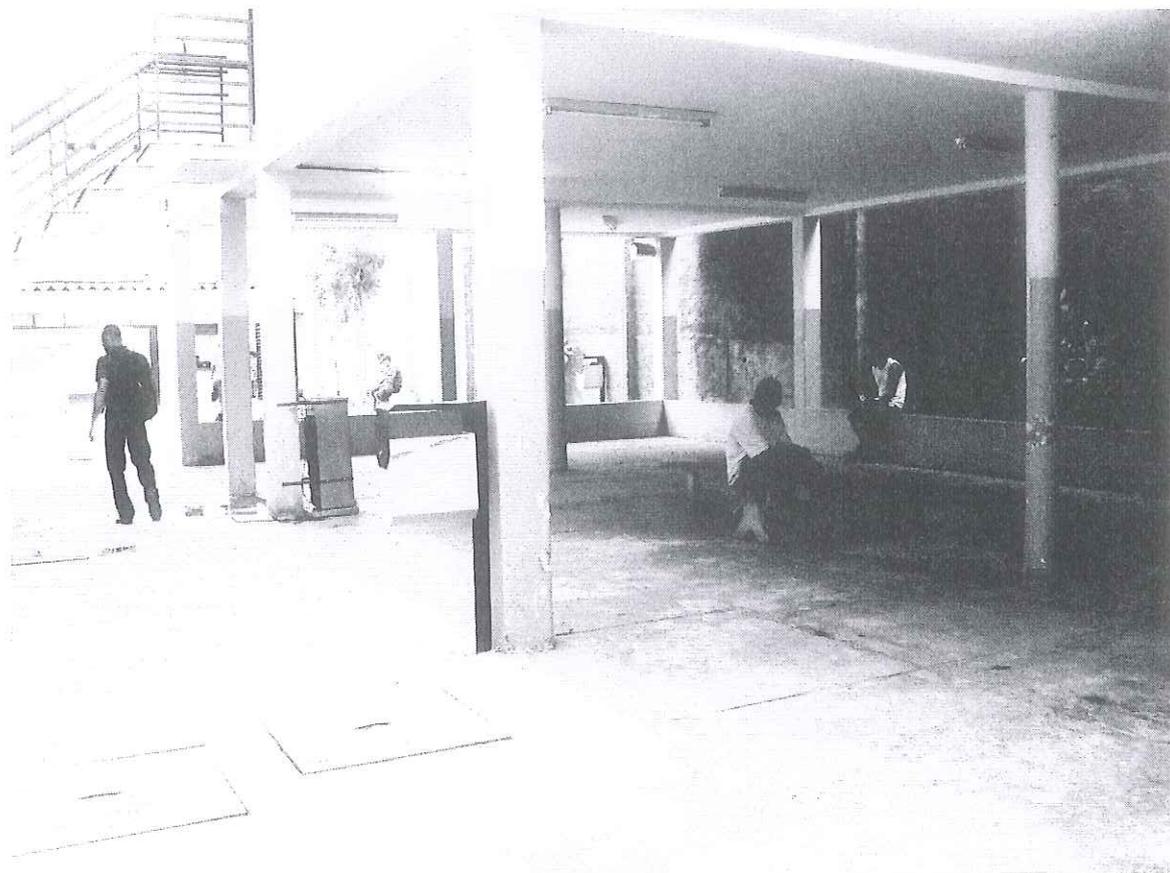
O principal aspecto defendido pelo discurso é que o personagem-enunciatador é responsável pela sua própria condição de sofrimento. Isso é confirmado pelas seleções lexicais “ninguém me força a nada não, eu me revolto com o que meu pai fez comigo” e “por causa da minha revolta”, que indicam explicitamente que o enunciatador se culpa, ao mesmo tempo em que assume sua “fraqueza” pela sua situação. Ao individualizar as razões pelo sofrimento, por estar nas ruas, o entrevistado desobriga a sociedade como um todo a ter de se explicar pelo não fornecimento de condições sociais justas, o Estado pela não oferta de oportunidade, e assim por diante. O indivíduo se fragiliza nesse quadro, não enxergando ser possível lidar de forma equilibrada com o contexto.

O discurso hegemônico se alinha ao discurso do enunciatador sobre si mesmo no ponto em que para a sociedade domiciliada, o problema da situação de rua não é econômico, social ou estrutural, mas de caráter individual e apolítico. Note que esse discurso é cômodo porque desobriga a sociedade de ter de lidar com o problema de forma central, já que estar na rua é uma “escolha”. A noção de que estar na rua é uma “fraqueza” de caráter remonta ao discurso

que identifica as pessoas em situação de rua ao “lixo urbano” (ADORNO; VARANDA, 2001) e sugere o que Alvarez, Alvarenga e Fiedler-Ferrara (2004, p. 49) chamaram “vergonha do descrédito” quando relaciona os sentimentos experienciados por essa população face a situação que vivenciam. Tratar a vida nas ruas como uma “fraqueza” é o mesmo que incutir incapacidades diversas àqueles que vivem essa experiência. É perverso como o discurso hegemônico assume essa função de punir e coibir qualquer manifestação que se encontre nos domínios da “diferença” ou da não adequação.

A discussão sobre as causas da situação de rua é uma discussão bastante trabalhada nas pesquisas sobre o tema (SNOW; ANDERSON, 1998). O conjunto que compõe as causas da situação de rua é amplo e pode ser estudado de varias perspectivas, entretanto nesta pesquisa me atenho à identificação dos discursos e da forma como eles são produzidos socialmente para justificar a manutenção de uma ordem social. Entender experiências heterogêneas e tentar categorizá-las para construir uma teoria sobre as causas da situação de rua não é minha intenção. Embora, no tocante a esses discursos produzidos, seja muito importante compreender o quanto eles se relacionam com as limitações que são impostas por uma ordem social fortalecida pela sociedade domiciliada. Ser da rua, nesse sentido, é se contrapor a forma de vida naturalizada da nossa sociedade e, por isso, estar contra a ordem.

6.8 Discurso das pessoas em situação de rua sobre si mesmos

Figura 8 – Espaço de convivência do Albergue

Fonte: Dados da pesquisa, 2013. Fotografia de Aritana Souza Dutra de Melo.

A categoria de análise dos dados discursos das pessoas em situação de rua sobre si mesmas representa a forma como é construído o discurso da população em situação de rua sobre si mesma e sobre seus pares. Interessante notar como esses discursos estão interligados com o discurso hegemônico da sociedade domiciliada e remonta a aspectos de formação, ou conformação, de uma ordem social que persiste. Essa categoria foi composta por uma subcategoria discursiva: a) *entra anjo, vira bicho*.

6.8.1 Entra anjo, vira bicho

Nos fragmentos (053), (054) e (055) discute-se as características das pessoas em situação de rua que frequentam o albergue segundo a visão de um dos usuários do albergue entrevistados. São destacadas as posturas de discriminação entre os pares e de revolta diante da condição de albergados.

(053) São pessoas assim... sem educação, eu vou falar a verdade com você eu não gosto da gente daqui, eu não gosto, é... a gente vem por que... a gente... como eu estou nessa situação, a gente tem que tolerar né... Pessoa alcoolizada, que usa droga aí vem... Nossa... curtir a onda deles... Em cima... Curtir com a outra pessoa entendeu? Mas são pessoas que... Deus me perdoa, mas eu não vou dizer que são boas pessoas não, talvez a pessoa se torna também ,né cara, uma pessoa assim... É... É... como é que se diz é... pessoa ruim devido à situação que a gente se encontra é que nem na cadeia, na cadeia a pessoa chega lá um anjo... Depois vira um bicho, essa é minha visão de ver, não existe pessoas boas no mundo. Vou citar um exemplo, eu perdi uma carteira com dinheiro, o camarada poderia ter me devolvido a carteira entendeu? Eu estava aqui em cima e ele do lado assim, ele viu a carteira no chão e quando eu não estava olhando ele pegou e ficou com ele... (PSR2)

No fragmento (053) o enunciador utiliza o tema da “tolerância” para argumentar sobre a dificuldade da convivência no albergue. Segundo ele, pessoas em situação de rua são pessoas “sem educação”. Por isso, para ele, a convivência é difícil. A figura da “cadeia” é explicitamente enunciada para comparar com o albergue. Segundo ele, no albergue é como na cadeia, você entra um “anjo” e depois vira um “bicho”. Entende-se que entrar um anjo e virar “bicho” significa para o albergado torna-se uma pessoa ruim depois de ter dormido – que significa também, para ele, conviver com os outros usuários – no albergue. Quando o enunciador se utiliza da expressão “não existe pessoas boas no mundo”, além de caracterizar um preconceito explícito, evidencia que para ele as pessoas que não vivem no albergue também não são pessoas boas. O implícito subentendido é de que basta dormir no albergue para que a pessoa se mostre “ruim”. Ora, o fato de ser boa e depois tornar-se bicho mostra que para o enunciador a condição de vida no albergue corrompe os usuários.

Snow e Anderson (1998) tratam na sua pesquisa de uma classificação que se baseia na cronificação da situação de rua, que torna essas pessoas mais ou menos adeptas ao estilo de vida da rua, que segundo eles, constitui um subcultura. Há uma dimensão temporal em que são observadas as adesões aos comportamentos e à forma de vida de que já é da rua. No caso dos usuários do albergue, o tempo de permanência ou de internalização do que se pode chamar de “maneiras de se comportar” dentro albergue, seria para o enunciador, também, uma internalização do “mal”, representado por uma figura que identifica a prevalência do instinto: o “bicho”. Há um interdiscurso entre virtudes e instintos, que identifica o momento antes e o momento depois da estadia na organização. Nesse sentido, o albergue é um gerador, ou mantenedor, de “bichos” com os quais o enunciador procura se diferenciar pelo uso das

expressões “são pessoas” ou “eu não gosto”, que evidenciam um distanciamento entre os personagens “pessoas”, entenda-se “eles”, e “eu”.

(054) Na minha opinião, pior que aqui só a cadeia, mas eu não tenho nada contra assistência social, atendimento, a comida não tenho nada contra não eu respeito os seguranças da mesma forma que eu respeito eles, eles me respeitam, o atendimento aqui em geral é super ótimo mas... As pessoas do lugar, os albergados, é complicado... (PSR2)

No fragmento (054) o personagem “albergados” é invocado também para justificar a posição de que o “problema” são os usuários do albergue e não o albergue, a sociedade ou a forma de organizar em si. O discurso do enunciador reduz todos os problemas relacionados à situação de rua a uma dimensão individual, ou pessoal, especialmente tratada como “fraqueza” de caráter ou “maldade” natural das pessoas em situação de rua usuárias do albergue. Quando o enunciador estabelece a relação entre os léxicos “o atendimento aqui é super ótimo” e os “albergados” há uma clara distinção entre quem causa os problemas e quem tenta ajudar. Ou seja, a distinção remonta a uma dualidade entre o “bom” e o “mau”, argumento que é reforçado pelos adjetivos “super” e “ótimo” caracterizando a supervalorização do serviço em relação aos “albergados” que são “complicados”.

Ao comparar o albergue à “cadeia”, o enunciador resgata a visão do albergue como “estoque” de pessoas supostamente inadequadas à sociedade, ou mesmo prejudiciais a essa. Os “depósitos” que se tornam “penitenciárias” sugerem que o discurso do enunciador remonta supostamente a ideia de Napoleão ao prender todas as pessoas em situação de rua das cidades francesas no Século XIX (MARX, 2011, p. 147). A cadeia é o lugar em que são “presos” os “criminosos”. Logo, há um implícito pressuposto de que as pessoas em situação de rua estão “presas” no albergue, uma vez que essa é a última opção que elas possuem, além de dormir nas ruas. Logo, elas, que optaram pelo albergue, precisam estar ali e “tolerar” seus pares. A ideia de que a criminalidade – assim como o “mal” – é identificada aos grupos sociais marginalizados pela sociedade também já foi discutida anteriormente.

O principal aspecto defendido pelo discurso do fragmento (053) é o da conformação necessária à pessoa em situação de rua que deseja dormir no albergue. O tema da “tolerância” é utilizado para reforçar, mais uma vez, que as pessoas em situação de rua não têm outra

opção, a não ser se conformar pacientemente àquilo que a prefeitura pode oferecer: nesse caso, uma organização em que se vira bicho ao longo do tempo de permanência. O discurso também se alinha ao discurso hegemônico de que as pessoas de rua não “prestam”, são inferiores e “mal educadas”. Esse discurso que compreende a sociedade, que se julga bem educada e “civilizada”, se opondo ao comportamento hostil que existe no albergue.

Compreender, ainda que parcialmente, o discurso que impõe a situação de rua como criminosa, inferior, negativa e inútil é compreender que a composição da identidade social desse grupo está localizada no que “não é”, ou no que não deveria ser, a sociedade. Isto é, o discurso hegemônico parece impor à população em situação de rua tudo aquilo que tenta evitar em si mesmo, deixando para si somente a beleza, a bondade, a pureza e a civilidade.

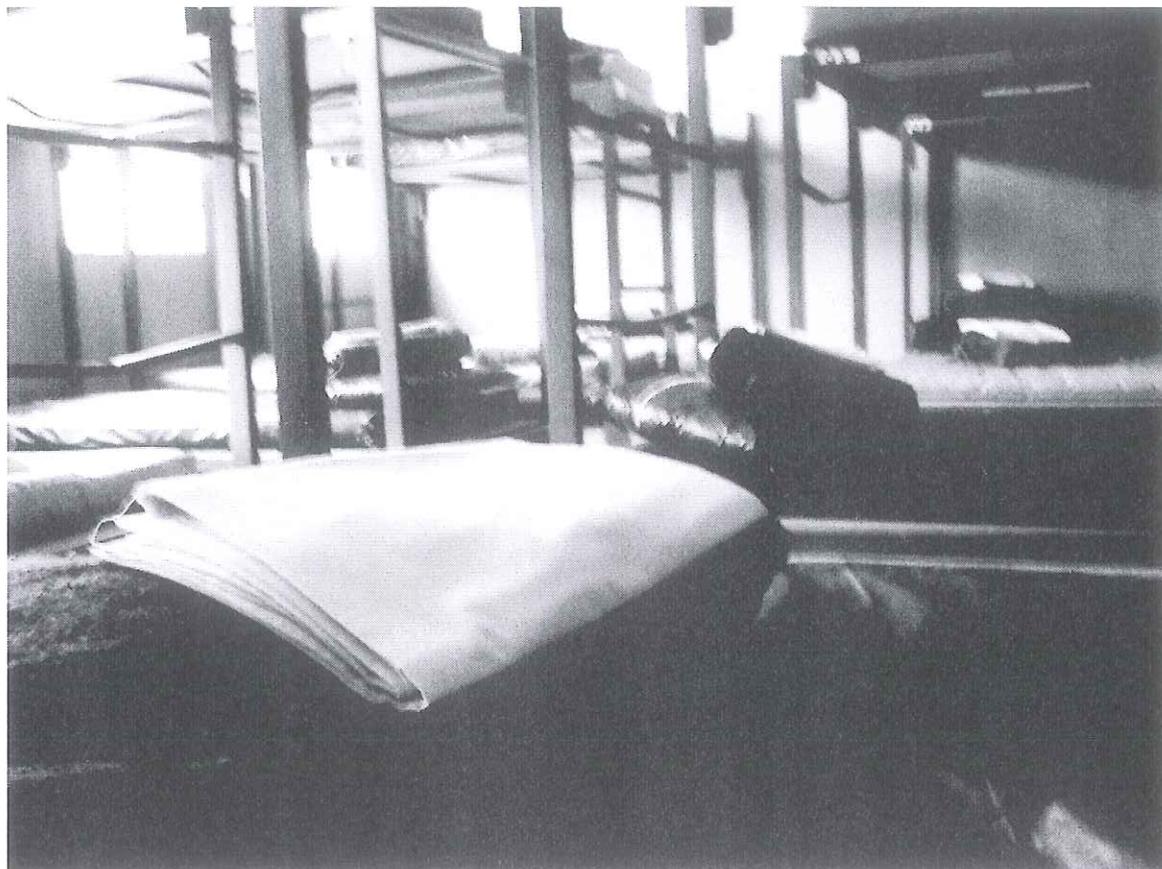
(055) Oh! Primeiro lugar ninguém aqui quer trabalhar certo, não dá valor a esse... A esse apoio que eles têm, eles não dão valor é... É... Não sei se a pessoa aqui tem recuperação não que ninguém quer trabalhar, eu não vou trabalhar porque eu não aguento serviço de obra, eu não aguento serviço pesado, eu creio na minha recuperação, eu tenho sonho... Eu tenho esperança um dia sair dessa, não sei como... (PSR2)

No fragmento (055), o enunciador se utiliza dos temas do “trabalho” e do “valor” para argumentar sobre características que ele julga intrínsecas aos usuários do albergue. O enunciador julga que nenhum dos usuários do albergue gosta de trabalhar, o que se evidencia na seleção lexical “ninguém aqui quer trabalhar”. Ao mesmo tempo em que afirma que esses usuários – dos quais ele se diferencia – “não dão valor” ao apoio que recebem do albergue.

Há um percurso semântico da “discriminação entre pares” que possibilita ler o fragmento. As condições materiais de produção do discurso facilitam o entendimento no sentido de que quem enuncia é usuário do albergue, pessoa em situação de rua. O discurso, entretanto, é hegemônico e se alinha ao discurso social da meritocracia. O implícito pressuposto é o de que quem está em situação de rua, está porque não trabalha e por isso é “preguiçoso” e “ingrato” porque “não dá valor” ao que a sociedade e a política municipal lhe proporcionam. Mais uma vez, se individualiza o problema, de forma preconceituosa, sem atribuir à sociedade sua própria responsabilidade pela situação de exclusão a que muitas pessoas estão expostas em sociedade. A inclusão não é prioridade, mas a exclusão parece que sim.

6.9 Insuficiência do equipamento de atendimento

Figura 9 – Aposentos do Albergue (2)



Fonte: Dados da pesquisa, 2013. Fotografia de Aritana Souza Dutra de Melo.

Na categoria de análise dos dados insuficiência do equipamento de atendimento são discutidos os discursos que exigem da prefeitura mais atenção e recursos para o financiamento dos equipamentos prestadores de serviço público para as pessoas em situação de rua. A posição da ONG pesquisada também é discutida, bem como as entrevistas que evidenciam colocações referentes ao problema da falta de recursos na cidade. Essa categoria foi composta por três subcategorias discursivas: a) atendimento insuficiente; b) redução de danos: uma proposta de construção de vínculo; e c) bolsa moradia.

6.9.1 Atendimento insuficiente

Nos fragmentos (056), (057), (058), (059) e (060) são discutidos aspectos referentes à capacidade de atendimento da prefeitura à população em situação de rua.

(056) Hoje o acolhimento institucional em Belo Horizonte para mulher é insuficiente, nós temos o abrigo São Paulo que faz o atendimento emergencial, e nós temos o Maria Maria, mas existe uma demanda mais direcionada, alta hospitalar, que às vezes a pessoa esta totalmente dependente precisa de um atendimento diferenciado, a mulher grávida é outro caso mesmo a questão da saúde mental. Então assim a oferta é insuficiente a uma necessidade de... eu diria de um albergue mesmo feminino é... Para essas demanda mais emergencial. A pessoa que é dependente químico é... De uma substância química, às vezes ela não quer uma moradia igual a nossa, ela quer um lugar que quando ela não está bem ela fica se recupera e depois retorna para rua, então ela precisa de um lugar que seria mais no sentido de redução de danos... Sabe? É insuficiente a gente sempre está demandando mais acolhimento... (E7)

(057) Grande parte da população de rua está localizada aqui no hipercentro, Lagoinha etc. e tal dentre outros, eu acho que enquanto política de serviços construídos para população de rua ainda deixa muito a desejar. (E4)

(058) Pois é... Agora a demanda, o censo de Belo Horizonte eu não conheço, mas pela realidade que podemos ver parece que os serviços estão a quem da demanda. Com relação a financiamento essas coisas é... Não vejo muita iniciativa da prefeitura.(E4)

(059) Tem um tempo de maturação, que ai onde a ONG tem que se virar e às vezes e difícil para que isso aconteça e o poder público só pede para você. Você tem quê... Você tem que... Você tem que, se vira com recurso, entendeu? (E4)

(060) Se o SUS que é constituído há mais tempo ainda tem ó... Imagina o posto em greve você não tem remédio, um dia um missionário foi comprar uma amoxicilina, R\$ 180,00 para 10 dias de medicação, quase caí para trás e a gente tem que comprar porque... Pois não tem na rede. Mas imagina uma família que se sustenta de salário mínimo comprar um remédio de R\$ 135,00 entende? Impacta demais, como é que se faz? Então a relação da cidade... Povo de rua então nem se fala, né, ninguém vai tomar remédio. (E4)

No fragmento (056) surge um percurso semântico da “insuficiência do serviço público de atendimento da população em situação de rua”. A enunciadora diz que a demanda por serviços especializados ultrapassa ao que a prefeitura atualmente oferta. O que se confirma

também no fragmento (057) com a seleção lexical “ainda deixa muito a desejar” que se refere às políticas direcionadas às pessoas em situação de rua. A forma de atuação da prefeitura ainda deixa a desejar na quantidade de equipamentos para essa população. Isso é citado em grande parte das entrevistas.

Outro problema citado também por Ferreira (2006) é o “censo” desatualizado, conforme explícito no fragmento (058). O censo da população em situação de rua se trata de uma tentativa da prefeitura de Belo Horizonte em parceria com o MDS de quantificar e avaliar quem seria essa população na cidade (FERREIRA, 2006). Os problemas na constituição de um censo que diz respeito à população em situação de rua já foram delineados por Ferreira (2006). Entretanto, sem um censo fica ainda mais complicado compor políticas adequadas para essa população. O tema dos “financiamentos” também é invocado para argumentar sobre a falta de interesse político na questão da população em situação de rua.

Outra queixa que é feita no fragmento (059) diz respeito ao “tempo” que o terceiro setor precisa para se estruturar e provar para a prefeitura que sua atuação pode ser benéfica, para, só então, começar a receber recursos municipais.

6.9.2 Redução de danos: uma proposta de construção de vínculo

No fragmento (061) são discutidas as experiências de uma ONG com a abordagem das pessoas em situação de rua. A forma de acolhimento e a construção de vínculo são colocadas em análise pela enunciativa.

(061) A experiência que a gente faz... Os resultados de melhorias só acontecem quando se estabelece vínculo, de verdade, quando a gente vai nesse nível, a associação para, escuta, acolhe o sofrimento da pessoa, e isso a gente ver também lá em São Paulo, quando tem uma visão da equipe técnica de escuta, de acolhimento, de construção de vínculo, o resultado é positivo, se não tiver nada disso, esquece, mas esquece mesmo, pode abrir mão. (E5)

No fragmento (061) surge o tema do “estabelecimento de vínculo” para representar uma possibilidade de saída das ruas. O enunciador afirma que só por meio da “construção de vínculo” é que é possível romper com a condição de rua. O tema do “estabelecimento de vínculo” se aproxima do que Nardi e Rigoni (2005) chamaram proposta de Redução de

Danos, que, em essência, muda a abordagem técnica de intervenção. Na redução de danos pressupõe-se que o mais importante é manter viva a pessoa, em geral em estado de “vulnerabilidade” social. Dai decorre que a troca de seringas para usuários de drogas, a distribuição de cachimbos e outras práticas – que imediatamente seria vistas pela sociedade como “incentivo” à marginalidade – são tidas como parte de uma abordagem de construção de vínculo. O vínculo nesse sentido se refere especialmente à possibilidade de ouvir e compreender a história da pessoa abordada. A partir desse primeiro contato, que segundo o entrevistado é fundamental, é que se constrói uma relação possível de troca.

A prefeitura de Belo Horizonte, em especial, a área da saúde, que foi observada durante o Fórum da População em Situação de Rua do dia 13 de maio de 2013, demonstra conhecer e se utilizar dessa perspectiva de abordagem. Embora, naquele momento, muitas das pessoas em situação de rua presentes confrontassem o discurso da representante da Secretaria de Saúde presente, como foi mostrado anteriormente. Um percurso semântico possível é o da “possibilidade de saída da rua” que se estabelece de diferentes maneiras entre os entrevistados. Nesse fragmento o enunciador explicita o caminho do vínculo como uma possibilidade que dá resultados positivos segundo a experiência da ONG onde ele trabalha.

6.9.3 Bolsa moradia

Nos fragmentos (062), (063), (064), (065) e (066) são discutidos aspectos referentes à política de distribuição de bolsas moradia para as pessoas que não têm condições financeiras de alugar ou adquirir uma casa.

(062) Secretaria de assistência social, não saiu uma bolsa. Não em 2012 nos mandamos 64 nomes não saiu nenhuma bolsa então, por exemplo, eu acredito que se hoje houvesse uma vontade política, né? Para liberar, eu vou ser até pessimista que para ser otimista... Eu diria até 800 bolsas mais ou menos para pessoas em situação de rua para ser para ser mais pessimista eu diria 500 bolsas moradia, muita gente sairia da rua, muita gente sairia da rua. (E4)

(063) Pois é, então tem gente que a gente trabalha, ela da conta de reestruturar a vida mesmo assim por exemplo ela tinham muita dependência de bebida aí consegue de repente parar de beber aí precisaria ter outras coisas para você encaminhar tem gente que hoje daria conta de sair da rua se ele tivesse bolsa moradia, mas tem mais de um

ano que a gente não encaminha ninguém para o bolsa moradia porque não tem vagas... Tem só a política, tem algumas pessoas que já estão inseridas nessa política parece que tem mais de 300 pessoas que tinham trajetória de rua que estão no programa bolsa moradia, mas não tem mais novas vagas entendeu? (E6)

(064) Não, o que, que acontece precisa ter recurso par abrir novas vagas, ultimamente o que às vezes a gente consegue é a substituição, sai um lá que conseguiu a moradia definitiva... Ou às vezes a pessoa que não consegue cumprir os critérios, isso acontece, as pessoas às vezes não dão conta de morar em uma casa, de gerir um casa, aí a gente negocia e eles liberam essas vagas para a gente inserir novas pessoas, esse ano nós conseguimos duas vagas. (E7)

(065) Hoje nós temos vaga reprimidas em albergue, vagas reprimidas em república, vagas reprimidas no Centro Pop⁴⁷ isso não existia, né? Então o Centro Pop atente hoje só 100 atendia 180, né? É... Então o Abrigo São Paulo nem se fala da dificuldade que é, então se alguém precisa permanecer dias lá, por questão de saúde, a gente não tem conseguido mais, a gente tem uma serie de retrocessos, o Abrigo São Paulo passa por um grande retrocesso, a saúde mental tem avanços e retrocessos, então o fluxo de quem ia do CERSAM⁴⁸ para o Abrigo São Paulo que era um fluxo automático, hoje não é mais, muita coisa ainda que a gente precisa e precisaria, eu não posso tá falando muito, mas precisaria muito mais vontade política, né... Já teve no passado, hoje pensa-se mais em obras faraônicas em que cuidar das pessoas... (E5)

(066) Aqui também acontece de ta o lotado, já ter mais de 100 pessoas o que, que faz? Para controlar, fecha a porta, acontece da pessoa chegar e não ter como atender, então falar que atende completamente acho que não, tem trabalho interessante, um trabalho positivo né? Acho que a prefeitura já investiu mais em outras épocas, mas hoje não atende (E6)

Nos fragmentos (062), (063) e (064) o tema explorado é o da “bolsa moradia” que até então não foi concedida para grande parte dos requisitantes que desejariam sair das ruas. É interessante notar que mesmo com o discurso da impossibilidade de se viver e morar na rua, o governo retrai sua oferta de bolsas moradia para uma população que quer sair, mas não tem condições financeiras para isso. Nesse caso, é interessante notar nos fragmentos (065) e (066) as seleções lexicais “obras faraônicas” e “já investiu mais em outras épocas” que reforçam a

⁴⁷ O enunciador faz referência ao Centro de Referência a População em Situação de Rua de Belo Horizonte.

⁴⁸ O enunciador faz referência ao Centro de Referência em Saúde Mental de Belo Horizonte.

ideia de que as prioridades das políticas públicas, nesse momento, são diferentes. Não estão voltadas para a inclusão da população em situação de rua. Os léxicos “outras épocas” faz referência ao tema do “passado” em que as políticas para pessoas em situação de rua já foram mais priorizadas. Se entendermos a forma como se vê a cidade e como se permite o acesso a ela, hoje, como limitada por interesses comerciais, bem como na visão do *city marketing*, podemos argumentar que não há grande espaço para a discussão das políticas públicas de necessidades sociais. “não tem vagas” evidenciam os fragmentos.

Assim como Costa (2005) questiona a existência de políticas que realmente levem em conta o estágio em que essas pessoas se encontram, é consenso entre os autores brasileiros que trabalham com a população em situação de rua (COSTA, 2005; GHIRARDI *et al.*, 2004; FERREIRA; MACHADO, 2007; VARANDA; ADORNO, 2004; MAGNI, 2010; FERREIRA, 2006; 2011; NEVES, 2010) que as políticas sociais no Brasil não atendem a essas pessoas em suas necessidades reais. Isso significa que, enquanto a “gestão urbana” privilegia os aspectos de consumo e de visualidade da cidade, a população em situação de rua fica a mercê das poucas vagas que existem nos equipamentos da prefeitura. Nos fragmentos (065) e (066), fica explícito que não há espaço para todos. As vagas estão sendo reprimidas tanto no albergue, quanto nos abrigos, quanto nas repúblicas. Ora, se não há vagas nos equipamentos da prefeitura e não há possibilidade de financiamento das pessoas que não têm condição de pagar uma casa, cabe a pergunta sobre que resta a essas pessoas em situação de rua. Morar nas ruas é proibido. Mas casas e albergues estão de portas fechadas. Logo, a solução fica submersa em critérios técnicos de distribuição das poucas vagas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu objetivo nesse trabalho foi caracterizar as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte. O método da pesquisa, de natureza qualitativa, se dividiu em entrevistas semiestruturadas feitas com os gestores e responsáveis pelas ações sociais destinadas a população em situação de Rua de Belo Horizonte e na observação participante feita no grupo de auxílio a essa população. Durante a pesquisa algumas decisões metodológicas influenciaram diretamente na coleta dos dados. A forma de atuação no campo abriu possibilidades para experiências que foram além do previsto, tais como a noite que dormi na rua com as pessoas em situação de rua e com o grupo de missionários da ONG Aliança de Misericórdia e a reunião que participei nessa mesma ONG em que foi possível captar alguns das mais importantes narrativas do trabalho. As considerações finais acerca das análises dos dados e dos apontamentos teóricos foram divididas em sessões, de acordo com cada um dos objetivos específicos traçados na pesquisa.

Na pesquisa busquei identificar as estratégias de organização e dominação das políticas de ação social em relação à população em situação de rua na cidade de Belo Horizonte, que foram expostas no capítulo de análise de dados pelo subtítulo de Ordem. São várias as formas com que a ordem é construída por meio dos discursos dos entrevistados. Para dar conta da realidade da população em situação de rua, por meio dos equipamentos da prefeitura e pelas políticas de ação social, o controle se manifesta de diversas maneiras revelando as estratégias (CERTEAU, 1998) de organização que são impostas a essa população no sentido de mantê-los dentro da ordem social estabelecida. A forma como essas estratégias se manifestam para manter as posições de poder delimita os espaços que podem ou não ser habitados pela população em situação de rua. Há uma configuração de lugares (CERTEAU, 1998) em que se busca a estabilidade. Dentro da cidade, são visíveis os movimentos dinâmicos de criação desses lugares, e apesar de serem movimentos sutis e muitas vezes implícitos nas ações sociais, é possível detectá-los em recortes de tempo e espaço. Uma dessas formas de controle na cidade se dá pela tentativa de manter as pessoas em situação de rua dentro dos albergues, o discurso da situação de rua como “problema social” que incomoda os transeuntes da cidade, causa medo e choca os cidadãos “médios”, evidencia que há um claro desconforto com a presença dessa população nas ruas da cidade. Algo que metaforicamente se aproxima de uma “doença social” e que precisa de um remédio imediato justificaria atitudes “medicalizantes”,

baseadas em preceitos “higienistas e sanitaristas” (ADORNO. VARANDA, 2004, p. 57), que têm sido tomadas para remoção dessas populações das cidades. Nesse sentido, o discurso do “problema social” vem acompanhado de várias ações sociais de remoção, ou de tentativas de remoção, tais como a retirada dos cobertores, das casas de papelão e dos colchões durante as épocas de frio observadas nas narrativas. Essa forma de controle se baseia especialmente no argumento da “dignidade humana” para justificar suas estratégias de organização. Isto é, os atores que justificam o controle do espaço público afirmam que não é digno para ninguém viver em situação de rua, ou mesmo viver nas ruas. Digno nesse sentido seria viver em casa, de preferência em família, como a maioria das pessoas da sociedade.

Outra forma com que o controle se manifesta na cidade é por meio do discurso da “legalidade” das ações das pessoas em situação de rua em relação ao código de posturas da cidade. A tentativa nesse sentido é de definir um limite de utilização da rua por meio de um documento legal. Visto como uma estratégia de criação de um lugar (CERTEAU, 1998), o código de posturas da cidade legaliza a intervenção do município nas práticas da população em situação de rua. Essas intervenções são refletidas especialmente na remoção de casas improvisadas, ditas malocas, construídas pela população em situação de rua para repouso. Outra forma com que se manifestam essas intervenções é pela repressão policial a essa população. Em outras palavras, o *manejo humano* discutido por Carrieri *et al.* (2008) torna-se algo normal na cidade e, mais do que isso, uma prática legalizada.

Uma terceira forma de controle que é evidenciada pela análise dos discursos é o que chamei “controle pela moralidade”. Trata-se de uma tentativa estratégica de coibir as pessoas em situação de rua de praticarem relações sexuais nas ruas. Também nesse sentido, o “controle do corpo” evidencia uma tentativa de proibir que as pessoas em situação de rua façam suas necessidades na porta das casas e nos espaços públicos de visibilidade em geral. Ambos revelam um aspecto da ordem social que ultrapassa os limites do controle legal das ações dessas pessoas para adentrar a dimensão de um controle moral e ético, explicitamente baseados nos preceitos morais e éticos da população domiciliada, que tem casa para fazer sexo e banheiro privado para suas necessidades. Ambos esses controles só podem ser vistos como estratégias, no sentido proposto por Certeau (1998), quando no momento de proibição. Logo, um recorte é necessário para essa dinâmica seja captada.

Um segundo objetivo específico dessa pesquisa foi identificar as estratégias de organização e dominação das políticas de ação social em relação à população em situação de rua nas organizações públicas de amparo a essa população de Belo Horizonte. Algumas das formas de controle foram evidenciadas também na sessão que trata da categoria Ordem. A primeira delas foi a estratégia de “controle burocrático” que é exercido dentro do albergue para selecionar e ordenar as pessoas em situação de rua que fazem uso da organização. Os controles burocráticos já foram discutidos por vários autores (SILVA, 2003; CHIAPELLO, 1996; MOTTA, 1993). A forma como ele se manifesta no albergue não difere muito da forma como se manifesta nas organizações chamadas empresariais (SOLE, 2004). Suas evidências estão na aplicação de regras, procedimentos, divisão do trabalho, hierarquização e formalização do trabalho. O “controle burocrático” nesse sentido, não apenas é uma tentativa estratégica de organizar o espaço habitado pela população em situação de rua no albergue, mas também uma tentativa de criar um lugar em que o poder institucional seja estável e maior do que o poder dos sujeitos que atuam na organização. A manutenção desse poder pelo “controle burocrático” é também a manutenção da hierarquia existente na organização. O que justifica esse controle é o discurso hegemônico de que na sociedade não há convivência sem normas.

Uma segunda forma com que se manifestam as estratégias de controle e dominação dentro do albergue é pelo “controle das intenções” daqueles que procuram os serviços da organização. A estratégia visa organizar pela seleção dos que podem e dos que não podem fazer uso do espaço. Aqueles “bem” intencionados, ou seja, no discurso do entrevistado, que estão à procura de trabalho na cidade, podem fazer uso do albergue. Aqueles que são “trecheiros” e vivem do “trecho”, nas estradas e na mendicância não podem adentrar o espaço para não usufruir das vagas destinadas aos outros – subentendidamente mais dignos. Esse controle se justifica especialmente em uma dimensão moral em que trabalho significa dignidade e, por conseguinte, respeito. O discurso hegemônico é o mesmo da meritocracia, ou seja, apenas quem trabalha é que merece o recurso do estado.

Outras duas formas com que estratégias de controle se manifestam estão relacionadas ao controle da “perturbação” ao que chamei “sono dos justos” e o “controle sobre o tempo” que é uma prática da organização. O controle das perturbações parte dos usuários do albergue para com seus pares. Isto é, a tentativa de organizar o espaço para que se tenha um sono tranquilo no albergue parte dos próprios usuários em relação aos elementos que perturbam a ordem no

lugar. Essa prática é interessante porque manifesta uma particularidade das estratégias que é o fato de serem pertinentes em todas as relações de poder, isso inclui a relação usuário/usuário e não apenas a relação organização/usuário. O “controle sobre o tempo” é uma tentativa de manter os usuários fora do espaço do albergue a partir do momento em que a organização define. A manutenção do poder do albergue sobre os usuários se dá pela imposição de um controle sobre usos, o que evidencia também o discurso da ordem necessária.

Uma quinta forma que se manifestam as estratégias de controle dentro da organização é o controle pelo medo, ou o que chamei de “justificativa pelo medo”. É uma estratégia discursiva que pressupõe que todos os usuários do albergue são violentos e incapazes de estabelecer uma convivência harmônica por si só. A “justificativa pelo medo” reflete em diversas formas de controle organizacional, especialmente no caso do fragmento analisado, em uma ronda noturna que é feita para “evitar” quaisquer constrangimentos.

No que tange às táticas de subversão das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte alguns aspectos também podem ser ressaltados. As práticas que constituem a subversão são aquelas que buscam meios de romper, ou pelo menos de resistir, às tentativas estratégicas de se estabelecerem lugares de poder na cidade. Entende-se na perspectiva de Certeau (1998) que, quando um lugar é habitado, ele se torna espaço para o desenvolvimento de diversas operações, que podem ser tanto estratégicas, no sentido de estabilizar as posições e estabelecer uma ordem para esse lugar, quanto táticas, que são maneiras imprevisíveis de resistir às definições dessas estratégias. As táticas, portanto, figuram como formas de subverter os registros formais de um lugar, representando o que chamo de subversão neste trabalho.

Uma das formas com que a população em situação de rua subverte a ordem estabelecida na cidade é por meio das construções indevidas no espaço público. As malocas, ou casas improvisadas, surgem de pequenos grupos de pessoas que se identificam e optam por dividirem um espaço muitas vezes com o fim de compartilharem alguns dos recursos e dividirem também algumas das responsabilidades. A maloca torna-se também um núcleo afetivo em que, em grande parte das vezes, há uma referência familiar ou afetiva que serve de fundamento para a manutenção do grupo que se reúne. Configura-se como subversão, a construção de malocas, porque é uma prática ilegal que contraria o código de posturas do município. Nesse sentido, as malocas representam táticas da população em situação de rua em

relação à cidade no uso do espaço público. Essas táticas não apenas se configuram em relação às estratégias de organização legal da cidade, código de posturas, como também em relação a uma tentativa política-ideológica de organização das ruas, praças e parques segundo os critérios da “cidade modelo” ou da cidade global referida por Sánchez (2001). Uma cidade que busca visibilidade midiática e empreendimentos de sucesso no setor privado impõe sua ordem segundo a noção de limpeza do grupo social que a consome. A globalidade da cidade e sua referência como “modelo” para outras as cidades depende de um esforço generalizado de organização social e econômica para dar visibilidade as suas práticas. Essa noção, baseada especialmente, nos grandes centros econômicos do primeiro mundo, como Barcelona (SANCHÉZ, 2001), é confrontada pela construção improvisada das malocas, que representam nesse jogo, obstáculos que precisam desaparecer para que seja concretizada a vitória da “cidade modelo”. As malocas, portanto, representam a fissura que se insere no contexto da gestão urbana, uma vez que essa não consegue removê-las na mesma proporção em que são construídas.

Não apenas as malocas, mas outras formas de uso das ruas da cidade foram identificadas dentro da perspectiva subversiva da permanência desses grupos de população em situação de rua nas ruas e numa certa estabilidade criada para organizar a vivência desses pequenos grupos. Uma das formas registradas foi a construção de uma cozinha improvisada na calçada de uma grande avenida no centro da cidade. Outra foi o uso de uma televisão no meio de uma praça pública por um grupo de pessoas em situação de rua, que montavam ali uma verdadeira comunidade, com lanches, cobertores, colchões e, inclusive, essa televisão. A “cidade praticada” (CERTEAU, 1998) nesse sentido é bem diferente daquela que é pensada e modelada pelos planejadores no seu cotidiano.

Outra forma de subversão nas cidades se refere ao aspecto da subversão pela sujeira. Na cidade não há banheiros públicos para quem mora na rua. Fato corriqueiro que se torna subversivo em relação às estratégias de ordem do código de posturas do município são os usos que se faz da cidade como depósito das necessidades das pessoas em situação de rua, especialmente nas ruas próximas aos locais em que existem grandes quantidades de pessoas dormindo. O uso indevido dos passeios e muros que se tornam banheiros ao ar livre representa uma maneira pela qual as pessoas em situação de rua operam táticas em relação à cidade. O “consumo” da cidade, nesse sentido, é outro, muito diferente daquele que se espera na organização legal e social da cidade.

Uma última forma em que foram reveladas táticas da população em situação de rua em relação à cidade foi pela presença de crianças vivendo nas ruas como população em situação de rua. Segundo a secretaria de políticas sociais é ilegal a presença dessas crianças nas ruas da cidade, portanto elas subvertem a ordem social e legal pelo uso que fazem da cidade no seu cotidiano, revelando uma impossibilidade de controle da prefeitura sobre a decisão de viver nas ruas dessas crianças.

Também busquei identificar as táticas de subversão das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social nas organizações públicas de amparo à população em situação de Rua de Belo Horizonte. Algumas das formas de subverter nesses espaços foram reveladas. Dentre elas destacam-se as subversões que ocorrem em relação ao uso do albergue em diferentes registros. O primeiro deles representa táticas em relação ao uso das vagas do próprio albergue por pessoas que, segundo a visão do enunciador do fragmento, não deveriam estar ali, porque dispõe de condições suficientes para manter uma casa ou um pequeno apartamento com seus salários. Essa forma de subverter que chamei “subversão das regras do albergue para benefício próprio” pressupõe artimanhas para burlar as normas da organização e fazer um uso diverso daquele que se espera formalmente. Nesse caso, o fato de pessoas aposentadas que recebiam mais de setecentos reais por mês frequentarem o albergue e “torrarem o dinheiro em Boate” é contrário ao que se espera pela gestão da organização, uma vez que faltam vagas. E considera-se que as vagas são destinadas a pessoas que não têm condições financeiras nenhuma de manter uma casa. Portanto, a tática se insere na tentativa de organizar quem pode ou não ser usuário do espaço do albergue.

Outra forma revelada de subversão é por meio de mentiras que são utilizadas para pegar fichas sobressalentes na hora da janta e jantar mais de uma vez. Da mesma forma a tática de assumir uma falsa identidade para dormir no albergue mesmo estando suspenso.

Sob o percurso semântico dos que “instrumentalizam o albergue de acordo com interesses individuais” também é possível enumerar uma quantidade de práticas que se configuram como táticas em relação ao albergue. São elas: pegar os cobertores escondido e levar consigo; esconder coisas do albergue embaixo do colchão para depois fazer uso pessoal; levar consigo coisas do albergue na saída do espaço para que sejam utilizadas nas ruas; levar consigo fronhas das camas do albergue; cobertores que são jogados das janelas para outras pessoas em situação de rua que ficam na porta da organização; pessoas que abastecem a maloca com os

recursos retirados ilegalmente do albergue; peças de material inoxidável que são retiradas para serem trocadas em uma feira da cidade; peças de bebedouros que são roubadas para fazer caximbos que serão utilizados para fumar crack. Essas foram algumas das táticas reveladas no discurso de um dos entrevistados responsável pela gestão do albergue.

Na república “Maria Maria” outras formas de subverter a ordem na organização foram reveladas no discurso da gestora do espaço. No percurso semântico da “subversão em relação à república” algumas das táticas evidentes são relativas às normas de higienização das usuárias, que precisam tomar banhos diários e resistem; ao ato de alimentar-se nos lugares indevidos da organização como dentro dos quartos; e também em relação ao ato de adentrar a república carregando drogas de maneira oculta. Essas táticas indicam uma não submissão das usuárias da república às normas do lugar. Ao observar essas operações, é importante notar que a república sugere que as usuárias assumam maiores responsabilidades sobre a construção de normas para o espaço e para a convivência social, embora fique claro que nem todas conseguem, ou aceitam, seguir essas regras.

Outra leitura que se faz das táticas, por meio do percurso semântico da “subversão ao controle burocrático”, se refere às práticas que subvertem a forma como o albergue organiza formalmente seu funcionamento. As táticas de pegar fichas de jantar mais de uma vez são comuns, como afirma o gestor do albergue. Usuários que pegam fichas para outros ou que simulam ter perdido a ficha para pegar mais de uma, são operações possíveis que se opõem ao controle burocrático da organização. Outra tática, lida nesse mesmo percurso, é de tentativa de se passar por migrante, usando uma identidade falsa no momento de entrada no albergue para passar pelo controle de entrada.

Interessante notar que a subversão dentro do albergue também ocorre pela rejeição às normas de limpeza e higiene da organização. As operações táticas se manifestam pela forma de sujar o ambiente, muitas vezes propositadamente, garantindo uma oposição ao controle organizacional. Alguns usuários fazem suas necessidades no chão do banheiro ou fora das bacias adequadas, o que se configura como resistência às normas do albergue.

Uma das formas em que se manifesta a subversão dentro do albergue se caracteriza por estabelecer táticas não em relação à organização albergue, mas em relação às próprias normas de convivência criadas pelos usuários do albergue, e que, muita vez, representam as normas

de convivência social encontradas na sociedade domiciliada. Táticas que se referem ao furto de roupas ou objetos pessoais se orientam em relação ao controle exercido pelos próprios usuários em relação aos seus pertences. Essa é uma característica das táticas, conforme afirma Certeau (1998), que não necessariamente se orientam por um grupo específico, mas sim por qualquer tentativa de estabelecer posições fixas, noções de pertença, controle e poder sobre algum espaço.

Uma das formas de resistência que foge à perspectiva das organizações de amparo, mas que expressa a capacidade de resistência da população em situação de rua em relação aos discursos religiosos provém da relação dessa população com os grupos de auxílio que lhes fazem doações de alimentos e roupas. A “subversão pela adesão religiosa flutuante” é uma das formas com que a população de rua se utiliza para operar táticas em relação a esses grupos durante o momento em que ocorre o contato. Em alguns dos fragmentos foi possível perceber que a população em situação de rua, muitas vezes, assume uma posição religiosa compatível com a do grupo de auxílio com a finalidade de receber maiores benefícios, o que se configura em uma tática em relação a esses grupos. Tática essa que supõe uma maior empatia pela adesão ao discurso religioso do doador.

Outra forma em que a subversão se reflete, no contato entre a população em situação de rua e os grupos de auxílio, é por meio do uso de alimentos, que são doados por esses grupos, por pessoas que não necessariamente estão em situação de rua. Em uma das oportunidades de registro no diário de campo, observei duas senhoras que pegaram o lanche do grupo de auxílio se passando por pessoas em situação de rua e, logo após, disseram que tinham casas e que não precisavam pegar o pão.

Meu último objetivo específico nessa pesquisa foi compreender aspectos da relação entre os atores (pessoas em situação de rua, organizações públicas de amparo à população de rua e prefeitura) na cidade de Belo Horizonte que influenciassem diretamente sobre a construção discursiva da ordem social e das formas de controle sobre as práticas dos sujeitos em estudo. Essas relações são bastante complexas e assumem nuances diversas que ultrapassam a noção de espaço definida para as análises das organizações e da cidade, caminhando para uma formação discursiva e inerentemente ideológica sobre aspectos relevantes à população em situação de rua. Respeitando o tema ordem e subversão nas cidades, essas relações foram observadas e registradas no diário de campo, bem com analisadas nas entrevistas nas

categorias que insurgiram durante o processo de análise do discurso. Essas categorias foram subdivididas e serão apresentadas nesse tópico a partir de aspectos identificados nos discursos que os aproximam da formação de uma ordem social ou de uma resistência a partir do que já foi discutido anteriormente sobre essas definições.

Uma das nuances em que se apresenta a relação entre população em situação de rua e os atores que lidam com ela no dia-a-dia é por meio da discussão da liberdade de escolha de viver nas ruas. Algumas opiniões divergem bastante nesse sentido. Dentro das subcategorias desse tópico chamam atenção dois aspectos identificados nos discursos. O primeiro deles é uma construção discursiva que leva a questão da vida nas ruas à dimensão da inconsciência. Há uma posição hegemônica que entende vida nas ruas como algo anormal, atípico e antinatural e, portanto, impossível de ser escolhida como algo consciente – levando em conta que não há uma definição clara do que seria consciência nesses fragmentos. Pressuponho a partir disso, que a hipótese de uma possível escolha pela rua é contraposta nesses discursos a partir de duas concepções: uma que é interessada basicamente na infantilização das pessoas em situação de rua, ainda que sem intencionar com isso que haja a construção de uma justificativa para as ações de ordenamento do estado sobre essa população, que muitas vezes, beiram a ideia de uma punição paterna necessária; e, outra, mais compromissada com a defesa do discurso social hegemônico que não aceita que uma vida na rua possa existir, e só existe como um problema que precisa ser remediado a qualquer custo. A primeira concepção se alinha com o pensamento assistencialista que permeia grande parte dos grupos de auxílio e parte dos entrevistados pertencentes à gestão dos equipamentos da prefeitura. Também é um pensamento alinhado com parte da sociedade brasileira, remanescente de uma cultura católica pós-colonial, como afirma Costa (2005). Já a segunda concepção remonta a um discurso que está implícito em diversos momentos da análise, mas que nenhuma vez se mostra tal qual é. Ele se manifesta especialmente nas ações de remoção e de proibição que a sociedade supõe necessárias em determinados momentos. A forma como se vê a população em situação de rua nessa concepção é excludente, de forma que há uma rejeição social e uma marginalização. Nessa concepção, a vida na rua, além de ser impossível de ser escolhida, é inaceitável e precisa ser extinta.

Um segundo aspecto que diz respeito a escolha pela rua, dentro da perspectiva da infantilização da população em situação de rua, é a questão das drogas. Para essa população, as drogas são algo do cotidiano, seja pelo uso das pessoas em situação de rua, ou seja, pela

convivência com pessoa que fazem uso. Em alguns fragmentos o discurso sobre as drogas insurge como elemento de acometimento da liberdade de escolha, julgando a pessoa em situação de rua alienada mentalmente pelo seu uso. A relação desse discurso com a ordem social é analogamente positiva para a justificativa da “inconsciência” dessas pessoas sobre as suas decisões.

Outra construção discursiva, já bastante diferente da infantilização das pessoas em situação de rua, foi identificada em alguns dos fragmentos, especialmente enunciados por um dos técnicos da abordagem de rua da prefeitura. O percurso semântico da “escolha pela rua” traça uma leitura em que é possível que uma pessoa em situação de rua tenha escolhido viver nas ruas. Essa visão, entretanto, é contrária a visão hegemônica nos discursos e não desqualifica as ações políticas desse grupo. A possibilidade de viver nas ruas implica em exercer as obrigações e os gozar dos direitos constitucionais como qualquer outro cidadão. A liberdade de escolha é respeitada e o “paternalismo” da visão assistencialista é rejeitado. Considerando a força política que essa população detém enquanto grupo – que é deveras baseada nos fóruns de discussão e nos comitês ainda eminentes no país como um todo – a análise que é feita nessa visão levaria em conta uma desvantagem, que não implica em vitimizar essa população, mas ajustar os deveres a uma possibilidade tangível para o grupo historicamente desfavorecido.

Outra forma em que aparece uma construção discursiva interessante ao estudo da população em situação de rua se dá pela análise da relação entre as organizações de amparo, nesse caso o albergue municipal, e a sociedade, representada pela vizinhança do albergue. Na leitura do fragmento, insurge uma relação conflituosa em que a vizinhança se opõe a existência do albergue no entorno pela movimentação das pessoas em situação de rua nas proximidades das casas. Há uma ideia de manutenção da ordem, da organização do espaço, pela imposição de um poder local da “vizinhança”. Nesse caso o discurso implícito subentende que não importa se a população de rua existe, importa que ela não deveria estar ali, nas proximidades daquelas casas. A ideia é de rejeição. A afirmação que fomenta ainda mais o discurso da exclusão é a de que o albergue “gera população de rua”, ou seja, é responsável pela multiplicação dessas pessoas na região, e mais, na cidade. Há um preconceito manifesto pela rejeição do amparo a população em situação de rua. Nesse sentido, a relação entre sociedade e albergue é de extrema importância para dar diretrizes sobre como o discurso social fica camuflado em pequenas ações ou medidas sazonais de lida com essa população. Discurso esse que quando

estimulado por uma proximidade inevitável, se põe a mostra, tornando explícita a manifestação de uma lógica excludente enraizada em uma parcela da sociedade.

No conjunto de vozes que representam os atores que atuam com a população em situação de Rua de Belo Horizonte é possível identificar alguns aspectos relevantes da construção discursiva que fundamenta a ação de cada grupo. Essa construção analisada diante da relação entre esses grupos revela algumas das discordâncias existentes entre as maneiras de intervir e entre as formas como cada grupo avalia sua ação politicamente. No caso específico do albergue, os fragmentos revelam que há uma postura de defesa do enunciador em relação à forma de ação do albergue em relação aos outros atores. O enunciador deixa claro que a via de ação institucional, pelo albergue, representa o “trabalho prático” com a população em situação de rua, que se diferencia do trabalho teórico e político dos grupos de defesa da região. Há uma clara hierarquização no discurso que coloca o trabalho “prático” como superior ao trabalho teórico dos outros atores. Na dinâmica das relações, há um implícito subentendido de que os atores que fazem “defesa” da população em situação de rua não desejam enfrentar a situação no cotidiano, nesse caso, especialmente, pela gestão do albergue, tal como faz o enunciador. Segundo ele, o albergue “nunca teve chapa dois”, isto é, os “grupos de defesa” não se interessam pela vida do dia-a-dia, mas sim pelo trabalho teórico de combate político. Nesse caso a relação envereda por uma via conflituosa em que o trabalho político é desqualificado diante do trabalho “prático”.

Outra construção discursiva que revela aspectos da relação entre os atores está no discurso da prefeitura em relação às ONGs e aos grupos de auxílio assistenciais. Segundo o agente da prefeitura entrevistado, existem vários problemas advindos da atuação das ONGs no auxílio a população em situação de rua da cidade. Em especial, trata-se da alimentação dessa população nas ruas, que é prática convencional da maioria desses grupos. A prefeitura, por meio do enunciador do discurso, se opõe a essas práticas por uma série de motivos, dentre os quais a contaminação desses alimentos é o mais relevante. Para o enunciador, alimentar-se nas ruas não é digno para ninguém. Ainda mais quando o alimento pode ser contaminado pelas condições em que é feita a distribuição e o uso desses alimentos. O problema da alimentação é associado a uma perspectiva de saúde pública, na qual a contaminação é o fator desencadeador. Nesse caso, o discurso da prefeitura desqualifica as ações dos grupos de auxílio pela justificativa de que essas ações não levam em conta a dignidade de se alimentar em um lugar privado. Dessa forma, há uma sobreposição da atuação da prefeitura sobre os

outros grupos, quando ela se autodetermina mais legítima, mais técnica e mais eficaz. O discurso do conhecimento técnico – e, conseqüentemente, mais apropriado – é utilizado pelo enunciador para estabelecer essa hierarquia de posições.

Outro aspecto questionado pela prefeitura em relação aos grupos de auxílio é a falta de uma visão de longo prazo nas ações desses grupos. Segundo a prefeitura, o fato de esses grupos só levarem o alimento não é suficiente enquanto política de ação social. Há uma afirmação de que falta “escuta”, ou seja, falta envolvimento desses grupos para com o processo de saída das ruas dessa população, o que é prejudicial, porque segundo o enunciador, acarreta na manutenção da vida de rua na cidade. Nesse sentido, a ação dos grupos também é desqualificada pela maneira que intervém junto à população em situação de rua. Há um percurso semântico de “responsabilização dos grupos assistenciais” pela manutenção da vida nas ruas que é semelhante ao discurso da vizinhança do albergue em relação à organização. Subtende-se que a população em situação de rua só existe porque existe fomento à sua forma de vida. O que desconsidera a trajetória histórica dessa população na sociedade industrial.

Um aspecto relevante ao posicionamento da prefeitura em relação aos grupos de auxílio é o silêncio que esse discurso empreende em relação à importância desses grupos no processo de construção das políticas públicas para a população em situação de rua. Um dos fatores que exemplifica essa importância é justamente o surgimento do albergue, que só consolidado em Belo Horizonte por meio do apoio de um grupo religioso da época, o grupo “O Consolador” que ainda hoje realiza a gestão da organização.

Um aspecto importante da relação entre a população em situação de rua e os atores que cuidam das políticas de ação social que os dizem respeito é a questão da internação compulsória. Neste trabalho, ela foi analisada diante da perspectiva da construção de uma ordem social na cidade por meio da gestão urbana. Identificada com os temas da “gentrificação” e da higienização (LEITE, 2008; BOTELHO, 2005; ADORNO E VARANDA, 2004) a internação compulsória, ou remoção compulsória – em alguns casos, a remoção não implica em internar o sujeito em algum lugar, mas somente em removê-lo da sua posição atual – é uma via de ação social que intenta estabelecer os interesses da cidade à revelia dos interesses da população em situação de rua. Um dos percursos semânticos em que ela aparece nos discursos dos enunciadores da prefeitura é o da “legalidade da vida nas ruas”,

do qual se extrai que existe uma ilegalidade na construção de casas provisórias, malocas, e outros tipos de construções nas ruas da cidade em que se entenda uma tentativa de estabelecer moradia no espaço público. A remoção compulsória nesse caso é uma prática de intervenção legalizada pela qual a prefeitura reestabelece a ordem social pelo manejo das pessoas em situação de rua.

Ainda que as afirmações do enunciador que representa as políticas sociais da prefeitura de Belo Horizonte sejam contrárias à hipótese de que existem casos de internação compulsória na cidade, o mesmo não é válido para as remoções. As narrativas e as observações do diário de campo identificam esses momentos, em que se revelam casos de pessoas que são retiradas dos lugares públicos e levadas pela prefeitura. O caso das crianças removidas da praça é um deles.

Além disso, o tema é controverso porque não é coeso nas visões dos vários entrevistados, mesmo dentro da prefeitura, o discurso dos técnicos é diferente do discurso do representante das políticas, o que sugere uma falta de coerência nas ações dos atores que a representam. No discurso do usuário do albergue também se vê que há uma inquietação sobre o assunto, a qual é sanada pela confiança que o enunciador atribui à figura da assistente social do albergue a quem ele mesmo intitula “os donos do boi”.

O discurso da possibilidade de um “manejo humano” (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009) sobre essa população pela prefeitura está enraizado na mesma postura “paternalista” discute no viés da ordem social justificada na inconsciência da população em situação de rua sobre os seus atos. O que permite, ou legitima, as ações de remoção dessa população na cidade é justamente o discurso que hierarquiza a população em situação de rua como infantil e necessitada de apoio social. O apoio que muitas vezes se manifesta na sociedade como caridade, torna-se paternal a ponto de legitimar as práticas de remoção. Esse percurso semântico possibilita a leitura de uma “caridade contraditória” na sociedade brasileira já discutida por Costa (2005).

Além disso, as práticas de remoção não se resumem apenas às retiradas das pessoas em situação de rua de suas casas improvisadas, mas também pela coerção e imposição de alguns constrangimentos como recolhimento das casas de papelão, dos cobertores e dos colchões durante os períodos de frio.

Um dos aspectos que revela a construção do discurso de inadequação da população em situação de rua à normalidade da vida domiciliar foi encontrado no discurso de um usuário do albergue sobre si mesmo e sobre as causas de sua situação. Na maneira como identifica sua trajetória, o usuário do albergue relaciona a situação de rua com uma fraqueza moral da qual é ao mesmo tempo responsável e vítima. Segundo o enunciador, a condição de rua é de inteira responsabilidade dele, à qual ele identifica com sua personalidade revoltada. Nesse sentido a análise possibilita entrever uma individualização do problema, ofuscando os fatores econômicos, sociais e estruturais que corroboram a sua existência. No discurso do enunciador, o Estado fica livre da responsabilidade pelo sujeito, uma vez que a culpa é atribuída a uma causa pessoal. Interessante notar que a forma como esse discurso se constrói, na relação entre os atores prefeitura e população em situação favorece a manutenção da ordem social pela simples noção impressa de que não há nada que se poderia fazer, uma vez que o inadequado é o sujeito e não a forma como a sociedade é estruturada.

Nos fragmentos analisados nessa sessão, a construção discursiva de um usuário do albergue sobre si mesmo e sobre os albergados revela uma postura de discriminação entre os pares. O enunciador se refere aos albergados como pessoas complicadas e causadoras dos problemas do albergue, outorgando-lhes a responsabilidade pelo “mal” que permeia o lugar. Além disso, o discurso do entrevistado assume que no albergue se entra anjo e se vira bicho, destacando um processo de internalização das maneiras de se comportar da população em situação de rua usuária da organização. Esse discurso se atém em atribuir as responsabilidades pelo “mal” aos usuários, desobrigando o albergue e a sociedade como um todo pelos problemas do local. Mais uma vez, a individualização do problema fragiliza o indivíduo e o deixa sem saída, obrigando-o a assumir uma postura de tolerância diante de tudo que o contraria.

Outro aspecto importante tratado nos fragmentos é referente à visão do albergue como uma cadeia. Aspecto esse que sugere uma referência às práticas napoleônicas referidas por Marx (2011). A visão de que a população em situação de rua não gosta de trabalhar também corrobora no discurso para a construção de uma identificação dessa população com a anormalidade e com a falta de civilidade.

Interessante notar que a forma como esse discurso se constrói e hierarquiza a população em situação de rua como sendo o grupo de desordeiros, mal educados e, por isso, não civilizados

que se distingue da sociedade como um todo. Discurso esse que favorece à noção de que a ordem foge as características desse grupo, necessitando de uma entidade externa para controlar e ordenar as suas práticas.

Por fim, uma última forma com que foram identificados aspectos de uma relação entre os atores estudados e a população em situação de rua foi a construção dos discursos sobre os equipamentos de amparo a essa população na cidade. Nesse aspecto os discursos também se contradizem, mas em suma têm-se uma consonância entre os atores quando se afirma que há lacunas não preenchidas pela prefeitura, tanto na forma de investimento nos equipamentos, quanto na própria disponibilidade desse tipo de equipamento para a população em situação de rua. Faltam vagas. Falta um censo atualizado que possa auxiliar no dimensionamento dessa população na cidade a fim de amparar o estudo das políticas públicas. Faltam, segundo a ONG entrevistada, recursos financeiros para que as ONGs consigam suprir a demanda atual existente na cidade.

Uma proposta de discussão teórica e política que surgiu tanto nas entrevistas quanto na observação participante, no fórum da população em situação de rua, foi a política de redução de danos. Segundo Nardi e Rigoni (2005) a Redução de Danos se baseia na construção de vínculo com as populações ditas de situação vulnerável por meio de uma abordagem técnica de intervenção baseada na não proibição. O que fundamenta essa política é a preocupação em manter a pessoa viva. Por isso, a troca de seringas é realizada para evitar problemas de saúde pública, assim como a troca de cachimbos para fumantes de crack e outras práticas que visam facilitar a construção do vínculo com a população em situação de rua. A prefeitura de Belo Horizonte já trabalha com a proposta da Redução de Danos na abordagem de rua. E existem outras secretarias que buscam atuar dentro dessa perspectiva, tal como a secretaria de saúde. Embora, ainda haja alguns questionamentos da própria população em situação de rua em relação à aplicabilidade dessa política, conforme revelam os relatos da observação participante no fórum da população de rua.

Por fim, como aspecto importante na discussão das políticas públicas destinadas à população em situação de rua surgiu o tema da bolsa moradia oferecida pela prefeitura a alguns dos requisitantes que desejam sair das ruas. Apesar da iniciativa ser valorizada pelos entrevistados, os atores, ainda que membros da prefeitura, questionaram a amplitude do programa, que não atende a toda demanda. Como afirma um dos entrevistados, dos 64 nomes

enviados para o programa em 2012 nenhum deles conseguiu a bolsa. A base dos questionamentos se refere às preferências da gestão municipal, que deixa de investir no programa para a construção de “obras faraônicas” como sugere um dos entrevistados. Nesse sentido, questionam-se os critérios que selecionam a importância dos investimentos na cidade. A prioridade não é social.

Contribuições e limitações

O trabalho contribui em termos teóricos para a construção de uma abordagem teórica a cerca do cotidiano da população em situação de rua nas cidades na perspectiva de um estudo da ordem e da subversão. Especificamente no campo da Administração esse trabalho reflete um esforço para compreender como as práticas de gestão básica planejar, organizar, controlar e dirigir são empreendidas na cidade por meio das políticas de ação social disseminadas em três níveis – o nível das políticas públicas, o nível da gestão dos equipamentos municipais de amparo à população em situação de rua e no nível da atuação de grupos assistenciais e terceiro setor – são percebidas e refletidas, ou refratadas, pela população em situação de rua, por meio de sua adesão ou subversão a essas práticas.

A principal limitação do trabalho foi metodológica. Sugere-se que uma pesquisa com o tema da subversão que possa captar a forma capilar com que ela se dissemina nas práticas cotidianas desses sujeitos seja feita em um longo prazo, baseando-se, sobretudo, no convívio direto com essa população, mediante a observação participante, para que se tenha possibilidade de entrever as subversões singulares e aquelas que se disseminam enquanto prática de grupo, de forma coletiva, explorando a relação entre grupos, em vários níveis: político, organizacional, terceiro setor e grupos de auxílio e no nível individual. Nesta pesquisa isso não foi feito por motivo de falta de tempo de execução, uma vez que o prazo desta pesquisa foi limitado pelo prazo de conclusão do mestrado.

A população em situação de rua se comunica diretamente com essas políticas e, como sujeitos de poder que são, empreender ações nem sempre cumprem com as expectativas implícitas em cada uma delas. Na cidade, o estudo da população em situação de rua corrobora com a perspectiva de Certeau (1998) de que a cidade é praticada, e longe de ser estática, como desejariam os planejadores, ela vive por meio dos sujeitos que a praticam. Nisso empreende-se uma contribuição que impõe um questionamento aos critérios utilizados pela gestão urbana

para organizar a cidade, definir limites e reposicionar lugares, os quais se baseiam muito mais por uma perspectiva de consumo da cidade-modelo do que necessariamente pelas suas demandas sociais explícitas no cotidiano.

Seguindo a perspectiva de estudo da ordem e subversão baseada nas definições de estratégias e táticas de Certeau (1998) sugere-se que essas definições podem, apesar de seu caráter singular e particular a cada sujeito, serem utilizadas em termos coletivos, a partir de um estudo de práticas subversivas de um grupo em relação a outro. No caso, a população em situação de rua empreende subversões a todos os atores: a prefeitura, ao albergue e aos grupos de auxílio; e ainda que sejam práticas singulares não organizadas de resistência, sugere-se que exista um aprendizado coletivo do grupo que dá indícios de uma forma de se comportar subversiva que permeia as ações dessa população em relação a esses outros atores. A tática não tem uma referência específica, acontece momentaneamente e de maneira imprevista, mas o seu objetivo é sempre se contrapor à estratégia de organização em um espaço qualquer. Dessa maneira, com a possibilidade do recorte metodológico é possível visualizar as semelhanças entre as táticas das pessoas em situação de rua em relação a cada um dos outros grupos. Uma sugestão de pesquisa mais apropriada para incursão nesse tema seria de caráter etnográfico e de longo prazo, podendo compreender, de fato, em que nível essas táticas são aprendidas coletivamente na medida em que a situação de rua se torna crônica.

No que tange à metodologia, nesse trabalho busquei me ater às designações específicas de cada método, entretanto permiti que o imprevisto se tornasse, também, uma possibilidade de captação de dados. Nesse ponto a maior contribuição foi a observação participante do dia em que dormi na rua com as pessoas em situação de rua, um imprevisto que colaborou muito com o entendimento das práticas dessas pessoas, não apenas em relação à ONG acompanhada no dia, mas também à cidade pela maneira com que a relação é implicada de nuances que só puderam ser captadas por uma aproximação real do convívio com essa população. Não há nenhum registro de observação participante como esta nos estudos organizacionais.

Em termos políticos, esse trabalho contribui para um assoreamento da visão preconcebida de que a população em situação de rua se difere da população domiciliada em sua natureza e em seus discursos. Ainda que o meu convívio com a população em situação de rua tenha sido pouco para adentrar em grandes conclusões, foi possível observar que a forma como eles manifestam seus desejos e seus interesses compreende muito o discurso social hegemônico

disseminado na sociedade domiciliada. Sua forma de agir, seus desejos de ter e de ser, sua capacidade de se relacionar e de estabelecer uma noção de respeito pessoal tem muito que ver com a forma como a sociedade domiciliada se manifesta. É certo que as trajetórias de vida e a forma como se deu o processo de entrada nas ruas tonifica a discussão das diferenças, mas não a ponto de estabelecer um recorte em que seja possível separar claramente a natureza da pessoa em situação de rua e a natureza da pessoa domiciliada. Concordo com Snow e Anderson que, na mesma situação, é muito provável que nós, domiciliados, tomaríamos atitudes muito parecidas, quiçá, iguais às que tomam as pessoas em situação de rua na sua vida cotidiana.

Em termos aplicados, uma das contribuições sugeridas se refere à formulação de políticas públicas para a população em situação de rua que desconsidera o grau de envolvimento dessa população com a questão do alcoolismo e das drogas. O albergue não permite que se entre alcoolizado. A república feminina e o Centro de Referência à População em Situação de Rua também não. Apesar das estratégias utilizadas pelos gestores para contornar a situação, fica claro que a política pública e mesmo os equipamentos de amparo não estão adequados a um fato que é cotidiano da vida dessas pessoas. As drogas são uma realidade na vida dessas pessoas e não podem ser negligenciadas por um discurso discriminatório e marginalizante. Existe a necessidade de que a redução de danos atue nesse sentido, propondo novas possibilidades para o atendimento às pessoas em situação de rua dentro dos equipamentos de amparo. Portanto, sugere-se uma revisão dessas práticas de maneira a adequá-las a real situação das pessoas em situação de rua.

Outra sugestão para a administração pública é a revisão das políticas para “trecheiros” e migrantes que precisam esclarecer suas intenções no momento em que fazem uso do albergue para não serem excluídos do serviço. Só pode entrar no albergue quem está na cidade a trabalho. Mas, a comprovação nem sempre é possível. Nem sempre também existe a possibilidade de trabalho. Portanto, os equipamentos precisam ter vagas para atender a população que passa pela cidade e não tem condições de pagar um abrigo noturno. Isso inclui os “trecheiros” que fazem parte da sociedade como quaisquer outros cidadãos. Nesse sentido, a amplitude da política de acolhimento dessa população também deve ser revista para considerar todos que realmente necessitam.

Outro ponto levantado que diz respeito à administração pública é a possibilidade de banheiros públicos em praças e parques que possam atender a essa população. Trata-se da limpeza dos corpos e hegemonicamente se dissemina o discurso da assepsia corporal, mas não há nenhuma iniciativa no sentido de possibilitar banhos em lugares públicos, muito menos banheiros para essa população. Não se trata de uma iniciativa ingênua disponibilizar recursos que possibilitem o banho para muitas dessas pessoas, inclusive as que estão em processo de adaptação à vida nas ruas. Como tratam Snow e Anderson (1998) o processo de cronificação da subcultura de rua é muitas vezes árduo e hostil, de maneira que qualquer ação que possa amenizá-lo é valorosa. Deve-se lembrar de que essas pessoas já possuem uma trajetória bastante acometida por sofrimentos mentais e físicos diversos, nesse sentido a iniciativa de ampliar o acolhimento a elas na cidade – especialmente quando se fala de uma cidade para todos – deve ser repensada considerando as especificidades dessa população.

Por fim, o último ponto referente às políticas públicas para a população em situação de rua diz respeito ao aumento dos investimentos financeiros e ao aumento da quantidade de equipamentos para atender essa população, visto que em quase todas as entrevistas há reclamações de que faltam vagas para todos que desejam ser atendidos. Isso inclui a revisão do programa bolsa moradia com a ampliação das vagas e com a maior disponibilização de recursos para pessoas que já estão decididas a deixarem as ruas. Do ponto de vista da administração pública isso gera custos altos. Entretanto, a necessidade é social e demanda privilégio nos investimentos públicos. O questionamento que aqui se faz é aos critérios que têm definido até então os investimentos da prefeitura de Belo Horizonte, que se preocupam com questões diversas, mas que deixam a causa social às margens. Isso foi tratado nas entrevistas. A referência às políticas anteriores que já investiram mais na causa da população em situação de rua, deixa claro que historicamente existem diferenças entre cada gestão e que essas diferenças são de extrema importância na definição dos investimentos urbanos. Questiona-se: o que falta, portanto, é vontade política?

Neste trabalho o problema de pesquisa que empreendi foi: *“como se caracterizam as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte?”*. A partir da análise dos dados e da observação em campo é possível afirmar que as práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte se caracterizam pela possibilidade de conformação ou de resistência singular de cada sujeito às orientações coletivas das políticas. Não há uma força

que impeça o sujeito de resistir em todas as ocasiões. O sujeito que empreende sua ação contra a estrutura das políticas de ação social encontra meios, ainda que subreptícios, de resistir. As fissuras pelas quais isso é possível se expõem quando a estratégia está traçada e confiante de sua abrangência. Entretanto, a força que detém o sujeito fica explícita em vários momentos em que resgato o comportamento subversivo durante a análise dos dados. A possibilidade de subverter se manifesta de formas totalmente inusitadas pelas políticas de ação social e ainda que haja uma suposta previsão e controle da gestão dos espaços estudados, o momento da prática subversiva é imprevisível.

As formas de praticar a cidade compõem uma gama de ações que fogem à expectativa dos planejadores e da gestão urbana. Nesses momentos a subversão fica explícita nos recortes: as construções indevidas de casas; a aglomeração de grupos, inclusive formando pequenas famílias e vivendo em comunidades; o uso da cidade para fazer suas necessidades; a presença de crianças e adolescentes nas ruas a despeito da fiscalização. A cidade é viva, bem como o albergue quando habitado pelas pessoas em situação de rua. Há um conjunto de relações que se estabelecem e dispersam na medida em que os espaços são habitados. Apenas nesse momento é que as táticas afloram e a resistência silenciosa surpreende a estabilidade dos estrategistas.

Por outro lado, dentro do albergue também a capacidade de resistência das pessoas em situação de rua se manifesta pelos usos clandestinos que dele se faz: os roubos de peças, cobertores e recursos da organização; as formas de entrar pernoitar clandestinamente no ambiente; as formas de confrontar a administração do espaço sujando os espaços com fezes e urina; as maneiras de subverter a distribuição de fichas e alimentos. Além das maneiras de subversão observadas no grupo de auxílio, pela adesão religiosa flutuante ou pelo uso indevido dos alimentos por pessoas que se passam por pessoas em situação de rua. Cada um desses recortes mostra como os sujeitos da pesquisa, pessoas em situação de rua, tem a capacidade de agir conforme seus próprios desejos, em muitos momentos, independentemente da ordem estabelecida.

As políticas de ação social representam ações administrativas de controle e organização que são refletidas e refratadas pelas pessoas em situação de rua em suas ações cotidianas. A característica que imprime força operacional às ações dessa população é a atitude, propriamente dita, de rebelar-se contra a imposição da ordem, seja sujando, roubando,

construindo casas onde não deveria, mentindo para os religiosos, ou de aceitar as regras impostas como a última opção de que detém. Ainda que a opção seja aceitar, em alguns dos discursos, especialmente dos usuários do albergue, fica explícito como muitas vezes a sujeição é forçada por uma autoafirmação de que não há outra saída, e implica tolerância, uma vez que se supõe que a rua não é uma possibilidade para se viver.

Contudo, a característica principal das práticas dessas pessoas em relação às políticas é força de oposição, a capacidade de resistir e a possibilidade de escolher se aceita ou não aquilo que é disposto como ordem a ser seguida.

Nem a ordem é tão ordenada, nem a subversão é tão subversiva, havendo elementos de subversão na ordem e vice-versa. Procurei fazer, intencionalmente, uma separação analítica entre os conceitos, de maneira a destacá-los em si. Entretanto reconheço que os dois aspectos possuem uma relação dialética intrínseca, sendo, portanto, inseparáveis. A vida se embrenha na contradição refletindo os mundos internos dos homens e das mulheres, mundos que se chocam nas esquinas e nos forçam a ver: não há como evitar, há algo por fazer, algo que ainda não conseguimos, algo que assola o coração daquele que vê. A cidade é o palco, os atores, nós, e o grande desfecho é o reencontro com algo que ainda não vemos. Cada nova parede construída na cidade é também uma nova muralha para a nossa sensibilidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F. ; VARANDA, W. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 23-45, jan. /abr. 2004.
- ALBERTI, V. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.
- ALBERTSEN N.; DIKEN B. Mobility, justification, and the city. **Nordic Journal Architectural Research**, Copenhagen, v. 14, n. 1, p. 13-24, 2001.
- ALVAREZ, A. M. S.; ALVARENGA, A. T.; FERRARA, N. F. O encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 47-56, set./dez. 2004.
- ALVAREZ, A. M. S.; ALVARENGA, A. T.; RINA, S. C. S. A. D. Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, p. 259-272, 2009.
- ALVAREZ, A. M. S.; ROSENBERG, C. R. A resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua - criança e adultos - na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 49-56, 1999.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papius, 1995. 132 p.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p.
- BAKHTIN, M. (Voloshinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 276 p.
- BESSI, V. G.; GRISCI, C. L. I. Expressões da resistência no cotidiano do trabalho em bancos portugueses. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXI, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- BOEIRA, S. L.; SANTOS, A. C. B.; SANTOS, A. G. Estatuto da cidade: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 695-712, maio/jun. 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la Justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991. 485 p.
- BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista EURE**, Santiago, v. XXXI, n. 93, p. 53-71, ago. 2005.

- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2002. 120 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS, 2008. 16 p.
- BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2009.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Heinemann, 1979. 432 p.
- CAMARGO, J. M. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 68-77, abr./jun. 2004.
- CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, maio 2002.
- CARRIERI, A. P. **A gestão ordinária**. 2012. 328 f. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.
- CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; LIMA, G. C. O.; MARANHÃO, C. M. S. A. Estratégias subversivas de sobrevivência na “feira hippie” de Belo Horizonte. **Gestão.org**, Recife, v. 6, n. 2, p. 174-192, maio/ago. 2008.
- CARVALHO, S. N. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1315-1342, nov./dez. 2001.
- CARVALHO, V. Sobre construtos epistemológicos nas ciências: uma contribuição para a enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 420-428, jul./ago. 2003.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 17-50.
- CAVEDON, N. R. Fotoetnografia: a união da fotografia com a etnografia no descortinamento dos não-ditos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, n. 35, p. 13-27, out./dez. 2005.
- CEFAÏ, D. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 71-110, 2010.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1. 351 p.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993. 210 p.

CHANDLER, A. **Strategy and structure: chapters in the history of American industrial enterprise**. Cambridge: MIT Press, 1962. 480 p.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 179 p.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 368 p.

CHIAPPELO, E. Les typologies des modes de contrôle et leurs facteurs de contingence: um essai d'organisation de la littérature. **Comptabilité-Contrôle-Audit**, Paris, v. 2, tome 2, p. 51-74, Set. 1996.

COPA PRA QUEM?. Disponível em: <<http://comitepopularesp.files.wordpress.com/2012/11/manifesto.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril cultural, 1978. p. 1-39.

COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 15—30, fev. 2002.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano IV, n. 4, p. 1-15, dez. 2005.

COSTA, J. L. R. Algumas reflexões sobre cidade saudável. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 65-70, dez. 1997.

COSTA, H. S. M.; PEIXOTO, M. C. D. Dinâmica imobiliária e regulação ambiental: uma discussão a partir do eixo-sul da região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 317-336, jul./dez. 2007.

CZARNIAWSKA-JOERGES, B. Learning organizing in a changing institution order: examples from a city management in Warsaw. **Management Learning**, London, v. 28, n. 4, p. 475-495, dez. 1997.

DUARTE, F. Rastros de um rio urbano – cidade comunicada, cidade percebida. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 105-122, dez. 2006.

DUARTE, F.; CZAJKOWSKI JUNIOR, S. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 273-282, mar./abr. 2007.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin-Claret, 2001. 157 p.

FARIA, A. A. M. Discurso e leitura, semântica e argumentação em *Germinal*. In: MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, D. (Org.). **Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAD/Carol Borges, 1998.

FELDMAN-BIANCO, B. Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 19-50, jun. 2009.

FERREIRA, F. P. M. População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XII, 2006, Diamantina. **Anais...** Diamantina: CEDEPLAR, 2006.

FERREIRA, F. P. M.; MACHADO, S. C. C. Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 90, p. 1-20, jun. 2007.

FERREIRA, J. Tratar, cuidar: valores e práticas terapêuticas na assistência humanitária ao sans domicile fixe. **Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 79-97, 2. sem. 2010.

FERREIRA, R. F.; CALVOSO, G. G.; GONZALES, C. B. L. Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 243-250, 2002.

FIORIN, J. L. Semântica e análise do discurso. In: MARI, H.; PIRES, S.; CRUZ, A. R.; MACHADO, I. L. (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

FISCHER T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade puzzle. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 254-269.

FISCHER, T.; HEBER, F.; MOURA, S. De pelourinho a shopping cultural. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 90-99, abr./jun. 1996.

FRANCISCO NETO J. Manifestação questiona remoções causadas pela Copa do Mundo. **Brasil de Fato online**, São Paulo, 29 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11251>>. Acesso em 11 dez. 2012.

FREITAS, R. S. A saga do ideal de boa ciência. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 91-105, jun. 2004.

GABORIAU, P. Sem domicílio em Paris, Moscou e Los Angeles um etnólogo em três campos de pesquisa: tentativas de esclarecimento. **Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 37-54, out. 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 224 p.

GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, S. R.; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface. Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601-610, set./dez. 2005.

GOMES, R. C. M. **Gente-caracol: a cidade contemporânea e o habitar as ruas**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GONZALEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 205 p.

GRAEFF, L. Viver na rua em Paris: do desprezo ao reconhecimento. **Campos**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 55-70, 2011.

JAIME JÚNIOR, P. Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 72-83, out./dez. 2002.

JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, dez. 2010.

JOSGRILBERG, F. B. Michel de Certeau e o admirabile commercium de sentidos na educação. **Educação. Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 18, n. 30, p. 95-105, jan. /jul. 2008.

JOSGRILBERG, F. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005. 145 p.

KUNH, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 264 p.

KUNH, T. S. A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, J. D. (Org.). **A crítica da ciência**: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 53-80.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979. 380 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. London: Routledge, 1998.

LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

LEITE, R. P. Localizando o espaço público: *gentrification* e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 83, p. 35-54, dez. 2008.

LIEBLICH, A.; TUVAL-MASHIACH, R.; ZILBER, T. **Narrative research**: reading, analysis and interpretation. Thousand Oaks: Sage, 1998. 200 p.

LIMA, L. A. A representação das múltiplas dimensões paradigmáticas no estudo da administração: um ensaio sobre os limites contidos nas defesas paradigmáticas excludentes. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 198-208, abr. 2011.

LIMENA, M. M. C. Cidades complexas no Século XXI: ciência, técnica e arte. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 37-44, jul. 2001.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 204 f. Tese

(Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 11, edição especial, p. 171-181, 2004.

MAC-ALLISTER, M.; MOURA, S. Cidade estratégica e gestão empreendedora: uma operação de planejamento, pacto e marketing. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 7-29, jun. 1996.

MAGNI, C. T. Nova pobreza e paradoxos da política de inclusão social francesa: considerações a partir de uma oficina cerâmica no socorro católico. **Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 37-68, 2. sem. 2010.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MALINOWSKI, B. Introdução. In: MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 16-34.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 156 p.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD.

MARTINS, M. L. R. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 59-72, abr. 2011.

MARX, K. Glosas críticas ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155, fev. 2011.

MATTOS, P. L. C. L. “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, edição especial, p. 450-468, jul. 2011.

MENDES, M. V. B. **Os moradores de rua e suas trajetórias**: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MENDES, M. V. B. Os territórios existenciais dos moradores de rua de Belo Horizonte. **R@U Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 119-144, jul./dez. 2010.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Urbe**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2012.

MENDONÇA, R. F. Táticas cotidianas e ação coletiva: a resistência das pessoas atingidas pela hanseníase. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 341-360, jun. 2012.

NASCIMENTO, D.; BITENCOURT, J. B. De granito e de bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 329-343, jun. 2008.

NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica*, Niterói, v. 29, p. 99-130, 2. sem. 2010.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE FILHO, C. A. P. ; RODRIGUES, C. M. C. O processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2007, XXXI, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1993. 240 p.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

PINTO, J. **1, 2, 3 da semiótica**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 69 p.

POPPER, K. **A lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. 104 p.

ROESE, A.; GERHARDT, T. E.; SOUZA, A. C.; LOPES, M. J. M. Field diary: construction and utilization in scientific researches. *Online Brazilian Journal of Nursing*, Niterói, v. 5, n. 3, 2006.

SAINT-GEORGES, P. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. In: ALBARELLO, L.; DIGNEFFE, F.; HIERNAUX, J. P.; MAROY, C.; RUQUOY, D.; SAINT-GEORGES, P. (Org.). **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005. p. 15-47.

SAMPAIO, J. R. A pesquisa qualitativa entre a fenomenologia e o empirismo formal. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 16-24, abr./jun. 2001.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SÁNCHEZ, F.; MOURA, R. **Cidades-modelos: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 95-114, ago./dez. 1999.

SANTOS, M. S. Integração e diferença em encontros disciplinares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 51-60, out. 2007.

SARAIVA, L. A. S. Métodos narrativos de pesquisa: uma aproximação. *Gestão.Org*, v. 5, n. 2, mai/ago. 2007.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, dez. 2012.

SAWAYA, A. L. Políticas públicas: pontos de método e experiências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 131-148, abr. 2006.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. O paradigma da complexidade e a teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 276-287, jul./set. 2010.

SILVA, R. C. Controle organizacional, cultura e liderança: evolução, transformações e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 797-816, jul/ago. 2003.

SILVA, R. V. A. Teoria da complexidade e pós-modernismo: contribuições da epistemologia complexa para os estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, I, 2000, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2000.

SILVA, T. L. A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. **Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 131-149, 2. sem. 2010.

SILVERMAN, D. **Doing qualitative research**. London: Sage, 2000. 480 p.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998. 528 p.

SOUSA, E. L. A.; BECHLER, J. Labirintos na cidade contemporânea. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 390-403, jan. 2008.

SOUZA, M. Políticas públicas e espaço urbano desigual: favela jardim maravilha (SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 267-281, jan. 2009.

STANFIELD, J. H. Life history analysis and racial stratifications research. **American Behavioral Scientist**, Thousand Oaks, v. 30, n. 4, p. 429-440, Mar./Apr. 1987.

SUN-TZU. **A arte da guerra**. Petrópolis: Vozes, 2011. 96 p.

TACCA, F. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 9-17, set./dez. 2005.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006.

VELHO, G. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

VENTURINI, E. A cidade dos outros. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 203-222, maio/ago. 2009.

VIEIRA, M. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994. 181 p.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 59-70, jan. /mar. 2006.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1999. 454 p.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro semiestruturado de entrevista: Albergue

Bloco 1 – O(a) entrevistado(a)

Sobre o entrevistado. Trajetória pessoal. Naturalidade. Família. Escolaridade. Habitação. Trajetória profissional. Experiência profissional. Entrada na cidade, caso não seja nativo. Trajetória na cidade. Relação com a cidade e seu povo. Entrada na área (trabalho com pessoas em situação de rua).

Bloco 2 – A Organização

Como foi a trajetória da instituição desde o surgimento. Fundação. História. Principais figuras desde o surgimento. A instituição social (proposta e história). Fases mais importantes da história da instituição. Processo de crescimento da instituição. Principais políticas da instituição. Como funciona o Albergue. Organização da instituição em cada fase. Contexto social, econômico e político. Papel do amparo a moradores de rua na cidade, em Minas Gerais e no Brasil. Cultura no local. perfil da população em situação de rua que frequenta a instituição. Carências em relação ao Estado. Tipo de Gestão. Dificuldades de negociação com a PBH. Papel dos diferentes atores. Como vocês veem a Pastoral de Rua. Como a instituição se relaciona com a comunidade. Papel da instituição na cidade e na região. Imagem. Importância. Relação com a comunidade próxima. Relação com a cultura da cidade. Relação com Mídia. Conflitos com a comunidade próxima. Relação da instituição com a cidade. Relação da instituição com a sociedade. Relação da instituição com os movimentos de rua.

Bloco 3 – A situação de rua

Quem são os frequentadores da casa. População de rua (pontos fortes e fracos). Caráter dos moradores de rua. Como eles chegaram a casa. Relação social na cidade (como eles são tratados na cidade). Crescimento do número de moradores ao longo do tempo. História dos moradores de rua na cidade. Como a instituição se relaciona com a população em situação de rua. Brigas. Relação de respeito (informal). Desenvolvimento das normas (formal). Fugas.

Encontros. Principais personagens na história da instituição. Táticas e estratégias para conseguir interesses. Situações inusitadas. Frustrações. Realizações. Insegurança. Adequação durante o tempo. Envolvimento com a Polícia.

Bloco 4 – O Futuro

Como você vê a instituição no futuro. Futuro da instituição na cidade. Futuro da população em situação de rua na cidade. Condições de vida da população. Condições de acesso à cultura, à educação, à saúde, a empregos. Importância das instituições de amparo no contexto local. Principais mudanças previstas. Visão de futuro. Visão do seu papel no futuro da cidade. O que significará lutar pela causa da população em situação de rua no futuro? Comparação com outras realidades. Futuro do cidadão na cidade. Perspectiva individual e coletiva.

Bloco 5 – Visão pessoal

O que é trabalhar com moradores de rua. O que é ser morador de rua.

Apêndice B – Roteiro semiestruturado de entrevista: Políticas públicas

Bloco 1 – O(a) entrevistado(a)

Sobre o entrevistado. Trajetória pessoal. Naturalidade. Família. Escolaridade. Habitação. Trajetória profissional. Experiência profissional. Entrada na cidade, caso não seja nativo. Trajetória na cidade. Relação com a cidade e seu povo. Entrada na área (trabalho com pessoas em situação de rua).

Bloco 2 – A Organização

Como foi a trajetória da Secretaria de Desenvolvimento Social desde o surgimento. Fundação. História. Principais figuras desde o surgimento. A instituição social (proposta e história). Hierarquia. fases mais importantes da história da instituição. Mudanças políticas (gestão política). Processo de crescimento da Secretaria de Desenvolvimento Social. Principais políticas da instituição. Como funciona a Secretaria de Desenvolvimento Social. Organização da instituição em cada fase. Contexto social, econômico e político. Papel do amparo a moradores de rua na cidade, em Minas Gerais e no Brasil. Cultura no local. Ações da secretaria em relação às pessoas em situação de rua. Políticas de base da secretaria (fundamento das ações). Quem organiza as ações. Como a SDS se relaciona com a comunidade. Papel da Secretaria de Desenvolvimento Social na cidade e na região. Imagem. Importância. Relação com a comunidade próxima. Relação com a cultura da cidade. Relação com mídia. Conflitos com a comunidade próxima. Relação da instituição com a cidade. Relação da instituição com a sociedade. Relação da instituição com os movimentos de rua. Relação com a Pastoral de Rua. Relação com os grupos religiosos.

Bloco 3 – A situação de rua

Quem são as pessoas em situação de rua. População de rua (pontos fortes e fracos). Caráter dos moradores de rua. Como a Secretaria de Desenvolvimento Social chega até eles. Relação social na cidade (como eles são tratados na cidade). Onde eles estão. Onde deveriam estar. Crescimento do número de moradores no tempo. História dos moradores de rua na Cidade. Como a instituição se relaciona com a população em situação de rua (caso haja relação direta..). Brigas. Relação de respeito (informal). Desenvolvimento de Normas (formal). Fugas.

Encontros. Táticas e estratégias para conseguir interesses. Situações inusitadas. Frustrações. Realizações. Insegurança. Adequação durante o tempo. Envolvimento com a Polícia.

Bloco 4 – As políticas

Quais são as políticas destinadas às pessoas em situação de rua na cidade de Belo Horizonte. políticas. História das políticas. adequação. Dificuldades de estabelecimento. Dificuldades de negociação. efetividade. Perspectivas futuras. Copa 2014. Cidade de belo horizonte. Âmbito nacional. Comparações internacionais. Proibir ou reduzir danos.

Bloco 5 – O Futuro

Como você vê a instituição no futuro. Futuro da Secretaria de Desenvolvimento Social na cidade. Futuro da população em situação de rua na cidade. Condições de vida da população. Condições de acesso à cultura, à educação, à saúde, a empregos. Importância das instituições de amparo no contexto local. Principais mudanças previstas. Visão de futuro. Papel da Secretaria de Desenvolvimento Social no futuro da cidade. O que significará lutar pela causa da população em situação de rua no futuro? Comparação com outras realidades. Futuro do cidadão na cidade. Perspectiva individual e coletiva.

Bloco 6 – Visão pessoal

O que é trabalhar com moradores de rua. O que é ser morador de rua.